

COLEÇÃO
ACADEMIA
XX

ETNOGRAFIA
de **RUA** | ESTUDOS DE
ANTROPOLOGIA
URBANA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

Diretora do Instituto
De Filosofia e Ciências Humanas
Soraya Maria Vargas Cortes

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüller Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

**COLEÇÃO
ACADÊMICA
XX**

organização

ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA | CORNELIA ECKERT

ETNOGRAFIA

de **RUA** | ESTUDOS DE
ANTROPOLOGIA
URBANA


UFRGS
EDITORA



INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

© dos autores

1ª edição: 2013

Direitos reservados desta edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ilustração Capa: Montagem fotográfica - BIEV

Capa: Editora Deriva

Revisão: Sabrina Rosa
Bruno Huyer
Vinicius Benvegnú

Diagramação: Sabrina Rosa
Editora Deriva

E84 Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana / organizadoras Ana Luiza Carvalho da Rocha [e] Cornelia Eckert. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
294 p : il. ; 14,8x21cm

Coleção Academia II. Série Humanas

Inclui figuras.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia. 2. Antropologia urbana. 3. Etnografia de rua.

4. Etnografia do cotidiano. 5. Etnografia na rodoviária. 6. Estudo etnográfico – Práticas cotidianas – Vila do IAPI – Porto Alegre, RS. I. Rocha, Ana Luiza Carvalho da. II. Eckert, Cornelia.

CDU 572

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0209-5

Dedicamos este livro ao “narrador urbano”
Prof. Ruben George Oliven
Professor, orientador e
querido amigo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Jeniffer Cuty.....11

APRESENTAÇÃO

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha.....12

Capítulo 1

ETNOGRAFIA DE E NA RUA:
ESTUDO DE ANTROPOLOGIA URBANA

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha.....21

Capítulo 2

ENCONTRANDO IMAGENS NA E DA RUA DA PRAIA:
RELATO DE UMA ETNOGRAFIA DE RUA

Patrícia Rodolpho.....47

Capítulo 3

DAS RUAS DE ASFALTO ÀS MARGENS DAS ILHAS:
CONFLITOS, ÉTICAS DE SEGREGAÇÃO E DE USO
COMUM DAS MARGENS DA CIDADE

Rafael Victorino Devos.....68

Capítulo 4

ANOS DE PEDRA:
ETNOGRAFIA DE UM CAMELÓDROMO

Rosana Pinheiro Machado.....96

Capítulo 5

A POÉTICA DO VIVIDO:
UMA ETNOGRAFIA DO COTIDIANO
NA CIDADE BAIXA PORTO ALEGRE/RS

Olavo Ramalho Marques.....123

Capítulo 6

MERCADOS DE RUA E
AMBIÊNCIA DE FRUIÇÃO ESTÉTICA:
ESTUDO DE ETNOGRAFIA DE RUA

Viviane Vedana.....147

Capítulo 7

BECO, RUA, AVENIDA:
SOCIABILIDADES E REDES DE VIZINHANÇA
EM UM LUGAR DE ACOLHIMENTO

Flávio Leonel da Silveira.....173

Capítulo 8

TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DO ESPAÇO:
FORMAS DE OCUPAÇÃO E SOCIABILIDADES
EM UM TRECHO DA RUA 24 DE MAIO, PORTO ALEGRE/RS

Luciana de Mello.....195

Capítulo 9

ETNOGRAFIA DA E NA RUA DA PRAIA:
COTIDIANO, MEMÓRIA E FORMAS DE SOCIABILIDADE
NO CENTRO URBANO PORTO-ALEGRENSE

Thaís Cunegatto.....219

Capítulo 10

ETNOGRAFIA NA RODOVIÁRIA:
FLUXOS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS
EM UM ESPAÇO COSMOPOLITA

Fernanda Rechenberg.....231

Capítulo 11

PRIMEIROS PASSOS NA “VILA DO IAPI”:
INTRODUÇÃO A UM ESTUDO ETNOGRÁFICO
DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE UM BAIRRO DE PORTO ALEGRE

Rafael Derois dos Santos.....244

Capítulo 12

A ETNOGRAFIA DE RUA NA CONSTRUÇÃO
DO OBJETO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA:
ONDE UM PERCURSO PELA RUA VIRA
UM PERCURSO PELA MORADA

Anelise Gutterres.....259

Autores.....276

Bibliografia.....278

Índice de Fotografias.....289

Índice de Ilustrações.....293

PREFÁCIO

Jeniffer Cuty

Dar oportunidade ao cotidiano da rua se mostrar, “dizer sim ou não sobre o que se pensa sobre ele”, como escreveu Carlos Nelson dos Santos¹. Partindo desse pressuposto é que percebo a obra dessas antropólogas da cidade habitada. A compreensão da cidade na antropologia urbana não parte, necessariamente, de uma imagem aérea de regiões planejadas, ruas traçadas em eixos claramente definidos e ocupações irregulares dispostas, sabidamente, em áreas de risco. O risco aqui está colocado em não saber ver, ouvir e descrever as formas sociais no urbano nem identificar os códigos nelas existentes. A cidade dos seus habitantes não é evidente e previsível, pois é no movimento das narrativas que ela se configura. Seus espaços de referência e de conexão se revelam nas imagens da memória narrada que, como nos alertou Maurice Halbwachs (1986), é sempre coletiva, portanto, tecida no social.

Neste livro cuidadosamente organizado, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha reúnem material de pesquisa e para a pesquisa sobre a cidade a todos os interessados por este tema e objeto de estudo. E para a leitura da experiência urbana significativa e significativa para si mesma, esta obra nos dá muitas aulas de etnografia, o método antropológico por excelência. Como destacam as autoras, “para se praticar uma boa etnografia de rua o pesquisador precisa aprender a pertencer a este território como se ele fosse sua morada, lugar de intimidade e acomodação afetiva”. É colocado então o desafio a outros pesquisadores do urbano de aplicar e reavaliar o método em campo nas ruas de Paris e de Porto Alegre para, com isso, empreender descobertas sobre a cidade dos outros que é a nossa também.

É nessa seara reflexiva que se exercitam aprendizagens teóricas, metodológicas e sensíveis acerca da paisagem urbana que é temporal, como nos propõem pensar as autoras. São os aspectos de permanência e mudança que dão forma estética aos territórios urbanos, da rua de alto fluxo de pessoas, passando pela principal rua da cidade, aquela que, dizem, foi banhada pelo lago-rio, chegando às ruas internas de bairros periféricos ou nem tanto. Ruas-avenidas, ruas-caminhos, ruas-becos, ruas-esquinas que funcionam como canais de circulação e de sociabilidades, as quais percorremos quase sem perceber, no entanto, que carregam a singularidade da cidade.

1. SANTOS, Carlos Nelson dos (org.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1981.

APRESENTAÇÃO

Ana Luiza Carvalho da Rocha

Cornelia Eckert

Este livro é resultado de mais de 10 anos de pesquisas consolidadas no projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais do Laboratório de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGAS IFCH) com sede no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essas instituições têm sido o esteio do projeto ao longo desses anos.

Reunimos aqui trabalhos de pesquisa que obtiveram financiamento da Fapergs a partir de 1997 e do CNPq a partir de 1998 e de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado da CAPES e do CNPq a partir de 2001. Todos os autores foram e/ou são pesquisadores do projeto vinculados ao PPGAS, IFCH, UFRGS.

O BIEV, sigla do projeto, consiste em um banco de conhecimento que divulga pesquisas de antropologia com novas redes eletrônicas e digitais e que fomenta um museu virtual no site www.biev.ufrgs.br sobre os itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo contemporâneo. O projeto BIEV tem como eixo comum o estudo do caráter temporal da experiência humana presente no contexto urbano e as suas repercussões nas práticas e saberes que os indivíduos e grupos sociais constroem em suas relações com a cidade. Neste livro, convidamos os leitores a se aventurarem conosco por ruas da e na cidade, ou ainda, para um mergulho na antropologia urbana. Não se trata de uma aproximação restrita aos aspectos metodológicos ou conceituais que tradicionalmente orientam os estudos sociais sobre o fenômeno urbano, pois essas são pesquisas em contextos urbanos a partir de experiências que denominamos “etnografia de rua” ou “na” rua, de forma que os leitores são convidados a percorrer avenidas, ruas, becos, cruzar calçadas, parar em esquinas, mas, sobretudo, encontrarem-se com os habitantes da cidade, em especial na cidade de Porto Alegre (RS, Brasil), sem negligenciar que seus percursos de leitura são sempre deslocamentos para conhecerem, em si mesmos, as cidades que os habitam.

A etnografia de rua é uma adesão à antropologia em seu método clássico, mas, mais do que esta filiação, é um diálogo com novos tempos interpretativos da antropologia em seus paradigmas críticos. Assim, a alteridade aqui não está situada no espaço estranho e tampouco é o Outro distanciado. O desafio consiste em nos deixarmos fluir reflexivamente, e por que não em

corpo e espírito, na cidade. Nossa provocação ao leitor é de se deixar guiar por deslocamentos conceituais conduzidos pelas imagens que configuram a cidade que olhamos, que escutam, na qual interagimos. No mundo moderno-ocidental a “flannerie benjaminiana”, o estranhamento “simmeliano”, a caminhada “a passos perdidos” de Michel De Certeau (1994), são formas de narrar a cidade, de estar e ser cidadão em seus percursos cotidianos, em seus itinerários rotineiros, em seus desvios para amenizar o sentimento de vulnerabilidade, enfim, deslocamentos que estetizam múltiplas formas de interação com a cidade em sua condição pública.

A rua, nos exercícios etnográficos, se coloca para nós como um arranjo espaço-temporal onde a vida social se desenrola nas suas mais diversas formas. São múltiplas facetas da rua que o etnógrafo conhece em sua inserção na “pesquisa de campo” que são narradas pelas imagens etnográficas da escrita, da foto, do vídeo, do som e que aqui são interpretadas como poética das ruas acomodadas nos ritmos temporais da vida cidadina.

Seguindo essa perspectiva poética, como sugere o sociólogo francês Pierre Sansot em sua obra *Poétique de la ville* (1972), as etnografias reunidas neste livro dinamizam as imagens das ruas, seus tipos sociais e estabelecimentos comerciais. Ruas são descritas, suas formas configuradas, seus mistérios evocados, redes de relações e de interações são traçadas, medos e conflitos revelados, e uma rítmica da vida ordinária é proposta como fato etnográfico: a rua como lugar imaginado e vivido, a rua em que moramos ou a rua que frequentamos assiduamente em nossas tarefas diárias, as ruas que falamos da cidade, da nossa vida na cidade, as ruas onde depositamos nossos sonhos e involuntariamente recordamos e desejamos.

Compreendemos, neste caso, que a rua é o resultado da convergência de múltiplos sentidos que, segundo Sansot, só podem ser acessados pela via da descrição minuciosa de seus detalhes, descrição etnográfica preocupada com as formas, cores e texturas que permitem a interpretação da vida urbana a partir de uma sociologia figurativa. É neste jogo entre memórias individuais e coletivas, entre determinações sociais e imaginações criativas que buscamos reunir artigos que tratam da rua como este espaço vivido, lugar onde o corpo coletivo pode narrar a cidade.

Por que, no entanto, para nós é tão caro relacionar estas narrativas *das e nas* cidades? Ouvimos com frequência que as ruas têm vocação: para o comércio ou para a residência, ruas de negócios e ruas de boemia, ruas populares e ruas distintas, e os adjetivos são inúmeros. Alma ou vocação, aura ou espírito. É nas ruas e pelas ruas que circulamos para aderir à vida cotidiana, ao mundo público e por elas que alcançamos a cidade. A etnografia tem, justamente, este potencial teórico-metodológico de desvendamento, de conhecimento das experiências de agir nestes contextos que unem e separam, que aproximam e distanciam, em que podemos pertencer ou nos sentir excluídos, em

que podemos sentir justa ou injusta. É na rua que podemos experimentar o estrangeirismo analisado por Georg Simmel (1981) tanto quanto podemos nos acomodar afetivamente como *habitués* em espaços de memória coletiva como propunha Maurice Halbwachs (1986). A surpresa ou o constrangimento, o previsto ou o inesperado desenham sempre mediações para um projeto de continuidade cidadina. São estas formas humanas que denotam arranjos possíveis de interação na rua. Sua condição pública é pressuposto, mas não raro observamos as transformações da rua. Ora ela é privatizada como signo de distinção social, ora ela é domesticada como extensão da casa ou do edifício, seja na colocação de cadeiras em frente às casas para rodas de chimarrão, seja na apropriação de uma esquina para uma roda de samba saboreando um churrasquinho feito na calçada, seja nas diversas formas de lazer e outras aventuras urbanas. Nestes acontecimentos, somos tomados pelas imagens e histórias vividas na rua e situamos nossa experiência do dia a partir de instantes e tempos vividos e sonhados na rua.

Dedicar-se a uma etnografia de rua, nesse caso, é adotar um olhar sobre a cidade e sua vida cotidiana, voltado para suas expressões sensíveis, na qual cada detalhe dessa vida da rua faz parte de um conjunto ao qual apresenta ao observador atento às imagens que a compõem. Uma etnografia de rua, para nós, afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético, na interpretação das figurações da vida social na cidade. Trata-se de uma preocupação com os arranjos estéticos assumidos pelos habitantes em suas sociabilidades, nas ocupações da rua, nos percursos e itinerários no interior da cidade.

A vida cotidiana de uma cidade, sob esta perspectiva estética, é moldada na própria ação dos sujeitos, no depósito das camadas de tempo que estas ações, repetidas dia a dia, conformam. São estas ações, ou práticas cotidianas, que conferem as feições particulares das ruas, dos territórios urbanos, dos espaços vividos coletivamente na cidade. Assim, comerciantes, moradores, mendigos, transeuntes, trabalhadores, fiscais de trânsito, e mesmo o pesquisador/observador da rua, tornam-se personagens de uma narrativa sobre a vida urbana que se desenrola a partir destes gestos e práticas cotidianas. Fazer compras, conversar com vizinhos nas calçadas, almoçar no restaurante da esquina, descansar nos bancos das praças, andar apressado para o trabalho, correr para pegar um ônibus, observar o movimento na porta do salão de beleza, tomar um café na padaria, etc., deixam de ser simples ações corriqueiras para ganharem o estatuto de fragmentos de um tempo vivido coletivamente. Esta poética que procuramos desvendar através de uma etnografia de rua diz respeito ao conteúdo simbólico que é compartilhado entre estes personagens que vivem a rua e ao mesmo tempo a configuram como espaço e tempo vivido. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que aderimos às ruas e às suas formas (no sentido simmeliano do termo), somos também produtores destas formas.

Como nos aponta Georg Simmel (1984) em sua teoria sociológica, as formas da vida social são produções do espírito que ganham autonomia, existindo de maneira independente dele e principalmente independente de cada indivíduo cuja vida é limitada no tempo, sendo que o indivíduo pode aceitá-la ou rejeitá-la durante sua existência. Trata-se, então, do espírito objetivado na forma, que é por sua vez subjetivada pelos sujeitos. É este movimento de subjetivação e objetivação das formas que encontraremos na investigação da rua como *locus* do desenrolar da vida social. Como apontamos acima, e como o próprio termo “forma” já indica, buscamos através de uma etnografia de rua *mettre en lumière* o aspecto estético da vida social e da existência. O entendimento de que a forma não é estanque, ou seja, de que este movimento de objetivação do espírito e subjetivação da forma está pautado em continuidades e descontinuidades, é fundamental para entender a dinâmica das ruas como expressão da cultura, que renasce constantemente sob novas formas. Se para Simmel a vida precisa das formas para exprimir-se, é através de uma sociologia sensível e capaz de operar com a vida social como uma poética que podemos compreender a dinâmica das formas no cotidiano: narrar a cidade é acessar essa poética que configura paixões, que capta os interesses e que potencializa as motivações dos homens que a cada novo dia se reafirmam e se transformam.

Assim é que uma etnografia de rua percorre o sensível, se perguntando sobre os gostos, as paixões, os dramas que impregnam a vida das ruas e configuram a cidade, evocando as imagens que permitem descrever e interpretar este universo: gestos, posturas, conversas, encontros, ruídos, e tudo que configura a vida cotidiana se apresenta pleno de sentidos. As formas da vida social configuradas na objetivação do espírito carregam consigo a força dos simbolismos que as originam, das emoções que lhe são atribuídas na medida em que são vividas, elaboradas e reelaboradas. A poética da rua, portanto, refere-se aos sentidos e simbolismos que orientam as ações dos sujeitos e suas formas de adesão à rua, como espaço de sociabilidade, de trabalho, etc. Etnografar a rua é assim também fazê-la durar (Bachelard, 1988) como parte de uma memória coletiva da cidade, na medida em que descrevemos e narramos seu cotidiano. Falamos, portanto, não só de um tempo vivido no dia a dia, no ritmo do dia que passa, nos ciclos das estações do ano, mas em um tempo longo que deposita suas histórias na vida cotidiana da cidade, tornando-a, um objeto temporal.

Abrimos o livro com o artigo que escrevemos para cunhar a noção de etnografia de rua. Retomamos ao fato de o método etnográfico comportar diferentes técnicas de pesquisa, bem como procedimentos específicos que irão compor a complexidade própria ao estudo das formas de vida humana. Seguimos a premissa de que a pesquisa antropológica em contextos urbanos pressupõe o deslocamento nas ruas da cidade: uma caminhada pela cidade

que exige constante vigilância epistemológica do pesquisador para não cair em uma observação superficial do vivido urbano e poder perceber a efemeridade da vida das ruas em termos dos deslocamentos conceituais com os quais opera para interpretar o fenômeno urbano.

Relacionamos a proposta da etnografia de rua a estudos pioneiros de Antropologia Urbana, na França a referência é Collete Pettonet (1982) e, no Brasil, Gilberto Velho (1978, 1980). Este, em especial, elucida que o pesquisador na e da cidade faz parte da sociedade que está sendo pesquisada e, portanto, precisa construir seu lugar de estranhamento em relação aos fenômenos que compõem a vida urbana, nas palavras de Gilberto Velho: estranhar o familiar.

Para nós, a etnografia de rua permite a descoberta e a descrição da cidade a partir dos gestos cotidianos de seus habitantes, que a cada dia são repetidos e/ou reordenados de acordo com as situações e microeventos que se configuravam no espaço da rua. Partimos de experiências de pesquisa nas cidades brasileiras e a partir de deslocamentos na cidade de Paris, exploramos o cenário urbano pelas imagens e conduzimos o leitor a pensar as imagens observadas em uma dimensão mais ampla, em suas diversas origens: as que são produzidas pelo antropólogo em seu trabalho de campo, as diversas imagens da cidade veiculadas por outras representações, as imagens que compõem as próprias representações dos grupos urbanos estudados. Nesse caso, ressaltamos os vínculos diretos entre uma etnografia de rua, que tem na sistemática de caminhadas e de observação do espaço da rua uma forma específica de pesquisar a cidade, e a produção de conhecimento em antropologia através e pelas imagens (Eckert e Rocha, 2005) que são compartilhadas na experiência de campo.

A sistematicidade de uma etnografia de rua acaba por constituir o pesquisador como mais um habitante do espaço urbano investigado, possibilitando a construção de vínculos com as pessoas com as quais partilha essa experiência sensível. Patrícia Rodolpho nos relata essa inserção compartilhada do cotidiano na Rua da Praia em Porto Alegre. Vinculada ao projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais e tendo como objetivo descobrir a mais tradicional rua do centro de Porto Alegre pelas lentes da máquina fotográfica, Patrícia, como pesquisadora, foi estimulada pelas orientadoras e descreve sua experiência de etnografia de rua em suas descontinuidades, seja na dinâmica do dia a dia, seja na rua narrada por cronistas e historiadores. A memória da cidade vai sendo ritmada por estas imagens reveladas pela etnógrafa na Rua da Praia dos transeuntes nos calçadões, dos *foottings* de outras épocas, do comércio intenso aos conflitos entre comerciantes e camelôs, o que se revela são as permanências e as transformações da rua que perdura no coração da cidade.

Ao caminhar em direção ao rio, logo abaixo da Rua da Praia, o leitor se deparará com uma extensa orla do rio Guaíba que recorta a cidade, separando-a de um mundo insular que são, de fato, bairros da cidade de Porto Alegre.

É este mundo que Rafael Devos, no capítulo que segue, nos convida a desvendar. Trata-se dos resultados de sua tese de doutorado sobre ambiente, narrativa oral e itinerários urbanos dos moradores das ilhas de Porto Alegre. Rafael Devos reflete sobre diferentes lógicas de relação com os espaços “naturais” na cidade enquanto espaços públicos. A partir de dados etnográficos relacionados a duas ruas à margem das ilhas, são evocadas diferentes negociações éticas presentes nas ações cotidianas no terreno familiar (casa e pátio), na vizinhança (compartilhar a margem dos rios, o solo das ilhas e as águas navegáveis) e nos espaços desabitados do Delta do Jacuí (canais de navegação, áreas de reserva). São tensões que permitem pensar os conflitos quanto aos usos e às ocupações “irregulares” das ilhas, enquanto “ambientalização” de conflitos inerentes à complexidade da dinâmica da vida urbana, entre o solo e a água.

Retornemos novamente à área central de Porto Alegre. O centro de uma cidade é pura efervescência dos jogos sociais em seus paradoxos e contradições. Neste contexto encontramos micromundos em seus dinamismos como o sistema de trocas em torno de mercadorias pelo trabalho informal. Em “Anos de pedra: etnografia de um camelódromo”, Rosana Pinheiro Machado apresenta as condições de vida e de trabalho dos camelôs no centro da cidade. Estes camelôs passam a ser personagens importantes no cenário da pesquisa etnográfica em que Rosana interage para reconhecer este mundo do consumo em que circulam objetos, mercadorias, dinheiro entre dilemas fiscais pelo direito à venda informal. As cores, os sons, as pessoas do micromundo dos camelôs dá tom e sonoridade singular ao centro da cidade em que podemos conhecer cidadãos em sua labuta diária.

Os trabalhadores do centro da cidade se deslocam de bairros distantes e periféricos. Porém, essa perspectiva não pode ser generalizada. Se adentrarmos o mundo dos becos, das ruelas, das ruas secundárias, reconheceremos muitos dos trabalhadores que encontramos no cotidiano da cidade, residindo próximo ao centro. É percorrendo um bairro próximo ao centro que Olavo Ramalho Marques nos traz “Beco, rua, avenida: sociabilidades e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento”. O que o leva lá é um projeto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre a memória de grupos negros na cidade. Olavo entra em um beco e encontra uma Avenida. Lá conhece moradores com histórias afetivas de pertença territorial. Muitas famílias afrodescendentes e alguns militantes do movimento pelo reconhecimento de direitos memoriais à propriedade. Entre um cotidiano em sua banalidade e um cotidiano marcado por demandas políticas, Olavo nos revela narrativas dos habitantes da Avenida Luís Guaranha em suas formas de sociabilidade e arranjos sociais, pululando o beco, de ação urbana.

É chegada a hora de irmos à feira com o capítulo de Viviane Vedana sobre as artes de saber e de fazer a feira, do lado de lá (feirantes) e do lado de cá (clientes). Viviane está entre os dois mundos de sentido na sua condição de etnógrafa. Estar na rua, observar, anotar, fazer uma fotografia ou captar as so-

noridades do ambiente são ações que não passam despercebidas aos feirantes e aos clientes que acolhem a pesquisadora em sua presença constante, curiosa e cúmplice. Passa a compartilhar o espaço da rua que se transforma em feira em um ritmo regulado por licenças de comércio de comida que abastece a cidade. Um ritmo que transforma semanalmente as ruas do Bairro Cidade Baixa, oferecendo aos *habitués* do mercado de rua uma ambiência de fruição estética. A feira na rua é uma tradição milenar e sua continuidade acaba por tecer relações de reciprocidade, performances de troca, saberes que transmitidos pela memória coletiva que a autora tece em uma etnografia densa.

Estes trabalhos acabam revelando a sobreposição das dimensões da espacialidade pública na cidade: rua, bairro, vizinhança, etc. As fronteiras são ditadas pela política administrativa do município, mas as dimensões simbólicas só são perceptíveis nos bastidores da vida cotidiana, nesta relação entre a rua, o bairro, as casas de comércio que se tornam micromundos de trocas e reconhecimentos ordinários. Este movimento é tema da pesquisa de Flávio Silveira no bairro Cidade Baixa na cidade de Porto Alegre. Motivado por uma etnografia de rua, Flávio nos traz a experiência de deslocar-se teórica e metodologicamente em sua própria cidade, seu bairro, suas ruas que é a cidade do Outro, o bairro do Outro, a rua do Outro. Este Outro é apenas a *démarche* do tema da alteridade em sua crítica, pois a etnografia de rua, mostra Flávio, tem exatamente esta eficácia de operar com os espaços e tempos em deslocamento pelas sobreposições rítmicas, posto que é a memória vivida pelos habitantes que está em foco.

Em uma região que faz fronteira entre a Cidade Baixa e o Centro, chega-se a ele por ruas geograficamente em elevação. Porém, existe um atalho possível que é uma escadaria, que rasga ao meio os prédios que nos rememoram uma Porto Alegre em sua estética nostálgica. A descoberta da escadaria da “24 de Maio” partiu de um desafio das professoras, aqui organizadoras, na disciplina de Antropologia Visual e Imagem ministrada em 2002, para o curso de Ciências Sociais (IFCH, UFRGS). Com colegas de equipe preparados para uma incursão etnográfica com tomadas de vídeo e fotografia, Luciana de Mello se inseriu no contexto de pesquisa e lá permaneceu por um período mais longo. A etnografia de rua na escadaria revela eventos dramatizados pelos moradores da escadaria. São situações de rotina, situações de reivindicação, de crítica ao descaso, de tolerância pelas reformas. O território narrado por Luciana se constrói como campo de relações simbólicas.

No alto da escadaria podemos novamente percorrer poucas quadras em descida até a Rua da Praia. Sim, retomamos ao centro e a rua do calçadão, mas agora a partir da narrativa de Thaís Cunegatto. A autora trata dos estilos de vida e das distintas apropriações dos *habitués* locais; trabalhadores e moradores na Rua da Praia. Entre dinâmicas de consumo, de lazer, de “passar o tempo”, os atores sociais são oriundos de diferentes posições sociais e há uma

forte presença da chamada “classe popular” que comercializa seus produtos. O capítulo se debruça sobre o estudo das memórias narradas, as imagens lembradas e produzidas e as sociabilidades vivenciadas de tais personagens, bem como sobre suas relações sociais, suas lutas, conflitos e tensões, emergentes nos distintos usos deste espaço urbano. Como pressuposto metodológico, a pesquisa intenta a união de dois métodos propostos pelas autoras organizadoras: a etnografia de rua, em uma busca de conhecer e reconhecer este espaço e seus atores sociais através do deslocamento de suas reflexões; e a etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005), buscando percorrer as narrativas de curta e longa duração que emergem neste espaço urbano.

Os dois próximos capítulos, de Fernanda Rechenberg e Rafael Derois, resultam de desafios de pesquisa com imagens sonoras e fotográficas no âmbito do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Fernanda percorre um local de grande efervescência na cidade: a rodoviária. “Viajar” por estes espaços é se deparar não apenas com a complexidade do espaço vivido, de fluxos contínuos de ir e vir de passageiros, de trabalhadores, de comerciantes. Na rodoviária, o que é da lógica das cidades caracterizadas pelo movimento migratório, pelo fluxo de trajetórias, pela força dos deslocamentos, é dimensionado de uma forma laboratorial na experiência dos que ali costumam estar em suas atividades de trabalho, mas na tensão de estarem encompassados por tempos cosmopolitas.

Rafael Derois dos Santos percorre ruas de um bairro diferenciado na cidade de Porto Alegre. O público de moradores é heterogêneo, mas o bairro tem uma história incomum de ser, em sua origem, um bairro operário e uma “cidade-jardim”, funcional em seu equipamento, revela uma estética de conquistas de movimentos operários internacionais ao longo do século XX. A vila do IAPI é revisitada pelo pesquisador em sua etnografia de rua, na qual ele conhece moradores que mesclam suas memórias com as memórias do bairro, suas vidas com as permanências e descontinuidades da vila. Sua estética de prédios para habitação coletiva ou casas para funcionários padrão liga a própria trajetória da cidade de Porto Alegre a seus processos de dinâmica industrial que predominaram no final do século XIX e ao longo do século XX.

Para fechar o livro, Anelise Gutterres traz um capítulo que retoma a origem do esforço das autoras organizadoras de consolidar o projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais e no âmbito deste projeto, propor estratégias de metodologia de pesquisa antropológica que relacionam os exercícios etnográficos na cidade com os estudos antropológicos com imagem e imaginário. O BIEV é referência para a autora por sua proposta de estudo da memória coletiva da cidade de Porto Alegre, de construção de um museu virtual composto de acervo etnográfico produzido ou pesquisado e disposto em forma de coleções etnográficas em ambiente web no www.biev.ufrgs.br.

Anelise Gutterres traz a dimensão desta operação de conhecimento teórico-metodológico vinculado a sua pesquisa sobre moradas em suas ruínas.

A cidade é essencialmente passagem de tempos, sobreposição de espaços, descontinuidades de trajetórias e jogos de memória de seus habitantes. A etnógrafa faz uma reflexão sobre o desafio assumido em sua pesquisa de mestrado de desvendar estas camadas do tempo de casas demolidas em bairros residenciais em Porto Alegre captando as memórias narradas pelas famílias herdeiras deste espaço em seus conflitos de optar por outras e novas formas de durar na cidade.

Agradecemos a colega Profa. Jeniffer Cuty, autora do prefácio, pelo incentivo a esta publicação. Agradecemos igualmente ao editor Paulo Capra pelos trabalhos de finalização deste livro. Só nos resta convidar os(as) leitores(as) a um tempo de repouso em um espaço de concentração onde possa folhear estas páginas e evocar suas próprias memórias de deslocamentos nas ruas da cidade.

CAPÍTULO 1

ETNOGRAFIA DE E NA RUA: ESTUDO DE ANTROPOLOGIA URBANA

Ana Luiza Carvalho da Rocha
Cornelia Eckert

Walter Benjamin (1892-1940) inspirou-se na obra de Charles Baudelaire (1821-1867) e de Marcel Proust (1871-1922) para falar de um estado de ser e estar no mundo ao refletir sobre seus deslocamentos nas cidades de Paris e Berlim, a partir de um “trabalho” da memória involuntária e afetiva e do pensar a «si mesmo» na paisagem urbana. O personagem baudelaireano, o *flâneur*, caminha na cidade: um percurso sem compromissos, sem destino fixo. O estado de alma deste personagem-tipo é de indiferença, mas seus passos traçam uma trajetória, um itinerário que concebe a cidade, o movimento urbano, a massa efêmera, o processo de civilização. Logo, esta não é uma caminhada inocente. A cidade é estrutura de relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência.

Assim, a cidade do andarilho tem uma história, nem a melhor nem a pior do mundo, simplesmente histórias que configuram rastros de referências práticas e simbólicas em que se reconhece ou se constrange nas ruas que perambula, lugares que conhece ou desconhece, espaços que a ele sensibiliza ou desgosta, contextos que o atraem ou lhe são indiferentes. Objetos, eventos não verbais ou verbais, ruídos ou matérias atiram-lhe a atenção sensorial que delinea seu trajeto, seus atos. A cidade acolhe seus passos e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu final. O caminhante experimenta espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas em sua itinerância, não sem figuras pré-concebidas e razões de evitação. Sua caminhada é de natureza egocêntrica, funcional, mas também poética, fabulatória e afetiva, e por que não dizer, uma caminhada cosmológica como os jogos de memória que os tempos reencontrados proustinianos encenam.

Walter Benjamin (1939), em seu texto *Sur quelques thèmes baudelairiens*, lembra que a multidão metropolitana na formação do mundo industrial des-

pertava medo, repugnância e horror naqueles que a viam pela primeira vez. Da mesma forma, o impacto das transformações urbanas, tão bem tratadas no conjunto de autores que de modo geral são reunidos na denominação Escola de Chicago, irá inspirar uma geração de antropólogos que privilegia, desde então (anos 1930), o tema do viver na cidade como cenário primordial de análise das continuidades e das mudanças, das durações e das transformações.

Sob a ótica destes autores, a vida cidadina é, portanto, agitada, vertiginosa mesmo, ou monótona e repetitiva, dependendo da adesão ou não dos seus habitantes aos tempos e espaços vividos, ritmados pelos movimentos incessantes das imagens de cidade que habitam seus pensamentos em constante mutação. Descrever a cidade sob tal ponto de vista é conhecê-la como *locus* de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende. Conhecer uma cidade é, assim, apropriar-se de parte de um conhecimento do mundo, dos saberes e fazeres dos habitantes em suas experiências e práticas cotidianas que o etnógrafo compartilha em sua meta-observação, desvendando a lógica de situar seu próprio ser em relação ao ser do Outro que se desloca na cidade.

Inspirada nas obras científicas e literárias sobre o “passear e caminhar”, a ideia de desenvolver etnografias na rua nasceu com a proposta de projeto de pesquisa intitulado «*Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo*». Como pesquisadoras e, desenvolvendo a atividade de formar bolsistas de iniciação científica ao método antropológico, propomos ao aluno tecer os seus próprios percursos etnográficos na cidade de Porto Alegre, contexto de uma investigação antropológica sobre a dinâmica das interações cotidianas e representações sociais “na” e “da” cidade. No decorrer desta experiência etnográfica na rua, no bairro, na cidade, a introdução de instrumentos audiovisuais como a câmera fotográfica e/ou a câmera de vídeo, passam a fazer parte do seu olhar e atitude de coleta de dados de pesquisa: o exercício de etnografia de rua, inclui então, “a câmera na mão”.

A etnografia consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais por meio de técnicas, como observação e conversações, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa. Interagindo com o Outro, olha-se, isto é, “ordena-se o visível, organiza-se a experiência”, conforme propõe Régis Debray (1992). O etnógrafo descreve, tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo, seus pensamentos ao agir no tempo e espaço histórico do Outro observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva no meio urbano. A etnografia de rua aqui é um deslocamento em sua própria cidade, o que significa dizer, dentro de uma proposta benjaminiana, que ela afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das formas da vida social na cidade. Um investimento que contempla uma reciprocidade cognitiva como uma das fontes de investigação, a própria retórica analítica do pesquisador em seu diálogo com o seu objeto

de pesquisa, a cidade e seus habitantes. Uma vez que tal retórica é portadora de tensões entre uma tradição de pensamento científico e as representações coletivas próprias que a cidade coloca em cena, o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana na e pela imagem que ele compartilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados.

A pretensão de aprofundar uma prática de “etnografia de rua” para o caso da pesquisa em Porto Alegre, ou talvez fosse melhor dizer etnografia «na» rua, não se limita apenas aos comentários de Walter Benjamin. A proposta singular de *observation flottante*, como Colette Pétonnet (1982) denominou o exercício de observação de pesquisa na rua, encontra em nós uma adesão de estilo pela forma como pensamos, no referido projeto, o tema da etnografia da duração a partir da descrição etnográfica dos itinerários dos grupos urbanos na cidade.

Segundo advogamos na pesquisa sobre memória coletiva, narrativas e formas de sociabilidade no mundo contemporâneo, a técnica de etnografia de rua consiste na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas em que o pesquisador está atento as variações das formas de ocupação do espaço, dos jogos de interação social e tensões nos territórios vividos. A intenção não se limita, portanto, apenas a retornar o olhar do pesquisador para a sua cidade por meio de processos de reinvenção e reencantamento de seus espaços cotidianos, mas capacitá-lo às exigências de rigor nas observações etnográficas ao longo de ações que envolvem deslocamentos constantes no cenário da vida urbana.

Postulando uma carta de Porto Alegre

Bairros, ruas, praças e esquinas

Tornar-se «um» com os ritmos urbanos é perder-se no meio da multidão, deixar-se possuir por alguma esquina, fundir-se nos encontros fortuitos, mas é também localizar-se nas conversas rápidas dos habitantes locais, registrar piscadelas descompromissadas dos passantes, rabiscar apressadamente um desenho destas experiências no seu bloco de notas, tirar algumas fotos, gravar algumas cenas «estando lá». Desenhos, croquis, anotações, fotos, vídeos etc. No dizer bachelardiano, para se praticar uma boa etnografia de rua o pesquisador precisa aprender a pertencer a este território como se ele fosse sua morada, lugar de intimidade e acomodação afetiva, através dos devaneios do repouso.

Uma etnografia de rua propõe ao antropólogo, portanto, o desafio de “experienciar” a ambiência das cidades como a de uma «morada de ruas» cujos caminhos, ruídos, cheiros e cores a percorrer sugerem, sem cessar, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens, em detrimento de outros.

Deslocamentos marcados por uma forma de apropriação dinâmica da vida cidadina, mas cuja apreensão pauta-se pela frequência sistemática do etnógrafo a uma rua ou uma avenida, um bairro ou uma esquina, etc. Nesse sentido, a etnografia “na” rua consiste no desenvolvimento da observação sistemática de uma rua ou das ruas de um bairro e na descrição etnográfica dos cenários em diários de campo, na construção dos personagens que conformam a rotina na rua e no bairro, nos imprevistos, nas situações de constrangimento e conflito, em entrevistas com *habitués* e moradores, buscando as significações sobre o viver o dia a dia na cidade.

Fruto de uma adesão irrestrita do etnógrafo a uma ambiência urbana, a etnografia de rua, por insistência recorrente à poética do andarilho, ao explorar/inventariar o mundo na instabilidade do seu movimento, descobre um patrimônio etnológico das formas que tecem as interações sociais em um lugar. Assim, o ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com a população com as quais cruzamos nas ruas. *Habitués*, frequentadores, ou simples passantes, todos eles convidam o etnógrafo a perfilar personagens, descrever ações e estilos de vida a partir de suas performances cotidianas. Todos são bons momentos para se retrair os cenários onde transcorrem suas histórias de vida e, a partir deles, delinear as ambiências das inúmeras províncias de significados que abrigam os territórios de uma cidade.

Através da técnica da etnografia de rua, pode-se argumentar, o antropólogo observa a cidade como objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, urdidos em uma trama de ações cotidianas. Percorrer as paisagens que conformam um território, seguir os itinerários dos habitantes, reconhecer os trajetos, interrogar-se sobre os espaços evitados, é evocar as origens do próprio movimento temporal desta paisagem urbana no espaço.

O etnógrafo torna-se assim mais um narrador da cidade, de seus processos dinâmicos ou fugazes, de suas formas de sociabilidade efervescente ou de seus lugares negligenciados. Esta rítmica da vida urbana é apreendida então como matéria moldada pelas trajetórias humanas, não apenas como mero traçado do deslocamento indiferente de um corpo no espaço, e o antropólogo precisa recompor os traços aí deixados por homens e mulheres. Uma etnografia de rua não se sustenta como prática antropológica de investigação sem contemplar, desde seu interior, uma reflexão sobre o forte componente narrativo que encerra os deslocamentos humanos capaz de metamorfosear as sobreposições temporais dos lugares em uma sequência espacial de pontos.

Para atingir tal componente narrativo, o etnógrafo precisa contar com o tempo como aliado, pois ele só o atinge quando a densidade de sobreposição cumulativa dos tempos vividos ao longo de um trabalho de campo, aparentemente fadado à «perda de tempo», se precipita diante dos seus olhos. Horas de um trabalho persistente de escritura depositadas na tela do computador, fitas de vídeo, películas fotográficas ou folhas de papel, sempre na tentativa

do investigador aprisionar o efêmero, são finalmente recompensadas e encontram enfim sentidos desvendados por um leque de conceitos.

Sem dúvida, na etnografia de rua o perfil de uma comunidade, indivíduo e/ou grupo se configura aos poucos, pois o etnógrafo trabalha pacientemente a partir de colagens de seus fragmentos de interação. Isto porque uma cultura urbana se expressa não só por convenções gestuais, de linguagens recorrentes, especializações profissionais de seus portadores, mas se apresenta igualmente através de suas práticas ordinárias, saberes e tradições com as quais o pesquisador precisa familiarizar-se neste deslocamento em espaços que são, ou não, o seu próprio lugar de origem.

Na busca do encontro e diálogos menos fortuitos que aqueles que os deslocamentos na rua permitem ao etnógrafo, a cumplicidade dos pequenos gestos, sorrisos ou olhares dos habitantes da rua, moradores locais, comerciantes, frequentadores, mendigos, vendedores ambulantes, menino(a)s de rua, feirantes, pode significar um convite à aproximação mais duradoura. Nestes rituais de sedução e jogos de conquista da atenção do Outro, desvenda-se a lógica da criação dos papéis através dos quais se constroem os personagens do antropólogo e do nativo em interação.

Assim, ao lado das observações sistemáticas dos lugares de sociabilidade de rua, das suas intensidades segundo os diferentes horários, o comportamento corporal dos indivíduos e/ou grupos nas esquinas, suas formas de interação nos bares e bancos de praças, suas regras de “evitações” ou, ainda, as suas performances orais e etiquetas para cumprimentarem-se ao cruzar olhares nas calçadas, tudo, enfim, vai criando sentido na observação atenta do pesquisador, à medida que ele se desloca. Esta caminhada vai sendo enriquecida em sua densidade temporal, na medida em que o pesquisador consegue precisar, nas constâncias de suas diversas idas e vindas, os aspectos de permanência e mudança que caracterizam e dão forma estética a este território urbano. Aos poucos, os movimentos das pessoas, frequentadores ou passantes se desenham em formas múltiplas, mas constantes, através de microeventos da própria rua observados meticulosamente pelo etnógrafo graças à perspectiva comparativa de uma atenção flutuante na observação sistemática da vida social.

Apesar de uma presença frequente nos lugares, da insistência para ser visto e reconhecido pelo olhar do Outro, na etnografia de rua, o contato nasce sempre de um pedido de consentimento à interação e troca possíveis que se seguem ao reconhecimento dos movimentos, dos olhares, dos ruídos locais, dos códigos de ética e dos direitos autorais a serem observados junto à aceitação da comunicação solicitada. Entretanto, o pesquisador que vivencia a dramática da rua está sujeito a conhecer uma diversidade de eventos de interação a qual observa ou interage. O contato expressa o desejo de uma multiplicidade de trocas com os «nativos», pois é a reciprocidade, sem dúvida,

a razão de ser e existir deste analista da diversidade e da complexidade cultural. Nesta interação, ele depende não só do domínio da língua do Outro para compreender o que é dito, mas também da atenção aos tons e meio tons, das insinuações e dos silêncios, dos não ditos e das recusas. Sem dúvida, o contato nasce deste processo de ritualização do estar na rua cotidianamente.

Sugere-se aqui que os personagens do etnógrafo e dos interlocutores (“nativos”) nascem, ambos, em uma relação que é construída a partir de uma circunstância artificial provocada, provocativa e, por vezes, provocatória, porque jamais natural. A construção do contexto do encontro etnográfico nutre-se destes códigos apreendidos pelo antropólogo na sua observação constante de si e do Outro, muitas vezes sob o fogo cruzado da situação de interação tanto quanto de negociação de realidade. Em todas elas, os atos que unem os antropólogos aos habitantes assumem formas e graus diversos de sentido por suas especializações e desempenhos de papéis frente a eles.

Tomando-se a pesquisa dos dramas sociais e das performances que encerra o teatro da vida urbana mediada pelo uso de recursos audiovisuais, esses dados levantados através do exercício de etnografia de rua, podem ajudar aqui na reflexão das implicações do antropólogo como intérprete de sua teia de significados. O uso da fotografia ou do vídeo na perspectiva do registro dramático, e mesmo dramatúrgico, das interações entre indivíduos e/ou grupos na cidade permite ao etnógrafo aprofundar o estudo das formas de sociabilidade no mundo contemporâneo sob a perspectiva da *poiésis* que rege o «estar junto» de um corpo coletivo, a partir, portanto, da expressão compartilhada de determinado comportamento estético entre os moradores e/ou *habitués* de um mesmo bairro, uma rua ou um prédio de apartamentos.

Em especial, o recurso sistemático do vídeo nas etnografias de rua tem nos forçado a refletir sobre o papel estratégico da imagem-movimento não apenas como modalidade de registro, no tempo, do processo de inserção de antropólogos em campo (seus dilaceramentos), mas também como parte dos seus processos de interpretação dos atos de destruição/reconstrução das formas de vida social nas modernas cidades urbano-industriais, e de onde emerge a evidência da escritura etnográfica como construção da inteligência narrativa do próprio antropólogo.

Neste sentido, no âmbito do desenvolvimento de um projeto sobre estudos de narrativas como fonte de pesquisa para documentários etnográficos sobre a memória coletiva em Porto Alegre (desde 1997) e em Paris (2001), recorre-se à técnica de etnografia *da* e *na* rua como mais um exercício que permite ao etnógrafo não apenas reconhecer e interpretar o “nativo” (os interlocutores que aceitam a relação que emerge da pesquisa etnográfica), mas também igualmente interpretar o seu si mesmo no contexto do diálogo com o Outro.

Se a etnografia de rua apoia-se no uso de recursos audiovisuais, como câmeras de vídeo, fotografias e registros sonoros, o olhar e a escuta do antro-

pólogo por vezes assume um lugar de destaque. E se, em muitos momentos é a situação de interação que irá introduzir o uso do equipamento audiovisual no trabalho de campo, em outros é o equipamento técnico que irá inserir o antropólogo no seu lugar de pesquisa.

No primeiro caso, o equipamento confirma o gesto da pesquisa naquilo que é captado como vivido humano no presente, seja o seu próprio, seja dos nativos, e mesmo de ambos. No segundo caso, as imagens registradas de instantâneos, quase sempre autorizadas, algumas até mesmo roubadas, não são apenas testemunhas do passado do «eu estive lá» do antropólogo. Elas podem exprimir o desejo expresso do nativo de ver-se «lá», eternizado na imagem capturada pelo olhar do antropólogo.

A inclusão da máquina fotográfica ou câmera de vídeo na etnografia de rua não significa um ato compulsório. Quando for o caso, a sua adoção, exige certo conhecimento das regras dos códigos de ética para o seu uso, conforme aceitação por parte dos nativos, uma vez que o registro de imagens de pessoas e situações no mundo urbano contemporâneo responde a direitos civis e disposições jurídicas e legais.

Atento a questão ética em torno da fixação do olhar etnográfico pela imagem fotográfica e/ou videográfica, pode-se dizer que o uso de recursos audiovisuais durante uma etnografia de rua é uma intervenção que, ora faz parte da caminhada de reconhecimento do antropólogo do seu lugar de pesquisa, ora configura-se como um momento de intervenção consentida pelos personagens já contatados. Sob este ângulo, o potencial interpretativo da imagem etnográfica já se apresenta no próprio contexto de interação que cria a sua situação de captação, uma vez que o triunfo da imagem, fotográfica ou videográfica no trabalho de campo revela este frágil instante em que o pesquisador ousa inscrever uma ruptura na interação com o Outro.

Neste ponto, fica evidente que a proximidade etnógrafo/interlocutores na rua é possível sempre que a presença do equipamento é aceita pelos sujeitos pesquisados. Não raro, os próprios interlocutores são convidados a manusear a câmera (seja fotográfica, seja de vídeo) registrando em imagens o mundo que lhe rodeia sob sua própria perspectiva, dependendo é claro, de um tempo mais ou menos longo da equipe no contexto da pesquisa de campo.

Imagem impressa em um negativo, acomodada em um papel ou transferida para a memória do computador; fotos coloridas ou em preto e branco, decisão de enquadramentos, definição da velocidade (tempo), regulagem do diafragma, etc., a técnica exige um aprendizado que não é processado sem que haja por parte do etnógrafo, mediações conceituais. Em ambos os casos, fotografia ou vídeo, o processo posterior à descrição etnográfica no diário de campo, associado ao da *decoupage* e edição das imagens, torna-se um rico processo de avaliação reflexiva da própria estética das imagens, distorcidas ou não, que habitam os pensamentos do antropólogo em situação de pesquisa de campo.

Narrar a memória coletiva dos habitantes nas cidades brasileiras

Desde 1997 desenvolvemos o projeto intitulado Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) que se dirige à criação de narrativas etnográficas com base nas novas tecnologias eletrônicas e digitais e à sua circulação na Internet na forma de um banco de conhecimento sobre a cidade de Porto Alegre.¹

Configurado na modalidade de coleções etnográficas, o BIEV reúne documentos textuais, visuais e sonoros antigos e recentes da cidade, oriundos dos projetos de investigação de seus pesquisadores e bolsistas de iniciação científica no contexto da vida urbana local. Tais coleções encontram-se agrupadas em quatro bases de dados, segundo seus diferentes suportes (textos, fotografias, vídeos e sons) e, apenas posteriormente, irão configurar a base de dados do BIEV, apresentada em duas modalidades: BIEV-data, posto-fixado-de-consulta² e na Internet, o BIEV-site³, endereço eletrônico www.biev.ufrgs.br.

O tema que reúne os pesquisadores e bolsistas do BIEV é o estudo antropológico da experiência temporal no mundo urbano contemporâneo, suas modalidades narrativas e as suas repercussões nas práticas e saberes que os indivíduos e/ou grupos constroem em suas relações com a cidade. O que se coloca é a relevância de se contribuir para uma reflexão a respeito das diferentes formas expressivas adotadas pelas tecnologias de pensamento (oralidade, escrita, fotografia, vídeos, redes digitais) no mundo urbano contemporâneo, numa intenção interpretativa do conhecimento da matéria do tempo e de suas cadeias operatórias geradas no interior das sociedades complexas.

Ao se reunir coleções etnográficas de antigas imagens históricas dos acervos da cidade e o registro audiovisual dos itinerários urbanos; das narrativas biográficas e das trajetórias sociais atuais dos moradores nas cidades construídas nos exercícios de etnografia *de* e *nas* ruas em seus territórios de vida, estamos procedendo a um ato interpretativo que nos permite observar que matéria das formas de vida urbana, desde suas radiações, reúne em seu fluxo, passado/presente/futuro.

-
1. A propósito, ler das autoras ECKERT, C. e ROCHA, A.L.C. da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.
 2. Onde se encontra situado o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (sala 108 do prédio do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados/ILEA, no Campus do Vale/UFRGS, Porto Alegre, RS).
 3. Importante ressaltar que os documentos visuais e sonoros que configuram as coleções de documentos etnográficos que fazem parte da base de dados do BIEV-data foram reproduzidos de sua forma analógica para as formas digital e eletrônica, tendo origens diversas (reproduções de imagens antigas e recentes obtidas em suportes diversos, tais como fotografias, livros, revistas, jornais, filmes, vídeo, etc., além daquelas produzidas já em suporte digital e eletrônico).

No âmbito deste projeto importa igualmente referir a construção sistemática do campo antropológico interpretativo que relaciona as experiências etnográficas em contextos urbanos. Com esta motivação propomos desde 2002 o sub-projeto “Narradores Urbanos” em que nossos interlocutores são os próprios antropólogos brasileiros que desenvolvem a linha de pesquisa antropologia urbana. A coleção de documentários com os narradores urbanos é construída a partir de entrevistas sobre a trajetória dos intelectuais e, sobretudo, a partir da proposta de deslocamentos do narrador com a equipe de pesquisa nas ruas da cidade-contexto de seu estudo a fim de reconhecer suas interpretações sobre as dinâmicas culturais e sociais nas cidades moderno-contemporâneas. A “etnografia nas ruas” na cidade do narrador urbano, compõem assim um deslocamento em ruas e bairros na cidade de Porto Alegre, com Ruben G. Oliven (2007), no Rio de Janeiro com o antropólogo Gilberto Velho (em 2006) e em São Paulo, com o antropólogo José Guilherme Magnani (em 2008)⁴. Experiências de compartilharmos os percursos selecionados pelo narrador urbano, registradas pela equipe em imagens audio-visuais e reordenadas, no processo de roteirização e edição, com as imagens que revelam esse jogo de memórias sociais e coletiva e que potencializam o quadro conceitual de seus estudos sobre as cidades.

F1



4. Compõem ainda o projeto Narradores Urbanos os documentários produzidos sobre a trajetória intelectual de Eunice Durham (finalização 2009), Ruth Cardoso (finalização 2010), Tereza Caldeira (finalização 2011) e, em andamento, os documentários com Alba Zaluar, Antônio Arantes e Hélio Silva.

F2



I1



Uma síntese do mundo

Rue Faugourg du Temple e Rue de Belleville - Paris

A oportunidade de desenvolver um pós-doutoramento em Paris, ao longo do ano 2001, criou a possibilidade de ampliarmos para o contexto parisiense os exercícios de etnografia de rua que vínhamos desenvolvendo em vários bairros de Porto Alegre. Em junho de 2001, dois meses após nossa chegada a Paris e uma estada de dois meses alojadas em apartamento de amigos no XIII^{ème} *arrondissement* (definição pelo qual a cidade de Paris é dividida administrativamente em bairros), mudamos para nossa moradia alugada, um apartamento «deux pièce», situado na *Rue de la Fontaine au Roi*, no XI^{ème} *arrondissement*, em edifício projetado pelo arquiteto Louis Fargon em 1894, conforme está inscrito no pórtico de entrada.

Lá estávamos nós, habitando um bairro parisiense «típico» em razão de sustentar uma tradição pluriétnica, tal qual tinha sido nossa proposta de trabalho de pós-doutoramento estruturada ainda em Porto Alegre. Na época, a proposta era desvendar a cidade de Paris a partir de uma pesquisa etnográfica sobre as formas tensionais de vida no seu contexto urbano, em um ensaio comparativo com as situações por nós pesquisadas, no Brasil.

Recém-chegadas ao bairro, e morando nas proximidades da *Place de la République*, uma região considerada por muitos como território de cruzamentos culturais os mais diversos (o que lhe dá uma feição de desordem que nos lembra a paisagem urbana de determinadas áreas centrais dos grandes centros urbanos do Brasil), nossos primeiros dias no local foram de tímidos passeios nas cercanias da nova residência. Percorremos várias vezes as ruas mais próximas, confirmando as nossas representações a respeito das marcas da multietnicidade de sua paisagem, impressões tecidas durante cinco anos, quando vivíamos em Paris (Eckert de 1987 a 1991 e Rocha de 1990 a 1994), a época de realização do doutoramento.

A escolha de uma rua em especial no bairro nos foi sugerida por um «nativo» francês e parisiense. A *Rue de Belleville* (derivado do nome «bela vista» por situar-se na segunda maior elevação de Paris, após Montmartre) nos foi apresentada como sendo uma das mais interessantes para explorarmos uma França «profunda», segundo nos confessara este “nativo” em referência a sua memória povoada de boas lembranças do «tempos de boemia» dos anos 1970 no local. A sugestão era um convite para retornarmos ao exercício reflexivo em torno das formas diferenciais de se «viver a cidade» que vínhamos fazendo no Brasil, agora a partir de nossa inserção em Paris.

Foi, portanto, com tais motivações iniciais que nos aventuramos em nossas primeiras longas caminhadas pelas ruas que nascendo na *Place de la République* seguiam em continuidade até o limite da cidade: *Rue Faubourg du Temple* e *Rue Belleville*.

Mapa na mão, livros de história da cidade e do bairro, folders turísticos, álbuns de fotografias publicados, fichas de documentários assistidos sobre o bairro, pesquisas na Internet usando a palavra-chave “Rue de Belleville”. Esses recursos serviram como instrumentos importantes para dar os contornos e contextos etnográficos iniciais dos traçados a serem percorridos.

Nossas caminhadas iniciavam-se regularmente na *Place de la République* onde o trajeto da *Rue Belleville* tem o nome de *Rue Faubourg du Temple* e deste ponto, subindo em direção ao morro de *Ménilmontant*, sob os traços da linha de metrô *Chatelet/Porte de Lilas*, *carrefour* entre os X^{ème}, XI^{ème}, XIX^{ème} e XX^{ème} *arrondissements*. Nos limites desta linha de metrô situam-se várias estações, inclusive, a estação de Belleville, território nos arredores da qual podemos ainda descobrir pequenos fragmentos da ambiência antiga do vilarejo que ali existiu, preferido por artistas e poetas desde o século XVIII, encantados com o ar «mais salubre» e as habitações mais populares que existiam no local. Um carroussel na esquina parece testemunhar um ethos boêmio que evoca imagens de uma memória longa de pais e avós que observam as crianças girando em cavalos e dragões de madeira imaginários.

F3.



No trecho em que esta rua traz o nome de *Rue Faubourg du Temple*, estão concentradas inúmeras moradias residenciais que se misturam a uma paisagem pontilhada de várias casas comerciais que se sucedem, tais como boutiques tipicamente francesas, açougues, um clube de lazer privado, cafés, pada-

rias, fruteiras, livrarias, um cinema com filmes alternativos, lojas de aparelhos eletrônicos, etc. Na altura do *Canal San Martin*, esta mesma rua torna-se mais estreita. Na esquina à direita, um restaurante *McDonald's*, e na localizada à esquerda, um café tipicamente parisiense, constituindo o que parece um pórtico de entrada para um mundo das “mil e uma noites”. O comércio passa a ser dominado por proprietários de origem árabe com quinquilharias que avançam pela calçada buscando chamar a atenção do possível cliente, além de algumas casas de produtos típicos do Paquistão, das Antilhas e da África.

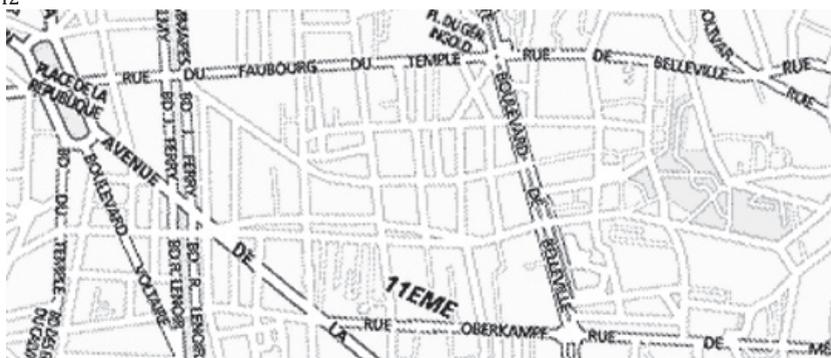
F4



F5



12



F6



F7



F8



F9



Nas lojas de «quinquilharias» que estão situadas no trecho descrito acima são vendidas diversas mercadorias por unidades. Faz-se esta observação para diferenciar este território daquele que contempla o comércio da *Rue de Temple*, situado do lado oposto à *Place de la République*, e onde os comerciantes, predominantemente de origem asiática, vendem por atacado. Neste local, as vitrines podem ser esteticamente fascinantes, mas, restrito ao atacado, a clientela é quase invisível, deixando as ruas vazias mesmo em dias de semana.

Ao contrário, na *Rue Faubourg du Temple*, torna-se extremamente difícil manter a caminhada em linha reta, uma vez que ao longo do percurso somos surpreendidos por produtos e mercadores dispostos nas calçadas, disputando espaço com os pedestres.

A divisa entre a *Rue Faubourg du Temple* e a *Rue de Belleville* (trecho que constituía a principal rua do antigo vilarejo de Belleville), situa-se no cruzamento com as grandes avenidas denominadas *Boulevard de la Villette* e *Boulevard de Belleville* (esta última conhecida por abrigar o ponto turístico do Cemitério *Père-Lachaise*).

Com as calçadas sempre lotadas, seja em horário diurno ou noturno, deslocar-se nesta rua é estar no meio de uma pequena multidão que se acotovela e a palavra «pardon» é escutada aqui e lá. Os sotaques nos levam a paisagens diversas imaginando as trajetórias complexas na saga dos imigrantes. Uma mulher de “foulard” (véu) carrega um típico pão francês (*baguette*) que é carregado “*comme il faut*”, entre o braço e o tórax.

Fechar os olhos nesta encruzilhada e ouvir os sons em diversas línguas, uma polifonia de vozes, nos desvendam os atores que dialogam em

francês, árabe, chinês, africano, português, o que nos faz lembrar a noção maussiana de *mana* na obra sobre a dádiva de Marcel Mauss (1974), pois é certamente um território onde se misturam as almas e as coisas.

F10



F11



F12



F13



De uma esquina a outra, fica-se estupefata ao presenciar a variabilidade de pertencimentos étnicos. Em uma esquina, encontra-se um clube chinês, que é sede de assíduos casamentos como atestam os frequentes Rolls-Royce estacionados em frente, decorados com flores de plástico vermelhas e fitas brancas, adornos que indicam tratar-se de um carro nupcial. Já na outra esquina, a mesquita anuncia um território muçulmano para logo depois contrastar com uma loja de carnes especializada na cultura judaica.

Um olhar mais atento às fachadas das casas comerciais confirma o multilinguismo como marca local. Ao lado da indicação do estabelecimento escrito em francês, *noblesse oblige*, (*boulangerie*, *pâtisserie*, *coiffeur*), encontramos regularmente essas informações traduzidas na escrita chinesa, árabe e turca, hebraica, etc. Esta imagem de cruzamentos culturais é reforçada com a placa que anuncia a presença da filial *Quick, fast food* americano, cercado pela ambiência fortemente europeia de cafés tipicamente franceses, de um carrossel tradicional disputado por crianças, das padarias, confeitarias típicas e da fachada dos grandes prédios que se sucedem na rua.

Escolhemos um trecho de nossos diários de campo para descrever esta ambiência, ao mesmo tempo, confusional e fusional.

Na Rue de Belleville, em Paris, um viajante desavisado pode se sentir chocado com a surpreendente mistura étnica do bairro (3 junho 2001). Hoje, dia 17 de agosto, percorremos novamente a Rue de Belleville e confirmamos que as nossas primeiras impressões, registradas no diário de campo, relativas à nossa primeira caminhada nesta rua, no início de junho, não eram exageradas. Hoje, para se chegar neste «canto do mundo», não é preciso se deslocar de metrô, o sistema de transporte mais popular na cidade de Paris. Nossa residência não se situa muito longe deste território. O dia estava bom e convidativo para uma etnografia de rua, termo que adotamos, em 1997, para denominar exercícios de observação de itinerários urbanos na cidade de Porto Alegre. Aliás, ao sair de casa, na Rue de la Fontaine au Roi, pode-se dizer que estamos no território da multiplicidade étnica típica do bairro. Ainda na nossa rua, na quadra oposta ao nosso prédio, um restaurante senagelês, ao lado dele, um restaurante cubano e, seguindo-o, na mesma calçada, um restaurante tipicamente francês. Na esquina de nossa quadra, um bar com clientela que escuta em alto volume músicas cantadas em árabe ou tocadas com a popular guitarra argelina. Mistura de signos que anunciam a característica do bairro: uma torre de Babel, uma síntese do mundo. No curto percurso que se faz na Avenue Parmentier, antes de subirmos a Rue du Faubourg du Temple em direção à Rue de Belleville, podemos registrar alguns comércios dominados por hindus (ou serão paquistaneses?). Estas lojas comerciais se sucedem: mercadinhos, barbearias, etc. Atravessamos, assim, este pequeno trecho da Avenue Parmentier, subindo a Rue Faubourg du

Temple até o entroncamento da boulevard La Villette com a boulevard Belleville, que nos introduzem à Rue de Belleville. Neste carrefour, tenho a tentação de fotografar tudo, o que evitei neste momento, pois queria ficar atenta aos personagens da rua. Um grupo de três homens de origem hindu ou paquistanesa conversa na esquina, mas eles são minoria perto da quantidade impressionante de homens de origem argelina (ou serão magrebinos?) que se espalham nesta esquina. Parece uma manifestação, mas eles estão apenas conversando em local público, afirmando ser a rua o lugar masculino por excelência desta cultura. A presença destes personagens nos cafés de esquina é massiva. Cumplicidade predominantemente masculina, sem dúvida. Tomam café, bebem cerveja e fumam muito as tradicionais 'narguilé' (cachimbos de origem persa). Vários grupos de homens se formam, os cumprimentos com beijos na face são frequentes, lembrando ser este um costume não só francês, mas também presente na cultura árabe. Os mais jovens parecem preferir um aperto de mãos, mas tudo indica a presença de relações de bairro ou de vizinhança, ou simplesmente 'habitués'. Ouvem-se várias línguas possíveis com a predominância do árabe. O movimento é incessante. Passam, caminham, tomam diversas direções provando que evocar os limites da rua é uma preocupação errônea. Em um esforço, observamos quem são as mulheres nesta babilônia improvisada e percebemos que são as mulheres de origem africana vestidas a caráter e as mulheres de origem asiática que dominam as calçadas em clara atitude de compradoras de produtos diversos na imensidão de lojas e armazéns que dominam a Rue de Belleville.

Sem dúvida, por inúmeros indícios, podemos afirmar que estamos em um território parisiense, embora a estética urbana que predomine não seja a da suntuosidade de uma França monárquica ou medieval nem mesmo de uma Paris haussmaniana, como aquela que o turista insistentemente busca nos I^{ème}, IX^{ème} ou XVI^{ème} *arrondissements*. Na contramão do turismo de uma história monumental francesa, *Belleville* viveu e, ainda vive, sob outro ritmo temporal. Segundo apontam os livros de história da «velha Paris», nenhum outro canto da cidade conservou suas características campestres por mais tempo que *Belleville*.

Até fins do século XIX, a paisagem do bairro concentrava pedreiras, vinhedos, sítios, pomares, abatedores e algumas fábricas de manufaturas e armazéns, separados entre si por ruelas estreitas que se entrecruzavam, com larguras diversas, variando de 60 cm e 2 m, onde galinhas, patos, cães e pessoas disputavam seus espaços de vida, cercados por terrenos vagos, jardins abandonados, tavernas, cabarés e casas acinzentadas de dois andares, com corredores fechados por pequenas cercas de madeira em lugares. Um cenário que herdara os vestígios de ambiências de sociabilidades coletivas de outros tempos, períodos em que ali se realizavam as famosas corridas de touros e a

pitoresca festa do vinho com bebedeiras, orgias e badernas conhecidas e reconhecidas na memória dos parisienses como a época em que Paris tornava-se «Roma sem o Papa».

Os inúmeros documentários que assistimos do bairro relatam que ele emerge da paisagem urbana, acalentado por uma importante presença de movimentos sociais, de revoltas e de conspirações populares que acompanharam a história francesa do século XIX. Uma história marcada pela agitação política que se termina com a supressão inteira da comuna de *Belleville* em 1860, e, posteriormente, com a anexação de parte de seu território à região parisiense, recebendo, desde então, em diferentes épocas, levas de imigração de diversas procedências, cujas marcas pluriétnicas caracterizam o local. A forte presença recorrente destas camadas de diferentes tempos, através da referência do olhar etnográfico aos seus fragmentos e detalhes na paisagem urbana desta área do bairro, amalgamam-se no tempo presente de nossa caminhada.

Desde o início do empreendimento do exercício, portanto, fiéis à ideia de aprofundarmos as reflexões em torno da “etnografia de rua” como técnica destinada ao estudo dos itinerários urbanos e da memória coletiva no mundo contemporâneo, insistimos em caminhadas pela *Rue de Belleville*. Nosso destino final, em termos geográficos, pode ser considerado a *Porte de Lilas*, uma das portas que delimita a fronteira entre a cidade de Paris, organizada em 20 bairros, e a periferia de Paris, conhecida pelo nome de *banlieue*.

Em inúmeros pontos dos trajetos adotados para se atingir a *Rue de Belleville*, guiavam-nos algumas publicações destinadas a curiosos sobre as histórias registradas na memória dos bairros parisienses e de suas regiões limítrofes. Assim, nos deixamos levar por idas e vindas em ruelas que cortam a *Rue de Belleville* e que nos conduziram a belas e boas surpresas, como foi o caso da descoberta do Parque de *Belleville*, cujo acesso é feito por uma pequena ruela, a *Rue Piat*, bordada à direita, coberta por algumas antigas árvores herdadas das velhas alamedas ali existentes, e que esconde dos passantes a «bela vista» da cidade de Paris que dali se pode ter, sem precisar disputar com nenhum turista o melhor ponto de visão.

Mantivemos caminhadas constantes na tentativa de descobrir uma *Belleville* «no tempo de outrora», mas cujos indícios nos ligassem a atual *Belleville*. Esta foi a forma como tomávamos contato com os pequenos pedaços de paisagem que são quase invisíveis se comparados com a agitação da *Rue de Belleville*, como foi o caso da *Rue de l'Hermitage*. Nesta rua de traçado irregular, quase um beco, situada à esquerda de quem desce a colina de *Belleville*, ainda se pode observar diminutos conjuntos arquitetônicos formados por aglomerados de antigos casarios, com seus jardins apertados por prédios de apartamentos. Todas essas casas baixas foram adaptadas às atividades de seus novos donos e/ou moradores, em geral artistas, em um sinal da permanência da aura através da qual *Belleville* tornou-se conhecida na memória da cidade.

Mesmo na ausência da antiga *Belleville* e dos seus acidentes geográficos (fontes, pedreiras e poços) para nos situar na ambiência romântica do bairro, a cada nova saída, insistíamos em levar conosco o mapa da atual Paris em uma das mãos e, na outra, livros da «velha Paris» que narravam estórias pitorescas do lugar. Íamos, assim, caminhando a passos lentos, surpreendendo-nos aqui e acolá com os trajetos sinuosos das ruas que, vez por outra, cortavam em zigue-zague a *Rue de Belleville* e nos conduziam em direção ao topo do morro de *Ménilmontant*.

Em outra ocasião, deslocando-nos à esquerda de quem sobe a *Rue de Belleville*, em direção à *Place de Fêtes*, atingimos, no coração do XX^{ème} *arrondissement*, o Parque *des Buttes Chaumont*. O passeio havia sido programado no sentido de aproveitarmos, como moradoras do local, a ambiência tipicamente de lazer de fim de semana dos parques parisienses em um quentíssimo dia de verão. Pais com seus filhos, casais de namorados, grupos de adolescentes, moradores de rua solitários, cachorros e seus donos, vendedores de sorvetes, cata-ventos e balões, enfim, uma multidão de pessoas passeia, uns deitam-se na grama dos jardins, outros sentam-se nos bancos ou disputam uma das mesinhas dispostas nas calçadas para um típico café. Recém-chegadas do mais rigoroso verão tropical, ao contrário dos parisienses que acabavam de sair de um longo inverno cinzento, frio e chuvoso, apenas desejávamos uma sombra agradável protegidas do sol e do calor intenso que fazia naquele dia.

Nos deslocamentos constantes, nos divertíamos com o fato de estarmos ora no XIX^{ème} *arrondissement*, ora no XX^{ème} *arrondissement*, uma alteração de posição no mundo que dependia de onde estávamos situadas, se de um ou de outro lado, esquerda ou direita de quem desce a *Rue de Belleville*. Uma divisão jurídico-administrativa que não alterava a paisagem da rua e muito menos a feição do próprio bairro, assim como não produzia nenhum efeito de marcas diferenciais entre os estilos de vida dos moradores locais.

Nas constantes caminhadas, quase sempre a descoberta de pequenas ruas e os impasses, como incidentes de percurso, marcaram nosso afastamento da *Rue de Belleville*. Em um destes dias, aproveitamos a visita de uma colega, Maria Elizabeth Lucas, para nos colocarmos como guias turísticos de seu deslocamento no bairro. Optamos por subir a colina de *Ménilmontant* de ônibus, o «96», até as proximidades da *Place de Saint Fargeau*, ponto final de várias outras linhas de ônibus. Uma passageira brasileira que se encontrava no ônibus, ouvindo nossos comentários em língua portuguesa e sotaque brasileiro, identificou-se rapidamente como antiga moradora do bairro e profunda conhecedora de seus hábitos e características, indicando-nos várias outras opções de trajetos que desconhecíamos.

Esse encontro foi um lembrete para nós de que tínhamos um longo caminho de aprendizagens sobre os diversos territórios do bairro que permaneciam ainda invisíveis aos nossos olhos. Humildemente, descemos do ônibus,

caminhamos até a *Rue des Pyrenées* e de lá iniciamos, então, a «descida» da *Rue de Belleville*, pois estávamos no alto da colina. Pequenas ruelas sem saída nascem em perpendicular à *Rue de Belleville*. Aproximando-nos da *igreja Saint Jean Baptiste de Belleville*, prestávamos mais atenção à sequência de edifícios, buscando aquele no qual havíamos visto, em nossas primeiras incursões pelo local, uma placa anunciando que ali havia habitado a cantora francesa Edith Piaf, tendo, segundo biografias, nascido nas próprias escadarias que conduzem aos apartamentos, com a sua mãe em estado de embriaguez.

Na ocasião, “descer” a *Rue de Belleville* era percorrer o caminho inverso do que havíamos nos habituado quando deixávamos a nossa casa em direção ao bairro. Do topo do morro, esforçando-nos em olhar por cima da curva que esta rua desenha, primeiro à direita, e depois em forma de “S”, à esquerda, pode-se ter uma ideia dos motivos originais que deram este nome ao lugar. Posicionado quase no topo da colina, o etnógrafo-turista consegue uma *belle vue* da cidade, uma imagem fugaz da *Tour Eiffel* que é logo recortada, aqui e ali, pelo perfil das fachadas dos prédios de apartamentos que hoje ocupam a área. Visto de cima, sob o topo do *plateaux de Ménilmontant*, de 117 m, desce-se quase em linha reta até a *Place de la République*, um dos *carrefours* que liga em forma de estrela inúmeras ruas e avenidas que deságuam no XI^{ème} *arrondissement*.

Nos percursos de nossas etnografias de rua, em *Belleville*, a interação com o Outro nem sempre é possível. Em alguns dos trajetos, ela é simplesmente provocada pela situação de pesquisa propriamente dita, em outros, este encontro procura revestir-se do tom casual de nossas ações ordinárias no bairro como parte integrante de sua população de *habitués*, como descrevem os fragmentos do cotidiano etnográfico transcrito neste trecho de diário de campo que segue:

Para fotografar um contexto interno na *Rue de Belleville*, entramos em um salão de beleza e tentamos estabelecer uma conversação com a proprietária e as funcionárias, todas mulheres asiáticas. A proprietária não permitiu que eu fotografasse o local e para disfarçar meu constrangimento, optei por dizer que também estava lá para um corte de cabelo, buscando durante este tempo, explicar-me melhor. O que foi aceito sem nenhum entusiasmo, passando-me para uma jovem que não falava francês e indicava todas as ações que devia seguir com gestos e palavras soltas em chinês. O diálogo, em plena Paris, fora interrompido pela barreira da língua.

Em ambos os momentos por nós assinalados acima, o «caminhar» do etnógrafo busca as diferenças entre o olhar da investigação e o olhar que orienta as caminhadas nos locais turísticos de Paris, em que este *status* de «turista» parece revestir a todos de certa proteção contra a crítica ou o olhar reprovador. A foto auto-

rizada ao turista parece ser menos comprometedora de uma situação de inserção no local repleta de práticas ilegais e estratégias de sobrevivência, pressuposto que podemos exemplificar através deste relato:

Mais uma recusa para fotografar, desta vez um vendedor de castanhas parado na esquina da Place de la République. Um carrinho de supermercado é a “churrasqueira” provisória em que um fogareiro com carvão em brasas esquenta as castanhas depositadas em uma chapa com furos. A reação do provável indiano foi taxativa, não! Aqui uma pressuposição passou a ganhar forma para nós: não é negligenciável o número de trabalhadores estrangeiros, principalmente vendedores ambulantes, em situação irregular. A fotografia se tornaria uma prova desta atividade ilegítima e por esse motivo, em geral a foto “posada” é recusada. A negociação mais longa é impossível devido à barreira da língua, pois esses são trabalhadores que não falam francês e se escondem em seus segredos de comunidade étnica.

Outra parte extraída de nosso diário de campo ilustra essa forma «casual» de ocuparmos os lugares de vida urbana na *Rue de Belleville* tal qual apreendemos como «etnografia de rua» e como ela permite, por sua fluidez, que possamos nos aproximar do contexto urbano de grandes cidades como estes fossem verdadeiros «cantos do mundo»:

Ir às compras em Belleville, na tentativa de descobrir temperos e ingredientes para uma feijoada «à brasileira» é descobrir lojas de especiarias antilhas e africanas. Lojas que procurei também levada pela necessidade de comprar certas bugigangas de plástico para a casa, as quais são encontradas nos supermercados no Brasil. Aqui, para comprar um balde, uma garrafa térmica, copos de vidro ou material elétrico, procura-se nas lojas «dos árabes», se queremos comprar tecidos para cortinas e almofadas desloco-me até as lojas dos «indianos» e africanos. Para renovar o estoque caseiro de molhos e chás, há os supermercados dos «chineses». Posso, se for o caso, «dar um pulo» no Monoprix, um supermercado «bon marché», com aparência de uma loja de departamentos, para ver as ofertas de vinhos e queijos franceses! Todas elas são sempre boas e nobres razões para percorrer a Rue de Belleville em seus mais diversos contextos, como se ali vivêssemos há um bom tempo. Sem dúvida, ao final de cada ida a campo sempre acabo interrogando-me sobre a forma como a aparência caótica da rua não só agrada aos meus olhos de etnógrafa da desordem urbana, como também desafia o meu senso estético ao provocar a busca de um sentido para a diversidade tensional de cores, temperaturas, cheiros, texturas, tamanhos, formas dos produtos comercializados nestes lugares, tal qual as próprias pessoas que transitam por entre as prate-

leiras, corredores e calçadas de Bellevile. Um esforço reflexivo que vem sempre acompanhado do ato recorrente de me disfarçar no Outro, certamente na tentativa de encontrar ali, eu própria, o meu lugar de estrangeira em Paris, fazendo desta rua a minha casa natal.

Certamente, algumas convenções sociais na forma de habitar tais áreas de um bairro parisiense nos pareciam familiares, não só por já termos vivido na cidade de Paris para desenvolver programa de doutoramento, mas também por compartilharmos de uma cultura urbana que, mesmo em se tratando de Brasil e de uma cidade da escala de Porto Alegre, cultiva o gosto pelo deslocamento no anonimato. Entretanto, caminhar por Paris, nos limites traçados pela *Rue de Bellevile* nos remetia constantemente ao nosso encontro, como estrangeiras, com a multiplicidade de culturas e etnias denunciadas não apenas pelas diferenças entre tons de pele, cor dos olhos, tipos de roupas, de penteados e adereços, de expressões e gestos etc. dos habitantes locais, homens, mulheres ou crianças, moradores ou não. Havia igualmente a confrontação com as inúmeras sonoridades de voz com que o Outro se apresentava aos nossos olhos. Seja em árabe, chinês, vietnamita, hindu, *yddish*, seja nas línguas africanas que nos era difícil de precisar a origem, todas elas, ao mesmo tempo, neste espaço parisiense, nos incitavam constantemente a uma reflexão sobre nossa própria língua e cultura como estrangeiras ao lugar, apontando para o esforço de «vigilância epistemológica» a ser feito para ultrapassar tais barreiras. Um pequeno trecho de nosso diário de campo pode ilustrar este processo aqui apontado:

No dia 5 de outubro, o traçado percorrido não se diferencia muito de caminhadas anteriores. Caminhar pela Faubourg du Temple e pela Bellevile é o objetivo, mas neste dia carregamos um aparelho fotográfico. A intenção maior é buscar a riqueza da multiplicidade étnica. Não é difícil cumprir este objetivo, pois este é o contraste predominante. Lojas comerciais de origem árabe, judia, hindu, chinesa, vietnamita, cubana, etc., se vizinham em uma aparente harmonia contrastando com o clima de conflito e tensão mundial entre as culturas orientais e ocidentais que a operação vigilância-pirata do governo francês em seu programa contra o terrorismo, busca acordar. Porém, nestas ruas, nenhum policial se faz presente. As diversas etnias ali presentes certamente precisam recorrer às notícias da imprensa e televisão para lembrar que a chamada guerra americana ou ocidental contra o terrorismo acontece neste mesmo momento em algum lugar. Fotografamos vários estabelecimentos e situações na rua. Um vendedor ambulante de origem hindu vende milho aquecido no carvão. Não entendo de onde possa ser a origem deste hábito. Perguntamos para ele se podemos fotografar e ele consente, coisa rara, pois em geral temem as fotos por serem trabalhadores irregulares. Porém, o diálogo sobre a prática da venda do milho não prossegue, pois o vendedor não fala francês. Outro

senhor parecendo ser de origem árabe, pergunta o que procuramos saber. Repito minha pergunta e devido meu forte sotaque ele interroga de onde venho? Respondo ser brasileira e explico não conhecer a origem do hábito de vender milho queimado. O que importa é que todos compreem. Lembramos que os franceses costumam vender castanhas da mesma forma, alimentação que os teria salvado da fome em diversas situações de guerra e de miséria. Seguimos nosso caminho sempre fotografando, visando interações e a prova de que, em Paris, a estética urbana é a mistura de estilos.

Retomando-se os diários de campo para fins de análise, somos atraídas pela cultura polifônica tratada por Mikhail Bakhtin em suas obras sobre a cultura popular e sobre a teoria do romance em que propõe o conceito de heteroglossia para dar conta da capacidade de convivialidade e circularidade das narrativas (BAKHTIN, 1992, 1996).

F14



F15



Em Belleville, a estética da polifonia das interações populares proposta pelo autor parecia movida por forças de sentido inerentes à multiplicidade étnica e diversidade dos arranjos locais que hospeda a memória coletiva dos diversos grupos sociais na cidade símbolo dos tempos modernos.

A apresentação de outro extrato do diário de campo pode aqui exemplificar, mais precisamente, o que dissemos acima:

No dia 5 de setembro, a caminhada como sempre foi iniciada na Rue Faubourg du Temple. A intenção era seguir um traçado mais desordenado tendo esta rua e a de Belleville como referência, fazendo quase um zigue-zague. Na esquina com Boulevard de la Villette, formando um grupo constituído por homens e mulheres, há seis pessoas sentadas na calçada que apresentam claros sinais de embriaguez. Parecem ser de origem francesa, repetindo uma tendência que observamos nas ruas parisienses: pessoas em geral de cor branca, na faixa de 30 a 50 anos, sentam-se em calçadas ou degraus de lojas e consomem muito álcool. Costumam ficar sempre no mesmo lugar, pedem dinheiro e frente à recusa dizem um simples «merci», ou mesmo um desaforo, certamente devido ao estado de embriaguez. Neste dia não faz frio. Há bancos que são ocupados por homens provavelmente aposentados devido à aparência mais idosa. Portam típicos chapéus argelinos. Conversam em dupla ou em pequenos grupos. Conversam em língua

de origem, parecem tranquilos. Aparentemente jogam conversa fora para matar o tempo. Já na esquina com a boulevard Belleville, o que chama a atenção é a quantidade de açougues judeus próximos a uma sinagoga. Os negócios estavam todos fechados com bilhetes escritos à mão anunciando os obséquios de um dos patrões.

O que vivemos nos percursos diários é intensamente o movimento, a interação, as práticas cotidianas. A efemeridade da nossa passagem, entretanto, certamente nos impede de desvendar uma série de códigos locais, etiquetas, segredos, não ditos, gestos, olhares e ações que nos passam despercebidos, e que apenas uma continuidade da pesquisa de campo neste espaço pode elucidar. Porém, é a própria experiência de estranhamento/familiarização que está sendo dramatizada. Aparências imediatas buscam ser ultrapassadas em parte pelas imagens que retemos, pela fotografia, pelo vídeo, pela descrição no diário.

Em especial, no que se refere o uso dos recursos audiovisuais, nossa opção foi, neste momento, fotografar com uma câmera digital as cenas, personagens, situações e dramas que compunham a paisagem urbana de *Belleville*, como se reflete nesta passagem do diário de campo:

Neste dia, nosso deslocamento com a máquina fotográfica parece não chamar a atenção, pois a prática do turismo no local não é estranha aos moradores. A obscenidade que nosso olhar indiscreto possa provocar parece não incomodar. A luz para tomada fotográfica é boa. Um típico dia de outono. O enquadramento é, ora no sentido horizontal, ora vertical. Pode-se observar que tendemos a enquadrar de forma retangular certamente devido à estreiteza da rua e à intenção de, neste momento, buscarmos mapear os espaços de continuidade das ruas. Fotografamos interações e cenários que, para nós, traduzem as formas do lugar. Interagir com os habitantes foi um pouco mais frustrante, embora aqui e ali, algum mendigo ou algum adolescente demandam: me fotografa!

O uso sistemático da câmera fotográfica ou da câmera de vídeo nas caminhadas por estas ruas objetiva a reconstrução de uma narrativa a partir da própria temporalidade do registro da imagem no instante em que o acontecimento se desenrola sob nossos olhos, o que desencadeia a presença de todas as outras imagens que nos habitaram em momentos e situações anteriores quando o olho que registrava não era o da câmera, mas o olho humano repleto de pequenas impressões mnésicas, experiências sensoriais, evocação de imagens de outras cenas urbanas, em outros bairros, cidades e países. Cenas evocadas pelo diário de campo, pela fotografia ou vídeo, todas as imagens que nos habitam ao passo que nos deslocamos pelas ruas, avenidas, lojas, esquinas, etc. Da Paris de Hemingway à Paris de hoje, de Paris à Porto Alegre, e vice-versa, elas estão lá, conosco a exigir o rigor comparativo com as imagens apreendidas que dão sentido ao evento urbano propriamente dito que encerra a etnografia de rua em *Belleville*.

CAPÍTULO 2

ENCONTRANDO IMAGENS NA E DA RUA DA PRAIA: RELATO DE UMA ETNOGRAFIA DE RUA

Patrícia Rodolpho

“Pudesse eu contar, em três colunas, três quadras apenas da Rua da Praia. Por certo nelas não caberia o turbilhão de vida e de evocações grudado em suas calçadas”.

(Ruschel, 1971, p. 10)

Habitar uma cidade pode nos fazer acreditar que sabemos tudo sobre ela. Concretamente, vivenciamos o presente, com suas belezas, seus transtornos e as oportunidades que os lugares nos dão. O futuro é algo pelo qual uma cidade pode ser trabalhada: concepções de melhoria pelas quais se constroem e se destroem estruturas estéticas expressivas de cada época – edificações, ruas, avenidas, viadutos e túneis. Situação que, ao menos com relação às grandes metrópoles brasileiras, tende a se ampliar e reestruturar.

Estes espaços são depositórios de uma memória da cidade. Uma memória que abarca um tempo muito maior que a existência pessoal porque conhece, por alguma perspectiva, a história dos lugares. Esse conhecimento sobre lugares, mais distantes no tempo que a nossa própria memória, forma-se a partir das informações que recebemos em nossas vivências cotidianas como, por exemplo, os relatos daqueles que nos são próximos – parentes, vizinhos, conhecidos – e que nos situam nas suas trajetórias, nos contando “como eram as coisas no seu tempo”.

Outras circunstâncias nas quais aprendemos sobre as cidades são, por exemplo, a escola, com sua história informal, e os veículos de comunicação de massa – rádio, jornais, revistas, TV – que nos colocam a par dos acontecimentos cotidianos que se referem à cidade. Outro aspecto que vincula o indivíduo à sua cidade são as suas próprias trajetórias particulares, com suas peculiaridades – oportunidades de vida, projetos individuais, desejos, gostos, valores e a capacidade e interesse de cada um.

Todas estas formas de conhecimento vão, ao longo do tempo, construindo o imaginário dos habitantes de uma cidade: imagens mentais que se formam a partir de todas as informações acumuladas, mas que, entretanto, podem desconhecer aspectos reais ocorridos em tempos passados ou mesmo no presente.

Assim, este trabalho propõe-se a analisar um dos espaços mais antigos e significativos de Porto Alegre: a rua dos Andradas, popularmente chamada de Rua da Praia. A opção por este espaço como universo de pesquisa, correspondeu às escolhas territoriais traçadas no âmbito dos objetivos do Projeto Integrado CNPq das Professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no meio urbano contemporâneo” no qual, na qualidade de bolsista de aperfeiçoamento CNPq de 1997 a 1999, pude entrar em contato com tais referências.

Essas referências decorreram de várias atividades desenvolvidas durante o Projeto Integrado: as entrevistas com informantes, as quais têm fornecido relato de pessoas que estão residindo há muito tempo na Rua da Praia; do trabalho de pesquisa com o acervo das revistas “O Globo”, cujos textos e imagens apresentam informações preciosas sobre o cotidiano da cidade; da pesquisa de imagens de Porto Alegre; bem como da busca pela formação teórica que contemple o aprendizado sobre a cidade.

Toda essa diversidade de informações impulsionou a realização da tarefa de etnografia de rua que, nesse caso, contempla o espaço da Rua da Praia, mais especificamente de três das suas quadras. Inicialmente, mapeou-se a rua em sua totalidade, mas a atividade etnográfica mostrou que cada quadra ou cruzamento de rua oferece uma infinidade de elementos e circunstâncias passíveis de serem explorados pelo pesquisador.

Desta forma, iniciou-se a atividade etnográfica da Rua da Praia, esquina com a Rua Senhor dos Passos. Este “final” é, na verdade, o ponto de ligação da rua e do centro com o restante da cidade. A partir daí, foram etnografadas três quadras onde se iniciou o calçadão da Rua da Praia: a diferença entre os calçamentos foi determinante para o recorte espacial desta pesquisa, como será tratado mais adiante.

Esta etnografia foi elaborada a partir do método de pesquisa e da técnica de observação participante, mais precisamente através de uma etnografia de rua, segundo a definiram as orientadoras desta pesquisa Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert. O perambular e fotografar pela rua foram acompanhados pela escrita de um diário de campo. A composição e recomposição do(s) cenário(s) da Rua da Praia, a partir do trabalho de campo, teve no recurso fotográfico, a estratégia de pesquisa fundamental.

F1



F2



Inicialmente, procuramos contextualizar, através do tempo, o cenário e a ambiência da Rua da Praia a partir de seus elementos estéticos e das práticas comportamentais daqueles que a frequentavam. Isso é construído com base em dados coletados em textos de antigos cronistas que viveram e experienciaram a cidade, nas entrevistas com informantes do Projeto Integrado, bem como nas informações buscadas em trabalhos científicos que abordam este tema.

Especificamente da parte etnográfica e, sobretudo, do ambiente, com suas características e circunstâncias, procura-se relacioná-lo ao passado, trazendo à tona seus resquícios, confrontando-os com o contexto atual do espaço. A renovação, a substituição e a sobreposição das formas estéticas da Rua da Praia são fatos contemplados em um ensaio fotográfico, apresentado ao final deste trabalho.

Não é o nosso interesse traçar a história da Rua da Praia, mas sim apresentar as alterações pelas quais ela – assim como o centro de Porto Alegre – vem passando. Mais do que isso, procuramos com o recurso da imagem mostrar como elementos estéticos de tempos diferentes estão ali articulados.

Algumas questões nortearam nosso olhar, sendo elas: como a Rua da Praia apresenta-se esteticamente, quem a frequenta e quais são as suas funções? Quais são as imagens que ela nos apresenta hoje e quais as suas relações com as imagens de outrora? Quais as imagens mentais recorrentes dos seus frequentadores?

Trata-se de dar conta da memória dos que transitam entre a realidade atual e um forte sentimento afetivo relativo a tempos passados nos quais a prática do cotidiano nesta rua era outra. Procura-se também colocar a situação de estar em campo realizando uma etnografia urbana, relatando as peculiaridades e problemas que despertam a nossa atenção, o que nos instiga a conhecer mais a fundo cada aspecto ou acontecimento que se apresenta aos nossos sentidos.

Assim, a Rua da Praia é tomada como um universo de análise quase infindável, seja porque a cada momento esbarramos com seus elementos históricos, remetendo-nos a um tempo em que ela era realmente diferente do que é hoje, seja porque as práticas atuais dos usuários deste espaço também apresentam muitos elementos passíveis de análises mais atentas por parte do pesquisador.

F3



F4



A riqueza de significados da Rua da Praia, aliada à intensa atividade comercial e ao ininterrupto trânsito de pessoas, problematiza a atividade de campo, tornando este espaço por vezes adverso à observação, ao mesmo tempo em que multiplica os focos de atenção para o observador.

A Rua da Praia: vivências ao longo do tempo

Um dos aspectos que impulsiona a proposta de analisar a Rua da Praia, um dos espaços mais tradicionais de Porto Alegre deriva sem dúvida do seu próprio tempo de existência como via de passagem, local de comércio e residência de comerciantes, autoridades e família importantes: reconstituindo algumas das características deste espaço, tem-se aquele que já foi um de seus lugares mais aristocráticos. O historiador Charles Monteiro nos ajuda na compreensão da importância da Rua da Praia para a cidade neste trecho:

“A malha urbana, entendida como a rede de caminhos e lotes dentro das fortificações, estava constituída por três ruas que partindo da ponta da península atravessavam-na no sentido longitudinal e se encontravam diante do portão da vila (...).

Essas ruas mudavam de nome ao longo de seus percursos fazendo referências às peculiaridades do terreno ou a atividades importantes para a comunidade. Assim ocorria com a Rua da Graça e Rua da Praia (atual Andradas), Rua da Ponte e Rua do Cotovelo (atual Riachuelo), Rua da Igreja e Rua do Hospital (atual Duque de Caxias). Estas foram as primeiras a receber calçamento, chafarizes para o abastecimento de água (1779), limpeza, policiamento e iluminação de candeeiro a óleo de peixe (1832). Nestas ruas residiam os comerciantes responsáveis pelo desenvolvimento do porto (...), as autoridades do governo da província e as famílias mais importantes e endinheiradas”. (Monteiro, 1995, p. 25).

No começo do século XIX, de acordo com as descrições de viajantes europeus, a Rua da Praia já era considerada a principal rua da cidade. Nessa época, essa era a rua mais próxima do Guaíba, razão pela qual ficou conhecida por este nome. Em 1820, Saint-Hilaire observava que ela era extremamente movimentada, foco do comércio da cidade: “Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros, e muitos negros carregando fardos. É provida de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões” (Saint-Hilaire, 1974, p. 43). Segundo Dreys, comerciante inglês que residiu em Porto Alegre entre 1817 e 1825, essa era a rua mais extensa e importante de Porto Alegre com respeito ao comércio e à população, sendo formada principalmente por casas altas “... de estilo elegante e moderno, quase todas habitadas por negociantes...” (Dreys, 1990, p. 99-100).

Essa rua era, portanto, habitada por ricos comerciantes, enquanto que as classes inferiores ocupavam “as ruas abertas sobre os planos superiores” (idem). Ainda na década seguinte (1833-1834), Arsène Isabelle além de notar a beleza das casas que ocupavam a Rua da Praia realçava sua função comercial, pois nela concentravam-se “todas as lojas e principais casas de comércio” (Isabelle, 1983, p. 61).

“Na segunda metade do século XIX, Porto Alegre passou por significativas transformações nos seus aspectos urbanos: era a modernização e o início da feição burguesa da cidade, quando as praças e as ruas centrais de Porto Alegre perderam suas antigas formas e ganharam um novo perfil, sendo que a Rua da Praia era o eixo de efervescência urbana da época” (Pesavento, 1991, p. 33). Além disso, sempre foi um dos primeiros espaços da cidade a ser contemplada com as melhorias de serviços como iluminação, coleta de lixo e abastecimento de água.

A distinção entre frequentadores da Rua da Praia e a sociabilidade que praticavam é um aspecto bastante valorizado por cronistas da época. Segundo Achylles Porto Alegre, a livraria Americana foi a mais antiga do Estado, fundada em 1875 “... este antigo empório de livros tornou-se, logo, o ponto convergente dos intelectuais, magistrados, advogados, estudantes, que não só iam ali comprar e encomendar livros, como trocar dois dedos de sécca leve e fugitiva” (PORTO ALEGRE, 1922, p. 87). Outro dado interessante é que data de 1862 a primeira confeitaria da cidade, chamada “Confeitaria Schramm”, localizada na Rua da Praia (segundo o historiador Mazon, s.d.). Estas casas proliferam-se na virada do século, tornando-se talvez o principal ponto de encontro e reduto de sociabilidade.

Com o passar do tempo, a Rua da Praia continuou desenvolvendo fortemente seu comércio e intensificou o seu “glamour” que a caracterizou por muito tempo tornando-se “... um local de passagem, sem dúvida, mas também de encontro e de troca. É um espaço de prazer e uma vitrine imensa e viva, que se contrapõem aos objetos imóveis das vitrines das lojas” (Pesavento, 1992, p. 64).

Nas obras de cronistas, é constante a alusão à qualidade e ao refinamento dos objetos comercializados na Rua da Praia. A valorização da existência de artigos importados, sobretudo da Europa, no comércio porto-alegrense parece dignificar a cidade e seus habitantes. Referindo-se especificamente à “Casa Masson”, Achyles descreve os produtos lá encontrados:

“... ostentando em suas vitrines custosas joias, aparelhos a fantasia e outros objetos de arte, era nessa época, loja de roupas brancas para homens, e de perfumarias dos mais célebres fabricantes de Paris, Londres, Viena e Berlim.(...). Nunca vi coleção de chapéus de sol de seda, com cabo de marfim e madrepérola, bengalas de unicórnio, com castão de ouro, e da barbatana como aí”. (PORTO ALEGRE, 1922, p. 22)

A leitura de cronistas do século XIX, como os escritos de Achylles Porto Alegre, por exemplo, possibilita a recomposição do cenário e da ambiência da Rua da Praia. Tais crônicas permitem que, durante o trabalho de campo etnográfico, o pesquisador detecte com mais atenção na atualidade uma série de elementos estéticos que permaneceram através dos tempos como, por exemplo, o estilo neoclássico da grande maioria dos prédios antigos que sobrevivem na Rua da Praia.

Outros cronistas mais recentes como Arquimedes Fortini e Nilo Ruschel continuaram a descrever a Rua da Praia a partir de suas lembranças. O aspecto comportamental e os valores pelos quais os indivíduos eram considerados relacionavam-se também em função da vestimenta e dos lugares que frequentavam como os cafés que se tornavam redutos da sociabilidade masculina. Sobre a vestimenta Fortini coloca que: “... em Porto Alegre (...) sempre houve gente que gostou de trajar pelos últimos figurinos vindos do estrangeiro. E os pontos que costumavam frequentar eram, naturalmente, aqueles mais centrais e movimentados da cidade, onde o melhor pudesse exibir seu “aplomb” e despertar a atenção alheia, notadamente do sexo feminino” (Fortini, 1953, p. 32).

Até a Segunda Guerra Mundial, a Rua da Praia estava recoberta das influências europeias, os cafés e o *footing* eram uma vitrina, os entretenimentos possibilitavam uma forma de exposição dos indivíduos, e o Centro de Porto Alegre era o lugar chique por excelência. Entretanto, a Rua da Praia perdeu muito destas suas características glamourosas. Atualmente, como ocorre na maioria dos centros das grandes cidades brasileiras a Rua da Praia revela a descaracterização dos estilos arquitetônicos empreendidos e o comportamento primordialmente funcional de seus usuários. No lugar do *footing* da Rua da Praia, prestigiado pelos moradores da cidade até a década de 50, observa-se hoje o movimento de uma população inteira, vinda de vários bairros com destino ao trabalho ou em busca de serviços diversos. A proliferação do comércio informal (camelôs, feirantes e músicos), os prédios antigos desgastados pelo tempo em meio a outros estilos arquitetônicos bem mais funcionais, além das mudanças relativas ao estilo da indumentária para frequentar este espaço, são alguns dos aspectos estéticos importantes nos quais podemos detectar as transformações consequentes da passagem do tempo.

A corrente alteração que este espaço vem sofrendo é facilmente verificada quando contrapomos as crônicas ou as fotografias antigas que nos contam sobre o comportamento, hábitos e indumentária refinados de seus usuários, aos relatos atuais de entrevistados que ainda vivenciaram aquela ambiência. Com relação ao cotidiano e às lojas, uma antiga moradora que entrevistei nos conta sobre a Rua da Praia:

“(...) muitas lojas foram descaracterizadas. Agora tu vê a casa Lyra. Era uma casa que há pouco tempo mantinha o mesmo estilo de quando ela era antiga. Agora ela é totalmente descaracterizada, não é mais a Lyra que a gente conheceu (...). Tinha o Hermann, tinha umas lojas assim... e foram tudo fechando. O Bromberg quebrou, o Bromberg era uma loja maravilhosa (...). Tu saía da matinê e ia passear na Rua da Praia, saía do cinema e ficavam as moças passeando e os rapazes iam pros cafés. Era uma beleza essa Rua da Praia.”

Outra antiga moradora do centro de Porto Alegre relata a sua primeira impressão da Rua da Praia, quando veio residir na capital gaúcha em 1953.

Ela conta ainda as formas como era aproveitada a rua em termos de distração, deixando claro em sua narrativa a alteração da sua própria conduta diária relativa ao uso desse espaço:

“Nessa época comecei a conhecer Porto Alegre. Lembro da primeira vez que vim ao centro, foi engraçadíssimo. Peguei o bonde, vim sozinha, lembro-me de chegar na Rua da Praia e caminhar, aquela primeira impressão, deslumbrada(...). Por exemplo, de noite eu não vou mais sozinha na Rua da Praia, e nós saíamos a caminhar pela noite, fazíamos uma volta. Quando eu estava recém-casada, a gente se encontrava com os amigos caminhando na Rua da Praia. (...) então tinha a hora de fechar as vitrines e todo mundo ia antes, para ver as lojas, para ver as modas, era uma coisa superbacana, sabe?”

Há muitos depoimentos significativos de pessoas que frequentaram com regularidade a Rua da Praia em outras épocas, contextualizando com precisão as alterações que vem ocorrendo neste espaço. Entretanto, quando procuramos saber da relação de pessoas mais jovens com a rua, entramos em contato com relatos que falam da dificuldade de se transitar pela zona central ou, inclusive, de sua certa aversão ao centro e à Rua da Praia. Atualmente, para muitas pessoas é preferível excluir estes lugares de seus percursos cotidianos, denotando a redução de um sentimento afetivo que este espaço tradicionalmente despertava.

Ao contrário dos informantes que geralmente estão por volta dos 50 anos, uma informante de 18 anos, residente em um bairro de classe-média alta de Porto Alegre – afastado do Centro –, não demonstra nenhum entusiasmo em falar sobre a Rua da Praia:

“(...) Ah! Eu não gosto de ir ao centro, não gosto mesmo, até porque é muita gente, eu me perco, me sinto totalmente perdida no Centro, não me acho muito bem lá. Eu até tenho medo de ir ao centro, de assalto (...)”.

E continua, relatando as suas poucas experiências no Centro da cidade:

“(...) Eu fui fazer um passeio com a faculdade, lá no centro, sobre arquitetura. Foi bom porque eu fiquei sabendo de um monte de prédio que estão ali há um tempão. Eu vou lá quando preciso comprar material na Casa do Desenho, e só. Ou se eu preciso ir na Mesbla, alguma coisa assim que não tenha por aqui. Ou quando eu vou na Biblioteca Pública (...)”.

O imaginário dos habitantes da cidade de Porto Alegre acerca daquela que outrora foi a sua principal e mais aristocrática rua se altera, assim como a própria

Rua da Praia foi se alterando ao longo do tempo. Passando por destruições e construções, processos de renovação, ela é hoje uma ambiência popular. Os artigos refinados são, atualmente, encontrados nos *shopping centers* ou em outros pontos da cidade, cedendo lugar aos objetos oferecidos pelos inúmeros vendedores ambulantes. A sociabilidade, na figura dos homens de mais idade conserva alguns traços de épocas anteriores, mas a Rua da Praia não é mais um lugar de sociabilidade, de entretenimento por excelência.

Guardando resquícios, ela revela-se aos olhos de quem a observa com mais atenção. E assim, passamos a esta atividade: observar a Rua da Praia, descrevê-la e, com certeza, admirá-la em suas inúmeras facetas.

Trajetos e cruzamentos

A etnografia da Rua da Praia exigiu que, ao longo do trabalho de campo, fossem desenvolvidos técnicas e instrumentos de observação que permitissem uma melhor e mais clara abordagem deste espaço. Em outras palavras, todas as decisões tomadas deram-se em função das dificuldades que se apresentavam e buscavam facilitar e otimizar a busca pelos dados.

A primeira e principal decisão tomada foi a de diferenciar na rua os espaços de trajetos e cruzamentos e, em cada um deles, foi adotada uma metodologia para que se pudesse compreendê-los melhor. De fato, os resultados encontrados nesses lugares demonstraram algumas diferenças que podem ser atribuídas a sua própria conformação espacial.

Enquanto nos trajetos houve, involuntariamente, uma análise mais voltada aos aspectos físicos e materiais, nos cruzamentos de rua foi possibilitada a observação de circunstâncias envolvendo os indivíduos que ocupam a Rua da Praia. Portanto, iniciaremos a descrição pelos trajetos da Rua da Praia, procurando sistematizar a forma pela qual estes espaços foram abordados, seus problemas e suas descobertas e, posteriormente, faremos o mesmo com os cruzamentos de rua.

Análise de trajetos

Circulando pela "subida da Rua da Praia"

Há, possivelmente, alguma singularidade em etnografar um objeto de pesquisa já conhecido de antemão. Coloca-se esta questão porque, ao realizar a etnografia urbana em uma cidade ou espaço já conhecidos, é natural que o pesquisador esteja imbuído de uma série de preconceitos com os quais ele provavelmente entrará em choque durante o trabalho de campo. Nesse momento, há uma necessidade de mudança de olhar com relação ao objeto pesquisado e esse pode ser o primeiro problema da atividade de campo.

No caso de uma etnografia urbana, essa mudança de olhar implica a observação atenta de elementos que podem ser conhecidos de antemão, mas que até então não eram percebidos isoladamente, fazendo parte indivisível da imagem da ambiência do lugar. E a primeira imagem de uma ambiência como a da Rua da Praia mostra-se confusa, forte e movimentada, revelando e escondendo elementos a partir da própria percepção do pesquisador. O que, afinal, deve ser etnografado para suprir o recorte do objeto de pesquisa?

Na confusão de elementos estéticos que ocorre na Rua da Praia é preciso que o pesquisador reordene-os, obrigando-se a selecionar aqueles que se constituam mais pertinentes para o trabalho. Nesse caso, procurou-se por aqueles elementos que deixassem transparecer as alterações da atmosfera do local e que revelassem a substituição, renovação ou sobreposição das formas estéticas da Rua da Praia.

Para isso, a intenção inicial no trabalho de campo foi a de observar apenas os prédios e estabelecimentos comerciais, de modo que a necessidade de ordenação do espaço fosse suprida. A observação centrou-se nos estilos arquitetônicos, em busca das edificações mais antigas, bem como de suas funções atuais. Contudo, havia ainda o objetivo de observar a dinâmica da Rua da Praia com relação ao aspecto humano. Como veremos mais adiante, essa foi uma das dificuldades sentidas durante a etnografia dos trajetos e a observação de tais aspectos ocorreu somente quando o trabalho de campo direcionou-se para os cruzamentos de rua.

Também se pretendia perceber qual era a situação real da Rua da Praia com relação à higiene e à conservação do espaço físico: preservação das calçadas, dos prédios e do sistema de iluminação.

Outros microaspectos como cartazes, latas de lixo e a própria colocação dos esquemas publicitários (sendo que de forma alguma a questão da publicidade na Rua da Praia pode ser considerada um microaspecto), foram encontrados durante o trabalho de campo e revelaram-se bastante significativos.

Metodologicamente, optou-se por caminhar circularmente pela “subida da Rua da Praia”. Caminhou-se por uma das calçadas, olhando e anotando em sequência cada prédio do lado oposto com suas características: antigo ou novo, restaurado ou não e em quais condições, tipos de ornamentos e qual o tipo de comércio que abriga. Posteriormente, para facilitar a visualização dos prédios foi criada uma Ficha de Reconhecimento de Edificações. Apesar de considerar todas as edificações, inclusive pela necessidade de delimitar o espaço que cada uma ocupa, o foco de atenção continuou centrando-se nos prédios mais antigos. São estes que conformam uma das faces que contrastam com os efeitos da passagem do tempo na Rua da Praia.

Nesse trajeto, foram encontrados geralmente sobrados de uso misto, que datam da virada do século, principalmente do início do século XX, em função de características estéticas referentes às suas fachadas. Com relação à estética arquitetônica, a predominância está no estilo colonial adaptado ao

difundido estilo neoclássico, e no posterior ecletismo a ele associado, o que possibilita uma conciliação entre as inovações tecnológicas que eram constantemente assimiladas (Reis Filho, s/d, p. 136-169).

Provavelmente, a casa mais antiga encontrada nas três quadras “etnografadas” é uma que está situada na subida da Rua da Praia, a qual já foi denominada “casa com porão alto”, representando a transição entre os velhos sobrados e as casas térreas (Reis Filho, s/d, p. 34). Essa edificação traz alguns traços da arquitetura do final do século XIX, por exemplo: vergas das aberturas retilíneas ou em arco pleno com bandeiras de ferro, calha, platibanda simples e cimalkhas salientes para remates. Na pesquisa em imagens, esta casa foi encontrada em uma fotografia que data do final do século passado. Atualmente, ela está restaurada e abriga uma loja de artigos femininos.

Em conjunto com esta casa, estão outras três edificações, duas delas sobrados de uso misto (comércio no térreo e habitação na parte superior), cujas características estéticas nos reportam ao final do século passado: grades e peitoris de ferro, vergas das aberturas retilíneas, platibandas com balaustrada e/ou vasos de louça, cimalkhas. A terceira edificação do conjunto, cujos elementos estéticos do início do século a diferenciam das outras, apresenta fachadas curvas, frontões e ornatos, balcão de barro, colunas e pilastras, bem como cimalkha de diversas formas.

F5



F6



F7



Nesse trajeto, há duas edificações que são interessantes em função do comércio que desenvolvem: uma delas abriga uma das filiais de rede de lojas Butikão, que é uma empresa que sempre primou pela sofisticação, pelo atendimento diferenciado e pelos altos preços. Na verdade, até alguns anos atrás ainda eram encontradas muitas lojas chiques na Rua da Praia, mas o “Butikão” é um dos resquícios desse período. Atualmente, no trajeto da “subida”, encontram-se muitas lojas de R\$ 1,99, magazines populares e lanchonetes, bem como em torno de quatro a cinco óticas.

Chegando ao fim da calçada, ao pé da lombinha como não raro é cogminada a “subida da Rua da Praia”, está um dos prédios em melhor estado de conservação devido, provavelmente, às restaurações que vêm recuperando-o ao longo do tempo. O estilo neoclássico com fachadas curvas, frontões e or-

natos, cimalkas diversas, colunas e pilastras está emoldurado pela estética “McDonald’s”. A filial da lanchonete, aí estabelecida há alguns meses, explica o fato de esta esquina estar mais tumultuada, pois se tem acesso à loja por duas ruas – Andradras e Dr. Flores –, e pessoas enfileiram-se em frente ao prédio para examinar o painel que divulga os lanches, ao mesmo tempo que alguns funcionários distribuem volantes publicitários ao fluxo contínuo de passantes.

Também foram encontrados edifícios que provavelmente são fruto do impulso de modernização ocorrido em Porto Alegre: arranha-céus construídos em Porto Alegre, como o Edifício Egas Moniz, fazem parte da época na qual os casarões cederam lugar aos prédios e a verticalização do Centro.

Outro aspecto que devemos ressaltar na análise estética da Rua da Praia é a utilização das placas publicitárias, inclusive por estarmos em um aclave que nos permite visualizá-las melhor. E indo mais além, é necessário atentarmos para a forma como estas placas publicitárias são utilizadas. Podemos observar que estão em grande quantidade, em formatos grandes e que, sobretudo, em cada uma delas há um apelo de consumo pretensamente diferenciado, seja pelas cores, pelo design ou pelo material utilizado.

Considerando que estas placas publicitárias estão acopladas aos prédios, a publicidade torna-se um estímulo visual que acaba quase por suplantá-los. A adição de uma – em alguns casos mais de uma – placa publicitária a uma edificação altera sua estética. Essa prática em grande escala, como vem ocorrendo no caso da Rua da Praia, tem certamente alterado toda a ambiência do lugar.

Deve-se levar em conta ainda que as alterações relativas aos pontos comerciais – inaugurações e fechamentos – levam e trazem não só as placas publicitárias, mas também transformam a ambiência da cada estabelecimento. Por exemplo, se uma loja de roupas femininas, com uma decoração um pouco mais sofisticada, é fechada e nesse ponto é inaugurado um estabelecimento que comercializa produtos de R\$ 1,99 – circunstância que ocorreu recentemente na subida da Rua da Praia –, obviamente haverá uma série de alterações e substituições decorrentes desse fato. Isto não se dá apenas no âmbito dos aspectos materiais que aqui estão sendo analisados, mas também geram reflexos nas expectativas daqueles que têm na Rua da Praia um dos seus locais de passagem e de consumo.

Como referi anteriormente, apesar de centrar a análise nos prédios e pontos centrais, a observação de outros elementos também foi contemplada. O estado de conservação do aspecto físico está caracterizado pelas rachaduras dos prédios, pelos vidros quebrados, sujos ou trincados, pelos madeirames que apresentam fissuras. Há muita sujeira na Rua da Praia, há uma grande quantidade de fios elétricos que percorrem cada espaço da fachada dos prédios, como uma continuação emaranhada, que vai aos poucos se parecendo com uma rede que une todos os prédios. O sistema de iluminação da Rua da Praia, que mescla aos postes corriqueiros de luz, os antigos lâmpões – cerca de dois por calçada –, é outro dos resquícios da Porto Alegre antiga.

A multiplicidade de estímulos visuais que esses elementos estéticos transmitem conforma a ambiência da subida da Rua da Praia, a mistura do antigo com o novo ocasionada pela necessidade de substituição das formas que o próprio tempo exige.

Observação em um terreno plano

A Rua da Praia compreendida

entre a Dr. Flores e a Vigário José Inácio

A Rua da Praia tem como uma das suas principais características o fato de que, ao longo de seu percurso, é permitida ou não a livre circulação de veículos. Na subida da Rua da Praia, por exemplo, esta circulação não só é permitida, como também é bastante intensa em função do fluxo proveniente da Rua Dr. Flores – além de um tradicional ponto de taxis localizado neste local, várias linhas de lotações que partem do centro de Porto Alegre utilizam a Dr. Flores e a subida da Rua da Praia como ligação com os bairros.

Já a quadra seguinte que passamos a analisar, compreendida entre as ruas Dr. Flores e Vigário José Inácio, é a primeira onde o livre trânsito de veículos não é permitido, liberado somente a partir da Rua Caldas Júnior, cinco quadras abaixo dessa. Provavelmente, essa seja uma das diferenças significativas que alteram a utilização do espaço entre as duas quadras, e uma das conseqüências estéticas da não circulação de veículos está na permanência do calçamento de paralelepípedos da Rua da Praia. Nilo Ruschel, em seu livro de lembranças “Rua da Praia”, mencionava-o em muitos momentos:

“Uma rua não tem data e, queira Deus, não se lembre de levantar polêmica em torno da fundação da Rua da Praia. (...) Ao invés de rugas, ela apresenta lisa e sempre bela a pavimentação. Suas pedras, formando um belo desenho, que tem chamado a atenção dos visitantes, receberam a passagem de milhões de passos. (...) E porque devemos respeitar-lhe a imagem, tomara que não levem adiante uma ideia que alguém sugeriu, de reformular o chão da Rua da Praia: arrancar tudo e substituir o que está por uma chapa lisa e nivelada, de asfalto ou concreto” (Ruschel, 1971, p. 55-56).

Escorregadio, esburacado, desgastado pelo tempo com seus desenhos originais alterados em função de prováveis “reformas”, este antigo calçamento certamente é responsável por uma grande quantidade de tombos que diariamente sofrem os passantes da Rua da Praia. Esse caráter poético que se refere à antiguidade e ao desgaste do calçamento poderá, em algum momento, tornar-se argumento para o seu desaparecimento em favor de alguma alternativa mais moderna e funcional. Assim, a obtenção de registros de elementos estéticos históricos, que muitas vezes não são devidamente valorizados e que podem ter seu prazo de existência findado, torna-se fundamental e urgente.

Nesta quadra da Rua da Praia, continuam presentes os lampiões e os prédios antigos em meio à infindável quantidade de placas publicitárias das lojas. Aqui, encontramos um exemplo bastante significativo e que ilustra com muita clareza a renovação e a sobreposição de formas na Rua da Praia. Trata-se de um sobrado do início do século que abriga uma loja de calçados, cuja fachada contém as logomarcas dos produtos que a loja comercializa. Apenas a borda do prédio pode ser visualizada, se observada com atenção. Nela, vemos a platibanda com frontões e ornatos, cimalthas, adornos em gesso e figuras esculpidas.

Um suporte de aço reveste o restante do prédio, no qual além do nome da empresa foram colocadas diversas logomarcas de calçados: novamente encontramos com intensidade a multiplicidade de forma que os designs das logomarcas apresentam, mas que perdem a sua força individual quando apresentados em conjunto, como neste caso. A publicidade na Rua da Praia caracteriza-se por ser um estímulo visual que suplanta os prédios, cria uma tensão entre a força das cores que utiliza e os tons cinzentos constantes das edificações.

O exemplo desta loja de calçados revela algo corriqueiro em espaços comerciais antigos: a passagem do tempo mostra-se visualmente. Este aspecto temporal-visual ocorre a partir da articulação de elementos estéticos diferentes, que divergem porque foram concebidos em épocas diversas, a partir das tecnologias que estas épocas proporcionam ou proporcionavam. É, sem dúvida, o caráter tecnológico que origina essa multiplicidade de elementos visuais que vão tomando seu lugar no espaço das cidades e que, por outra razão, sobrevivem ou não ao tempo que passa.

Dois outros sobrados que consideramos relevantes são os que atualmente abrigam as lojas “Tabajara” e “Gastón”. O primeiro tem a influência positivista registradas em suas cimalthas, além da platibanda e as vidraças. O segundo, provavelmente um pouco anterior, tem adornos mais rebuscados, balcão no mesmo material do prédio, além de uma grande placa publicitária.

Breve espaço de continuidade

*A Rua da Praia entre a Vigário José Inácio
e a Mal. Floriano Peixoto*

O trajeto da Rua da Praia compreendido entre as ruas Vigário José Inácio e Mal. Floriano é tomado aqui como um espaço de continuidade por guardar algumas das mesmas características da quadra anterior, pois se pretende uma análise em função dos elementos estéticos que configuram uma determinada ambiência. As três quadras descritas neste trabalho, e em particular as duas últimas, foram analisadas como um conjunto singular em função das características estéticas que conformam a sua ambiência. Tal ambiência é o resultado de constantes transformações – no caso da Rua da Praia podem-se colocar

estas transformações como consequências de tentativas de renovação – de um espaço, a partir da presença de certos elementos estéticos.

Os lampiões e o calçamento, por exemplo, são alguns dos elementos estéticos que, a partir de características de funcionalidade e/ou utilidade específicas, podem tornar claras muitas concepções acerca do mundo como os indivíduos vivem o cotidiano. A questão dos desenhos dos calçamentos nos leva a perceber uma sociedade em que, possivelmente, o hábito de andar, caminhar, desfilar, estava imbuído de sentimentos mais contemplativos.

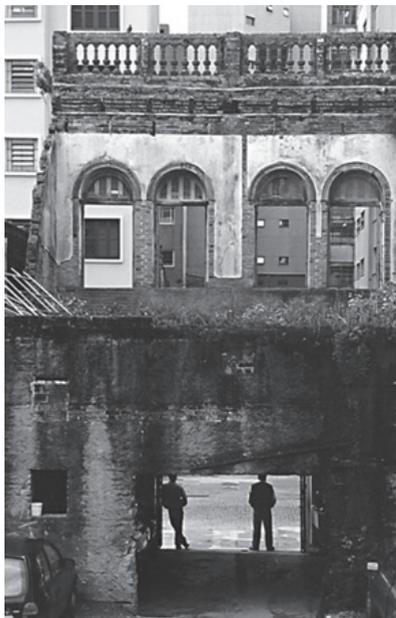
Os desenhos elaborados, não só na Rua da Praia, mas também em outros calçamentos da cidade, não eram projetados para não serem apreciados. Entretanto, na Rua da Praia o calçamento não é percebido pelos seus usuários porque o ato contemplativo não tem vez. Trata-se de um espaço onde há muitos estímulos aos sentidos, principalmente visuais e sonoros. A todo o momento surgem acontecimentos que chamam e exigem a atenção direta. Assim, pode-se acreditar que os sentimentos de uma época estão em harmonia com as formas desta época.

Os antigos postes de iluminação pública, ou os chamados lampiões, são outro resquício de tempos anteriores. Muitos já foram retirados, e durante a etnografia destas três quadras foram contados dois lampiões por calçada. À noite, fornecem uma esplêndida iluminação que, infelizmente, os porto-alegrenses via de regra não conhecem, uma vez que a Rua da Praia não é mais um lugar de passeio por excelência.

F8



F9



Assim, até este ponto nos detivemos na observação dos espaços da Rua da Praia que se caracterizam fisicamente por constituírem-se em trajetos. A análise de um trajeto, estrutura composta de dois sentidos de movimento, implica um tipo de observação que coloca o próprio pesquisador em movimento. Ao observar a Rua da Praia ao longo destas três quadras, embora em vários momentos a parada em algum ponto tenha sido de fundamental importância e nelas efetivamente tenham ocorrido as anotações para a escrita do diário de campo, o caminhar pela rua permaneceu como atividade primordial para a coleta de dados.

Ir e voltar no trajeto, procurando manter os pontos de observação naqueles aspectos invisíveis, constitui uma tentativa no sentido de apreender aquilo que não se vê, mas que se sente na Rua da Praia. Provavelmente, deve-se ao fato de caminhar por um trajeto procurando observar o que está meio escondido na Rua da Praia, que acertou uma análise bem mais direcionada à estética dos aspectos físicos deste espaço. Prédios, função dos pontos comerciais, sistemas de iluminação, utilização e conservação do espaço físico foram, involuntariamente, privilegiados perante os usuários da Rua da Praia.

Passaremos agora ao relato da atividade de campo nos cruzamentos de rua, onde se deu a observação dos indivíduos que transitam e trabalham e, porque não dizer, passeiam na Rua da Praia.

Análise de cruzamentos de rua

O início das observações da Rua da Praia certamente se deu pela alteração na conduta de observação causada pela própria alteração do espaço físico. Ora, enquanto nos espaços de trajeto que foram analisados até agora havia uma preponderância na movimentação em dois sentidos – ir e vir –, nos cruzamentos – também denominados enclaves – ocorre uma multiplicação desses sentidos, influenciando no fluxo do movimento.

Os cruzamentos mostram-se muito mais fervilhantes do que os trajetos, pois neles multiplicaram-se os acontecimentos: o sentimento de que na Rua da Praia “todo o mundo está passando o tempo todo” foi atenuado. Puderam-se observar as pessoas que param, que conversam, que trabalham. Aqui, estamos considerando isto um fato, mas pode ser uma decorrência da metodologia utilizada no trabalho de campo.

Enquanto nos trajetos o caminhar era propício à atividade de campo, nos cruzamentos permanecer em um ponto durante um tempo prolongado tornou-se fundamental. Ora, um cruzamento é composto via de regra por quatro esquinas. A riqueza da etnografia dos cruzamentos pode ser intensificada se o pesquisador observar o espaço a partir destes quatro ângulos, alterando o seu ponto de vista.

Assim, a metodologia utilizada na etnografia dos cruzamentos partiu da permanência em cada uma das esquinas do cruzamento, a fim de contemplar estes espaços na sua totalidade para compreendê-los melhor. Outro recurso que auxiliou na contextualização destes espaços foi a criação e a utilização de fichas para reconhecimento dos cruzamentos.

Além disso, os cruzamentos de rua revelaram-se muito diferentes uns dos outros. Em cada um, ocorrem circunstâncias específicas e particulares, devendo eles ser percebidos com suas singularidades. O primeiro cruzamento com o qual deparamos ao descer a “subida da Rua da Praia” é o da esquina com a Dr. Flores.

O cruzamento da Rua da Praia com a Dr. Flores

Neste primeiro cruzamento, foram “experienciadas” as possíveis abordagens na observação de um local em função da mudança de ponto de vista pelo observador. Em um primeiro momento, permaneceu-se ao lado do McDonald’s e logo percebeu-se um dos seguranças da loja enxotando um menino de rua. Tais seguranças têm, principalmente, a função de dispersar as crianças que podem vir a pedir “uns trocados” no guichê que fica situado em frente à calçada.

Nas esquinas, o comércio formal conta com as lojas McDonald’s, Aduana (loja de vestimenta masculina), Bella Modas (tradicional loja de vestimentas femininas, cujos preços frequentemente são altos) e uma agência bancária. O comércio informal está na atividade dos sorveteiros, pipoqueiros e camelôs, além dos carregadores que transitam pela Rua da Praia para levar mercadorias em seus carrinhos. Também é este um dos pontos onde seguidamente os policiais da Brigada Militar postam-se.

Além disso, há um antigo ponto de táxi nesta esquina, cuja fila é sempre imensa e adentra a Rua Dr. Flores. Com o trânsito de veículos permitido, há o escoamento de uma grande quantidade de veículos, sobretudo de várias linhas de táxis-lotações em direção à Avenida Independência, que distribui o trânsito para outras partes da cidade. A Dr. Flores é uma rua tumultuada, que se tornou muito estreita para dividir seu espaço entre transeuntes e veículos.

Desta forma, foi nos cruzamentos de rua que se percebeu a intensidade do trabalho na Rua da Praia. Há uma aglomeração de gente que está atuando todo o tempo em função do trabalho, especialmente em função do comércio informal.

As pessoas que param esperando alguém, os grupos de homens que conversam, as pessoas que chegam ao centro em grupos para realizar suas

tarefas se despedindo e indo cada uma para seu rumo. Assim as paqueras entre os alunos de cursinhos pré-vestibulares próximos foram vistas durante a permanência neste cruzamento de rua.

A impressão de rapidez constante se desfaz ao nos depararmos com uma sociabilidade que está implícita à dinâmica da Rua da Praia.

O cruzamento da Rua da Praia com a Vigário José Inácio

O cruzamento da Rua Vigário com a Rua da Praia é, mais do que o anterior, explorado pelos vendedores ambulantes e trabalhadores informais. Certamente em função de que, com a ausência de veículos, eles podem expor seus produtos ou circular em um espaço bem mais amplo.

Aqui, em uma das esquinas, há uma loja Marisa (rede nacional de lojas voltadas ao público feminino), com sua vitrina padrão que permite, através das paredes envidraçadas, a visualização dos manequins. Nas outras esquinas, há uma loja de calçados e uma loja de artigos direcionados ao público jovem. Interessa-nos aqui salientar a beleza dos prédios que se situam nestas esquinas. Provavelmente, são os primeiros arranha-céus construídos na região central de Porto Alegre.

Na quarta esquina, situa-se a loja Kirk, com a sua marca aristocrática – a coroa – registrada na logomarca, tradicional na comercialização de artigos masculinos. Este é um bom exemplo de transformações do caráter comercial na Rua da Praia: o comércio que sempre se distinguiu pela qualidade e elegância de seus artigos é agora suplantado por uma infinidade de barraquinhas de comércio de rua nada sofisticado.

Nesse cruzamento, diferentes tipos de trabalho informal são desenvolvidos: há trabalhadores que possuem uma barraquinha com licença da Prefeitura Municipal, há camelôs que depositam suas mercadorias sobre caixotes de madeira ou papelão, há pessoas que distribuem volantes de propaganda (divulgação de cortes de cabelo, compra/venda de ouro, cursos, fotografias 3x4), vendedores de loteria, de algodão-doce e maçã do amor. Observamos ainda pessoas que vendem todo tipo de objeto.

Reflexo de um país em que o desemprego faz parte da vida da população, o comércio é a forma que a grande maioria tem de “se defender” e encontra espaço significativo nos centros das grandes metrópoles brasileiras. Como consequência disso, no Centro de Porto Alegre, tem ocorrido uma intensa repressão aos ambulantes que trabalham com circulação de produtos sem tributar impostos. A ação dos fiscais da Prefeitura Municipal tem sido intensa, e a participação da Brigada Militar ocasionou alguns conflitos de caráter mais violento.

Ainda com relação aos trabalhadores informais, especificamente os ambulantes, é normal que se tenha a impressão de que “eles não têm um lugar fixo” e, inclusive, que em um mesmo local eles não são sempre os mesmos. Entretanto, a experiência neste cruzamento mostrou que os ambulantes determinam um lugar para suas atividades – se um informante foi contatado em um espaço qualquer da rua, o pesquisador terá a possibilidade quase certa de encontrá-lo novamente no mesmo lugar por muito tempo. Isto foi percebido não só na Rua da Praia, mas em outros pontos do centro da cidade.

No caso deste espaço, os trabalhadores geralmente posicionam-se no mesmo espaço dentro do enclave. A marcação do espaço é um traço do desenvolvimento do trabalho informa: o harpista não toca em qualquer esquina do cruzamento, assim como o vendedor de maçãs do amor resguarda o seu posto na sua esquina.

A divisão do espaço sonoro também foi sentida em algumas incursões a campo: aqueles que anunciam verbalmente os seus produtos criam uma polifonia de sons, uma divulgação e uma divagação mais ou menos sistematizada. Essas considerações sobre a dinâmica desses espaços não pretendem fixar conceitos, mas fornecer pistas para que, a partir delas, possam ser formulados outros estudos que privilegiem a utilização dos espaços urbanos por aqueles que os utilizem.

Conclusão

Este estudo, tendo como objetivo de pesquisa a Rua da Praia, um dos marcos referenciais da cidade de Porto Alegre, objetivou analisá-la a partir de suas feições estéticas, impressões de seus frequentadores, cronistas do passado e, sobretudo, a partir de uma atividade etnográfica.

As modificações pelas quais este espaço tem passado ao longo dos anos têm determinado o seu cotidiano. De uma rua aristocrática e fundamental para um lugar de atividade comercial da cidade, apesar de sua pluralidade de sociabilidades, a Rua da Praia transformou-se em lugar de vivências basicamente populares. De um ambiente de entretenimento e glamour, atualmente o dia a dia da Rua da Praia é basicamente funcional, na qual o trabalho sob diversas circunstâncias tornou-se o foco principal e motivador de seu intenso movimento.

A atividade etnográfica, aliada à utilização do recurso fotográfico, permitiu que fossem detectadas as renovações, substituições e sobreposições das formas presentes nesse espaço. As narrativas de informantes, bem como os escritos de antigos viajantes e de cronistas do passado, auxiliaram na reconstrução desse ambiente e, conseqüentemente, na contraposição entre os diferentes tempos que foram vivenciados nessa que é uma das primeiras vias metropolitanas de Porto Alegre.

A descaracterização do perímetro central acarretou, de certa forma, a sua desvalorização pelos habitantes da cidade. Atualmente, o imaginário construído por uma parcela significativa da população acerca da Rua da Praia tende a desvalorizá-la. O cotidiano que aí se desenrola não se mostra atrativo aos atuais padrões de bem-viver das sociedades urbanas. Fatores como segurança, limpeza e, até mesmo a possibilidade de estacionamentos, além da ambientação pouco atrativa, têm afastado os moradores da cidade.

Este estudo procurou trazer à tona uma série de aspectos que são características dos cenários dos centros urbanos das grandes metrópoles brasileiras. Os constantes processos de renovação que ocorrem de tempos em tempos têm, com certeza, o intuito de dar continuidade a uma espécie de vivência desses espaços em concordância com os padrões e valores vigentes em cada época. A dinâmica da Rua da Praia é, a partir dessas considerações, uma rica fonte para pesquisas frutíferas no âmbito da Antropologia Social.

CAPÍTULO 3

DAS RUAS DE ASFALTO ÀS MARGENS DAS ILHAS: CONFLITOS, ÉTICAS DE SEGREGAÇÃO E DE USO COMUM DAS MARGENS DA CIDADE.

Rafael Victorino Devos

Das ruas de asfalto às margens das ilhas

Conflitos, éticas de segregação

e de uso comum das margens das ilhas

Refletindo sobre a proposta da “etnografia de rua” lançada por Eckert e Rocha em artigo escrito em 2001 volta-se para um espaço bem diferente das avenidas e ruas centrais das cidades, que são as margens da cidade com a água. Descrevendo-as a partir dos conflitos de uso e ocupação das margens das ilhas de Porto Alegre, pretendo demonstrar como essa metodologia de deslocamentos constantes por duas ruas do universo de pesquisa foi fundamental para inserir os conflitos ambientais e tensões locais observados em uma reflexão sobre o processo de transformação da paisagem urbana entre a urbanização e a preservação ambiental.

Trata-se do Bairro Arquipélago, que é formado por 16 ilhas circundadas pelas águas dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos, Caí e pelo Lago Guaíba. Tais ilhas encontram-se à entrada da cidade, à noroeste do centro da capital. No atual contexto urbano-industrial do município, as pequenas propriedades rurais nas margens das ilhas cedem lugar a grandes residências e clubes náuticos destinados ao lazer de classes economicamente privilegiadas, enquanto que sua parte mais próxima das pontes e estradas de acesso configura-se como periferia urbana, uma “vila”¹ de classes populares de baixíssima renda. Há

1. O termo “vila” é usado com frequência no estado do Rio Grande do Sul para designar áreas urbanas também conhecidas como favelas em outros estados do Brasil.

mais de 30 anos, as ilhas passaram a fazer parte do Delta do Jacuí, área de proteção ambiental que restringe a legalização da moradia e de outros usos no solo alagadiço do Arquipélago, o que coloca grande parte de sua população em situação “irregular”. Esse processo de transformação da paisagem do Arquipélago, em meio ao desenvolvimento da região metropolitana de Porto Alegre, é narrado de forma muito particular pelos chamados “antigos” moradores das ilhas, que nos contaram suas trajetórias pessoais em meio a um repertório de estórias em que figuras míticas e lendárias são recorrentes.

Algumas narrativas serão apresentadas, mas é o contexto a partir do qual elas emergem e as relações sociais que se expressam no compartilhar da margem e na sua forma de “morar da mesma maneira” (Magnani, 1984) que serão apresentados, pensando justamente as margens das ilhas como ruas da cidade, espaços públicos, um ambiente cósmico e social (Durand, 2001). Para pensar o ambiente como espaço público no contexto de sociedades urbano-industriais, apontarei alguns significados compartilhados por determinados segmentos da população do Delta do Jacuí com relação às águas, às beiras de rio, aos banhados e às ilhas que estão relacionados a práticas diferenciadas que são articuladas com a moradia. São relações sociais e representações simbólicas que moldam o próprio ambiente que trarei aqui, articuladas entre o que Leroi-Gourhan chama de integração espacial entre o “refúgio” e o “território de ação” (Leroi-Gourhan, 1976, p. 145), na medida em que estuda a complexidade técnico-cultural que se desvela no desafio humano da domesticação do espaço e dos ritmos temporais. São as diferentes temporalidades das operações cotidianas desafiadas nos espaços do Delta e as formas em que se concretizam essas ações (o pátio, o barco, a rua, a carroça, as cercas, os muros) que darão diferentes configurações às ambiências na dimensão existencial dos espaços compartilhados pelos grupos que habitam o Delta. Destaco também as negociações éticas (Cardoso de Oliveira, 2001) presentes nas ações cotidianas, entre a família, a vizinhança e com os demais moradores da Região Metropolitana.

Arquipélago ou Delta?

A ligação das ilhas com a Região Metropolitana de Porto Alegre através da travessia de pontes e estradas que as conectam com a Região Sul do estado é considerada a responsável pela transformação do “padrão de ocupação” (Metroplan, 1999) das ilhas e pelo impacto ambiental sobre seus territórios. Seguir esse raciocínio simples, no entanto, seria aderir à oposição natural/construído, campo/cidade que não nos permite perceber que existem diversas lógicas de uso e ocupação das margens das ilhas, que dizem respeito a estilos de vida e itinerários diferenciados de grupos urbanos que optaram pelo ambiente alagadiço das ilhas como lugar de adesão na paisagem urbana.

A etnografia que realizei entre esses moradores seguia geralmente este caminho das pontes, em deslocamento por terra, de carro, de bicicleta, a pé e, sobretudo, de ônibus, saindo da zona central da cidade e percorrendo os 10 km que a separam das ilhas. O trabalho de campo que se iniciava no terminal de ônibus, observando passageiros já familiares, encontrando conhecidos, iniciando conversas informais, fazia, de certa forma, o caminho no sentido inverso ao que me relatavam os narradores da pesquisa, ao me contarem do quanto “morar numa ilha” marcava sua trajetória de inserção no contexto urbano. À medida que o ônibus “Ilha da Pintada” ia percorrendo grandes avenidas da cidade, cruzando o bairro Navegantes, o trânsito intenso era acrescido de pedestres e carroças que contrastavam com os automóveis que partiam para as estradas. Passando a ponte, os próximos pontos de parada do ônibus são como uma parada na autoestrada, embora estejam ainda em um bairro de Porto Alegre.

Enquanto os prédios do centro da cidade na outra margem vão ficando distantes na janela do ônibus, a primeira ilha que se atravessa pela ponte é a Ilha do Pavão, onde estão nas suas duas pontas dois clubes náuticos. Ao longo da margem, inúmeras habitações de madeira, zinco, lona e papelão, com cavalos pastando nos quintais, crianças correndo, pessoas separando material para vender do lixo que trazem da cidade de carroça ou puxando carrinhos feitos de estrutura metálica. Embora pareçam à primeira vista ocupações recentes, pela fragilidade das casas, elas evocam outras ocupações na forma de “vilas”, ou favelas, tantas vezes removidas dessa ilha, que são retomadas nas trajetórias de moradores dessa e de outras ilhas. A atividade com lixo reciclável está relacionada ao “lixão” que a Prefeitura de Porto Alegre manteve no solo dessa ilha até a metade da década de 1970, quando iniciaram as políticas de proteção ambiental da região.

A comunidade que se vê ao longo da estrada na ilha seguinte, a Ilha Grande dos Marinheiros, também tem em destaque o trabalho de catação e separação de lixo reciclável. Os terrenos são mais densamente ocupados, alternando-se entre armazéns, oficinas, casebres, casas de palafita, galpões, que formam a chamada “vila” de papeleiros e carroceiros, onde também residem famílias de pescadores, costureiras, empregadas domésticas, trabalhadores assalariados, donos de armazém, etc. Mas o cenário coloca em destaque o trabalho com lixo, nos pátios, nas ruas, nos meios de transporte. Esse cenário estende-se ao longo da estrada, acompanhando a ilha seguinte, a Ilha das Flores. Assim como a Ilha dos Marinheiros, em sua margem sul, ela é tomada por residências de alto padrão aquisitivo e clubes recreativos, que não são vistos da estrada.

Cruzando mais uma ponte, chega-se a uma parte continental do Delta do Jacuí, pertencente ao município de Eldorado do Sul. Após essa última ponte, sai-se da estrada por um caminho que cruza sob a ponte, rumando-se em direção à Ilha da Pintada. Novamente, são as casinhas de madeira e os barracos de papelão que se sucedem agora rente à estrada e à beira de um banhado, em

um contraste imenso com o outro lado do asfalto que é tomado pelos muros das grandes residências, guardadas por seguranças armados, alarmes, câmeras e enormes portões. Cruzando uma pequena ponte de pedra, entra-se finalmente na Ilha da Pintada que, por terra, se parece com uma pequena cidade logo que se chega, pois se vê uma igreja, uma escola, um pequeno comércio e os fundos da Colônia de Pescadores Z-5, formando uma praça e um centro administrativo da ilha. Nessa localidade, encontram-se novos condomínios residenciais e antigas residências à beira d'água, de famílias de classe média, algumas relacionadas às atividades comerciais como as bancas de peixe do Mercado Público de Porto Alegre.

Dobrando à esquerda, tem-se acesso finalmente à margem do Guaíba na Rua Nossa Senhora da Boa Viagem. Seguindo por essa rua, antigamente de terra e atualmente asfaltada em boa parte, ainda veem-se algumas casas de palafita e as pessoas vivendo um cotidiano entre a casa, a rua e a margem do rio. No entanto, novas residências muradas e gradeadas, algumas marinas particulares que guardam lanchas de passeio e outras construções apresentam já uma transição nas formas de ocupação dessa rua, que apresenta uma das vistas mais privilegiadas de Porto Alegre. Chegando ao final da rua, no Estaleiro Mabilde, hoje de propriedade da Marinha do Brasil, faz-se o contorno e chega-se a outra rua, essa sim, mais parecida com o trajeto pelas estradas que cruzam as ilhas, densamente ocupada por casas de madeira, alguma próximas dos banhados, outras já em terreno aterrado. A ilha da Pintada ainda encontra-se com outra ilha, a Ilha Mauá, acessível por uma pequena ponte para pedestres, onde hoje funciona a sede administrativa do Delta do Jacuí.

Esse deslocamento por terra já nos traz outra imagem do Arquipélago diferente do caminho sinuoso da água, pois forma uma imensa linha de fuga, partindo do centro de Porto Alegre, ou a ele retornando, contornando o lago, que muitas vezes, nem mais é visto, dependendo de qual parte do trajeto se percorra. A experiência da margem, como limite, nem sempre é vivida de imediato e da mesma forma. Cada vez mais, a ocupação das margens das ilhas se assemelha ao que o historiador Alain Corbin (1989) se refere como o fenômeno da “busca da orla” associado a determinados estilos de vida que buscam na Natureza, nas praias paradisíacas e nos paraísos naturais um refúgio dos males da “vida mental” (Simmel, 1979) da metrópole.

Embora esse atrativo da orla do lago seja evidente na lenta transformação de suas margens em área valorizada no mercado imobiliário da cidade, não há uma oposição simples entre “ricos” e “pobres”. Apesar do conflito, ou por causa dele, poderia dizer que, todos os atores envolvidos, partilham da opinião de que as ilhas são territórios privilegiados na Região Metropolitana em termos ambientais. Há uma dinâmica que marca a ocupação destes

territórios, entre moradores “estabelecidos”², famílias ditas tradicionais que residem na ilha há algumas gerações, e moradores já não tão “recentes” que se estabeleceram nas ilhas através de lógicas informais e que passam a se inserir em suas redes de relações. Essas relações se complexificam nas oposições entre as ilhas – os moradores da Ilha da Pintada são por vezes tidos como mais “estabelecidos” que os demais moradores da Ilha das Flores, dos Marinheiros e do Pavão porque a maioria dos terrenos possui escritura e eles não são “irregulares”. Novamente na Ilha da Pintada, há as “ruas de baixo” (próximas ao banhado) e as ruas de “casas de família” onde redes de relações se articulam, da mesma forma como encontrei essas diferenças entre os moradores do “Norte” ou do “Sul” da Ilha dos Marinheiros.

Embora a pesquisa tenha se centrado na escuta das narrativas de alguns desses moradores sobre suas trajetórias na cidade e sobre o imaginário associado à compreensão que têm da transformação da paisagem das ilhas, a metodologia da pesquisa envolveu esses deslocamentos constantes por esses territórios e uma observação dos arranjos cotidianos de algumas dessas ruas à margem das águas. É, portanto uma paisagem investigada pela contemplação, mas que também é percebida através da observação participante, de uma “etnografia de rua” (Eckert e Rocha, 2007). Estrategicamente, registrei em vídeo, sozinho ou em equipe, imagens da paisagem da beira da ilha, ou da cidade na outra margem, em dois espaços públicos significativos para o cotidiano das ilhas. Enquanto nos deslocávamos de um ponto a outro, buscando um informante ou um novo ponto de vista da margem, novas representações surgiam através da interação com os moradores e frequentadores dos seus espaços diferenciados. Elegi duas ruas em especial, a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ilha da Pintada, e a Rua Nossa Senhora Aparecida, na Ilha Grande dos Marinheiros, para investigar a estética mutante desses espaços, entre a dinâmica do ecossistema (alagamentos e períodos de estiagem), a apropriação diferenciada por parte da comunidade (colocação de cercas, uso compartilhado da margem, aterramentos), por parte do poder público e de outros segmentos sociais (colocação de asfalto, obra de saneamento, remoção de moradores, instalação de marinas e clubes náuticos, construção de muros e sistemas de segurança).

-
2. Refiro-me à relação que Norbert Elias (2001) investigou, entre relações de vizinhança, entre os “estabelecidos e os outsiders”, que dá nome a uma pesquisa realizada em uma pequena comunidade europeia em que antigos moradores discriminavam os moradores mais recentes, acusando-os de trazerem a corrupção e a crise à sua localidade, escamoteando tensões internas de uma sociedade bem mais heterogênea do que a imagem comunitária representava.

Caminhando pelas ruas das ilhas

Observar as ruas das ilhas sempre marcou uma segunda ruptura com meu cotidiano na cidade. Se a partida do centro até a beira da estrada resgatava a travessia da água “embarcada” que ouvia dos narradores, a caminhada pelas ruas me inseria em um novo ambiente. Era um deslocamento lento e gradual de inserção nas pequenas ruas, nos becos, nas estradas de terra, nos quintais e casas em uma proximidade muito maior com os moradores, e em uma situação de total desproteção perante seus olhos. Para olhar de perto, é preciso se deixar observar. Diferentemente do que descrevi da Ilha da Pintada, a Rua Nossa Senhora Aparecida, na Ilha Grande dos Marinheiros, propõe um trajeto de transição por diferentes formas de ocupação da ilha. Esta rua marca o começo do “lado norte da ilha”, que parte da estrada e segue 12 km em direção ao “final” da ilha. No lado sul, a rua que segue até a ponta da ilha percorrendo apenas uns 2 km (Rua João Ignácio da Oliveira) apresenta terrenos e casas dos dois lados, sendo que vários destes pátios têm acesso ao Guaíba. Já a Rua Nossa Senhora Aparecida, partindo de baixo da ponte até o norte da ilha, tem em sua parte inicial uma densa ocupação de ambos os lados por casebres, além de galpões de reciclagem, armazéns, oficinas e o Clube de Mães, construções cada vez mais equipadas com cercas e muros. Porém, é neste trecho mais “apertado” da rua que as relações de vizinhança são mais intensas, no sentido dos encontros constantes e da relação das janelas e portas com a rua. Estar ali é ver e ser visto.

Apresento aqui um trecho do diário de campo que escrevi em 2001, no qual descrevo a ambiência dessa rua, como espaço físico e espaço de relações sociais:

“Caminhada pela Ilha Grande dos Marinheiros, Rua Nossa Senhora Aparecida, no meio da vila, após uma leve subida das águas. A mesma sensação de desconforto. Tarde de sábado. Pessoas nas janelas. Crianças jogando taco na rua. Cachorros, gatos, cavalos. Um grupo de vizinhos conversa em frente a um portão de madeira. Uma mulher está sentada numa velha lata enferrujada de tinta, improvisada como banco. Reparo na casa do casal que trabalha no galpão, bem enfeitada, recém-pintada, na beira do rio. Brincam comigo, me testando – Veio olhar a pobreza hoje? Não respondi, apenas acenei. Essa tarde, queria apenas passar, como às vezes passava com a bicicleta, rápido, em direção à casa de um informante. Um dia de sol, quente e úmido. Os pátios das casas ainda estão muito embarrados. As pessoas improvisam caminhos com tábuas, para evitar afundar o pé na lama. As madeiras das casas ainda têm um aspecto úmido, molhado. E os telhados, alguns aproveitam o sol para arrumar. As crianças andam com os pés descalços, sob restos de madeira, plástico e terra molhada da última cheia. O cheiro do lixo acumulado nos quintais, misturado ao barro e à matéria orgânica, evapora com o calor, levanta do chão. Uma velha senhora lava os degraus da sua casa, e agachada, tira o barro, degrau por degrau. Um adulto joga

com crianças, fazendo palhaçadas. De forma cortês, me espera passar, para continuar o jogo sem me dar uma bolada. Sorri para mim, com um cumprimento de quem finge que se conhece de vista: Oh! Talvez ele me conheça mesmo, como muitos ali, que me reconhecem, sem que eu os conheça. Sinto-me nu sempre que passo nessa rua. O seu tipo de sociabilidade é completamente diferente do anonimato da multidão da rua, onde o reconhecimento é uma surpresa. Ali, se tem a cara e a vida conhecidas, e ter conhecimento (de pessoas) é ter segurança por ali, como dizem. Reparo numa menina, em um quintal ainda bem embarrado, calçando um sapato de salto alto que tem o dobro do tamanho de seus pés. Ela caminha com dificuldade, enfiando o salto no barro, e dá risada. Sinto-me assim, atrapalhado, como se usasse um sapato que não é o meu, afundando no barro fofo. Rua adentro. Passo pela casa de Laci. Ela me vê de longe, sorri, e convida para entrar. Retiro o tênis molhado e coberto de barro e entro de meias em sua casa. Apesar de me sentir um visitante, para ela eu também já era de casa.” (Devos, 2007, p. 38)

As interações nas ruas com os moradores evidenciavam a situação de pesquisa. Por vezes, era confundido com um fiscal da prefeitura, ou um jornalista, quando fotografava a rua. Muitos anseios e temores dos moradores sobre a política ambiental apareciam nestas conversas. Quando lhes contava meu objetivo, e meus “conhecimentos” entre a rede de vizinhança, era identificado como o rapaz da “faculdade”. Então me contavam as últimas notícias – “Dizem que vão tirar essas casas aí. Área de risco, perto da estrada.” – “Diz que vão abrir uma rua aqui, vai passar o caminhão da prefeitura.”. Essas interações não deixavam de evidenciar o lado “técnico” da pesquisa, da observação das mudanças recentes na paisagem local, que me aproximava de outros pesquisadores (biólogos, geógrafos) que por ali também já trabalharam. Uma nova casa, um terreno que se dividiu em dois, uma nova cerca, alguém que se mudou, alguém que chegou. No entanto, era quando buscava a casa de alguém, e ia parando para conversar e fotografar, ou mostrar as fotos da pesquisa já reveladas, que novos informantes eram conquistados. Alguns assumiam a figura do narrador (Eckert e Rocha, 2005) e me falavam, a partir de uma situação cotidiana (a água do rio que subiu a estrada, um cavalo que cruza o caminho, o vento que vem do sul) suas lembranças de quando ali “tudo era mato”, de como era sua infância ali ou de quando chegaram ao local.

É mais ao norte que essa rua, que passa a ser chamada de “estrada” pelos moradores, vai deixando de ser ocupada de um lado ou de outro e vai dando mais abertura para a margem do rio ou para o banhado. Ainda está presente essa sociabilidade intensa dos encontros e do reconhecimento das pessoas e seus pertencimentos a redes sociais. Mas uma mudança é significativa. Em certo ponto, as casas se concentram apenas de um lado da estrada, e

a estrada se apresenta como acesso ao rio do outro lado, configurando uma “orla” como espaço de relações – é onde os pescadores deixam o barco, vendem ou trocam o pescado, é onde a Kombi do verdureiro atende à freguesia, é onde as pessoas se encontram para conversar, onde as crianças são vistas brincando, onde mulheres às vezes lavam roupa. Esse arranjo do uso da rua e da margem é algo semelhante ao que via na Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ilha da Pintada, um “controle”, um “cuidado” com a rua como espaço comum de atualização das relações sociais. Esses ethos vão configurando a rua e são mantidos por este arranjo.

Frequentar essas duas ruas foi uma estratégia de inserção nestas redes de relações, o que me levou a conhecer não apenas os narradores ou “contadores de caso”, como eram indicados alguns “guardiões da memória” locais, mas também me permitiu perceber essas distinções entre os grupos locais e suas expressões no cotidiano. Assim, conheci muitos moradores que desempenhavam papéis sociais muito diferentes na Região Metropolitana (pescadores, barqueiros, papelheiros, religiosos, aposentados, trabalhadores assalariados), mas que se identificavam pela mesma identidade de ilhero. Ilhero, no lugar do “ilhéu”, que muitas vezes é afirmado pelos moradores mais estabelecidos (Elias, 2001) da Ilha da Pintada (pescadores, ex-donos de peixarias, etc.) traz uma ênfase diferenciada em uma identidade apoiada na prática cotidiana (ilhero soa como papelero, capinero, barquero, carrocer, benzedera) do que na origem étnica (muitas vezes o “ilhéu” é pensado como descendente dos moradores das ilhas de Açores que colonizaram cidades do RS). São essas categorias que se aproximam do que A. Moles e E. Rohmer (1982) definem como ilheidade, a experiência fenomenológica do espaço da ilha, que não é o isolamento, mas a presença constante do limite da água, expressa na travessia cotidiana dessa fronteira e no retorno a um “refúgio” delimitado pelas águas. Nas ilhas, ocorre justamente esse arranjo diferenciado entre a terra, o mato e a água na configuração desse cosmos, pois essas ilhas são 90% água e banhado e apenas 10% de faixa de terra. A forma como essa faixa de terra irá compor um espaço público de relações entre os pátios, a beira d’água e o banhado terá uma influência grande na forma como se dará essa experiência da margem.

Era nessa parte mais ao Norte da ilha dos Marinheiros, quando a rua deixava perceber a margem e o banhado, e na área menos “arrumada” da Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, em que o limite entre a água e a terra se alterava constantemente, que a dimensão mais fantástica da ilha era mais presente nas narrativas. Uma paisagem diferente, referida por alguns moradores da Ilha dos Marinheiros como uma parte “assombrada”. Nesses locais a beira do rio, as matas, os canais de navegação ganham importância como um espaço liminar, nem o espaço doméstico do pátio e da casa, nem o espaço público de circulação das estradas e da ponte, ou das ruas da vila. Um espaço “natural” de importância para a vida na ilha, em que os narradores se descreviam à mercê

das manifestações dessa paisagem fantástica, imersos no cenário pleno de cores, de cheiros, sons e seres do local. O que se constata hoje é uma redução dessa dimensão “fantástica” do uso da ilha, e da margem, com as recentes transformações na forma de ocupação dos terrenos, que é percebida como parte de uma degradação da qualidade das águas e da “natureza” da região.

A Beira do Rio não é mais o que era

Mãe Bia, do Centro Reino de Iemanjá e Oxóssi da Ilha da Pintada, moradora da Ilha da Pintada, em uma entrevista durante as atividades da Semana da Água em 2003, falava reflexivamente, na companhia de seus familiares e de alguns filhos de santo da casa, sobre as vantagens de situar uma casa de religião afro-brasileira no solo da ilha:

Bia (Ilha da Pintada, 2003):

“A beira do rio não é mais o que era. A água é muito suja. Até porque tem aquela maré normal de beira de praia. Eu conheço porque me criei na beira do rio. Em dias que a água está agitada agita aquele lixo que as pessoas vão jogando ali. Aquele esgoto ali. Então, a gente tem que ir mais para o meio porque no meio tu pega a corrente da água. Porque os rios eles vão descendo né? Vem Triunfo, vem Estrela, Lajeado e vem vindo. Lá no canal existe um encontro das águas... Então tu tens que ir pro meio, que tu pega a correnteza da água, onde ela fica firme e meio que se impõe ali, o meio é a parte que tem mais energia ultimamente, viu? O meio. Então vai lá, pede licença e colhe aquela água. Que ali há uma resistência bastante forte, que tu pega a correnteza, ela vai. (...)”

A fala de Bia acrescenta um dado ao privilégio das ilhas, em termos de acesso aos ambientes naturais na Região Metropolitana, que oferecem um maior axé aos praticantes das religiões afro-brasileiras. Porém, esse axé não é o mesmo para todos os territórios do Delta do Jacuí. Em relação ao axé dos lugares, à força espiritual creditada aos espaços sociais de contato com a natureza, Bia afirmava uma vantagem na sua posição no ambiente urbano³. Em sua fala, relacionava a qualidade desse axé

3. Em “As Esquinas Sagradas do Candomblé”, Wagner Silva (1996b) apresenta uma cidade de São Paulo permeada por espaços sagrados para os praticantes, que reinventam suas tradições, atribuindo, ainda que de forma negociada, o *axé* a produtos industrializados, às flores de comércio de ervas, aos templos de concreto construídos em áreas nobres da cidade, aos viadutos e outros equipamentos urbanos aos quais são atribuídas qualidades mágicas, visto que é cada vez mais difícil ter acesso à mata nativa, estrada de terra, árvores de determinado tipo, beiras de rio no cotidiano da metrópole paulista.

com a qualidade das águas. No “meio” do rio, onde simbolicamente a intervenção humana seria menor, a Natureza emanaria com vigor suas forças, na água que “se impõe” na correnteza. A beira do rio, já teria por demais passado para o mundo dos homens, poluída em suas características físicas, e simbolicamente, no sentido da “poluição ritual” dado por Mary Douglas (1976). Em seu estudo clássico sobre “Pureza e Perigo”, Douglas demonstra como a noção de sujeira, de poluição ritual pode ser usada para pensar o risco, o perigo, resgatando sua definição de sujeira: “onde há sujeira, há sistema” (Douglas, 1976, p. 50). A sujeira é o que foge à ordem moral, à noção de “limpo”, de adequado, de aceitável, oferecendo, por isso, perigo.

Na postura de Bia e de seus filhos de santo, assim como na de Nazaret que também “é de religião” como diz, há essa relação de “respeito”, na medida em que o “pedir licença” para colher a água ou as folhagens para os ritos instaura uma postura ética de preservação de tais elementos. Assim, se faz necessária uma “reserva” igualmente de mata nativa e água não poluída, que se situe ao mesmo tempo fora do local doméstico de moradia e de vizinhança e ao alcance do espaço natural em torno, domesticada apenas em parte pelo conhecimento de trajetos e da dinâmica desses lugares que são encantados justamente por se encontrarem no limite do espaço habitado, na fronteira com o desconhecido.

Essa não é uma relação exclusiva do *ethos* religioso, ela se aproxima igualmente de outras dimensões da vida cotidiana nas ilhas. No entanto, não é só à qualidade da água que essas noções de pureza se referem. Quando Bia afirma que “A beira do rio não é mais o que era”, essa afirmação também se refere às mudanças estruturais que estão sendo vividas no arranjo de casas e pátios em relação à beira do Rio, não só na Ilha da Pintada, mas também nas demais ilhas.

A ocupação da margem consiste em uma das principais preocupações dos órgãos ambientais, não só pelo risco que oferece ao ambiente e à saúde, mas também pela sobreposição de legislações que restringem a ocupação das margens em níveis estaduais e federais. Essa ocupação da margem é também o principal desafio no processo de urbanização de fato das ilhas, com saneamento, colocação de asfalto, e demais melhorias de infraestrutura.

Apesar dos clubes náuticos e das grandes mansões de luxo serem constantemente atacadas pelas lideranças populares das ilhas como uma privatização injusta da beira dos rios para a prática de atividades de lazer, a ocupação da margem por famílias de classes populares, pescadores, trabalhadores do lixo não é vista da mesma forma. O motivo muitas vezes alegado para essa aparente contradição seria o argumento de que esses outros usos, que não o lazer, são para “quem precisa”. Mas talvez possamos encontrar outros argumentos nesses códigos morais que se escoram nas relações de vizinhança e na ética de uso comum desses espaços.

O melhor exemplo viria da Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, conhecida como a “rua dos pescadores” na Ilha da Pintada. Antigo espaço de convivência da ilha, seu uso comum se dá no convívio de famílias de pescadores e

de donos de embarcações de passeio que dependem do uso da margem para a realização de suas atividades em comum. Trata-se de uma forma de ocupação da margem como espaço público, mas ao mesmo tempo doméstico, na medida em que a margem da ilha aparece como extensão do quintal familiar que, no entanto, já é parte da “rua”, do domínio público, fazendo com que os vizinhos usem de forma coletiva esse espaço. É um local de troca, em que os barcos são atracados, em que o peixe é vendido ou trocado pelos produtos do caminhão de verduras que por ali transita, em que os pescadores permanecem fazendo reparos nas redes, em que as famílias se encontram a beira das águas, em que as mulheres antigamente lavavam roupa e onde ainda estendem a roupa no varal. São também nesses espaços que as negociações éticas das divisões dos pontos de pesca (Cordell, 2001) entre os pescadores locais se atualizam, e suas oposições quanto aos demais usos (extração de areia, esportes náuticos, grandes embarcações, etc.) dos canais de navegação e das margens são pensados.

O recente asfaltamento da rua, construído já em uma parte junto com um calçadão, traz consigo a melhoria das condições de vida na rua, que fica assim mais protegida das cheias dos rios e principalmente livre do barro. Ao mesmo tempo, há uma valorização econômica dos terrenos que passam a ser procurados por donos de lanchas e outras embarcações como uma opção de residência de fim de semana para os “burgueses”, aos quais Salomão faz referência no trecho a seguir:

Salomão (Ilha da Pintada, 2003):

“São 63 anos morando aqui pela margem – só aqui nesse cantinho são 32 anos. (...) E isso aqui não tem dinheiro que me tire daqui, dessa coisa boa. Tem um burguesão aí, porque aqui é o seguinte, o burguês eles acostumam chegar aí, cobrir o cara de dinheiro e mandar sair daí. Só que comigo foi diferente. O cara meteu o iate aqui assim e me botou na mão. Vinte e cinco mil dólar. Só que tem uma coisa, tu anoitece e não amanhece. Eu digo olha cara, eu até posso prezar tu e lhe ter por uma pessoa de bem, mas o teu dinheiro pra mim não vale. (...) Pois o cara deixou passar dois anos e veio de novo. (...). Tudo aí, eles tomaram essa praia toda com facilidade. Chegaram aí – aqui, te dou tanto. Tava todo mundo numa ruim mesmo, muitos melhoraram de vida, muitos pegaram o dinheiro e não souberam usar. Agora pego um troço aí, vou me empolgar, depois vou viver saudade – Não! ... Tenho vontade ainda de fazer uma casinha boa aqui, aterrar isso aqui melhor, mas ficar aqui nesse cantinho.”

A mesma relação encontrei entre os moradores das imediações da casa de Adão na ponta norte da Ilha Grande dos Marinheiros. A prática de arrumar a estrada para facilitar a passagem dos carros e o cuidado de todos com as

crianças são relatados como parte dessa ética. Mas é certamente nas épocas de enchente, como pude acompanhar em 2001 e 2002, que a solidariedade entre os vizinhos é reforçada, na forma como os meios de transporte como os barcos e carroças são compartilhados, nas caronas e no transporte de comida e doações para os alagados. Também na reconstrução das casas ocorre a ajuda mútua, tanto na mão de obra quanto no abrigo de pessoas e pertences. A enchente é como um ritual de iniciação para os novos moradores.

Pausa: a retomada do cotidiano após uma enchente em 2001

Um cenário diluviano. Casas de madeira tomadas pela água, muito lixo boiando, animais acuados no que restou de terreno seco, ruas ocupadas por barcos improvisados ou por verdadeiras embarcações, levando vizinhos ao trabalho, crianças para a escola, comida para os que ficaram ilhados. Desabrigados, pessoas que perderam tudo abrigadas em terrenos elevados sob a ponte, na casa de parentes e amigos, ou na escola. Durante a enchente de setembro de 2001, no primeiro dia de sol após uma semana de enxurrada, era possível ver um cotidiano que retomava, aos poucos, os seus ritmos. Câmera fotográfica em punho, parti para o registro de imagens daquele cenário atípico, repetindo o gesto que os fotógrafos de jornais e cinegrafistas da televisão vinham fazendo durante toda aquela semana, porém, com o olhar voltado para as soluções que os moradores encontravam para retomar a rotina.

Na rua Nossa Senhora Aparecida, a fronteira entre a rua, as casas, a margem e o rio estava encoberta pelas águas. Pessoas a pé com água pelos joelhos, carroças, jipes da prefeitura cruzavam as águas. Crianças brincavam ao sol, nas poças d'água. Pediam para fotografá-las, fazendo pose. Uma senhora comentava que tinham feito essa brincadeira o dia todo com os fotógrafos. Duas mulheres lavam roupa com água do rio, no pátio alagado. Também brincam comigo, fazem pose para a foto. As casas tinham as janelas e portas abertas, imitando a roupa estendida que secava ao sol. Faço uma foto de um menino caminhando com os pés submersos na água. Ao longe, na rua, uma mulher vem ao meu encontro. Percebo que a fotografei no fundo da cena. Põe as mãos na cintura, reparando na câmera e em minhas pernas dentro d'água. Dispara: "Essas fotos são para ajudar ou para atrapalhar?". Devolvo a pergunta: "E como é que foto atrapalha?". Ela se surpreende, mas não se intimida: "Ué, vocês fazem essas fotos, depois ficam dizendo que a gente bebe essa água, que come lixo, que nem naquele filme, já viu?"

Durante a subida da água, transbordavam os conflitos, as tensões, as redes de ajuda e as implicações de viver na ilha, e superar a condição de ilhado, nas práticas dos *ilheiros*.

F1



F2



F3



Fotos para ajudar ou atrapalhar?

F4



F5



F6



A carroça de Beth, recém chegada à ilha, se tornou estratégica na ajuda aos vizinhos

F7



As enchentes e a Ilha Assombrada

As enchentes são tecnicamente consideradas grave problema ambiental e mesmo de saúde pública devido à proliferação de epidemias e ao risco de contaminação das águas. Elas são também um dos principais motivos para a remoção de habitações da beira dos rios, não só porque contribuem para a degradação do leito do rio, que sem a vegetação nativa tende a aumentar em largura, mas não em profundidade, mas também porque as residências correm o risco de serem levadas pelas águas. Nas representações dos moradores, no entanto, elas se tornam uma marca na identidade de *ilhéu*, ou de *ilhero*, representando ao mesmo tempo as adversidades de morar em uma situação de risco e a capacidade de superar essa situação fazendo durar um modo de vida em meio às águas. É justo quando as águas baixam, quando as pessoas começam a retornar para casa dos abrigos improvisados na escola e nos terrenos mais elevados, que é possível observar as soluções encontradas por alguns moradores para superar essas adversidades. Durante as enchentes, reforça-se a utilização da categoria “ilha” como sinônimo da comunidade (“*aqui na ilha...*”) ou mesmo das comunidades do Arquipélago. O “povo das ilhas”, ilhado pelas águas, tem claramente demarcadas as suas fronteiras.

Os conhecimentos sobre as épocas de enchente (entre julho e setembro, geralmente) e sobre as condições que anunciam a subida das águas (grande quantidade de chuvas com forte vento sul que represa a correnteza do rio), somados a um “saber-fazer” (De Certeau, 1998) que inclui as preocupações com a casa, o pátio e o transporte, são conhecimentos que fazem

a diferença no aprendizado da vida na ilha. A casa construída sobre enormes postes de eucalipto enterrados, os mesmos utilizados pela companhia de energia elétrica do estado, além dos aterros, são providências tomadas por muitos que enfrentam a enchente e permanecem. Mas é a inserção dos novos moradores entre as redes de ajuda mútua, que são assistidas por diferentes instituições atuantes nas ilhas, que inclui também esses novos moradores entre o “povo das ilhas”.

As enchentes reforçam também uma relação com as ilhas como microcosmos, não só pela questão da ilheidade, mas também pela submissão desses territórios a uma abundância da Natureza colocada nas águas. Quando Nazaret conta que é feliz com a enchente porque ela lava o seu pátio, é como se dissesse que, em vez de ter as condições ambientais agravadas pela enchente, pela circulação de transmissores de doenças nas águas que permanecem no solo das ilhas, é justamente o fato de a água levar embora as impurezas que renovaria as condições de vida dessa população.

Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003):

“Sim, porque nós estamos no meio do rio, né? O rio arroteia a ilha, né? E dentro da ilha tem o mato. (...) Porque nós estamos em cima da água. A ilha tá em cima da água. E nós estamos em cima da água. E a gente sabe disso. Pra nós que somos de religião, o dia mais feliz da nossa vida é quando vem enchente. Tu entendeu? Porque eu quando a enchente vem, e lava o meu pátio, é o ano mais feliz que eu sou. Por quê? Porque assim como ela lavou o pátio, a gente acende uma vela pra ela na porta e pede pra ela: Mãe. Todo mal, todo olho grande, toda inveja, que tiver dentro do meu lar você leva na sua água sagrada. Porque só a sua água que pode nos libertar. Então nós trabalhamos com a Natureza. É a força nossa é a Natureza.”

Da mesma forma que Nazaret, o pescador Cláudio discordava de mim quando eu lhe falava da função ambiental dos banhados do Delta do Jacuí, que são “reguladores de enchentes”¹ e uma espécie de “filtro natural” para as águas. Cláudio afirmava que as ilhas estão “em cima da água”.

Para compreender a veiculação desses saberes e a sua relação com a ética local de ocupação das ilhas, escorada nas relações de vizinhança, foi preciso investigar o papel da narrativa oral na transmissão desses conhecimentos. Muitas das pessoas mais velhas que viveram a infância em Porto Alegre

1. “(...) A ocorrência de cheias na maior parte dos terrenos das ilhas faz com que muito menos intensas sejam as inundações no continente, isto porque o volume da água capaz de ser absorvido pelas ilhas, é da ordem de centenas de milhões de metros cúbicos.” (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979, p. 33)

lembram-se da famosa enchente de 1941 que deixou as ilhas completamente submersas e o centro da cidade alagado por quase um mês. Nas ilhas, essa lembrança tem a força de um “começo” na história pessoal de muitos velhos moradores. Quando contei a Seu Adão sobre essa terrível enchente, narrando-lhe o que eu já ouvira e vira em fotografias, ele me surpreendeu ao relatar as mais densas imagens de sua infância, tendo saudades de quando a família ficou “flagelada” em uma área mais elevada da região. Ao lhe perguntar sobre a descida das águas e a decisão da volta ao chão familiar, não era a casa levada pelas águas a imagem que o detinha no relato, mas o “bicho preto”, um animal fantástico que aparecia e desaparecia no terreno familiar.

O gesto de Adão ao “narrar” a sua resposta, denota o caráter metafórico e alegórico de seu discurso, ao contar não como as coisas são, mas com o que elas se assemelham e se relacionam (Lévi-Strauss, 1996). Essa narrativa foi contada por Seu Adão no desenrolar de outras, em que era recorrente a presença de um mistério, na forma de um animal fantástico, uma luz, uma sombra, espíritos de escravos, mulheres de branco, moedas antigas, temporais, redemoinhos nas águas. Essas epifanias (Durand, 1988, p. 15) se manifestavam nas narrativas relacionadas a espaços do Arquipélago e tempos do cotidiano que são liminares entre o domesticado e o sobrenatural, tais como o mato, as águas, os banhados, à noite e suas divindades e seres fantásticos. A figura do animal fantástico retoma o gesto de fundação da comunidade nas ilhas após a enchente, de inserção nessa paisagem e de aceitação dos desafios de seus ritmos cósmicos de morte e renascimento.

Ao trazerem a figura do pescador e do barqueiro que se lançam nas águas, do caçador, do capineiro e da benzedeira/bruxa que se embrenham na mata escura, essas narrativas falam de uma forma de conhecimento desses espaços e seus ritmos que é um reconhecimento das muitas “faces do tempo” (Durand, 2001), dos saberes e fazeres dos antepassados que fundaram esse viver coletivo em meio às águas e os banhados, e que são retomados e reinventados em tempos de degradação ambiental e crescimento urbano, sob o desafio de fazer esse modo de vida durar. Não foi à toa que os momentos de cheia dos rios, que pude observar, eram os momentos em que essa identidade era reafirmada com mais força. Contrapondo-se às notícias de morte, doença e perda, o prazer dos ilheros em falar de outros “dilúvios” passados não deixava de trazer certa heroicidade ao narrador que hoje em dia já espera por nova subida das águas, pela água que toma de volta “o que é dela”, como diziam.

Para que emergissem nas narrativas essas “faces do tempo” era preciso, portanto, investigar de perto como alguns narradores contavam suas próprias trajetórias através dessas imagens. O narrador vale-se de um saber compartilhado por uma “comunidade narrativa” (Langdon, 1999) para interpretar sua trajetória, na medida em que o tempo de vida é transformado em “tempo pensado” (Bachelard, 1988), ou melhor, tempos pensados, na ação narrativa.

Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002):

“O rio é cheio de mistério. Aqui em frente do colegião, ali ó. Tem um segredo ali, né? Tem um segredo ali. E esse segredo deve ser duma fortuna muito forte. Uma fortuna muito grande. Que pega, o pescador pega um espinhal, pega um troço lá em baixo lá. E eles vêm puxando aquele troço lá. Vem vindo. Vem puxando, vem puxando e vem vindo bem leviano. De repente aquilo pesa. Pesa e vem vindo, vem vindo, vem vindo. Tá. Quando chega aí, mais ou menos uma altura assim, ó. Pra sair na flor da água, flor da água a gente chama é na, né? Entende, né? E escapa aquilo. Aí tá. Os négo por aqui tomaram umas cangibrina meio forte e foram lá. Garateá. Prontamente, né? Na primeira pistolada, esse Raul também. Já achou, já pegou o troço aquele. Era pela volta das onze hora, meia noite, aí puxaram, puxaram, puxaram, até! Até quanto deu né? Só não enxergava. Tá. Daqui a pouco eles olharam pras beirada. Em roda do caíque, diz que era uns bicho preto, voando em roda. Tudo tudo voando em roda. Deles ali. Largaram tudo! Hahahaha! Largaram o dinheiro lá. Isso aí é um mistério que tem ali. É um mistério que vem até em cima. Quando chega naquela distância se some. E é todo pescador. Isso aí é uma coisa que é verdade. Mas é uma verdade que a pessoa tem que tá junto pra vê. E é verdade.”

A face “assombrada” das ilhas, configurada a partir das narrativas orais que são relacionadas ao “tempo dos antigos, está contida nas narrativas que constituíram o primeiro objeto de pesquisa que estudei entre as populações do Delta do Jacuí. Nos trabalhos anteriores (Devos, 2003), foi a questão da arte de narrar, da forma como pensavam o tempo e o configuravam na narrativa que ocupou a centralidade da análise etnográfica. Mas foram igualmente estes trabalhos que inspiraram a abordagem da relação com o espaço, da “imagem do mundo” que se desvela em diferentes práticas dos seus habitantes. A narrativa oral oferece um momento reflexivo para a investigação de práticas que estão relacionadas a um modo de vida em íntima relação com os banhados, com a vegetação e com as águas do Delta do Jacuí, como a caça, a pesca e a extração vegetal. São práticas como essas que formam a imagem idealizada das ilhas como espaço natural colocado estrategicamente nos limites do urbano que, no entanto, não podem ser entendidas simplesmente a todos os moradores, pois é a repetição dessas práticas e desses momentos de escuta e narrativa que atualizam estes significados.

Nas ilhas, pude ver como as narrativas traziam esse componente de uma forma muito particular de conhecer os espaços das ilhas, se embrenhando nos mistérios da mata fechada, na luminosidade das águas cercadas por vegetação. Essa narrativa de Adão é significativa de como a prática da caça “assombrada” do tatu e da capivara, feita à noite, em meio à vegetação fechada dos matos e banha-

dos, insere-se em uma paisagem plena de sons, seres fantásticos e luzes que são associados às manifestações sobrenaturais.

Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002):

“Ah é. A Ilha do Lobisomem. Ali tem um pé de angazero muito velho, né? Muito velho. E é muito assombrado ali. A Ilha do Lobisomem é ilha assombrada mesmo, assombrada. Mas o pessoal para ali, tudo. Sempre vinha desconfiança.

Por fim já não é mais assombro, é a desconfiança, né? Sei lá, a imaginação, a pessoa já vê as coisa. Tudo bem. Fomo caça capivara. Eu e o irmão. O Irmão é o Raul, eu chamo ele o Irmão. Toquemo pra lá. Trepamos em cima da árvore. Daqui a pouco. Eu falei pro Irmão: - Ó Irmão, vem o bicho aí. - Será Seu Adão?

Digo - É. Escuta só. Aquilo vinha quebrando tudo, né? Tá bem. Aí eu gritei pra ele: - Fica quieto. Rapaz de Deus, eu sentado, tava altinho assim. E era um boi. Era um boi branco. Eu quebrava os galho de pau, quebrava os toco, atirava nele, ele sóóóo aparava na guampinha. O Irmão: - Tá brincando, seu Adão? Ele tava longinho de mim, né? Digo: - Brincando o quê rapaz, tem um baita dum boi aqui! Diz ele: - Mas não é o bicho? - Não, é um boi, vem cá vê. E agora? E agora pra descer de lá pra vim cá? Aí eu disse pra ele: - E agora como é que eu vou fazer, como é que eu vou descer aqui? Não podia fazer nada, mas não tinha, não tinha boi, não tinha nada, não tinha ninguém ali. Aí se sumiu, parou o troço. Agarrei disse: - Ô Irmão, encosta ligeiro aqui, vamos descer aqui. Tinha uma borboleta. Olha, não vou exagerar, tchê! Mas ela tinha as asas desse tamanho, assim. Aquele bicho voando de baixo de mim, assim. Ah, rapaz. Começou a me dar um nervoso. Começou a me dar um nervoso aí eu digo: - Ó irmão, apura duma vez aí ó. Aquele bicho ia lá rapaz. Aquele bicho fazia vento em mim assim, rapaz... E ele viu bem onde é que tava o bicho, né? Tá. (...) A gente vê coisa, que a caçada mais assombrada é a caçada de tatu e a caçada de capivara, né? Eu eu dizia pra ele - A gente vê coisa mesmo. A gente vê coisa horrível, rapaz! E de noite tu tá dormindo tu sonha com aquilo. Tá, viemos embora. Eu digo pra ele: - Ó eu vou largar a caçada, eu não quero mais isso. Dá um nervosismo na gente, sabe? Eu não andava em sossego. Digo: - Não, mas eu não vou. Mas reviraram. Onde eles desconfiavam que tinha, onde aparecia coisa eles cavaram tudo. E tão aí, na mesma porquera.”

Essas narrativas apresentam também descontinuidades entre as diferentes formas de apropriação social dos espaços de banhados, canais e margens. Em espe-

cial, destaco o quanto é reforçada a importância desses espaços abandonados (mas nunca desabitados) na vida cotidiana desses narradores. Os banhados, o “mato”, protegidos como patrimônio ambiental pelos órgãos de proteção ao meio ambiente ou ocupados pelos “barracos” da vila, não apresentam os mesmos significados que os expressos nas narrativas. Significados semelhantes ao que Ellen e Klaas Wortmann (1997, p.29) analisam como o lugar fundamental que ocupa o “mato” nos espaços de trabalho dos “sitiantes” de Sergipe, visto como fonte de recursos: lenha, espécies vegetais e caça, e, principalmente, um espaço que acompanha um ciclo de longa duração em que o mato é derrubado para a criação da roça, e a roça é abandonada para que o mato retome o seu lugar.

Nas ilhas, os espaços a que se referem às narrativas são os espaços por excelência das práticas de pesca próximo às beiras de ilhas hoje desocupadas, onde existem grandes quantidades de peixes, visto que são seus espaços de reprodução e onde a água é “mais quente” para o peixe se abrigar, como contam os pescadores. Os espaços da caça assombrada, como conta Adão, são igualmente espaços onde o “mato tomou conta”, que não são manejados cotidianamente nas atividades das pequenas propriedades rurais e já se encontram no limiar entre o domesticado “natural” (enquanto familiar) e o sobrenatural.

O etnobiólogo D. Posey estudou as “ilhas de florestas”, “cultivadas” pelos Kayapós no Brasil e mostrou como essa população indígena realiza, milenarmente, um processo de cultivo “inconsciente” da biodiversidade amazônica, na forma de “bosques sagrados” (Posey, 2001, p. 283). Trata-se de um manejo a longo prazo dos recursos naturais, visto que existem espécies semidomesticadas que durante milênios foram espalhadas em áreas conhecidas no interior de florestas e cerrados, antigas roças que se tornam reservas de caça e pomares, uma vez que, desde o princípio foram manejadas pelos Kayapós. Tais locais, espaços abandonados pelas antigas tribos, são protegidos por espíritos, e só são acessíveis a pajés e caçadores, fazendo com que existam reservas protegidas com vegetação secundária em desenvolvimento e que apresentem elevada biodiversidade, o que também atrai muitas espécies animais. “Os espíritos efetivamente agem como agentes de proteção ecológica” (Posey, 2001, p. 283).

A questão que se coloca é, portanto, como essa apropriação social de recursos naturais pode ser pensada no Bairro Arquipélago, em plena Região Metropolitana de Porto Alegre. Não se trata de efetiva proteção do ambiente por parte dos “espíritos”, em face do contexto atual de degradação ambiental, mas de uma postura ética de uso do “bem comum” que essas narrativas veiculam, na relação que estabelecem entre os espaços de uso privado e os espaços destinados ao uso coletivo por parte dos membros da comunidade que reconhecem essas fronteiras.

As maldições dos escravos que guardam tesouros afundados nas águas ou enterrados na raiz de velhas árvores apresentam imagens que não apenas remetem a um passado remoto, mas também que podem ser interpre-

tadas como “espíritos protetores” que representam códigos morais e éticos, sanções ao uso abusivo desses espaços que é motivado pela ganância e pelo “olho grande”. As narrativas promovem uma relação de dádiva com as águas, a flora e a fauna, que aparece, por exemplo, nos relatos das épocas de enchente em que as águas tomam de volta o que é delas (a terra), mas com isso trazem novas dádivas e “limpam” a terra. Trata-se de uma leitura dessa paisagem e uma postura quanto a esses espaços, portanto, que as narrativas trazem na forma como a Natureza das ilhas pode ser interpretada a partir de seus ritmos cósmicos. Mais do que isso, trata-se de uma postura ética de uso de “bens comuns”, espaços que podem ser pensados não como espaços intocáveis, de acordo com o que as políticas ambientais conservacionistas procuram impor, mas como espaços públicos, de diferentes formas de apropriação por parte de grupos e indivíduos.

Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999):

“Eu não sei, acho que é do tempo dos antigo, né? Porque uns anos atrás eles traziam, traziam os escravos da cidade, a remo, né? Eles traziam dois, três escravos. Branco, preto os coitado. E depois enterravam e matavam eles e botavam eles pra eles cuidar o dinheiro. E aquele espírito ficava ali. Porque o espírito não morre, nunca morre, fica vivo. Seja pro bem, seja pro mal ele fica vivo, né?”

Essas narrativas são, no entanto, referidas a esses antigos moradores e enquadram um “tempo dos antigos” (Devos, 2003) dissociado de um contexto contemporâneo dos conflitos pela ocupação dos terrenos das ilhas. É algo que se expressa certamente em categorias acusatórias quanto ao compartilhar dos espaços públicos das ilhas com outros grupos sociais, que é o caso da “vila” na beira da estrada, associada ao crime, à violência e a uma transformação desses códigos morais revelados nas narrativas. “Hoje em dia até assombração tem medo” brincava Adão, em um dia que conversava com ele e a filha em sua casa. A filha não concordava, no entanto, com o pai, pois teria vivido um tempo com um companheiro na “vila”, feito muitas amizades e participado de uma mescla dessas redes de antigas famílias do Arquipélago com as famílias chegadas às ilhas após a construção da ponte no final da década de 1950. O próprio Adão reconhecia que o “respeito” se estendia a pessoas como ele, com um lugar assegurado na memória coletiva local e nas redes de vizinhança, e que ele nada temia no solo da ilha, pois tinha “conhecimento” nas redes locais.

As sutilezas desses arranjos permitem pensar em outra possibilidade de rompimento com essas éticas do “respeito” com os espaços naturais, que estão expressas até mesmo nessas categorias acusatórias, visto que a criação dessas fronteiras (“antigo”, “papeleiro”, “rico”, “pobre”) em que a diferença social aparece como uma leitura de uma “cultura de violência” que Tereza

Caldeira (2000) investiga, enquanto expressão do padrão de exclusão e segregação da sociedade brasileira, que se reflete nos “enclaves fortificados”, nos quais muros, grades, sistemas de segurança negam o caráter plural dos espaços públicos, voltando-se para o espaço privado.

Os “ricos” e os “pobres” nas ilhas

De fato, depois de um tempo sem transitar pelas ilhas, surpreendi-me com uma nova configuração do espaço que pude observar na Ilha Grande dos Marinheiros em 2005: a tendência à colocação de enormes cercas de madeira (de eucalipto) escondendo completamente as residências que ficam na beira do rio, os galpões de reciclagem e alguns terrenos utilizados como atracadouros de donos de barcos que mantêm “caseiros”, moradores das ilhas, cuidando de suas propriedades. Os muros que são constantes nas residências de luxo da Ilha das Flores e na entrada da Ilha da Pintada começam a ter seu contraponto em meio à vizinhança de classes populares da Ilha Grande dos Marinheiros. Estariam se rompendo essas relações locais de vizinhança em direção à impessoalidade e ao uso de sistemas de proteção e exclusão típicos dos centros urbanos?

Retomo aqui um diário de campo², em que há reflexões sobre o resultado do início de um processo de ocupação de um terreno vazio nas ilhas, que atualmente se configura nos arranjos de uma favela urbana, com casas construídas uma na continuidade da outra, com “puxados” de dois andares em algumas, com ruelas e becos estreitos.

“Dia 05 de julho de 2002. Um domingo quente de sol. Enquanto cruzava a ponte, avistava uma paisagem nova na Ilha: um acampamento, à beira da estrada que segue da ponte para a zona sul do Estado (uns 20 metros distante), em um terreno abandonado que virava banhado após as chuvas, onde, até uma semana atrás, pastavam alguns cavalos amarrados. Lonas pretas, pessoas circulando de um lado para outro, lotes separados por barbantes, gente conversando, tomando chimarrão sob as lonas, ocupando o terreno. Reparo em um velho sentado com a mulher na ponta do acampamento. Ele me acena. Eu entro no lote dele e puxo conversa. A., um senhor de uns 60 anos, junto com a esposa. Sentados em um tronco de árvore, em frente a uma barraca recém-erguida. São duas telhas encostadas rente ao chão. Era mais um abrigo para uma possível chuva e uma marca de assentamento no local. Um fogo de chão, uma chaleira para o chimarrão. Pergunta-me: “O senhor é da Ilha?”. Respondo: “Não, moro no centro. E vocês, são de onde?”. “Do Pavão”, responde A. Na Ilha do Pavão estavam em “área de risco”, categoria que se refere às ocupações “precárias” na beira dos rios e na

2. Reproduzo aqui uma parte do diário, que consta na íntegra em minha dissertação de mestrado (DEVOS, 2003)

proximidade das estradas. “Tão querendo tirar a gente de lá”. A mulher reclamava da vizinhança, que “não dava mais”. (...) Ao lado do “terreno” de A., um grupo marcava outro lote. O novo morador queria aumentá-lo. Os homens discutiam. Aproximam-se dois deles, perguntam pelo nome de A.. “É só pra ver aqui na lista”. A. fala “eu tava dizendo pra esse moço que aqui não tem ninguém de fora”, “é só da ilha.” Os outros dois respondem juntos: “Só da ilha, é gente só das ilhas aí tudo.” Pergunto sobre a demarcação do terreno ao lado, do morador que reclamava. “Esse aí, vamos votar pra botar ele lá no fundo!”. O outro concorda: “É, bota lá na água!” O fundo do terreno ainda era o banhado. A. estava mesmo na melhor parte do terreno, mais seca, em frente à rua, com iluminação. Quem chegava depois, pegava os piores lugares. Os terrenos, loteados por barbantes, tinham áreas de 10 por 8 metros, aproximadamente, com espaço para ruas estreitas no meio de alguns lotes. Os dois “líderes” do movimento se dirigem ao “vizinho” e A. ainda brinca com os dois: “Quem é o presidente agora?”. Risadas. Mas de engraçado, a situação não tinha nada. Como puderam surgir, em uma semana, mais uma parte da vila com ruas, becos, vielas?” (Devos, 2007, p. 213)

Essa ocupação, que ganhou a denominação jocosa por uma moradora de “vila caiu do céu”, forma uma verdadeira quadra que, a um olhar desatento, parece sempre ter estado ali como núcleo de população. São casas e terrenos que entraram nos esquemas de vendas, trocas, acertos, divisões. Apesar da informalidade da ocupação desses terrenos ser justamente aquilo que o planejamento ambiental dessa área visaria evitar, ela ocorreu nessa época como uma resposta a uma tentativa localizada de remoção de algumas famílias das beiras dos rios. Se pensarmos a tentativa de legalização ambiental da área e a ilegalidade das ocupações como parte de um mesmo processo de segregação espacial (Kowarick, 1980) que organiza a diferença social no espaço urbano brasileiro, veremos que é justamente a falta de articulação e execução do assentamento de fato de inúmeras famílias no Delta, como planejamento urbano, que impede a regularização das áreas de proteção ambiental.

Talvez seja esse o maior desafio das classes populares urbanas para fazer durar esses outros estilos de vida desses “pedaços” como as ilhas na cidade. Lógicas locais que permeiam esses arranjos sociais, construídas na irregularidade, são “soluções” e não problemas urbanos, como afirma Oliven (1982), que revelam as inter-relações entre as populações urbanas inseridas no modo de vida urbano-industrial e as demais populações aparentemente excluídas desse processo de modernização. Por outro lado, a adesão à irregularidade, apesar de revelar as contradições da ordem vigente, prorroga a situação de falta de direitos básicos de cidadania com a não regularização das terras.

O que esse estudo aponta é outro caminho, o de que essas populações, tanto as que se originam das famílias mais antigas quanto àquelas que já têm uma trajetória de desenraizamento na cidade e de enraizamento nas ilhas,

teriam condições de promover acordos locais voltados para a reinvenção de tradições e códigos locais de vizinhança, de práticas eticamente voltadas para a preservação das características ecossistêmicas do Delta, desde que sustentadas por esferas sociais mais amplas. Dito de outra forma, as reivindicações por melhores condições de moradia na cidade por parte de moradores de favelas e vilas irregulares podem encontrar, nos impasses éticos de uma política ambiental contemporânea, um espaço maior de ação.

Foi essa a perspectiva adotada por moradores do Delta que passaram a compor uma comissão de residentes do Delta do Jacuí em recentes alterações na legislação da área. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em setembro de 2004, adotou uma medida polêmica que encontrou resistência de inúmeras entidades ambientalistas, transformando o então Parque Estadual Delta do Jacuí em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Diferentemente da figura do Parque, a APA simplifica as restrições quanto à ocupação das ilhas, permitindo a ocupação urbana em determinadas áreas, sem impedir que o restante do Delta do Jacuí seja destinado à preservação ambiental³.

Regulamentada apenas em junho de 2006, a lei que criou a APA prevê medidas que ainda não foram executadas de fato, como a criação de um conselho gestor para o parque que conte com a participação de lideranças locais, a realocação de famílias em terrenos nas próprias ilhas e, principalmente, a viabilização do fundo de investimentos para as obras.

Até agora, a única influência efetiva da medida foi liberar judicialmente a compra de terrenos e a continuidade de construções e melhorias nas residências de lazer, clubes e mansões que vinham sendo pressionadas pelo poder público. Embora os terrenos não tenham escritura, as imobiliárias da cidade já anunciam algumas “oportunidades” de negócio na compra e venda de casas nas ilhas, o que figura um primeiro passo, juridicamente, na documentação da compra de um terreno que ainda não pode ser escriturado. Como explica a representante dos moradores da Ilha da Pintada, Beatriz G. Pereira, a “Mãe Bia” que atua nas redes religiosas locais:

3. “Parque e APA são duas categorias diferentes de unidades de conservação. O parque é uma unidade de proteção integral, formada por áreas de domínio público, com o objetivo básico de preservação dos ecossistemas. A APA, constituída por terras públicas e propriedades privadas, é uma unidade de manejo sustentado, que tem como finalidade a proteção ambiental e de espécies, por meio da adequação das atividades humanas ali realizadas às características ambientais da região. “ Cf. <http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/noticias/id5752.htm>, último acesso em 13/01/2007.

Bia (Assembleia Legislativa do RS, 2006):

“Os ricos continuam construindo, tomando conta das margens do rio e ultrapassando os limites fixados para a habitação. Os pobres, que não têm o registro da terra, estão perdendo as parcerias para melhorar as condições de habitação”⁴.

Constata-se que as mudanças na lei que poderiam colaborar para a proteção do meio ambiente e a promoção de condições dignas de moradia para a população, não tiveram a mesma contrapartida nas ações do poder executivo. Na continuidade das reflexões aqui apresentadas, percebe-se que se as atuais legislações e arranjos político-institucionais ainda estão em processo de coordenação para tratarem dos conflitos ambientais, os arranjos que configuraram a disposição dos grupos sociais na paisagem urbana também precisam ser revistos.

Percebe-se que outra dinâmica se instala no conflito ambiental, que não se resume às disputas entre residentes e profissionais “do meio ambiente”. Outras categorias ganham destaque nas narrativas e declarações públicas de lideranças locais, que dividem os moradores do Delta do Jacuí entre “ricos” e “pobres”. Essa dinâmica que começa a ser percebida em Porto Alegre é semelhante ao novo modelo de segregação na cidade de São Paulo ao qual a antropóloga Tereza Caldeira (2000) faz referência, separando grupos sociais e transformando a qualidade do espaço público de uma nova maneira. Os grandes centros urbanos brasileiros viveram uma primeira fase dessa segregação com a diferenciação das moradias urbanas, concentradas nas regiões centrais da cidade, em que a população pobre ocupava cortiços e casebres, que foram removidos dessas áreas centrais com o novo padrão de segregação entre as décadas de 1940 e 1980, formando as periferias e áreas limítrofes da cidade.

As ilhas teriam seguido esse segundo modelo de segregação a que Caldeira se refere, através da articulação de “ônibus, ilegalidade e autoconstrução” (CALDEIRA, 2000, p. 219), ou seja, da combinação do transporte público e de outros serviços públicos essenciais (escolas, postos de saúde) com a ilegalidade da propriedade dos terrenos, ou das construções, com ausência de infraestrutura sanitária e financiamento. No entanto, a autora alerta para um novo contexto atual de criminalidade, associado a essas disjunções da democracia brasileira, em que o Estado se ausenta da promoção de qualidade dos espaços públicos. Assim, surgem novas mudanças na paisagem urbana, com a saída de membros das classes altas das regiões centrais das cidades para

4. Cf. notícias no site da assembleia legislativa do estado, <http://www.al.rs.gov.br/ag/noticias.asp?txtIDMATERIA=148551&txtIdTipoMateria=4> e no web site do Partido dos Trabalhadores no RS http://www.ptsul.com.br/txt.php?id_txt=13556, último acesso em 01/13/2007.

ocuparem áreas da periferia transformadas em enclaves fortificados por dispositivos de segurança privada, mesclando nos mesmos bairros e zonas da cidade favelas e condomínios residenciais separados por muros e grades. Esse é um processo que permite compreender essa nova mudança na paisagem das ilhas, assim como na paisagem da Zona Sul de Porto Alegre, igualmente em contato direto com o Lago Guaíba e com áreas verdes na capital.

Essa nova remodelação do espaço público não segue as noções higienistas que orientaram transformações ocorridas no final do século XIX e no começo do século XX em Porto Alegre, pois apesar de promoverem novos códigos de postura urbanos com relação aos cuidados com o ambiente, rompem com uma concepção de saúde pública voltada para o isolamento das classes “perigosas” (por seus estilos de vida). Do ponto de vista da contaminação das águas, a propagação de zonas de periferia urbana sem condições sanitárias, cuja população não tem condições de pagar por esses serviços, se apresenta como um novo impasse para a metrópole contemporânea. A “ambientalização” (Lopes, 2004 e 2006) desse conflito pelo solo urbano abre espaço para a participação dessas camadas populares nos processos de planejamento, na reivindicação de investimentos e na melhoria das suas condições de vida, quando essa “qualidade de vida” urbana passa a ser percebida como parte de uma realidade socioambiental mais ampla, pela importância ambiental do lugar para toda a Região Hidrográfica.

Ainda que no momento da criação da APA do Delta do Jacuí as lideranças de moradores do Delta do Jacuí encontrassem a resistência de outras organizações ambientalistas e instituições técnico-científicas, que criticavam a forma como as negociações foram conduzidas pelo Governo do Estado⁵, em outras dimensões desses conflitos os moradores das ilhas representam papel importante nas ações voltadas à pesquisa e à recuperação das qualidades ecossistêmicas do Delta do Jacuí.

Embora a figura de um morador “tradicional” seja ainda recorrente nas afirmações de uma herança açoriana, de uma ocupação “original” das ilhas pelos descendentes dos primeiros povoadores de Porto Alegre, lideranças como Bia ou Nazaret situam em outros parâmetros o compromisso com a continuidade da presença de um “povo das ilhas” nas margens das águas do Delta do Jacuí a partir de uma experiência urbana de enraizamento no solo das ilhas, e na relação com suas águas. Sob esse ponto de vista, a composição criativa que os moradores das ilhas fazem ao narrar suas trajetórias na cida-

5. Tratado como inconstitucional, por não reconhecer outras instâncias legais pelas quais teria de passar a lei, o decreto de lei foi criticado por várias organizações ambientalistas que alertavam, justamente, para a abertura que a APA possibilita para a especulação imobiliária nas ilhas. Cf. http://www.agirazul.com.br/a2/_a2/000001e5.htm, último acesso em 13/01/2007.

de, incorporando aos saberes locais sobre a paisagem as reflexões quanto à mudança no lugar do Delta do Jacuí nos impasses éticos do ambiente urbano, é fundamental para encontrar soluções para esse novo contexto de ambientalização da paisagem urbana. Compreender esses itinerários que ocuparam o Delta do Jacuí é o primeiro passo para pensar novos arranjos e acordos dos limites para a privatização dos espaços públicos das ilhas.

CAPÍTULO 4

ANOS DE PEDRA: ETNOGRAFIA DE UM CAMELÓDROMO⁶

Rosana Pinheiro Machado

Introdução

Quem percorre as áreas centrais das grandes cidades brasileiras está habituado a compartilhar espaço com centenas e até milhares de ambulantes espalhados por inúmeras calçadas e ruas. Ao mesmo tempo que esses vendedores tornaram-se parte da paisagem urbana de muitas metrópoles, as opiniões em relação a tal prática comercial são bastante ambíguas, oscilando entre o repúdio e a simpatia. Atualmente, o comércio popular de rua é uma realidade que atinge incisivamente a sociedade brasileira. Ele responde a fenômenos mais amplos do Brasil e de países em desenvolvimento, como os altos níveis de informalidade e desemprego. Uma vez que mercados informais de rua constituem um reflexo imediato de desigualdades estruturais múltiplas, eles geralmente são enquadrados socialmente na categoria de um “grande problema” a ser resolvido e eliminado.

Os preconceitos sobre mercados informais – por exemplo, camelódromos que se acomodam espontaneamente nas ruas – são muitos. Categorias que evocam a sujeira, a criminalidade e a desordem abundam para classificar milhares de trabalhadores sobre os quais, geralmente, tem-se poucas informações sobre suas reais necessidades e contingências. Os meios de comuni-

6. Este artigo é fruto de uma pesquisa com bolsa FAPERGS que ocorreu entre os anos de 2000 a 2002 e posteriormente com bolsa CAPES de 2003 a 2004, correspondendo a minha trajetória de graduação e mestrado. Agradeço à professora Ana Luíza Carvalho da Rocha pela orientação, primeira oportunidade de pesquisa e pela iniciação ao ofício de etnógrafa, e ao professor Ruben George Oliven, que tem me incentivado ao longo dos cursos de mestrado e doutorado. Agradeço também as organizadoras deste livro Ana Luíza e Cornelia, pela oportunidade de rever alguns temas e manter-me dialogando com esta apaixonante tarefa de estudar os mercados populares de rua.

cação de massa ajudam a difundir essa imagem que associa os grupos populares ao caos urbano e, assim, em som quase unívoco, pede-se a sua remoção das calçadas e das ruas.

No Centro da capital de Porto Alegre, contabilizavam-se aproximadamente 400 vendedores de rua legalizados pela Prefeitura Municipal que trabalhavam no maior camelódromo cadastrado, conhecido como “Praça XV”. Por outro lado, havia milhares de ambulantes em situação ilegal que rodeavam esse espaço e tomavam as ruas do Centro conforme a intensidade da fiscalização e a época do ano. Hoje, esse contingente foi realocado para uma área fechada, denominada “Shopping do Porto”, obra que é fruto de uma iniciativa conjunta entre o setor público e o privado, inaugurada no início de 2009. Sob o ponto de vista antropológico, o resultado dessa política pública é a reordenação da vida de muitos sujeitos, que vêm construindo suas trajetórias individuais e familiares há uma, duas ou três décadas sobre a “pedra” – linguagem êmica para designar o ofício de rua.

Na realidade, se olharmos para a história de Porto Alegre, podemos constatar que a intenção desse projeto não é nova. Ao contrário: há pelo menos dois séculos, edificações vêm sendo construídas com o intuito de retirar os vendedores ambulantes e os grupos populares do Centro e “revitalizar” a área (cf. Borba, 1993; Franco, 1998; Monteiro, 1992, 1995; Pesavento, 1991, 1992)⁷. Portanto, ao passo que atualmente se alega a necessidade de combater o comércio de pirataria que existe em meio aos vendedores de rua (como resposta a acordos comerciais internacionais), uma análise diacrônica é capaz de mostrar que antigas noções higienistas ainda servem como motivação para esta política pública, visando, em última instância, cercar os grupos populares que ocupam as ruas. Em outras palavras, é preciso limpar o centro da cidade.

Entre os anos de 1999 e 2004, realizei um longo processo de pesquisa de campo, de observação participante contínua, entre esses vendedores de rua. Trata-se, portanto, de um trabalho anterior à construção do Shopping do Porto e que se configura como forma de registro da memória, dos saberes e dos fazeres do trabalho cotidiano da rua – um ofício hoje extinto na cidade de Porto Alegre. Minha metodologia de trabalho aderiu à ideia formulada por Eckert e Rocha (2002) de etnografia de rua, partindo do princípio que a atividade de pesquisa nesses ambientes requer técnicas e reflexões singulares, uma vez que exige ao pesquisador uma determinada postura ética e corporal. Para as autoras, o pesquisador, para conhecer a cidade, necessita percorrer ruas e pensar a si mesmo na paisagem urbana. Assim, conhecer um lugar não é apenas saber de seus habitantes e estar junto a eles, mas também refletir sobre a sua própria experiência em relação a do Outro que reside no mesmo espaço.

7. O Mercado Público da cidade foi construído com esse objetivo de acomodar os vendedores ambulantes de peixe.

No meu caso, tive que encontrar uma estabilidade em frente a uma ambiência que se mostrava efêmera, fluida e veloz. Captar a atenção e a confiança dos vendedores não foi um processo imediato, em face de um universo de vendas frenéticas. Uma resposta alternativa à sentença “estou muito ocupado/a” foi conquistada por meio da insistência, do flerte, da entrega de fotografias e, principalmente, do “estar lá” sistematicamente: ser vista, ajudar no trabalho diário, sentar na sarjeta para tomar um cafezinho ou usar da força para montar uma lona de proteção em dias de tempestade. Assim, para mim, vendedores de rua anônimos aglomerados em uma multidão iam ganhando rostos e nomes. Sorrisos, alegrias, sucessos, dificuldades e enfermidades foram compartilhados ao longo dos anos. Sob o prisma de uma etnografia de rua vivida no camelódromo de Porto Alegre, trago aqui uma análise que objetiva resgatar algumas facetas cotidianas daquele mercado, seus atores e trajetórias, na tentativa de mostrar *outras* narrativas sobre o camelódromo para além das visões estereotipadas e negativas que existem sobre essas formas de organização social presente entre grupos populares.

F1



F2



F3



F4





Memória, cotidiano e características de um mercado

Mercados e economia de bazar

Mercados e organizações econômicas são temas fundantes da disciplina antropológica, uma vez que constituem um fenômeno presente nos mais variados grupos humanos e, em última instância, respondem à norma universal das trocas recíprocas. Logo, um mercado não é composto somente por interesse, cálculo e valor, mas igualmente, um universo simbólico pelo qual circulam bens, pessoas e informações.

Os mercados apresentam algumas características básicas, as quais serão analisadas neste artigo: (a) um espaço físico e público, para o qual convergem pessoas e no qual é feito um local de sociabilidade; (b) um polo vendedor, detentor dos bens; (c) um polo consumidor, detentor da moeda; (d) interação e negociação do consumidor com vendedor, cada qual desejando o que o outro detém e, assim, moedas vão sendo trocadas por bens; (e) bens são símbolos que, em determinadas épocas e lugares, se tomam de valor e sentido, assim como a moeda.

Essas características podem ser generalizadas a várias formas de mercados, desde uma feira popular até um *shopping center*. Contudo, aquilo que o antropólogo americano Clifford Geertz (1979) chamou de “economia de bazar”, em sua etnografia no Marrocos, é uma expressão mercantil singular que ainda está presente no camelódromo de Porto Alegre. Trata-se de um circuito mercantil caracterizado pelo tratamento pessoal, face a face, entre comprador e vendedor. O comerciante possui uma “arte”: a arte de vender, a lábria para con-

vencer. O consumidor vacila, pede um desconto, joga com seu interlocutor. Assim, a venda é fruto de uma forte interação entre duas partes, jogos de convencimento e arte do diálogo. O nome de toda essa negociação é o que conhecemos por “barganha”. Tudo isso em meio a um cenário de aglomeração de pessoas e objetos, de ruídos e cores diversas.

Geertz, ao criticar as análises econômicas reducionistas sobre mercados – que o concebiam somente pelo prisma da maximização de vantagens (tanto do lucro, quanto por parte do uso) – insiste no seu caráter simbólico e de organização social. A barganha, nesse sentido, “não opera em termos puramente pragmáticos e utilitaristas, mas é cercado por regras profundamente sentidas de etiqueta, tradição e expectativa moral” (1979, p. 222). Assim, o valor monetário é estabelecido através de uma interação didática profunda, pautada por uma retórica e ética eficiente que visa menos o preço e mais a busca de informações.

Na realidade, não são muitos os mercados que conservam essa forma de negociação. Objetos são comprados virtualmente e grandes lojas e supermercados apresentam preços tabelados que proporcionam pouca margem de variação. O vendedor, ou melhor, o atendente, quando conseguimos vê-lo, passa a ser um agente que informará certas características de uma mercadoria, mas não conta com muito poder de negociá-lo. Os objetos, em muitos estabelecimentos, não podem ser tocados e manipulados. O consumidor recebe uma garantia do objeto, firmada em um contrato escrito rigoroso. A impessoalidade regula essa forma de comércio que predomina nas grandes cidades. Por outro lado, tanto o camelódromo quanto as antigas e populares lojas do Centro da cidade escaparam dessa lógica moderna e individualista, na medida em que a regra predominante é a conversa com um vendedor, a barganha e a relação sensível com os objetos.

Ambiências e sons

O Centro de Porto Alegre dispõe de um complexo comercial (formal e informal) amplo e diversificado. O camelódromo, especificadamente, caracterizava-se pela concentração humana, aglomeração de objetos/muambas (paraguaias) nas bancas, apelos de vendedores, odores diversos, principalmente de comida – churrasquinho e cachorro-quente –, mas também de urina que se concentrava nas paredes de suas proximidades. A sonoridade é intensa e caracterizava uma dimensão fundamental daquele mercado (Vedana, 2006): ruídos de conversas e brigas, anúncios de preços em microfones, falas repetitivas (“é um real, é um real”), músicas e barulhos que vinham dos objetos como bonecos falantes. Os vendedores de CDs colocavam som alto e aproveitavam para, ao mesmo tempo, fazer propaganda de seu produto e escutarem

a música que gostam. Nos dias de semana, esse cenário era ameno se comparado aos sábados e domingos, quando os grupos populares da periferia da cidade dirigem-se para o Centro em busca de lazer e divertimento.

O pagode, o *hip-hop* e o *funk* eram os gêneros musicais mais tocados. Em épocas de intenso movimento (como no Natal), formava-se uma sonoridade intensa, oscilando entre os chamamentos dos produtos e as músicas tocadas. Em 23 de dezembro de 2002, participei da gravação em vídeo da movimentação em torno do camelódromo⁸. Segue uma transcrição e descrição de cinco minutos seguidos:

(No corredor do camelódromo, sob o calor de 37 graus, passa um vendedor ambulante com seu carrinho de bebidas):

Suco, refri, água mineral, bem gelada,

Suco, refri, água mineral, a um real.

(Depois, passa o vendedor de doces):

Quem não gosta da ambrosia, a mulher do Ambrósio?

Quem não gosta da ambrosia, a mulher do Ambrósio?

(Música – Pagode):

Uma mão vai na cabeça... Bota a mão na cintura,

O movimento é sexy, o movimento é sexy...

(Comprador e Camelô):

Tem Digimon? Não, não tem. Mas tem esse aqui.

(Música – Pagode):

O movimento é sexy, o movimento é sexy...

(Ruídos de conversas e risadas)

(Música – Funk):

8. A gravação foi feita com o auxílio técnico dos então colegas Rafael Devos e Olavo Marques (pesquisadores do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, BIEV/UFRGS).

Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.

Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.

(Uma jovem dança sensualmente a música e oferece uma camiseta do Grêmio para um passante).

Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.

Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.

(Uma “caixinha” gritando e batendo palma):

Oito pilha, um real;

Dois isqueiro, um real;

Cortador de unha, um real;

Dois superbonde, um real;

Mais barato, vamô chegá!

(Jovens vendedores de CDs interagem. Exibindo toda sua malandragem, eles cantam e dançam sem camisa):

Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci. E poder me orgulhar, e ter a consciência que o pobre tem seu lugar...

“De zangão a camelô”:

transformações em longo e curto prazo.

Mercado é informação. O que se vende, como se vende e o quanto se vende falam sobre a cultura de determinado tempo e lugar. Mercado transforma-se conforme a transformação da sociedade. Mercados só existem porque há demanda social. Demandas são desejos. Desejos de bens são fatos simbólicos, pois só assumem sentido e valor dentro de contexto social.

Durante mais de um século predominou, no que hoje é a Praça XV da cidade, o comércio de alimentos (peixe, charque, frutas) que atracavam no porto da cidade ou que chegavam de carretas advindas do município da cidade vizinha de Viamão. Também se comercializavam tecidos e outras mercadorias que, naquele período, eram significativos. Os comerciantes de rua – os ambulantes, os biscateiros – eram os “excluídos”, a maioria deles ex-escravos.

A partir dos anos 40, quando as cidades começaram a receber um grande contingente que migrava do campo, o Centro, aos poucos, expandiu o número de vendedores de rua. O pai do vendedor Cabinho (64 anos) era um deles:

Ele não tinha dinheiro, mas tinha bastante conhecimento e assim conseguia se dar bem. (...) Naquela época, não se chamava camelô, se chamava zangão.

O meu pai tinha dia que ganhava para comer um mês... Meu pai tinha até cavalo de corrida e sempre sem carteira assinada, que nem eu, eu não tenho carteira assinada.

Segundo reportagens da Revista do Globo, entre os anos 40 e 50, os “zangões” vendiam, basicamente, roupas, alpargatas, sandálias nordestinas, miudezas como pentes, lâminas, agulhas e cortadores de unha, além de frutas e verduras. O local preferido dos comerciantes de rua era as proximidades do abrigo de bonde (hoje Praça XV, Praça Montaury). Os problemas enfrentados não eram muito diferentes dos de hoje:

Melhor estar legalizado do que correr à toa.

Uma sequência original: o vendedor que se preparava para vender um pente, ao avistar nossa reportagem, assustou-se, pensando tratar-se da fiscalização municipal, saindo em disparada e deixando sua compradora perplexa... (Revista do Globo, 1958).

Nos anos 70, meus informantes mais velhos começaram a trabalhar. Como não estavam legalizados, eles se espalhavam pelo quadrilátero central, principalmente entre a Praça XV, e as ruas Voluntários da Pátria e Dr. Flores. Todos já se conheciam e contam que eram chamados de “paraquedas” porque “caíam” na rua e, caso a fiscalização chegasse, saíam “voando”. Naquela época, as fitas K7 estavam no auge das vendas nas ruas, mas até então os produtos eram originais.

Foi nos anos 80 que a falsificação e pirataria entraram em alta. Esse fato, evidentemente, está diretamente ligado à expansão da comunicação em nível transnacional, evidenciando transformações sociais mais amplas, como o crescimento da economia chinesa e, conseqüentemente, o surgimento do mercado de Ciudad Del Este, no Paraguai. Trata-se de uma expressão da “globalização popular” em que sujeitos de classes desfavorecidas passaram a atuar como atores ativos dos fluxos globais, distribuindo bens baratos e mudando a cara do consumo popular brasileiro (Ribeiro, 2007). Os “paraquedas” começaram a viajar ao Paraguai e eles viveram, segundo relatos, os melhores anos de sua vida: o tempo “da mina de ouro”. Em 1989, todos foram regulamentados e passaram a chamar-se “camelôs”.

Durante os séculos, décadas e anos, o mercado de rua foi sofrendo modificações, correspondendo às transformações mais abrangentes da sociedade. Atualmente, não se vende mais fita K7, e sim CDs fabricados em tecnologia digital. Os informantes contam que, nos anos 90, era “o máximo” trazer videocassete do Paraguai. Hoje, eles buscam DVDs e outras tecnologias digitais. Também era moda trazer perfume e uísque, o que hoje deixou de ser novidade. Mercadorias como brinquedos e roupas, por exemplo, mantêm-se seu interesse.

Os informantes, hoje no Shopping do Porto, estão em pleno processo de mudança brusca da identidade de “camelô” para a de “empresário”, negociando essas categorias na prática. Nessa transição, muitos estão alterando as mercadorias que comercializam para adaptarem-se ao novo empreendimento, considerado mais “moderno” e “racional”. Os que permanecem com suas miudezas, típicas do comércio de rua, têm dificuldades de realizar vendas. Na realidade, não se trata de um processo simples: muitos vendedores estão tendo problemas de readaptação, o que desencadeia uma série de problemas de saúde mental – fruto de um período de liminaridade entre a rua e o shopping.

Ao longo dos cinco anos de etnografia de rua, também fui percebendo mudanças de curto prazo no camelódromo. A primeira mudança que observei foi espacial. O próprio camelódromo sofreu inúmeras modificações entre os anos de 1999 e 2004. As bancas das ruas vizinhas foram realocadas para a Praça XV, o que fez expandir o seu número de bancas e a sua disposição no espaço. Entre 1999 e 2001, a sonoridade mais comum nas redondezas do camelódromo era “cortar, cabelo; cortar cabelo”. Os “caixinhas” (vendedores ilegais) vendiam cigarros com muito mais facilidade, mas o produto mais comercializado por eles era o despertador. A marca mais pirateada era a *Calvin Klein*. Os CDs eram vendidos com facilidade no interior do camelódromo e custavam seis reais. Hoje, devido à banalização da sua fabricação, eles baixaram de preço (quatro reais) e são mercadorias extremamente condenáveis pelo poder público. Nas ruas próximas, atualmente, o som que mais escutamos é “fábrica de calcinha, fábrica de calcinha” e encontramos poucos despertadores. *Calvin Klein* desapareceu, mas *Nike* mantém-se no desejo dos consumidores.

O que se vendia no camelódromo (e fora dele) diz respeito basicamente a duas coisas. Primeiro, ao que está na moda. Segundo, ao que está na moda fiscalizar. Em geral, os dois andam juntos. Ou seja, conforme aumenta excessivamente o contrabando de um produto, maior é a fiscalização sobre ele e, então, cria-se um discurso moralizador sobre a comercialização de determinados bens (como aconteceu com CDs, *games*, *softwares* e cigarros). Assim, quem vai ao camelódromo e observa seus produtos pode saber o que os consumidores desejam consumir (o que está em “alta”), bem como o que tem sido convencionalizado “ilegal”, uma vez que as noções de ilegalidade variam conforme o tempo, interesses e poderes diversos.

Memórias do trágico: sobre a degola e outros imponderáveis

Os informantes costumavam narrar e renarrar histórias trágicas acontecidas no grupo. Aos poucos, fui percebendo que contar esses episódios significava exaltar a dor e o sofrimento, que são marcas simbólicas, constitutivas de uma identidade heroica de grupo. Além disso, eles informavam sobre as condições a que eram submetidos por trabalhar na rua. Entre as diversas histórias, há uma específica que marcou profundamente a rotina do camelódromo, tornando-se uma espécie de “lenda”.

No ano de 2002, o casal Juremir e Joice⁹ trabalhava em uma banca de eletrônicos, localizada no Centro do camelódromo. Os dois eram antigos camelôs e conhecidos dos informantes. Hoje, dizem que eram os “únicos que não se metiam em picuinha”. Havia um senhor que, durante anos, sempre “cantava” a esposa do camelô quando ele se retirava. Chamavam-no de “o tarado da XV”. Um dia, Joice contou ao marido que o homem a incomodava. Juremir, então, foi tirar satisfação com ele. Segundo relatos, foi uma discussão normal, como qualquer outra. O senhor, indignado, entrou na loja “Oba-Oba” – loja de produtos baratos que existe em frente ao camelódromo – e comprou uma faca de cozinha de 1,99. Procurou Juremir e cortou o pescoço dele, fazendo com que o camelô morresse na hora, degolado, na própria rua.

A tragédia mantém-se viva, assim como muitas outras, de amigos e colegas que faleceram e necessitaram da solidariedade do grupo para realizar a “caixinha do caixão” (juntar dinheiro para o funeral), bem como para seguir pagando as dívidas de parceiros falecidos. Histórias de enfarte cardíaco em épocas de Natal abundam, assim como doenças acarretadas pelo trabalho e desgaste na rua, como câncer na urina e pneumonias, graças às intempéries do tempo do Rio Grande do Sul, bem como à falta de banheiros adequados para utilização pelos vendedores. Na realidade, pode-se constatar que existe uma espécie de “ethos da lamúria” entre o grupo – ethos este que se mantém mesmo diante da remoção da rua para o *shopping*. Essa narrativa enaltece o próprio ofício e é constitutiva da identidade de comerciante – que atravessa o mau tempo – seja ele climático, biológico ou financeiro.

Do papel do humor e da fofoca

Embora exista um repertório de histórias trágicas e dramáticas (como a narrada anteriormente) e de que elas sejam sempre contadas gerando um ambiente permanentemente tenso, a jocosidade também é uma forma de comunicação constante no interior do camelódromo.

9. Nomes fictícios.

Como demonstrou Fonseca (1996), o humor e a fofoca são elementos simbólicos que regulam identidades sociais. A autora afirma que ambos, em grupos populares, constituem-se com alternativas cotidianas, fluidas, ágeis e cambiantes que possuem a capacidade de denunciar comportamentos e revelar representações dos grupos estudados. São, essencialmente, formas criativas de manipular e jogar com as regras e, no caso de meus informantes, com suas árduas condições de trabalho. Em um dia de forte chuva no camelódromo – em que os vendedores perderam parte de suas mercadorias, suas roupas ficaram encharcadas e não conseguiram vender nada – a vendedora Carminha (36 anos) começou a cantar, aos gritos, para todo o camelódromo ouvir:

Tomara que chova três dias sem parar.

Tomara que chova três dias sem parar.

Ela dançava também e corria por entre as bancas dos colegas. Todos começaram a pedir mais chuva e com ela iniciaram um grande coro:

Tomara que chova três dias sem parar.

Tomara que chova três dias sem parar.

Também era possível ouvir gritos, vindos de partes distantes de onde eu me encontrava no camelódromo: *“tomara que chova muito para a chinelagem aqui [referindo-se a eles mesmos] morrer tudo de fome. Vem chuva, vem mais chuva”*. Os vizinhos de banca de Carminha começavam a anunciar: *“olha a água”*. Assim, jogavam a água que ficava sobre a lona e molhavam todos os passantes. Todos riam muito com o banho que as pessoas levavam. Perguntei por que faziam aquilo com pessoas que poderiam vir a ser clientes e, então, responderam-me: *“Nós estamos tudo na pindaíba... Vender o quê? Não temos mais nada...”*.

Essas atitudes demonstram o quanto eles ressignificam as difíceis situações em riso. A chuva era tanta, o prejuízo maior ainda, que só restava debochar da própria condição e proporcionar, naquele dia, alguma forma de distração, algo que os sustentasse na rua e amenizasse o caos.

Conforme salientou Fonseca, o gozo também pode ser interpretado enquanto uma alternativa às normas hegemônicas da sociedade. Uma vez, dois jovens simularam uma briga para ver se me imprimiam medo. Eles agiam de forma agressiva e chamavam-se de marginais e vagabundos. Percebi que eles estavam, na realidade, interpretando as representações que muitas vezes se produz sobre camelôs. Além disso, não só representavam, mas também debochavam daquilo. Também é comum eles chamarem-se jocosamente de “bandidos”. Lúcia (32 anos), certa vez, disse para seu vizinho: *“vem cá, seu contra-*

bandista bandido". Nesses momentos, todos riem, e riem muito, evidenciando que eles consideram absurdas as conotações que recebem, visto que tais atributos não correspondem às suas realidades. Para além da sátira, encontramos, nesses atos, uma crítica severa aos meios que a sociedade encontra de estigmatizar grupos populares e às classificações fugazes de ilegalidade.

Frases comuns no camelódromo como "menina bonita não paga, mas também não leva" são ditas em vários mercados do Brasil. Na realidade, o humor está presente em praticamente todas as feiras e mercados públicos, constituindo-se uma expressão da cultura popular.

A fofoca também é um poderoso instrumento para perceber fronteiras simbólicas e representações do grupo. Além disso, ela é sempre denunciativa e traz uma forte carga moral. O caso da "ladrona" é paradigmático nesse sentido. Certa vez, presenciei uma mulher furtar sapatos da loja "Oba-Oba". Então, uma comerciante do camelódromo começou a gritar: "*pega ladrão, pega ladrão*". Todos os vendedores, sem saber do que se tratava, saíram correndo atrás da *ladrona*, pegaram-na e devolveram os sapatos ao dono do estabelecimento, que agradeceu friamente. Porém, a "ladrona" era conhecida de muitos camelôs, porque furtava das lojas e vendia o produto para eles. Ela voltou para se vingar e deu uma surra na mulher que a denunciou. Os outros camelôs não se meteram na briga, argumentando: "*Se soubéssemos que se tratava da 'ladrona', não teríamos feito nada, teríamos deixado ela roubar*". Além disso, a maior indignação aconteceu porque uma camelô tinha devolvido a mercadoria a um lojista e, segundo eles, um lojista jamais faria isso por um camelô.

Os camelôs permitiram que a colega apanhasse e não fizeram nada para impedir a situação porque ela tinha denunciado a *ladrona* e isso, segundo interpretação nativa, é algo que não se deve fazer. Dizia-me Kelly (25 anos): "*Ninguém tem o direito de se meter na vida do outro. Todo mundo tenta ganhar a vida como pode, um lojista, um ambulante, um ladrão. É lei aqui: ninguém se mete no trabalho de ninguém*". Quando a camelô entregou a *ladrona*, infringiu a lei do camelódromo, "Lei Obirici: cada um por si". Na realidade, podemos estender essa lei aos trabalhadores informais do Centro em geral: cada um ganha a vida como pode, cada um deve se preocupar apenas consigo... Essa lei é altamente paradoxal, afinal, o extremo da postura individualista é, em última instância, um ato de solidariedade para com outras pessoas que procuram ganhar a vida, pois não se questiona a atividade do outro.

Quando o tumulto eclodiu, um circuito de fofoca alastrou-se como pólvora. Era possível até ver, a olho nu, o falatório espalhar-se de boca a boca. No local onde eu estava observando (na banca de Carminha), Kelly condenava o comportamento da vizinha em denunciar o roubo: "*não se ajuda um lojista, porque eles não nos ajudariam*". Outros condenavam a atitude porque feria a "Lei Obirici", ou seja, estava interferindo na vida de alguém que, como podia, ganhava a vida, e ninguém tinha "nada a ver com isso". A fofoca denunciava o

quanto aquilo feria certos princípios de individualidade estabelecidos naquele universo, feria a ética do camelódromo.

Quando eu ia ao camelódromo, Dona Joana (65 anos) costumava chamar-me para falar de algumas pessoas. Embora ela seja vizinha de muitos anos de Dona Dalva (66 anos) não poupa comentários sobre a colega. Reprova as atitudes “metidas” da camelô, dizendo que ela quer “tudo pra si”: o sindicato, os contatos com a Secretaria e o controle da segurança do camelódromo¹. Reclamava Joana: “*O Fulano [um funcionário da Secretaria de Indústria e Comércio, candidato a vereador] deixou camisetas para todos nós, e ela pegou tudo para ela*”. Nesse caso, a denúncia caía sobre uma atitude individualista indesejada. Embora muito se exalte que a lei do camelódromo é a “Lei Obirici”, tal lei refere-se a um sistema de vendas altamente competitivo, mas não se trata de um individualismo frio e calculista. Ao contrário, como ressaltai anteriormente, atos que prejudicam o outro ou o grupo são altamente condenáveis. A fofoca de Joana denunciava a atitude de Dalva que, naquele momento, agia por si em nome da coletividade.

Dinheiro como linguagem

Ele é constante no camelódromo e quando não está presente, é motivo de lamúria. Fala-se nele durante todo o dia. Todos o desejam. Ele é o sentido do trabalho, da rotina, da felicidade e da tristeza: dinheiro, dinheiro, dinheiro. Símbolo onipresente, símbolo onipotente.

Não é possível falar em mercado sem referir-se à moeda, pois é ela quem o movimenta. A sua circulação é vital. No camelódromo, não é diferente: sem dinheiro, o sistema comercial não engrena. Precisa-se de consumidores endinheirados para que a muamba seja vendida e, então, faça-se a busca de novas mercadorias em Ciudad Del Este, pagando-se à vista os fornecedores. Volta-se carregado para Porto Alegre, vende-se tudo de novo e, assim, caminha a economia do camelódromo e o dinheiro gira. Por isso, perder mercadoria na polícia é um verdadeiro drama, não só por afetar incisivamente o orçamento familiar, mas também porque desorganiza um sistema comercial estruturado, rompendo a sequência de um ciclo.

O dinheiro raramente sobra para os informantes. Em geral, eles não o acumulam, usam-no somente como capital de giro e para o consumo básico de cada um. A lógica, portanto, é a do imediatismo e não da poupança. E isso é o suficiente para alguns camelôs, como Aníbal (57 anos), pois o desejado é conseguir recursos para manter-se trabalhando e conseguir dinheiro para pagar as contas e manter o nome e a honra limpa na “praça”.

1. Os camelôs pagam dois seguranças para proteger o camelódromo do roubo.

O dinheiro, em sua forma literal. No camelódromo e em busca de mercadorias em Ciudad Del Este, o dinheiro era sempre “vivo”, à vista, reduzindo, assim, as possibilidades de “calote”. A maioria dos camelôs não aceitava cheque (somente de clientes confiáveis). Logo, a mesma moeda que recebiam é a que pagavam os fornecedores e também os funcionários, que recebem por dia. Quando ele faltava, a permuta entre os comerciantes era a melhor alternativa. Entre os comerciantes da Praça XV, mais especificadamente entre as microrredes existentes de solidariedade e confiança, havia uma circularidade de dinheiro em forma de empréstimo. Quando alguém precisava de troco, pede-se para um vizinho próximo que o empresta. Se o dinheiro retornava no mesmo dia, não havia acréscimo sobre o valor. Porém, se havia a necessidade de pedir alguns dias de prazo, era estipulada uma quantia de juro que variava em proporção ao valor do empréstimo.

Afora o dinheiro vivo, no interior do camelódromo, havia vários vendedores ambulantes de alimentos que vendiam “fiado”². Estes eram pagos semanalmente pelos camelôs, quitando a dívida anotada no “caderninho”. Segundo Márcia, uma jovem vendedora de lanches, os seus clientes sempre pagavam no dia combinado, por isso ela raramente levava calote³. Caso isso acontecesse, a fofoca desprestigiada era tamanha no interior do grupo (“*fulano deu ‘cano’ em beltrano*”) que o comerciante ficava com a reputação e a honra muito afetadas, o que o impossibilitaria de continuar trabalhando com seus colegas.

No início da etnografia, surpreendia-me com o “poder” que o dinheiro exercia no universo de pesquisa estudado. Estranhava o quanto se falava nele e o fato de que, para meus informantes, tudo poderia ser calculado em cifras monetárias. Até as relações entre vizinhos e parentes eram reguladas por ele. Tudo parecia muito utilitarista. O casal Carminha e Chico, por exemplo, passavam o dia negociando, fazendo cálculos, vendo quem vendeu mais, porque vendeu menos, etc. Em casa ou no trabalho, existia sempre um papel e uma caneta na mão, instrumentos pelos quais se ponderavam ganhos e perdas: os ganhos mensais eram altos e alcançam cinco dígitos, mas a hemorragia monetária era intensa ao se redistribuir o dinheiro entre os parentes, funcionários, manutenção e novas mercadorias. O resultado entre ganhos e perdas era sempre zero.

Se o dia estava bom, é porque tinha entrado dinheiro, se estava ruim, é porque não entrou. Briga-se com um familiar por causa de um ou cinco reais. Certa vez, sob um temporal e frio intenso, Jorge (33 anos) dizia que o dia esta-

-
2. Vale-Transporte também é uma espécie de moeda no interior do camelódromo. Muitos vendedores aceitam-no nas vendas e depois trocam por alimentos ou vendem para os comerciantes ilegais de vale.
 3. Donos de bares da redondeza também já me falaram que os melhores clientes são camelôs porque pagam sempre à vista.

va lindo, pois tinham vendido muitos chapéus: o dinheiro apareceu no lugar do sol. A onipresença e onipotência do dinheiro incomodavam-me, uma vez que ele se constituiu assunto velado no Brasil (Oliven, 2001), bem como sinalizava a frieza das relações interpessoais calculadas em cifras. Afinal, entre camelôs, não há nenhum pudor para falar em dinheiro, ao contrário, ele é um símbolo escancarado, um bem desejado e preservado: uma linguagem.

Um episódio interessante, acontecido comigo e Chico em uma viagem que o acompanhei ao Paraguai, pode ilustrar as duas visões de mundo em relação ao dinheiro. Ele comprou seiscentos dólares em mercadorias em uma loja; eu, menos de um. Passei no caixa e a atendente não me deixou realizar a compra, pois não era permitido realizar uma venda de um valor tão baixo naquele atacado. Então, pedi a Chico que colocasse minhas compras (cujo valor era de sessenta centavos), junto com as dele, que fossem pagas tudo junto e eu lhe daria o dinheiro depois. Então, furioso com meu pedido, pagou e avisou-me: *“anota aí nesse bloco [meu caderno de campo] que tu me deve sessenta centavos. Não vai te esquecer, heim?”* Eu fiquei ofendida com a atitude, que considerei mesquinha naquele momento, afinal eu já havia comprado algumas coisas durante a viagem e dividido com ele. Na ingenuidade, comparava com as viagens que realizava com meu círculo de classe média, em que o dinheiro emprestado é devolvido sem a necessidade de aviso.

Depois de um tempo, percebi que tudo que eu tinha dado a Chico ele tinha anotado em seu caderno, não havia esquecido de nada. Assim, entendi que, para ele, saldar a dívida comigo era algo de extrema importância dentro de sua concepção de mundo e seu código moral de honra. Por isso, esperava que eu agisse da mesma maneira, com a mesma responsabilidade e cuidado sobre as contas e sobre o dinheiro. Ou seja, desejava que eu falasse a mesma linguagem que ele.

Foi então que eu passei a compreender o porquê de os camelôs não conseguirem escrever, muitas vezes, seus próprios nomes, mas saberem calcular com precisão e agilidade qualquer conta de subtração, adição, multiplicação e divisão. Dinheiro nada mais é do que um símbolo qualquer de comunicação e de troca. É através dele que os informantes comunicam-se, classificam o mundo e medem os afetos.

Barganha, garantia e honra

A barganha é uma forma de negociação presente em diversas feiras e mercados do mundo, que se mantém com o passar dos séculos. Para que ela ocorra, é necessário que haja (a) mais de um vendedor oferecendo o mesmo produto; (b) um reconhecimento de que o preço é fluido e (c) uma interação face a face entre comerciante e vendedor.

Eu já barganhei no camelódromo inúmeras vezes quando desejava comprar algo. Quando quis um aparelho de CD, estava indecisa, por isso pesquisei em várias bancas. Cheguei a uma que tinha exatamente o produto que eu queria, disse a seu dono que nas bancas vizinhas tinham me baixado o preço de cento e cinquenta reais para cento e trinta. Ele tratou de me convencer que o seu aparelho de som era melhor do que o dos outros. Então, ofereceu-me a cento e vinte reais e mais um desconto em outro produto. Comprei um produto barato e ainda por cima pude perceber a mobilização intracamelódromo que a barganha propicia, no momento em que ela revela a competição entre vizinhos e a arte de cada um pra convencer que seu preço e mercadorias são melhores.

Durante a compra do aparelho de som, fiquei com desconfiança sobre o produto. Afinal, era de uma marca que eu desconhecia: “Diplomatic”. O vendedor, somente com sua lábia, convenceu-me que o aparelho de CD era o melhor do Paraguai e o único que, de lá, funcionava. Certificou-me que não estragaria e, caso isso acontecesse, ele me daria uma garantia de troca que teria validade durante três meses e assistência técnica por um ano. A garantia, ele anotou em um pedaço de papel que ele tinha à mão e a assistência técnica era de um amigo dele que sabia consertar aquele aparelho.

Eu não tinha dinheiro à vista para pagar o som, somente cheque. Ele, disfarçadamente, perguntou à Dalva se eu era de “confiança”, se meu cheque era “bom”. Ela deu seu aval com toda certeza. Eu, discretamente, também perguntei a ela se a garantia era “quente”. Ela disse que sim. Na mediação da compra e da venda, Dalva levou dez reais. O negócio aconteceu porque cada parte envolvida empregou sua palavra. E a palavra era a única coisa que cada um de nós podia oferecer naquele momento.

A famosa frase “la garantía soy yo”, dita por camelôs no ato da venda, está diretamente relacionada ao episódio que acabei de relatar. Ou seja, dentro de um mercado inserido no setor informal da economia, a credibilidade de venda está diretamente ligada à palavra de cada vendedor, pois este, por sua vez, não possui nenhum registro contratual formal, apenas a sua honra. A lei, a norma, o contrato e a garantia são encarnados na pessoa e na palavra do camelô.

As vendas não deixam de acontecer por causa de uma falta de contrato firmado na linguagem escrita e jurídica. Ao contrário, elas acontecem todos os dias, a todo o momento, cada vez mais. Os informantes, que também têm lojas estabelecidas e nelas vendem o mesmo produto que nas bancas, estão convencidos de que muitos consumidores preferem comprar na rua. Podemos compreender esse processo como uma forma de resistência social à crescente burocratização e impessoalização do comércio estabelecido, evidenciando que o sistema informal da palavra e da honra caminha paralelo a ele e mantém sua eficácia e credibilidade entre consumidores e comerciantes urbanos.

Marketing popular: “pode chegar, freguês”

A concepção de que o “freguês” merece toda a atenção é uma unanimidade entre os camelôs. Todos os informantes procuram agradar como podem os seus clientes. Cada um tem a sua técnica para tanto.

Sempre que eu estava em campo, ficava em frente da banca de alguém com quem conversara. Isso causava um incômodo imenso nos vendedores. Eles olhavam-me inquietos até chegar a ponto de dizer: “*pode sair de frente da minha banca? É para os clientes poderem chegar com tranquilidade*”. A banca “livre” é uma norma difundida no camelódromo – ao contrário dos preceitos de marketing em que um estabelecimento cheio passa credibilidade e atrai ainda mais gente. Entende-se que o passante não terá interesse em se aproximar se houver tumulto ao redor dela. O sol também é algo que podia atrapalhar o cliente, por isso cada camelô tinha dois guarda-sóis: um era para proteger as mercadorias, o outro era para fazer sombra para o cliente.

Já que a banca de um camelô é o seu maior patrimônio, ela deve ser cuidada como se fosse uma obra de arte: montá-la demorava, no mínimo, três horas. Os objetos eram colocados um a um e prendidos com alfinetes. Não havia, jamais, aleatoriedade na montagem, pois cada mercadoria era pensada e medida, conforme sua forma, tamanho e cor. Existia uma economia dos espaços surpreendente entre os camelôs, no momento em que eles conseguiam esvaziar cinco sacolas (listradas típicas do Paraguai) cheias de objetos, colocando-os todos em um espaço muito pequeno.

A montagem da banca aproxima-se ao trabalho de um bricoleur: aquele que utiliza recursos limitados (o que dispõe à mão), não possui um projeto de sua obra, mas pode alcançar resultados brilhantes (Lévi-Strauss, 1997). O camelô possui um número determinado de mercadorias com as quais tem que fazer um arranjo. Cada dia é um arranjo novo com o mesmo repertório de peças. O resultado final é uma harmonia de cores e formas obtidas através de um saber prático. Uma banca bem montada é motivo de orgulho e exibição por parte de seu dono, e isso parece ser um traço comum a demais mercados populares. Lévi-Strauss (1996, p. 97), em “Tristes Trópicos”, analisou a organização das feiras dos países que visitou nos anos 30:

No Brasil, como na Bolívia ou no Paraguai, as grandes feiras e mercados, ocasiões da vida coletiva, evidenciam um regime de produção ainda individual; cada tabuleiro reflete a originalidade de seu titular. (...) Cada vitrine, que são todas humildes obras de artes, expressam uma diversidade de gostos e de atividades, um equilíbrio específico para cada uma delas, que depõem em favor da liberdade preservada por todos...

Para os camelôs, uma banca bonita é o primeiro passo para realizar

uma venda. Depois, é necessário ser sempre gentil com os clientes. Conversar, sorrir e ser receptivos às pechinchas são técnicas indispensáveis para a realização das vendas. Dentro de um ambiente comercial e também competitivo, cada vendedor possui suas próprias habilidades para conseguir ser bem-sucedido.

Tu vê, tem gente que não consegue trabalhar aqui, a pessoa para trabalhar aqui tem que ter um dom especial, tem que ter um QI mais, mais... (Carminha)

O marketing de cada camelô é encarado como um “dom”, e este deve ser guardado em segredo, só ensinado aos aprendizes que darão continuidade ao ofício.

Passei isso para todos os meus filhos, graças a Deus, graças a Deus... Desde pequenininho, o de 10 anos já tem toda uma técnica de venda, já sabe conversar com um freguês, já sabe agradar um freguês, fazer a venda... Se agrada um freguês tu conversando com ele, puxando um assunto com ele, puxa um monte de assunto com ele. Tu vai levando, tu vai levando, vai falando com ele... ele vai te perguntando sobre o negócio que tá comprando e tu vai conversando, vai conversando e até engatinhar que o negócio seja feito [risos] e tu tem que saber, né? Se tu ficar parado perto do freguês tu não vende. Ah! Tu coloca a mercadoria na mão dele para intimidar, né?” (Aníbal).

Assim, ao contrário de formas modernas encontradas em grandes lojas e centros de venda, o camelódromo atuava através de princípios do contato face a face, apelando para o poder da retórica e da relação sensorial entre pessoas e objetos em negociação.

F6



F7



F8



F9.



F10



F11.



F12



F13



Negociações entre redes de solidariedade e confiança

Sob a ótica dos direitos trabalhistas e humanos, o ofício dos camelôs era, de fato, penoso, árduo e quase ‘desumano’. Trabalhavam aproximadamente 15 horas diárias, durante sete dias por semana e as bancas eram a céu aberto. Os trabalhadores ficavam submetidos à chuva, ao sol e ao vento, além das variações térmicas de Porto Alegre que oscilam, conforme a época do ano, entre zero e quarenta graus. Outro problema é que a regulamentação exige que o dono não se afaste da banca, por isso os vendedores enfrentavam dificuldades para ir ao banheiro, descansar e se alimentar. Esses três atos, corriqueiros para muitos, para os camelôs consistiam em verdadeiros dramas cotidianos e envolviam permanentes negociações com as redes de relações de cada um. Neste tópico, relatarei um pouco dessas negociações, bem como os códigos que operavam em algumas redes internas ao camelódromo.

As “microrredes” eram formadas por inúmeros fatores e visavam, basicamente, alcançar proteção em face de um ambiente hostil (pelas adversidades da rua e crises) e competitivo. Trata-se de pequenos núcleos que, em geral, envolviam pessoas de uma mesma banca com seus vizinhos da frente, trás e lados. Mas, sobretudo, não bastava ser vizinho, a afinidade e a confiança eram valores fundantes desses pequenos circuitos de trocas.

À direita da banca de Carminha, encontrava-se Edgar; à esquerda, Tito. Ambos foram vizinhos por mais de dez anos. Como esses vendedores trabalhavam em bancas diferentes, para conseguirem manter um bom relacionamento, necessitavam vender produtos diversos entre si: Carminha, brinquedos; Tito, acessórios do vestuário; Edgar, capa para telefones celulares. A diferença de estilos de mercadorias era fruto da lealdade existente entre eles, pois segundo Carminha, a venda da mesma coisa “é traição”.

Aqui ninguém é amigo de ninguém, se tu puder ‘comer’ o outro, tu come; baixa o preço, faz qualquer coisa para ganhar o cliente. O círculo de amizades é muito pouco. A convivência é difícil entre o pessoal da Praça XV. Tem muita concorrência em termos de dinheiro, mas não em termos de amizade. Mas, quando se relaciona com dinheiro, a negociação é grande, nosso círculo de amizade acaba terminando, porque o dinheiro chama mais. O povo pensa mais no dinheiro do que na amizade. (...) Aqui é cada um por si, muita competição. Quando sai uma mercadoria nova, tomo mundo quer ter. Mas nunca entre amigos, entre os vizinhos sempre procuramos vender uma coisa diferente. Se vende a mesma coisa, é traição (Carminha).

Tito acrescentou: “*Daí tu muda. Traz coisas diferentes, digamos assim... Um vai para o Paraguai, outro para São Paulo...*”. Não vender o mesmo produto, entre esses vizinhos, significava manter a amizade. Já que o vizinho não

é um concorrente, não há disputa de clientes. Tratava-se de estratégias cotidianas que procuravam unir a sobrevivência no comércio com os valores de solidariedade entre uma boa vizinhança.

Na totalidade do camelódromo, cada camelô sabia o que os demais vendiam. Carminha liderava o setor de brinquedos, era o seu ramo de vendas e isso era um fato amplamente reconhecido entre eles. Se alguém passasse a vender a mesma mercadoria, estaria traindo-a, entrando em um “campo onde já tem dono”. Conforme as palavras dela: *“cutucando a onça com vara curta”*. Certa vez, uma camelô – chamada Lindalva – resolveu trabalhar com brinquedos. As duas trocavam ofensas à distância, aos gritos, com as mãos na cintura. Um dia, uma mulher foi trocar uma mercadoria na banca de Carminha e, então, ela disse: *“esse brinquedo não é meu, eu dou garantia. Esse papagaio não fala porque a senhora deve ter comprado da banca daquela mulher lá, que vende produtos ruins, sem garantia...”* Bastaram três meses para Lindalva mudar de ramo e Carminha triunfar na sua especialidade.

Assim, a competitividade – valor tão acirrado no camelódromo – não proporcionava espaço para a amizade. Afinal, entre eles, era legítimo fazer qualquer coisa para realizar uma venda, inclusive, “passar por cima” de outro camelô conforme palavras deles próprios. Mais do que aceitável, isso era uma regra, uma regra na qual a individualidade de cada um é preservada e desejada. Se a “Lei Obirici” operava no camelódromo como um todo, ela não era aplicada estritamente às ‘microrredes’. Ao contrário, nesse nível de relações, todos se ajudavam cotidianamente. Abundavam pequenos favores prestados, os quais necessitavam ser devolvidos rapidamente em um mesmo dia. Trata-se de uma economia de dádiva, mas que atuava em um espaço de tempo muito curto, clamando pelo imediatismo de respostas. Vejamos uma situação vivenciada por Carminha, em menos de 24 horas: ela pede para Edgar: *“Me dá 40 real para eu dar uma saidinha...”*. Ele responde: *“Me devolve amanhã, senão cobro 5 real de juro”*. Ela sai para tomar café comigo: *“Tito, cuida da minha banca um instantinho”*. Ele cuida. Ela atende um cliente: *“Tito, tem troco?”* Ele, de mau humor: *“Não me enche o saco”*. Ela sai para um canto e me leva junto, chora: *“grosso, como Tito é grosso!”*. Mais tarde, Tito precisa de ajuda de Carminha. Ela finge que não ouve. Ele fica sem ajuda e não tem como se afastar para comer e/ou ir ao banheiro. No outro dia os dois fazem as pazes. Ela: *“Que eu posso fazer?...”*

A situação relatada demonstra o quanto esta reciprocidade é fundamental para o trabalho na rua, pois quando falha, por mínimo que seja, os vendedores acabam prejudicados. A maior queixa dos camelôs, no que se refere às condições de trabalho, era em relação à dificuldade de conseguir se alimentar, ir ao banheiro e descansar. Para cada um desses atos, eram necessárias inúmeras negociações com vizinhos e/ou parentes. O sistema de reciprocidade não podia falhar, pois gerava conflitos imediatos, como no caso citado em que Tito não pôde se afastar da banca.

Para Carminha ir ao banheiro, por exemplo, precisava que Tito ou Edgar cuidasse da sua banca. Para almoçar, igualmente. Ou seja, alimentar-se e excretar envolviam, sobretudo, negociações entre vizinhos e confiança mútua. Embora o corpo possua três dimensões, a biológica, a psicológica e a social/cultural (Bastide, 1983; Mauss, 2003), é a vida social que impõem certos limites à fisiologia humana. Em relação aos camelôs, as necessidades fisiológicas, afora seus aspectos individuais e biológicos, implicavam a mobilização complexa de um aparato de relações sociais.

Um camelô podia alimentar-se em um bar da redondeza ou esperar que algum familiar levasse comida para ele⁴. Carminha costumava fazer os dois, conforme a situação. Na maioria das vezes, alguém levava uma marmita para a banca e ela comia ali mesmo. Em outras situações, saía para lanchar e deixava um vizinho cuidando da banca.

Os meus maiores amigos são os vizinhos da gente, que a gente precisa ir ao banheiro, almoçar, daí a gente tem que ter o vizinho da esquerda, o vizinho da direita, né? Para ajudar a cuidar da banca da gente, senão a gente não tem como viver aqui, né? Aqui faz parte mais da vida da gente do que a casa da gente. A gente fica aqui das sete hora da manhã às dez da noite. (Carminha)

No inverno de 2004, Tito e Carminha brigaram durante meses. Lado a lado, eles se ignoravam. Eu estava com ela no camelódromo, enquanto esperava a marmita que Chico traria, já eram duas horas da tarde. Chico esqueceu de levar o almoço. Ao seu lado, só estava Tito. Edgar tinha saído e deixado um ajudante na banca. Neste dia, em que trabalhou do turno da manhã à noite, não conseguiu almoçar. Em pouco tempo, ela fez aliança com Susana – justamente a mulher que ela mais detestava no camelódromo. Agora elas são amigas e encontraram inúmeras afinidades. Tudo que Carminha falava de Susana agora repassa ao Tito.

Ir ao banheiro envolvia a mesma negociação. Assim, excretar, igualmente – uma necessidade fisiológica – dependia de redes de relações de confiança. Além de alguém cuidando da banca, era preciso conhecer algum lojista que permitisse o uso do banheiro. Quem não se relacionava com algum comerciante de loja e não tinha alguém para cuidar da banca, não conseguia ir ao banheiro durante um dia inteiro⁵. Logo, essa pessoa não poderia permanecer na profissão. Redes sociais eram, literalmente, vitais.

-
4. Dona Dalva sempre sai para lanchar. Seu Aníbal sempre almoça a marmita que algum filho leva para ele.
 5. Muitos vendedores, como Aníbal e sua filha, têm problemas na bexiga em virtude das dificuldades diárias de ir ao banheiro. Existem alguns banheiros públicos no Centro, mas eles são considerados distantes para os camelôs, que não podem se afastar por muito tempo.

Percebe-se, portanto, que atos básicos do corpo, ligados à alimentação e à excreção, implicavam uma série de táticas, no sentido referido por Michel De Certeau (1994), como um cálculo racional do indivíduo em sua relação com o outro. O caráter biológico das necessidades corporais era submetido à importância dos vínculos simbólicos de reciprocidade que as redes sociais conformavam na vida cotidiana de um vendedor.

Outro exemplo que demonstra a importância da ajuda mútua é a montagem da lona de proteção para os dias de chuva. Por muito tempo, o camelódromo tentou unir-se e colocar uma lona única que cobrisse todas as bancas. Evidentemente não funcionou, pois “a” brigava com “b”, “b” brigava com “c” e assim por diante. Reivindicações diversas apareceriam: daquele que “fugia” na hora de montar quando começava a chover, daquele que não participou da “vaquinha” da lona e queria ser protegido por ela, etc. Diante destas circunstâncias, o camelódromo não conseguiu funcionar como uma coletividade coesa. Aos poucos, cada camelô começou a comprar o seu pedacinho de lona em sociedade com os vizinhos amigos. Em vez de uma grande e única lona, várias e pequenas começaram a surgir e, assim, com a soma das partes, o sistema de proteção contra a chuva começou a funcionar no camelódromo.

Tito, Edgar e Carminha dividiam uma lona de aproximadamente cinco metros quadrados. O pedaço conseguia proteger bem as bancas dos três, fazendo com que não chovesse sobre as mercadorias. Os três camelôs dividiam o valor da lona (em torno de mil reais) e sabem que entre eles não haveria “calote” e ela seria montada com o trabalho de todos. Não havia diferenças no que tange ao trabalho, o peso era igualmente partilhado entre homens e mulheres, da mesma forma, todos encaravam a chuva no momento em que amarravam os fios da lona nos postes da redondeza.

Por fim, múltiplas redes de relações de parentesco, vizinhança e companheirismo davam sustentação ao trabalho dos camelôs através de códigos e práticas de reciprocidade, lealdade e confiança que ocorriam no interior dessas microesferas. Diante de um trabalho informal e penoso (que não conta o respaldo das leis trabalhistas), ilegal (contrabando fiscalizado pelo Estado), estes valores se fortaleciam a cada dia, fazendo com que os comerciantes conseguissem burlar as regras e enfrentar as dificuldades cotidianas.

Hoje, diante de um shopping popular regulamentado, muitas dificuldades, principalmente aquelas concernentes à dignidade corporal do vendedor, foram vencidas. No entanto, outras tantas surgiram e correspondem ao processo de desestruturação de uma ordem cotidiana baseada em uma lógica mercantil autorregulável. Houve desestruturação espacial do antigo sistema de vizinhança, alterando a dinâmica de pequenos favores das microrredes. Antigos vizinhos encontram-se espalhados na nova construção. Além disso, os vendedores passaram a aceitar cartão de crédito e abriram conta em banco. Modificações como estas, na realidade, atingem o âmago da subjetividade

dos comerciantes que veem-se em pleno processo de liminaridade, o qual indica uma verdadeira revolução (nem sempre desejada) nos sistemas de regras, dos códigos de honra, das moralidades e das solidariedades cotidianas construídas sobre a rua.

Notas finais

Este artigo buscou resgatar a dimensão cultural de um mercado, caracterizado por aquilo que Clifford Geertz conceituou como “economia de bazar”, analisando algumas de suas características essenciais como estética, dinheiro, barganha e negociações. Relatei momentos prosaicos de risos e de dor; frutos de uma observação participante que levou a sério a ideia de uma etnografia da rua – e não somente na rua (Eckert e Rocha, 2002), posto que a rua não constituía apenas um cenário de interação, mas também alvo da análise em si, uma vez que não são apenas os seus atores necessitam-se adaptar-se à rotina de um espaço público, mas também o(a) pesquisador(a) que precisa encontrar um lugar para si em meio a uma espacialidade muitas vezes frenética.

Apresentei, enfim, aqui algumas histórias e memórias cotidianas de vendedores informais que compõem um ambiente urbano geralmente associado às noções de sujeira, ilegalidade e desordem. A etnografia realizada, no entanto, desafiou essas pré-noções, encontrando, no lugar do caos, um sistema comercial organizado e estruturado, baseado na honra, na palavra e na solidariedade. Em meio a um universo marcado por adversidades (que variam da tempestade à degola em praça pública) milhares de sujeitos, há décadas, dotaram suas vidas de sentido sobre a pedra.

CAPÍTULO 5

BECO, RUA, AVENIDA: SOCIABILIDADES E REDES DE VIZINHANÇA EM UM LUGAR DE ACOLHIMENTO

Olavo Marques Ramalho

O presente artigo busca resgatar aspectos de um intenso contato etnográfico desenvolvido em Porto Alegre/RS junto aos moradores da Avenida Luís Guaranha entre os anos de 2004 e 2007, em um longo processo de estudo⁶ sobre as formas de vida social desse grupo em seus desdobramentos no tempo, no qual a técnica da etnografia de rua foi fundamental na experiência de reflexão antropológica sobre a estética da comunidade e suas formas de territorialidade. Trata-se de um grupo majoritariamente pobre, em grande parte afrodescendente, que habita um local denominado de “avenida”, estando o termo aqui referido a uma configuração diferente da atualmente corrente, que remete às amplas vias de tráfego rápido de veículos. A avenida aqui é um beco sem saída, repleto de casas geminadas que se estendem por mais de cem metros. Segundo os moradores dessa avenida *sui generis*, tal era, outrora, uma forma de habitação bastante comum na região da cidade em que se insere – atualmente na fronteira entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus. A Avenida Luís Guaranha é reconhecida por seus moradores, bem como pelos antigos habitantes da região, como uma das últimas “avenidas” que restam nos dias de hoje. Nesse sentido, seus moradores se reivindicam como reminiscência viva do Areal da Baronesa, um antigo território negro, marcado

6. Considero aqui dados de etapas diversas de pesquisa etnográfica, que resultaram em produtos também diversos: uma dissertação de mestrado defendida no PPGAS UFRGS sob a orientação de Cornelia Eckert (Marques, 2006a, 2006b); um relatório de identificação destinado ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária/RS (Marques e Mattos, 2007); além de alguns artigos. Este artigo é uma versão modificada de algumas discussões de minha dissertação de mestrado.

pelas casas de religião afro-brasileira, pela música popular e pelo carnaval de rua, que foi paulatinamente descaracterizado durante o século XX, tendo grande parte de sua população sido removida ou partido em direção a regiões periféricas da cidade⁷.

No trabalho etnográfico busquei levantar questões em torno dessas tensões, trazendo-as à discussão. Muito além de um presente etnográfico, em termos de um corte sincrônico na vida da comunidade como recurso analítico, tornou-se fundamental desvendar camadas de tempo presentes no modo de vida da população; esses tempos outros se descortinavam em conversas, em longas narrativas, em canções, em gestos e hábitos corporais dos meus interlocutores. A sua forma de ocupar a rua e vivenciar o seu espaço vital emergiram na etnografia como dimensões essenciais de seu *ethos* popular – eles que estão enraizados em uma região hoje central – e, portanto, marca primordial de sua territorialidade.

Os habitantes desse lugar se encontram em uma situação de reconstrução de suas identidades em face do meio social que os envolve, sendo pulsante o resgate de histórias, imagens e memórias de suas vidas e do passado da região em que vivem. Em termos do trabalho de memória, busquei na etnografia, através de entrevistas com antigos moradores locais, refletir sobre as representações acerca desse território como um lugar de outro tempo, fundamental para o repensar de sua identidade no presente. A etnografia de rua permitiu-me conviver com o grupo, compartilhar seu espaço vital e adentrar nas minúcias de suas múltiplas temporalidades: a perspectiva epistemológica fundamental foi a de abordar a cidade como um objeto temporal (Eckert e Rocha, 2005). Procurei, assim, resgatar traços das trajetórias individuais e familiares, em que fica manifesto certo nomadismo constitutivo de seu modo de vida, bem como transformações no espaço da avenida e, para além dele, do Areal da Baronesa e da cidade como um todo, buscando atentar para o processo de renovação da trama urbana, em meio ao qual se inserem processos paralelos de marginalização e segregação espacial das populações pobres e afrodescendentes.

7. Resgatando este mito de origem, parte dos moradores se autorreconheceu como remanescente de quilombo, com base do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, buscando assegurar o direito de permanência no local que ocupam, afirmando que a comunidade em que se enraízam teve origem nas senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí. Trata-se de uma situação de resgate de certos aspectos da memória coletiva do grupo com vistas à demarcação de distintividade social e cultural, particularmente de cristalização de fronteiras étnicas, processo que deve garantir direitos de cidadania – especificamente o direito à terra. E esta é uma situação repleta de contradições e conflitos, que torna evidente a fragmentação na comunidade, demandando reflexões acerca das peculiaridades dos processos étnicos em um contexto urbano multicultural e fragmentado como o de Porto Alegre.

Uma preocupação que guiou a etnografia e serve de mote para o presente artigo foi a de compreender os traços distintivos do modo de vida dessa rede de vizinhança no meio urbano no qual se insere, de modo que a técnica da etnografia de rua quanto ao desenrolar da cotidianidade desse grupo foi essencial, por permitir adentrar nos meandros de suas formas de ocupação do espaço da rua, suas formas de sociabilidade características, suas relações de vizinhança e suas práticas cotidianas. A etnografia de rua, aqui, inicia-se no sentido de uma “adesão irrestrita do etnógrafo a uma ambiência urbana” (Eckert e Rocha, 2002, p. 7), e está intimamente atrelada à proposta de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005), em que se busca conhecer a cidade em sua multiplicidade de ritmos, performatizados nas ações e interações dos habitantes urbanos. Pretende-se, assim, conhecer os cenários, personagens, ações e interações que dão vida à cidade, partindo do princípio que o comportamento estético da população compõe paisagens que configuram territórios. No caso, a etnografia de rua implicou a escolha pela observação sistemática da Luís Guaranha, essa singular junção de rua, beco e avenida – território ao qual propus ambientar-me e familiarizar-me, a ponto de conhecer o usual e reconhecer o imprevisto, as situações de conflito e tensão, os códigos implícitos, as situações passadas, muitas vezes inacessíveis a um novo personagem nas tramas de vidas compartilhadas e as regras de convívio coletivo.

A utilização de recursos audiovisuais na pesquisa etnográfica, nesse sentido, mostrou-se fundamental por constituir uma “moeda de troca” entre pesquisador e pesquisados e, além disso, permitir a emergência da imagem do “outro” que existe velado em nosso meio urbano, desvendando uma “cidade de becos” em plena região central, através do registro (e recriação) de suas práticas espaciais, suas memórias e suas formas de habitar e construir a cidade. A produção de imagens sobre o grupo, em diferentes suportes (fotográfico, videográfico, sonoro), emerge, sobretudo, como forma de participação na construção de sua memória coletiva.

A etnografia orienta-se pelo estudo das temporalidades impressas no espaço urbano, como espaço vivido por seus moradores, através de corpos embebidos por diferentes modos de vida em meio a este cenário fragmentado que é a cidade moderna. Na pesquisa desenvolvida junto ao grupo busquei explicitar suas formas de ocupação do espaço, as relações entre subgrupos, a formação de redes de amizade, parentesco e compadrio, e descrevo minhas experiências nesse cenário cambiante e complexo que é a Luís Guaranha. Apresento agora, através de pequenas descrições de situações etnográficas, algumas dimensões do efervescente espaço público da avenida, palco de sociabilidades calorosas e íntimas, trocas, solidariedades e auxílio mútuo, mas também lugar de confusões, brigas e tensões entre vizinhos, parentes, *habitués*.

F1



A rua: sociabilidades, redes e vizinhança

Espacialmente, a Luís Guaranha é uma estreita rua sem saída, que se ramifica em pequenos acessos laterais e curiosamente leva o nome de Avenida. Entretanto, o conceito de avenida aqui remete às próprias representações da cidade em um vocabulário “do tempo dos antigos”: trata-se de conjuntos de pequenas casas de aluguel barato, geralmente quarto e sala, algumas vezes uma única peça, com espaços de uso comum, em ruas que ocupam os miolos das quadras, habitadas por populações empobrecidas. Nos relatos dos antigos moradores do Areal da Baronesa, tal era uma forma de habitação abundante nesta região da cidade, que foi paulatinamente desaparecendo através dos processos de remoção e remodelação do tecido do bairro e da cidade. A “Guaranha” é a última das avenidas que persiste abrigando o “povo do Areal”, mantendo vivo um modo de vida urbano. A rua é o local central na vida social da Luís Guaranha: é nela que se dá o convívio lúdico, as brigas, as tensões; é o lugar de encontro e de visibilidade entre os moradores. Ali, no efervescente espaço público, se negocia a vivência coletiva, se constroem as redes de vizinhança, de compadrio e solidariedade.

Entendo aqui que a etnografia é fundamentalmente um método sensível, de intenso envolvimento intersubjetivo, em que é patente a relação política de representação da alteridade. Assim, fundamentada na observação participante, ou seja, na existência em universo de significados compartilhado, emerge a

compreensão. A antropologia, em sua acepção mais comum atualmente, surge como ciência interpretativa a partir do encontro com o outro. Este encontro, no meu caso, se deu primordialmente no espaço da avenida.

Participando do cotidiano do lugar, das sociabilidades na rua, das reuniões na Associação dos Moradores, dos churrascos nas calçadas, assistindo e participando das conversas e brigas entre vizinhos, presenciando as fofocas, conversando em particular com alguns moradores dentro de suas casas, observo, anoto, fotografo, interpreto. Certamente, ouço mais do que falo. E olho, observo – sendo olhar, ouvir e escrever, para Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 18), as operações fundamentais na construção do saber antropológico. Mais do que flunar e observar atentamente os territórios urbanos e suas províncias de significado, fazer a etnografia de rua em um território como a Luís Guaranha demandava que eu parasse, permanecesse, sentasse-me nas calçadas, apoiasse-me nos muros, entrasse nos pátios, adentrando e vivenciando assim a cotidianidade deste território em conjunto com os grupos de afinidade e as redes de vizinhança. Isso, devo afirmar, compõe uma disposição corporal que foi essencial em minha etnografia, como condição metodológica que dá forma a muitos dos dados resultantes das relações de pesquisa.

Nesse sentido, é a observação participante, característica fundamental do trabalho de campo antropológico, a técnica mais empregada em minha etnografia. Busco, através dela, estar atento aos códigos que orientam as condutas, às dimensões que orientam as relações interpessoais⁸. E não nego que senti, por vezes, certo desespero por ter claro que há muito que não sei sobre a vida naquele local. Existe uma infinidade de coisas sobre o passado daquelas pessoas, presente nas entrelinhas das relações, e que não posso apreender, mas tão somente intuir, formar hipóteses. Tudo o que posso é travar diálogo e buscar interpretar; percebo que muito mais do que estar atrás de informações, o importante na observação participante é buscar a interação. “Estar lá”, no meu caso, significa partilhar experiências com os sujeitos envolvidos na realidade social da Luís Guaranha, vivenciando em conjunto com esses atores o espaço da avenida, as reuniões, as festas e sociabilidades que se desenrolam nesse cenário. Prestei grande atenção às redes de moradores, parentes e amigos, atentando para sua distribuição no espaço público da rua, bem como às entradas nos espaços privados das casas.

A Luís Guaranha “fala” sobre a cidade e se pode falar da cidade através da Guaranha. Entre as minhas angústias diante da heterogeneidade que encontro lá dentro, que me levam a desmontar qualquer discurso preconcebido

8. Tendo em vista que, para Georg Simmel, a sociedade se constrói nas ações e reações de seus componentes em suas interações (Moraes Filho, 1983, p.15), e a personalidade individual se encontra “entrecruzada por numerosos círculos sociais”.

sobre a comunidade⁹, há a questão: o que os torna um grupo? No caso, certamente uma delimitação espacial precisa. E aqui afirmo que recortei o universo de pesquisa através de sua configuração espacial, tendo claro que o objeto de estudo são os moradores locais que formam uma rede de vizinhança¹⁰ com certas singularidades no cenário urbano porto-alegrense.

Para Abrahan Moles e Elisabeth Rohmer (1982, p. 11), o espaço emerge como quadro da existência individual e coletiva; na cidade, o ser social está em permanente contato com o ser individual, de modo que o espaço não é neutro, mas sim fonte de comportamentos. A rua como lugar público, para os autores, cumpre uma função fundamental nesse sentido, pois une os domínios privados das residências, sendo, portanto, meio onde o ser sai do exílio interior para participar da vida social (1982, p. 134). Se, por um lado, a rua é primordialmente um lugar de passagem, não se pode deixar de levar em conta que é nela que se desenrola grande parte dos nossos encontros e descobertas. Dessa forma, os autores (*ibidem*, p. 134) identificam duas funções primordiais que animam as ruas da cidade: o deslocamento em direção a algum lugar e a permanência, o parar para estar. Se, para os autores, em nossas cidades hoje em dia há um desequilíbrio entre as duas funções, já que se privilegia a passagem em detrimento à permanência, na Luís Guaranha elas se ordenam de forma diferente. Sob a alcunha de avenida, na tipificação proposta pelos autores, esta seria considerada uma rua residencial, onde o acesso é local, uma vez que não há saída – em nossa linguagem, um beco – e predomina a função de permanência. Não há comércio – apenas uma revendedora de gás que geralmente atende aos pedidos de pessoas que residem ali e nos arredores, entregando-os de motocicleta. Assim, apenas os moradores – e visitantes em busca de moradores – circulam pela avenida. Esta rua de intensa vida social demonstra-se avessa à tendência de “esfriamento” dos espaços públicos da cidade (Moles e Rohmer, 1984, p. 144), grande parte dos quais reduzidos à função de passagem em decorrência do conjunto de forças sociais que minam o espírito da rua como lugar de convivência.

9. Tanto quanto em relação aos olhares taxativos dos moradores mais enriquecidos dos arredores, quanto em relação aos remanescentes de quilombo.

10. Para Ulf Hannerz, em um meio social no qual as relações de parentesco, de amizade e conhecimento se modificam constantemente, a vida social gera redes, sendo esse um poderoso instrumento metodológico para a compreensão de conjuntos diversificados de relações sociais em sociedades urbanas e complexas, onde o sistema global pode ser considerado como uma rede total, e a cidade uma rede de redes (1983, p. 219-220). Assim, uma ou algumas redes podem definir um modo de vida urbano, de forma que certas cadeias de vizinhança podem servir como importantes quadros de referência para seus moradores (1983, p. 211).

Para além dos encontros e sociabilidades na rua, na Luís Guaranha também alguns dos pequenos pátios servem de abrigo para reuniões lúdicas entre vizinhos¹¹. Na rua e nos pátios, bem como através das janelas que se debruçam para a rua, as pessoas se veem e conversam sobre o que passou e o que se passa com eles e com os demais moradores. Os espaços da rua, as calçadas e seus cordões, as soleiras das portas e as entradas dos pequenos corredores e becos que levam às “casas dos fundos”, são lugares demarcados pela sociabilidade face a face, pelo que Robert Ezra Park (1973, p. 46) denomina relações primárias¹².

Essas relações primárias entre os habitantes locais envolvem algumas práticas habituais, uma vez que encontrei certas recorrências nos tipos de relação entre os grupos e nos lugares específicos que ocupam na rua. As rodas de sociabilidade entre vizinhos, amigos e grupos etários se reúnem quase cotidianamente, ocupando posições demarcadas no espaço por uma ética habitual que define os grupos e as pessoas em seu pertencimento a eles. Surge então o que identifiquei como pequenas regiões morais no espaço público, onde se constroem as diferentes formas de estar na rua, e assim essas cotidianas territorializações.

F2



-
11. Segundo Roberto Da Matta (2000), o pátio consiste em um espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, definido conforme os usos que se faz dele.
 12. Para o autor, apesar da tendência à superficialidade das relações sociais no meio urbano, não se extinguem os laços interpessoais mais estreitos e estáveis. Os grupos sociais, ao contrário, muitas vezes buscam traços comuns e definem estilos de vida próprios. Assim, ocupando os espaços da cidade através de usos específicos, constroem o que denomina “regiões morais” (1973, p. 64).

Muitas senhoras frequentemente conversam nas calçadas em pequenos grupos, sentadas em bancos e cadeiras reservadas especialmente para esse estar na rua. Gessi, por exemplo, sempre se senta em uma cadeira de praia para tomar chimarrão em frente ao portão do estreito corredor que leva à sua casa; ou então se senta no pátio de Maria, cuja casa fica logo defronte à sua, do outro lado do beco, e permanece ali, conversando com a dona da casa, seu filho Gaspar e porventura outros amigos e visitantes que ocasionalmente se agregam a esta rede. Outro grupo de senhoras senta-se ao fundo do beco, onde há um alargamento da rua, e os carros que entram podem fazer o retorno para sair. Geralmente conversam Marlene, Édina, Rosa, Olga e Lúcia. Os jovens reúnem-se na entrada da avenida, sentados nas sarjetas, encostados em carros, postes ou placas de trânsito; outro grupo reúne-se em frente à casa de Alex Mumu – sempre há algum movimento ali – e o intercâmbio entre as duas regiões é constante. As crianças perambulam pela rua o tempo todo, brincando, correndo e andando de bicicleta, rabiscando a rua com pedaços de tijolo ou jogando amarelinha. Nos dias de sol, jogam futebol e desenvolvem outras brincadeiras na larga calçada do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, um espaço adjacente à Luís Guaranha, porém a ele integrado pelo uso lúdico para o qual é apropriado por jovens e crianças do local. Ali, se dá o encontro entre os moradores da Luís Guaranha e do Beco que existe ao lado da Avenida¹³.

Retomando Moles e Rohmer (1982, p. 143), os espaços públicos consistem em um teatro permanente, um espetáculo sem fim. Assim, permanecer na rua, lugar de atenção difusa, onde se passam inúmeras coisas, significa desviar a atenção por alguns instantes e fixar pequenos acontecimentos que se sucedem em uma apropriação do espaço público: o microevento, uma importante dimensão da vida cotidiana nas ruas e calçadas da cidade, que implica na reunião de pessoas em torno de certo acontecimento. O espaço público, na Luís Guaranha, é palco onde esses microeventos se sucedem e aglutinam moradores. Brigas, trocas de informações sobre práticas como bordado e conserto de equipamentos elétricos, e mesmo o compartilhamento de brinquedos entre crianças, se dão na rua – quando muito nos pequenos pátios¹⁴.

É o caso da pequena casa de Beleza, e também a de Alex Mumu, da qual tratarei mais adiante. O primeiro, o simpático morador de uma

13. Este, para os moradores da Luís Guaranha, não se constitui como uma avenida, pois não há espaço para circularem automóveis, não sendo então uma rua do centro da cidade como a que eles próprios habitam.

14. Apesar do efervescente espaço público, onde os moradores interagem e se comunicam, há pessoas que pouco saem de casa para permanecer na rua, assim como há casas que permanecem fechadas praticamente todo o tempo. Outras, ao contrário, são abertas e expostas, de modo que todos podem ver o que há dentro, e quando são “de casa”, podem entrar sem restrições.

das residências logo à entrada da Guaranha¹⁵, que divide com uma pequena cachorra. Essa residência tem dimensões bastante reduzidas, contando apenas com um cômodo e um banheiro. Na pequena peça, há uma cama, um móvel de gavetas com uma televisão antiga quase sempre ligada. Beleza, quando não está assistindo televisão, permanece sentado em um cano de tubulação de esgoto cravado na calçada em frente a sua casa; ele é uma espécie de porteiro da vila, sabendo quem entra e quem sai, a que horas e assim por diante. Ele, contudo, não se considera “fofoqueiro”, como se diz, e afirma preferir não falar sobre os outros para não se incomodar “*Sabe como é... é vila, né, cara? Fico quieto no meu canto...*”. Assim, atesta não incomodar ninguém. Morador da Luís Guaranha há cerca de quatro anos, Beleza certa vez me disse que conseguiu a casa onde mora através de uns conhecidos com quem trabalhou em uma oficina mecânica, que faz fronteira com os fundos da Luís Guaranha, eles mesmos moradores locais. Veio do Bairro Glória, também em Porto Alegre, quando estava sem paradeiro após ter sido despejado da casa onde morava por não pagar devidamente o aluguel. Acabou ficando por lá. Diz que gosta de morar ali, porque situar-se no centro, de modo que tudo fica mais fácil. Gosta das pessoas que lá residem, e procura “se dar bem” com todos, porém diz ter certa dificuldade de convivência com alguns moradores:

Tem gente que até hoje não me cumprimenta! E olha que faz mais de três anos que eu estou aqui. Passa aqui todo dia e finge que não vê. Eu fico na minha, não sou de ficar “Ei, Ei” [fazendo gestos como quem chama por alguém que passa].

Beleza se senta para conversar com as pessoas na rua, em virtude das pequenas dimensões de sua casa. Torcedor do Sport Club Internacional, quando há jogo de seu time, ou assiste pela televisão ou ouve a transmissão pelo rádio em alto volume. Quando o jogo é importante, os vizinhos se reúnem para ouvir, e são constantes as trocas de informações sobre os resultados das partidas, mas principalmente as provocações entre torcedores rivais. Essas trocas de informações na rua conformam um elemento central na sociabilidade entre vizinhos, e o exemplo dos jogos de futebol ilustra a comunicação entre essa rede. Todos se conhecem. Apesar da existência de pessoas que se mostram fechadas ao contato com os outros, elas mesmas são assunto para conversas entre os demais moradores – o que me leva a identificar essa vizinhança como formadora de uma rede de relações de malha estreita (Bott,

15. Forma reduzida do nome da avenida, através da qual os moradores se referem ao lugar onde moram. Quando perguntados de onde são, dizem simplesmente: “Somos da Guaranha”.

1957, p. 77), na qual grande parte das pessoas se conhece e interage entre si. Apesar de Beleza não se considerar fofoqueiro, é muito comum que as pessoas com quem tem mais contato perguntem a ele sobre o paradeiro de alguém, se ele viu se entrou, saiu, se está em casa ou não – questões às quais responde com presteza, quando tem informações. O que ele considera importante é “não se meter na vida dos outros”.

É no espaço da rua que se dão as sociabilidades entre vizinhos e principalmente entre moradores e visitantes como eu. Em uma ensolarada tarde de sábado, conheci Seu Flávio, que veio a se tornar um de meus principais interlocutores na Luís Guaranha. Em frente à sede da associação, havia um móvel, um balcão de madeira ainda não finalizado, mas muito bem trabalhado. Logo surgiu Seu Flávio, um senhor alto, de 74 anos, fartos cabelos grisalhos, nem magro nem gordo, grandes óculos quadrados sobre os olhos, com um semblante seguro e saudável. “Uma loucura esse móvel, não?”, interrompeu sem modéstia. Concordei, disse que achei lindo. Prosseguiu garboso: “Essa técnica de pátina ninguém mais faz hoje em dia. Aprendi na época em que estudava no Belas Artes.” Seu Flávio, aquele simpático e imodesto senhor, afirmou que além de marceneiro – profissão que mantém até hoje – também pintava, cantava – era tenor – e atuava. Recostado no móvel que acabara de fazer, sob o sol da tarde, ele me contou causos de suas andanças pelas cidades apresentando-se em praça pública, em cassinos e teatros para conseguir se manter: declamava poesias, cantava, apresentava pequenos esquetes teatrais. Recostado sobre o belo balcão, declamou para mim os versos de certo poeta que ele veio a conhecer em um cassino em Curitiba, quando subiu no palco para apresentar-se e declamou aqueles mesmos versos que eu ouvia naquela tarde de sábado em frente à Associação dos Moradores. Disse que ainda cantava às vezes, e que estava bolando um espetáculo “à antiga”, com música, dança, balé, canto e coreografia para mostrar aos mais novos como é que se fazia uma apresentação bonita.

Essas conversas despreziosas nas calçadas da avenida foram parte fundamental das relações de interlocução que desenvolvi com alguns dos moradores. Essa disposição corporal, o estar na rua, sentar nas sarjetas, encostar-se às soleiras das portas para conversar com quem estava no espaço público foi essencial no desenvolvimento de minha pesquisa. Passei a compor esse ambiente, participar das conversas, e também ser alvo das brincadeiras entre as pessoas da rua, quer residissem lá ou não.

Também nesses espaços de sociabilidade é que fui percebendo que passei a ser incorporado como alguém que está ali há bastante tempo, sendo então conhecido e incorporado aos grupos de amigos em certas ocasiões. Nas conversas que travava com os moradores, geralmente suas falas mistu-

ravam aspectos de sua trajetória pessoal e familiar (Velho, 1994, p. 44) com a questão das mudanças que a avenida sofreu ao longo dos anos em que ali residem¹⁶. E essas conversas se sucediam em geral na rua, mas também nos pátios das casas.

Muitas das casas, no entanto, não têm pátio, uma vez que ali há pouca terra em face do grande número de habitantes. Na grande maioria dos lotes, as paredes das casas iniciam-se logo junto à calçada. Além disso, em geral são residências geminadas, de modo que não há espaços laterais entre elas. Quando muito, sobram pequenas porções de pátio, geralmente pouco iluminadas, onde se cultiva um pequeno jardim – como fazem Dona Célia e Gessi – ou se cria um animal de estimação. Como há poucos pátios, esse espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, em inúmeras ocasiões, e mesmo no decorrer da vida cotidiana dessas pessoas, se dá uma prática que Carlos Nelson e Arno Vogel (1981, p. 16) identificaram: através de uma inversão simbólica, mediante os usos que se faz do espaço público, a rua vira casa. Como bem indicam os autores, também o processo inverso se dá, e se publiciza os espaços privados, no caso de festas e da grande exposição a que alguns moradores submetem suas casas.

A casa de Dona Maria, por exemplo, conta com pátio, onde ela permanece sentada grande parte do dia e recebe suas visitas. Ela e o filho gostam muito de crianças e as convidam sempre para brincar no pátio, que se publiciza nessas brincadeiras, já que as crianças entram e saem pelo portão, confundindo os espaços público e privado. Muitas casas, se anteriormente contaram com pátios, hoje já não os têm. Grande parte dos espaços desses antigos pátios é atualmente ocupada por novas casas, peças e “puxados” agregados às antigas residências – construções realizadas, pelo que pude notar através de situações vivenciadas e relatos, conforme crescem e se dividem as famílias que ocupam os lotes. Ou, em caso de a família estar passando por necessidades, alugam-se peças das casas. É comum que os moradores dessas peças aos poucos se estabeleçam no local, comprando ou permutando partes do lote. Assim, os núcleos familiares iniciais podem abrir espaços para que outros parentes, amigos e inquilinos venham a habitar a mesma porção de terreno, construindo novos cômodos ou “puxados” para que se instalem. Como é o caso de muitos dos moradores dali, dessa situação inicial, temporária, conseguem comprar uma casa na avenida ou em outra região, e abandonam o terreno anterior.

A questão das redes de parentesco está decisivamente ligada à coabitação em um mesmo terreno. Certo dia, sentado com Cláudio, homem de cerca de cinquenta anos, portador de deficiência física, em frente à porta de sua casa, observando o cotidiano, vejo entrar um caminhão carregado de areia e

16. Ou seja, nessas pequenas conversas, seguindo Gaston Bachelard (1988), mesclavam-se memórias relativas ao tempo do eu e ao tempo do mundo.

brita, conteúdo que o motorista e seu ajudante despejaram bem ao fundo da avenida. “Vai ter mais uma obra?”, perguntei a Cláudio. Ele respondeu que a filha da Nina, moradora de uma das casas mais ao fundo da Luís Guaranha, tinha ganhado nenê e por isso estavam construindo mais uma peça no terreno, porque o pátio dela era bem grande. Logo depois, Nina veio de um dos bequinhos ao fundo da rua principal receber a carga.

Essa forma de coabitação de vários núcleos familiares em um mesmo terreno fundamenta grande parte das reformas e reconstrução das casas. Para além das redes de parentesco, há também as redes de amizade e de trabalho que permitem essa habitação conjunta, mesmo que em situações temporárias. Quando não se trata de habitar um mesmo lote, há indicações de casas vagas para os conhecidos – como é o caso de Beleza. Seu Flávio e D. Célia são antigos moradores que, através de redes de trabalho, chegaram à Luís Guaranha, alugando peças de casas de antigos moradores no início e se estabelecendo de forma definitiva posteriormente.

É muito comum nos relatos dos moradores, o fato de terem residido em mais de uma casa no local, o que geralmente inclui períodos de saída da avenida em direção a outras regiões da cidade e posterior retorno – o que configura certo nomadismo em seu modo de vida. Este é o caso de Dona Rosa, uma senhora negra de mais de 70 anos, também antiga moradora, que afirmou que seus bisavôs foram escravos e que sua mãe veio morar na Luís Guaranha depois de ter passado por outros lugares da cidade, como o famoso Beco do Oitavo¹⁷, tendo posteriormente ido residir na cidade vizinha Viamão; por fim retornou à avenida para cuidar de um irmão doente, e acabou permanecendo mesmo após a morte do irmão.

Foi através das redes de amizade que aos poucos passei a ter contato com outros moradores da Luís Guaranha. Da mesma forma que pude estabelecer uma relação de proximidade com Maria e Gaspar através de Gessi, Flávio me levou a conhecer Terezinha. Participando do cotidiano dessas pessoas e mostrando-me interessado por suas trajetórias de vida e suas memórias, acabei por me inserir nas tensões e brigas entre moradores, uma dimensão fundamental das relações de vizinhança. Acima de tudo, me inseri em uma rede de fofocas, em que as pessoas comentavam umas sobre as outras, se mostravam curiosas sobre os acontecimentos mais recentes. O mecanismo da fofoca, como uma forma de circulação de informações sobre as vidas dos moradores, mostra-se extremamente importante na construção e manutenção de redes e grupos dentro da avenida. Para Cláudia Fonseca, a “fofoca seria instrumental de definição dos limites do grupo – não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não

17. Beco em pleno centro de Porto Alegre, destruído na primeira gestão de Loureiro da Silva (1937-1943), como medida de saneamento da zona.

se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa integração ao grupo” (1996, p. 42). Através da fofoca, são constantemente atualizadas as “normas” éticas dos diferentes grupos, de moradores e habitués locais. Assim também se constroem as identidades pessoais e coletivas. Resgatando Michel Maffesoli, uma prática que acaba por constituir também a singularidade desse espaço social. Em suas próprias palavras, “O que circula, informações, rumores, imagens, palavras, afetos [...], entrando de um modo não desprezível na elaboração dessa entidade que se chama cidade, bairro, quadra, etc.” (1998, p. 264).

Através das conversas na rua, além de informações recentes são repassadas também memórias, fatos anteriores e lembranças de antigas histórias, que emergem com muita frequência entre um assunto e outro. Nesse sentido, identifiquei que, para além das fofocas elogiosas e depreciativas, há também as de rememoração – na qual se abordam fatos passados, tanto da vida das pessoas que compõem o grupo que conversa (falando de si próprias), quanto de outros moradores. Os antigos eventos são retomados de forma narrativa, e, portanto, reelaborados e ressemantizados, em processos nos quais se agregam novos sentidos e tecem-se novas relações. Dessa forma, emerge nessas conversas o caráter fabulatório da memória (Eckert e Rocha, 2005). Tal é o caso de Maria e Gessi, que, sentadas no pátio, relembavam como haviam tido decepções amorosas em seus casamentos e, às gargalhadas, riam das situações que tempos atrás as fizeram sofrer:

Estando na rua, inserido nas conversas entre grupos de moradores, é inevitável saber através do “falatório”, sob o olhar de quem fala, informações sobre as pessoas – em que trabalham, de onde vieram, como é a sua conduta moral e assim por diante. Maria e Gaspar permanecem bastante tempo na rua, observando o movimento de pessoas e comentando um ou outro fato sobre as pessoas que passam, por vezes interagindo com eles. Regularmente, enquanto eu conversava com Maria dentro do pátio ou mesmo com Gaspar do lado de fora, este simpático homem de largo bigode escuro disparava para alguém que passava:

– *Ô Lobisomem, vem cá, Lobisomem.*

– *Ai ti linda kiança!*

– *Olha lá a Bicha, mãe...*

Maria ou entrava na brincadeira ou mandava que seu filho não se metesse nos assuntos dos outros.

F3



As relações na rua incluem conversas sobre acontecimentos excepcionais, novidades nas vidas dos vizinhos – como gravidezes, doenças, mudanças de casa, reformas – e mesmo sobre as trajetórias pessoais e familiares, namoros, brigas e assim por diante. Formam, assim, uma rede de comunicação, pela qual trocam informações sobre suas vidas. Ali, as relações de vizinhança passam necessariamente pelo reconhecimento uns dos outros e pelo falar sobre os outros. Há pessoas que não suportam essa rede, e se isolam ao máximo. É o caso da vizinha de Gessi, uma senhora que reside em uma pequena casa, sempre com as janelas fechadas – mesmo nos dias de calor insuportável. E, como me disse Joel, cheia de gatos que nunca saem para a rua. Há outros que levam com bom humor esse “falatório”.

Na Luís Guaranha, percebo a existência de inúmeros conflitos, das mais variadas ordens, que emergem das relações cotidianas entre moradores, *habitués* e visitantes. Há conflitos entre novos e antigos habitantes locais, entre militares – há vários membros da Brigada Militar entre os moradores – e civis, entre jovens e velhos, entre grupos de mulheres idosas, entre aqueles que detêm certo poder através da Associação dos Moradores e aqueles que se afastam dessa mobilização, entre vizinhos – por conta de porções de terreno, ou mesmo por conta do falatório e da fofoca –, entre famílias e dentro delas, entre casais, e assim por diante.

As tensões mais comuns se dão entre vizinhos. Em uma sexta-feira, no final da tarde, eu estava sentado com Dona Maria e Gessi dentro do pátio de Maria, quando ouvimos gritos vindos do fundo do beco. Meio sem jeito, fui até a beira do portão, ver do que se tratava. Era uma briga de vizinhos, uma troca de desaforos entre uma senhora idosa e um homem mais novo. Ela gritou para ele: *“Vai, o gigolô de mulher!”*. Ele retrucou: *“Que é, sua velha chata? Vai cuidar da sua vida!”*. Ouvindo a discussão, Maria comenta comigo: *“É essa a nossa vizinhança...”*. Gaspar sai do portão para olhar o “bafão”. Logo a mãe chama pelo filho: *“Vem cá, Gaspar! Não se mete nisso aí!”*. Ele responde: *“Mas isso é bom, mãe, aqui sempre tem uma novidade pra gente se divertir.”* Essa discussão leva Maria a pensar sobre os problemas que tem com a vizinhança. Com um tom reflexivo, afirmou: *“Essa negrada aqui é braba! Eu já morei em tanto lugar nessa vida, agora como esse eu nunca vi... Eles aprontam de tudo. E eu fico aqui, só esperando pra ver o que vai acontecer, só espiando...”*. Entretanto, prosseguindo a conversa, depois de se lembrar das dificuldades de vida em períodos anteriores, da situação das lavadeiras, da não existência de serviços de saneamento básico, concluiu: *“É, mas até que a gente tem sorte na vida.”*

Do mesmo modo, na etnografia do cotidiano do grupo, atentando às suas feições temporais, emergem pequenas transformações cotidianas, que demonstram ser a Luís Guaranha um cenário em contínua reconstrução: fachadas são pintadas, residências reformadas e reconstruídas, tudo isso deflagrando tensões entre vizinhos e órgãos públicos. Casas, grades e cômodos invadem o espaço das calçadas, terrenos dos vizinhos, dos quais decorrem pendengas judiciais, embargo de obras, brigas. A casa de Alex Mumu, por exemplo, cuja fachada era anteriormente grafitada e colorida, amanhece branca, depois de uma noite na qual o jovem não se encontrava no local. Um morador do fundo da avenida realizou o interessante “boicote” – uma inversão do que geralmente ocorre em relação à grafiteagem e às pichações dos muros e paredes da cidade.

Leandro, sobrinho de Dona Sônia e Seu Xavier, depois de ter se casado, compra uma casa na Guaranha, a destrói e reconstrói completamente com três pisos. Todos os demais moradores afirmam que a casa é muito boa, contando inclusive com sala de ginástica. Flávio, tendo trabalhado muitos anos na construção civil, afirma que a estrutura e o alicerce são muito bem construídos, diferentemente de outras precárias casas dali. Gessi diz que sempre avisou ao “pessoal” que não poderia haver casas de três pavimentos ali, mas que se constrói de qualquer modo. Leandro recentemente se separou da mulher e colocou a casa à venda. Assim, nem tudo se dá conforme previsto e tecnicamente ordenado pelos órgãos públicos. Michel De Certeau (1994, p. 41) propõe que as práticas de espaço, embebidas na criatividade dispersa na vida cotidiana, quase nunca seguem normas projetadas pelo planejador urbano. O espaço, assim, é reconstruído e ressignificado cotidianamente pelos

habitantes da cidade. A Luís Guaranha, então, surge como espaço dinâmico e efervescente.

Para além das brigas e tensões entre vizinhos, um fator muito comumente salientado em relação à avenida é o de ser “bom de morar” porque “todo mundo se ajuda”, como me disse D. Rosa. A Luís Guaranha, para estas pessoas, é “boa de morar” por consistir em um território de habitação popular em uma região central, marcado pelas redes de solidariedade entre vizinhos – dimensão que emerge na recorrente expressão “todo mundo se ajuda”. Segundo Lúcia, quando seu filho tem crises, os vizinhos prontamente se dispõem a levá-los de carro para o hospital. A despeito dessas redes de auxílio, entretanto, alguns moradores salientam o fato de “ninguém se dar bem” ali dentro, de inexistir união entre vizinhos e predominarem as tensões e rixas. Creio que tais conflitos também configurem esse modo de vida popular, e a coexistência de múltiplas formas de identificação dos moradores em relação ao local seja indício da natureza complexa da “comunidade”, onde pessoas com as mais diversas trajetórias sociais formam uma rede de vizinhança.

A intensidade da vida social, as formas calorosas de sociabilidade, a intensa ocupação do espaço público e o caráter singular da população que habita este lugar configuram o seu diferencial em relação ao ambiente onde está situada. Essa forma de habitar, essa lógica da apropriação do espaço público vem, portanto, configurar certa ótica através da qual percebe e usufrui do espaço urbano. É nesse sentido que evoco a existência de um *ethos* compartilhado pelos moradores da Luís Guaranha, enquanto representações e modalidades simbólicas do ser/agir no mundo. A presença desse modo de vida popular em uma região central é matéria de muitas reflexões por parte dos moradores. Diversos deles, como Beleza, afirmam morar em uma vila no centro¹. Dona Rosa, sentada na calçada ao fundo do beco afirma: “O centro da cidade é lugar de rico. A gente está aqui porque conseguiu ficar...”.

A isso remetemos as afirmações de Robert Ezra Park, talvez o estudioso mais importante da chamada Escola de Chicago, que, nas primeiras décadas do século XX, apontava para a tendência à superficialidade nas relações em meio urbano, porém não negava a existência de laços estreitos e estáveis em meio à pluralidade de estilos de vida na cidade. Nas palavras do próprio autor:

“Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares de sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se

1. Apesar do discurso daqueles que não querem ser enquadrados como “vileiros”, e, assim, salientam o fato de que residem em uma “rua do centro da cidade”

em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro da vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente... (Park, 1973, p. 30)."

Assim, apesar da tendência ao ar *blasé*, à superficialidade das interações, à substituição dos contatos primários pelos secundários no ambiente social das grandes metrópoles, Park indica que, em certas áreas, tende a se intensificar a solidariedade dos grupos locais².

Creio que seja este o caso da Luís Guaranha, que, em sua feição de avenida, se configura como uma comunidade demarcada por sua forma específica de vida urbana. Mais do que mera dimensão do espaço físico, nas palavras de Simmel, as próprias formas de interação e contato entre moradores – onde se inserem certas noções de proximidade e afastamento, distância social e vizinhança – constroem um espaço social específico (Moraes Filho, 1983, p. 21). Se o termo Sociedade, para o autor, implica em estar com o outro, para o outro, contra o outro (idem, p. 166), as formas de realização das interações ganham vida própria, em processo de autonomização das formas, do qual resulta a sociabilidade – forma lúdica fundada na troca entre iguais, na qual o grande motivo da sociação é a própria existência da interação³. São justamente as formas de sociabilidade entre moradores que configuram o diferencial da Luís Guaranha no meio urbano onde se insere. Um local onde todos se conhecem, todos se veem e, em grande medida, interagem constantemente, principalmente no espaço público. Uma rede social marcada pela proximidade entre vizinhos. Se, para Simmel, as relações têm temperatura (ibidem, p. 132), determinada pela natureza total de seus elementos constituintes, diria que na Luís Guaranha encontramos uma forma de sociabilidade quente.

É certo, como vimos, que a dinâmica do cotidiano do lugar se desenrola não apenas entre os moradores locais, mas também entre eles, os visitantes regulares e aqueles que apenas passam por ali. Assim, pensar no grupo como espacialmente delimitado não significa estar fechado às conexões que ele estabelece com a trama da vida urbana em que se situa, e o campo, para além das

-
2. Em um mesmo sentido, Gilberto Velho (1999, p. 31-32), referindo-se a Gluckman afirma que, mesmo em meio urbano moderno, pode-se encontrar *pockets of social relations* onde as experiências típicas de sociedade em pequena escala seriam encontradas. Entre elas, alguns tipos de vizinhança, com redes estreitas de relação, onde as experiências coletivas constroem *ethos* e estilos de vida fortemente ancorados a este domínio.
 3. Não excluindo aqui a existência de inúmeros conflitos que se geram nessas experiências entre habitantes locais, sendo também essa, para Simmel (In: Moraes Filho, 1983, p. 125), uma forma de interação fundamental para a existência da sociedade. As discordâncias constituem formas de negociação inerentes às interações humanas e, às vezes, são os motivos da existência de relações.

redes de vizinhança, é sempre entrecortado por redes fundadas em relações de parentesco, de amizade e compadrio, étnicas, religiosas, sexuais e assim por diante, que se conectam de múltiplas maneiras.

Dessa forma, eu acabo por me enquadrar entre os visitantes regulares na Luís Guaranha, que compõem também a dinâmica das relações nesse cenário. Como eu, há também, apenas a título de ilustração, outros pesquisadores, militantes, políticos, membros de órgãos governamentais e não governamentais, como a Ação Cultural Kuenda, além de amigos que visitam alguns membros da comunidade e famílias com frequência, algumas pessoas que fazem parte do chamado Paz e Amor, um grupo religioso – creio que espírita, mas nem mesmo os moradores visitados sabem precisar qual é a sua religião – que há muitos anos visita os moradores aos sábados, batendo nas portas das casas para oferecer votos de prosperidade⁴. Há também outras pessoas que vendem pão, queijo e salame para os moradores e um homem que vende produtos de limpeza. Conforme escrevo no diário:

Como um visitante regular, passo a acompanhar o devir da vida dessas pessoas. E minha relação com os moradores da Avenida Luís Guaranha sempre foi mediada pela construção de imagens do grupo. Nesse sentido, não apenas a escrita vem traduzir esse modo de vida, seu cotidiano, o cenário e seus personagens, mas também a fotografia e o vídeo⁵.

A produção de imagens não é mero instrumento de negociação em campo por sua facilidade em termos da “devolução” de algo para o nativo no que tange a quebra do fluxo de interesses apenas em direção ao pesquisador. Acredito que, em conjunto com Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999, p. 63), a imagem é instrumento de produção de conhecimento sobre o mundo, um ato reflexivo do homem sobre a realidade que o cerca. Jean Rouch, um dos pais fundadores do cinema etnográfico, ao contrário da pretensão de isenção e objetividade através do emprego dos recursos audiovisuais, vem justamente retificar o papel da visão subjetiva e subversiva da câmera, instrumento que descortina uma realidade que só através dela se vê (Rouch, 1979, p. 56).

-
4. O líder desse grupo, cabe frisar, é uma figura marcante: um senhor magro, de cabelos brancos, vestido com roupas coloridas tais quais calças xadrez, casaco de camurça, camisa listrada, o traje sempre acompanhado da boina multicolorida que leva na cabeça.
 5. Produzi cerca de 400 fotografias do grupo, tanto digitais quanto analógicas, e algumas horas de gravação em vídeo, entre entrevistas, imagens de festas, sociabilidades nas ruas, depoimentos curtos, etc. Assim, devolvi fotografias, como processo de negociação em campo; mostrei imagens em vídeo, no Museu Joaquim José Felizardo, exibição na qual os moradores da Luis Guaranha eram os principais convidados.

Este antropólogo e cineasta trabalha, assim, com o que denomina “câmera participante” na etnografia (1979, p. 62). Uma câmera viva, que sai da imobilidade e entra em transe em conjunto com o grupo que retrata. É muito mais nesse sentido que utilizo a imagem no meu trabalho de campo. A câmera se configura como instrumento de interação com os sujeitos pesquisados, como mediação no processo dialógico de campo. Um procedimento cujos resultados, as imagens, configuram-se como material a ser compartilhado, devolvido, analisado e comentado com os interlocutores. Fotografo na Luís Guaranha com o intuito de registrar, poeticamente, a estética e o ritmo de vida naquela avenida, tão avessa às avenidas no sentido corrente do termo; as formas de sociabilidade no espaço da rua, as brincadeiras das crianças. Busco situar os personagens no cenário onde se inserem. Registro as feições e expressões desses moradores da cidade, o lugar que ocupam na rua.

Cidade e fragmentação: corpo, espaço e cultura

Pretendo aqui salientar que, seguindo Pierre Sansot (1985), o que guia este estudo é o intuito de restituir as experiências sensíveis, aqui um mergulho na vida do “outro”, em termos de uma abordagem descritiva, na qual o corpo, socialmente construído – no caso, imerso em uma “cultura urbana” fragmentada e plural – emerge como elo entre o ser e o mundo. Assim, uma aproximação fenomenológica do espaço, onde o recurso à imagem, que exploramos há pouco, consiste em uma forma de registro sensível das experiências de campo – retomando Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 19), tendo o “olhar” disciplinado pelos esquemas conceituais da antropologia como guia.

Em um estudo fenomenológico, nos termos de Thomas Csordas (1990, p. 12), retomando Merleau-Ponty, se focamos o trabalho de campo na dimensão do sensível, na medida em que estamos no mundo, a percepção está centrada em um corpo que se projeta para dentro de um universo cultural. Desse modo, não apenas os hábitos corporais e as formas de ocupar o espaço vital por parte do grupo estudado devem ser objeto de atenção, mas também o antropólogo deve ser colocado em perspectiva como objeto de sua investigação, uma vez que seu próprio corpo emerge como figura metodológica central. De acordo com esse autor, tomar o espaço como objeto de estudo a partir do sensível implica necessariamente em abarcar na análise também os corpos dos “nativos” e do antropólogo, em termos das relações entre espaço e distância pessoal, de maneiras, hábitos e assim por diante.

Nos termos de uma abordagem fenomenológica, portanto, o espaço, enquanto mera exterioridade, não possui sentido. O espaço que tem significado para nós é aquele revestido de uma carga simbólica necessariamente adquirida

através da experiência – e não me refiro aqui apenas à experiência física, mas também ao lugar fundamental da imaginação criadora, das narrativas e mitos que desempenham um papel fundamental na construção simbólica do mundo⁶. É através do corpo que experimentamos todas as nossas vivências. Ele constitui-se enquanto elo fundamental que liga homem e mundo; é a unidade a partir da qual o homem é e está no mundo, conforme preconiza a abordagem fenomenológica do corpo, que o sustenta enquanto medida de tudo para o homem⁷. É extremamente importante salientar que o corpo carrega noções e concepções determinadas pelo hábito e pela cultura. O corpo é aqui tratado como um corpo vivido, assim como o espaço também é visto como um espaço vivido, a relação entre ambos desempenhando um papel fundamental na construção cultural do próprio homem e de seu espaço vital. É assim que não existe um corpo que não esteja ligado a uma certa tradição⁸. A cultura, desta maneira, está representada no corpo, está incorporada, inculcada, ela é o corpo, a maneira através da qual os homens se apropriam do espaço pelo corpo.

Proponho, então, pensar minhas experiências na Luís Guaranha sob o prisma do trabalho etnográfico, em termos da fragmentação da cultura urbana. Realizo tal reflexão com o intuito de me colocar em perspectiva, na medida em que nós, que na cidade vivemos, somos a cidade, ao mesmo tempo ela está em nós. Não há como não refletir, portanto, sobre as condições de uma etnografia – pesquisa necessariamente pautada nas funções familiarização/estranhamento – em que pesquisador e pesquisados configuram-se como partes distintas de uma mesma cidade, que se tocam na relação dialógica de investigação. Sendo a cidade múltipla e fragmentada, como a própria cultura urbana, são também as muitas formas de perceber e ocupar seus territórios. Nesse sentido eu, pesquisador de “camadas médias intelectualizadas”, bran-

-
6. Assim, remetemos a Bachelard e sua poética do espaço para afirmar que a imagem que carregamos dos ambientes nos quais vivemos está fortemente embebida de recordações e significados, já que “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação” (Bachelard, 1993, p. 19).
 7. Abordagem fenomenológica tem em Merleau-Ponty o seu principal pensador, por realizar uma crítica contundente à divisão cartesiana da realidade em *res cogitans* e *res extensa* - em outras palavras, em fenômenos físicos e em fenômenos mentais.
 8. Esta perspectiva, à qual estamos nos referindo, denomina-se o paradigma do *embodiment* – ou da incorporação; afirma que há, nos modos de agir, ser e pensar situações, traços culturais que se situam no plano das ações não refletidas, não intencionais. Existem, nos modos de nos portarmos, elementos advindos do contexto social em que vivemos. A cultura nos fornece certas gamas de ação, reação e colocação no mundo; ela nos orienta sobretudo por possibilidades.

co⁹, me deparo com, as formas de vida social de um grupo popular, formado em grande parte por negros, residente em um local próximo ao centro da cidade, parte dele se identificando como remanescentes de um antigo território negro paulatinamente descaracterizado ao longo do século XX.

De acordo com Maurice Halbwachs (1986, p. 130), o grupo social molda o espaço à sua própria imagem. Acredito, seguindo tal ideia, que o espaço vital de uma comunidade não pode ser construído senão a partir das dimensões simbólicas através das quais os grupos dotam o mundo, os lugares e os sujeitos de significados. O que dizer em relação ao agitado e frenético espaço urbano de uma metrópole, palco pulsante e insone de uma complexidade social efervescente? Esse corpo coletivo é fragmentado e plural, já que são inúmeros os sistemas simbólicos, os grupos sociais, as redes de relações e os laços de pertencimento, aos quais os indivíduos aderem e tomam parte, que coexistem em um mesmo ambiente social.

As próprias formas de ocupação do espaço urbano remontam à heterogeneidade, ao fracionamento, às descontinuidades das formas de vida social presentes em uma metrópole. Há, na realidade, uma enormidade de grupos, visões de mundo e experiências culturais coletivas e individuais coabitando os espaços da cidade, configurando-os como cenários primordiais do desenrolar cotidiano de uma sociedade complexa como a nossa. E a singularidade da prática etnográfica implica justamente no estabelecimento de um contato entre diferenças – nesse caso, entre pontos de vista distintos sobre a cidade e diferentes experiências urbanas. Relembro, portanto, o perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro (2002b), segundo o qual o que constitui o nativo e o antropólogo é a interação entre eles; suas práticas específicas os distinguem, porém ambos são humanos e estão em suas culturas. O que supostamente diferencia os dois é que o antropólogo faz um uso reflexivo de sua cultura, enquanto o nativo está imerso em sua cultura de forma inconsciente. Entretanto, todo o conhecimento antropológico de uma cultura é culturalmente mediado¹⁰ e, assim sendo, pode-se descartar essa suposta “vantagem epistemológica” do antropólogo sobre o nativo.

O perspectivismo de Viveiros de Castro¹¹ está centrado justamente no

-
9. A grande maioria dos antropólogos com que convivo é oriunda de classes médias – conhecemos a realidade elitista do ensino superior no Brasil; o que dizer acerca das pós-graduações?
 10. E aqui relembro que, como afirmei, este conhecimento cultural é mediado pelas dimensões espaciais e corporais de sua relação com o mundo.
 11. O que Viveiros de Castro pretende é a recusa da visão tradicional de ciência, em que a relação de conhecimento que se estabelece entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado é assimétrica, unilateral e englobante. Para o autor, quando se está imbuído dessa perspectiva, a condição de ser da ciência do antropólogo é o

fato de se compreender a verdade do relativo, ou seja, a própria relação; isso significa levar verdadeiramente a sério o pensamento do nativo, estar disposto a aprender com ele, a compreender suas teorias que explicam o mundo, as suas formas de resolver problemas, e não decodificar ou traduzir a sua forma de pensamento através das lentes de nosso próprio pensamento. Em vez de explicar o “outro”, “[...] multiplicar nosso mundo povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões” (Viveiros de Castro, 2002a, p. 131). Aqui, portanto, pretendeu-se, através de relatos de experiência e convivência com o outro – os moradores da Avenida Luís Guaranha – compreender o espaço como espaço vivido através de corpos embebidos nos diferentes universos simbólicos que configuram uma cidade.

De acordo com Michel de Certeau (1994, p. 171), os corpos escrevem o espaço urbano. Nesse sentido, as descrições etnográficas aqui apresentadas buscam os sentidos do estar na rua, das relações face a face, das sociabilidades, dos conflitos. O que se pretende com isso é compreender, a partir das experiências cotidianas na Avenida Luís Guaranha, as formas de reconstrução contínua daquele espaço relacionadas ao devir das vidas de seus habitantes. As transformações urbanas são abordadas conforme a emergência das lembranças e imagens do passado nas relações entre moradores e pesquisador, e mesmo entre grupos de moradores na presença do antropólogo. Para Massimo Canevacci “as memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” (1990, p. 22). O autor, definindo a cidade em suas diversas e copresentes vozes – que formam seu coro polifônico – afirma que fragmentos de cidade ligam-se a fragmentos de memória e que todo habitante urbano, assim, possui um conhecimento afetivo de sua cidade. Uma cidade, então, também é um conjunto de recordações que se tem dela, ela se anima com essas recordações. Para o caso do presente artigo, devo afirmar que há muitos tempos depositados nas diversas formas de registro das situações etnográficas, e que os resultados das relações de pesquisa vêm compor, em conjunto com uma infinidade de outras imagens, a memória coletiva do grupo em questão.

É muito comum nas conversas entre moradores na rua a referência às transformações acompanhadas por eles ao longo do tempo em que estão lá. Lúcia, por exemplo, me conta sobre sua família, que há muitos anos reside no local, e isso serve de mote para que comente sobre a passagem do tempo e as transformações na própria Luís Guaranha que acompanhou ao longo de sua vida. Assim, conta que ali daquele lado “era tudo mato”, e que ela morava com

epistemocídio da ciência do nativo; recusando tal perspectiva, propõe que se situe as disposições do conhecimento antropológico na mesma ordem do conhecimento nativo. Desse modo, o “outro” passa a ser visto como a expressão de um mundo possível. Viveiros de Castro situa como objeto da antropologia as relações sociais e sua variação relacional no tempo e no espaço: assim define cultura.

a mãe em uma casa de madeira ali ao fundo da avenida. Estas moradias do final do “L” (forma da Luís Guaranha anteriormente – uma rua principal com um pequeno prolongamento ao fundo, após um ângulo reto), ficavam em cima de um “patamar”, que as elevava, já que a água cobria os terrenos. Quando a perguntei sobre as avenidas, ela apontou um prédio situado na Rua Cel. André Belo, que víamos por detrás das baixas casas ao fundo da Luís Guaranha, e disse: “Ali onde está aquele prédio branco tinha uma avenida. Até morava uma parenta nossa.”.

A emergência dessas memórias nas práticas cotidianas (De Certeau, 1994, p. 162) foi uma constante durante o meu trabalho de campo. Eu estava interessado sobre o devir dessa comunidade e as repercussões de imagens do passado no presente dos moradores, e, por isso, os instigava a falar de si, e assim da avenida, das mudanças que acompanharam. Emerge, portanto, a dimensão das memórias, que guardam certas imagens de fixações do espaço no tempo (Bachelard, 1993, p. 28).

Desse modo, quanto ao caráter singular da Luís Guaranha para seus moradores, e mesmo para quem tem contatos com o local através de redes de parentesco e amizade, não se trata apenas da presença de uma forma de habitação popular no centro da cidade, mas sim de um território específico e *sui generis* – é uma avenida. Constroem-se, assim, os contornos de um processo de territorialização das identidades desses habitantes urbanos, através de sua inserção em meio a redes e espaços sociais simbolicamente demarcados nas atitudes éticas e estéticas dessa população, oriunda de uma experiência coletiva. Algo que define o que Michel Maffesoli chama de *genius loci* – o gênio do lugar, que acentua “o *ethos* ligado a um espaço” (1996, p. 272). Um território, assim, como *cosa mentale*, definido por uma espécie de materialidade mística. Ressalta-se, então, a importância das redes, que com seus gostos, modos de vida e experiências, criam malhas invisíveis que fazem com que a sociedade seja o que é (1996, p. 263). O lugar, então, torna-se um laço, e a Luís Guaranha surge como espaço vivido, expressão de uma comunidade, território que permite a identificação coletiva.

CAPÍTULO 6

MERCADOS DE RUA E AMBIÊNCIA DE FRUIÇÃO ESTÉTICA: ESTUDO DE ETNOGRAFIA DE RUA¹²

Viviane Vedana

“Estes locais públicos de compras e vendas são palco de situações patéticas, grotescas, cômicas ou dramáticas; são muitas vezes a condenação do que nos propõe a existência para todas as horas do dia ou um outro lapso de tempo.”

(Maffesoli, 1988, p. 185).

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa sobre formas de sociabilidade e memória coletiva no meio urbano realizada junto ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (PPGAS/UFRGS), que teve como um de seus procedimentos de pesquisa a etnografia de rua proposta por Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Ao longo da pesquisa desenvolvida no doutorado, sobre os mercados de rua no mundo urbano contemporâneo, a realização de uma etnografia de rua, combinada com observações participantes, etnografia sonora¹³, entrevistas, entre outras técnicas de pesquisa, foi fun-

-
12. Este artigo decorre de um dos capítulos de minha tese de doutoramento, intitulada “No mercado tem tudo o que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo”, defendida em março de 2008 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e orientada pela Professora Doutora Cornelia Eckert.
 13. No âmbito das pesquisas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, projeto de pesquisa ao qual sou vinculada na UFRGS, temos desenvolvido estudos em etnografia sonora, que consiste na investigação das sonoridades da vida urbana, das ambiências e paisagens sonoras do cotidiano. Ver o artigo de Rocha e Vedana (2007).

damental para a compreensão dos ritmos e das práticas cotidianas que envolvem os mercados de rua e seu lugar no que tange a configuração de uma poética urbana. A pesquisa se desenvolveu em mercados de rua das cidades de Porto Alegre e São Paulo, no Brasil, e Paris, na França.

Os mercados de rua estudados foram os que se configuram no espaço público, através da transformação de ruas, praças e largos em cenário das mais diversas trocas – um tipo de atividade cotidiana que se desenrola no meio urbano há muito tempo e que ainda persiste na conformação das práticas cotidianas de muitas cidades contemporâneas. Uma das perguntas que guiou esta pesquisa, em seu início, foi justamente sobre a permanência dessas práticas no interior das cidades, tendo em vista o intenso desenvolvimento do comércio em grande escala, principalmente das grandes redes de supermercado¹⁴.

Procurei entender o mercado de rua como um arranjo social (Rocha, 1994), como o efeito de uma consolidação temporal (Rocha, 1994) dos gestos e práticas de uma população urbana na matéria da própria cidade: os percursos cotidianos que compõem a vida urbana através de caminhos e itinerários, a escolha de espaços de convivialidade e sociabilidade nas esquinas e “coins de la rue”, as ocupações nem sempre planejadas de terrenos e a conformação de territórios são algumas das formas de elaboração de uma estética urbana peculiar, onde os habitantes da cidade negociam com a ordenação do espaço pelo poder público. O mercado de rua, nesse caso, também é parte desta conformação temporal de gestos que elaboram cotidianamente a vida urbana, gestos veiculados pelos simbolismos do alimento que apresentam o tempo em sua feição cíclica (Durand, 2001) onde cada fim sugere uma possibilidade de recomeço, e cada recomeço também já anuncia um fim.

Essa dimensão simbólica das práticas cotidianas que constituem o fazer a feira, deste *vouloir-vivre* (Maffesoli, 1986) coletivo que compõem um dia de *marché*, apresentou-se na composição dos gestos de escolha dos alimentos, da circulação da palavra entre os sujeitos, na transfiguração do espaço público de simples via de circulação em uma ambiência de “fruição estética” (Maffesoli, 1996) onde se compartilham sentidos e memórias do viver urbano.

14. No caso de Porto Alegre/RS, por exemplo, uma cidade que atualmente conta com uma população de aproximadamente 1.360.590 habitantes, existem diversas redes regionais e mesmo internacionais de supermercados que estão espalhadas por praticamente todos os bairros da cidade atendendo as necessidades de compras não só de alimentos, como também de outros artigos domésticos como produtos de higiene e limpeza, cama, mesa e banho, além de eletrodomésticos. Entre elas poderia destacar a Companhia Zaffari/Bourbon de Supermercados, que atua em todo o Rio Grande do Sul, além dos supermercados Nacional, e Hipermercados Big e Carrefour, este último uma empresa internacional presente em outras cidades do Brasil.

Para o caso deste artigo, é esta ambiência de fruição estética, observada nos mercados a partir de uma etnografia de rua, que procuro apresentar.

Gostaria aqui de apresentar os mercados de rua e suas diferentes feições, em termos da conformação de uma estética urbana particular, pautada nos usos da rua como palco de sociabilidades relacionadas aos simbolismos do alimento. As feiras livres e mercados de rua estão envoltos em uma atmosfera peculiar de compartilhamento de sentidos derivados do alimento enquanto imagem do tempo. A forma como são estruturados os espaços da rua para receber bancas de frutas e legumes, a maneira como estes alimentos estão dispostos e ordenados para atrair os fregueses, as sonoridades dos pregões e anúncios de produtos, bem como das conversações, são algumas das “formas expressivas” (Dawsey, 2000) que compõem a poética do mercado.

Para apresentar estas formas de uso do espaço pelos mercados de rua, opto pela descrição das diferentes ambiências percebidas nos mercados estudados ao longo do trabalho de campo e seus pontos de entrelaçamento ou distância. Esta opção parte da perspectiva de que estes arranjos de mercado (Rocha, 1994) resultam de um “trajeto antropológico” (Durand, 2001) das práticas e gestos de aquisição de alimentos, bem como da conformação poética de determinados territórios urbanos, que obedecem aos constrangimentos dos processos sócio-históricos das cidades que os abrigam. Neste sentido, os mercados de rua das diferentes cidades estudadas guardam especificidades que não são redutíveis entre si. Por outro lado, pensando de acordo com Gilbert Durand (2001) em termos das constelações de imagens e da sobredeterminação de imagens, é possível compreender que as feições ou formas que prevalecem não negam ou excluem outras. Como veremos a seguir, a “poética do espaço” (Bachelard, 2000) destes mercados adotam formas diferenciadas para expressar as imagens do tempo e os simbolismos do alimento que os veiculam. Em vez de uma comparação entre estas diferentes feições, o desafio proposto neste artigo será o de apresentar descritivamente estas formas e perceber seus enlaces.

Ambiência de fruição estética

O mercado de rua, como parte importante da elaboração cotidiana de uma estética urbana, pode ser traduzido em termos de uma ambiência de fruição estética que tensiona “a vida social demasiado penetrada por entendimento, por cálculo, por visão mecânica (...) e engendra múltiplas manifestações de uma Razão Outra” (Maffesoli, 1996, p. 163). Para Maffesoli, esta Razão Outra se relaciona ao que chama de “barroquização do mundo” (Maffesoli, 1996, p. 154), ou seja, a adesão a uma sensibilidade compartilhada no presente onde prevalece a “ambiência que enraíza o tempo no espaço” (Maffesoli,

1996). Um enraizamento dinâmico que parte da Unicidade de sentidos e aparências, ou seja, onde estão em diálogo um pluralismo de imagens e maneiras de ser. Esta imagem da barroquização do mundo apresentada por Maffesoli para falar do presente e do cotidiano das cidades contemporâneas pode nos ajudar no devaneio e na imaginação das imagens de mercado.

Viver o mercado de rua e aderir às suas formas é compartilhar uma atmosfera que potencializa os sentidos de um “prazer estético” (Maffesoli, 1996) ligado à comensalidade, aos símbolos e imagens da intimidade (Bachelard, 1990). Uma ambiência que se desdobra do enraizamento do tempo no espaço, nas diversas camadas de gestos que, aderindo ao ritmo cotidiano, constituem o esforço de duração das “maneiras de ser” (Maffesoli, 1996) dos mercados de rua. É a densidade dessas maneiras de ser, ou das diferentes feições dos mercados de rua, que conforma uma impressão de conjunto (Maffesoli, 1996) para a emoção coletiva compartilhada neste espaço e que acaba por delinear os contornos destas “formas da vida social” (Simmel, 1981) que compõem as grandes cidades moderno-industriais contemporâneas (Velho, 1980).

No conjunto destas formas, uma característica marcante dos mercados de rua é a agitação de seus corredores e a construção de percursos pelos fregueses, que se deslocam entre as bancas, fazem suas escolhas, encontram vizinhos e preenchem o espaço com seus carrinhos ou sacolas de compras. O espaço, nesse caso, não é apenas conformado pela ordenação das bancas, mas também por esta movência peculiar dos sujeitos. Da mesma maneira, a ambiência do mercado acaba por se constituir de camadas de sonoridades, sejam os anúncios dos produtos pelos feirantes, as conversas entre fregueses, as risadas e jocosidades, ou os gestos e utensílios que conformam este espaço. Essa é uma ambiência de mercado que se apresenta através de diferentes feições, tendo em vista as formas expressivas que seus *habitués*, bem como o próprio lugar em que se encontram e adotam para serem vistos como “corpo coletivo” (Maffesoli, 1996).

Formas e estéticas do espaço

Os mercados de rua e feiras livres são em geral identificados a partir do nome do lugar que os abriga. Assim, se perguntamos a um habitante da cidade qual o supermercado que ele frequenta, a primeira resposta possivelmente irá se referir à rede a qual o supermercado pertence – no caso de Porto Alegre seria Zaffari ou Nacional, etc. – e só depois à localização espacial do estabelecimento na cidade é referida. Em relação aos mercados de rua, a referência a seu território de pertença já aparece no nome que lhe é atribuído – Mercadão do Largo Zumbi, *Marché Maubert*, *Marché Belleville*. Os mercados de rua têm uma relação estreita com os bairros que

os abrigam em termos das “formas expressivas” que os configuram. Cabe aqui salientar, entretanto, que este pertencimento dos mercados a certos territórios da cidade revelam dimensões importantes das formas de sociabilidade no cotidiano urbano, bem como da adesão de seus habitantes às ambiências efervescentes dos mercados¹⁵.

Na feira livre que acontece no Largo Zumbi dos Palmares em Porto Alegre, o Mercado do Produtor, como é chamada pelos feirantes que a compõem, esta efervescência ocorre todos os sábados pela manhã, tendo seu ápice por volta das 10 horas. Trata-se de uma feira bastante extensa que ocupa praticamente todo o espaço do Largo que é de aproximadamente 200 metros de comprimento por 45 metros de largura – restando apenas alguns metros destinados a estacionamentos de veículos de fregueses vindos de outros bairros. O nome de Mercado faz jus a sua complexidade: mais de 100 bancas são organizadas no Largo nas madrugadas de sábado de modo a estarem prontas para a venda às 7 horas da manhã do dia seguinte.

F1



-
15. Em algumas cidades do interior, a feira livre é um momento de forte sociabilidade da vida pública. Cornelia Eckert que pesquisou durante 4 anos na cidade francesa de *La Grand-Combe*, relata que os moradores consideravam o próprio ato de ir à feira como o ato de escutar rádio, pois era a única maneira de ter notícias um dos outros, uma vez que a cidade em decadência industrial não possuía uma rádio local (Eckert, 1993).

F2



A conformação do espaço em extensos corredores propícios à circulação de muitas pessoas ao mesmo tempo demarca o “dentro” e o “fora” do mercado, criando certa territorialidade onde o espaço retangular delimitado pelo largo e pela disposição das bancas é vivido de forma circular pelas pessoas que o percorrem. Esta interpretação de que o espaço retangular do mercado é vivido de forma circular por seus *habitués* decorre de algumas experiências de campo relacionadas ao “ir à feira” com alguns informantes desta pesquisa em Porto Alegre. Um dos primeiros estranhamentos relacionados a este uso e apropriação do espaço referiu-se aos locais de entrada e saída da feira livre do Largo Zumbi. A conformação das bancas no Largo Zumbi cria, em suas esquinas, espaços de entradas e saídas, mas que nem sempre são utilizados pelos fregueses¹⁶, que acabam entrando no Mercadão por entre as bancas, seguindo ainda as ritmicidades do espaço de um tempo outro¹⁷. Já no interior

-
16. Dona Geni e Dona Jane, informantes da pesquisa, sempre entravam no Mercadão pelas laterais, atravessando o espaço entre uma banca e outra. Um ponto interessante de se observar é que o Largo Zumbi situa-se na Perimetral Loureiro da Silva, uma via de trânsito intenso da cidade de Porto Alegre. Uma das entradas na feira livre localiza-se justamente na esquina onde existe um semáforo que regula os tempos de pedestres e de automóveis, garantindo a segurança ao atravessar a perimetral. Mesmo com este trânsito intenso da Perimetral, muitos fregueses como Dona Geni preferem ainda usar caminhos “alternativos”, associados a suas memórias deste território que em outros tempos não abrigava uma perimetral.
17. Este território do Bairro Cidade Baixa que abriga o Largo Zumbi dos Palmares e o Mercadão do Produtor sofreu intensas modificações, levando-o à feição que tem

do mercado, o devaneio nas imagens da intimidade do alimento, combinado às fidelidades dos fregueses a determinadas bancas, constrói percursos particulares, que os levam a não percorrer todo o espaço, e sim parar em pontos determinados, voltar, retomar o curso do caminho, etc. Assim, mesmo que a forma geométrica do Largo Zumbi seja retangular e que as bancas do mercado se apropriem dela para se configurar no espaço do Largo, a experiência de circulação que se dá em seu interior não é a de caminhos e ângulos retos, mas muito mais a forma circular ou elíptica, onde as “esquinas” transformam-se em curvas. Esta forma de uso do espaço é ainda exacerbada pelos grupos de meninos e meninas que vão à feira atrás de um biscate ou das sobras, pois além de “circularem” pelo espaço da feira, ainda circundam os fregueses na tentativa de trocar seu trabalho por alimentos.

De acordo com Durand (2001), o espaço circular, presente nos conjuntos de símbolos do jardim, do fruto, do ovo e do ventre, potencializa as volúpias da intimidade (Durand, 2001) ao se redobrar dos simbolismos do continente. A forma circular ou o recinto fechado veiculam o sentimento de intimidade (Durand, 2001), também presente no gesto de nutrir. Esta circularidade do espaço se desdobra também no simbolismo cíclico veiculado pelas imagens dos alimentos e os conjuntos de gestos que essa matéria demanda, reafirmando seu poder de eterno recomeço. A dinâmica de um movimento circular por entre os corredores do mercado de rua se apresenta a partir de feições diferenciadas que marcam a ritmicidade destas práticas no cotidiano urbano. No caso do Mercado do Produtor do Largo Zumbi dos Palmares, a extensão de seu território, combinada com a grande transformação que sofre este espaço nos dias de feira, acaba potencializando estes “simbolismos cíclicos” (Durand, 2001), marcando no próprio espaço do bairro em que se situa um acontecimento particular.

Por situar-se no cruzamento de bairros centrais de Porto Alegre, e ainda em uma avenida perimetral, o Largo Zumbi dos Palmares¹⁸ é um lugar de fácil

hoje. No entanto, “no tempo em que” a Perimetral Loureiro da Silva ainda não havia sido aberta como via de circulação em Porto Alegre, as formas de habitar este espaço eram diferenciadas.

18. O Largo Zumbi dos Palmares situa-se na fronteira entre os bairros Cidade Baixa e Centro, em Porto Alegre, na Avenida Loureiro da Silva, primeira perimetral da cidade. Esse é um espaço marcado por diversas manifestações culturais, como a Semana da Pátria, Semana Farroupilha e Semana da Consciência Negra, além de ser um território de referência para os religiosos de matriz africana. Por esse motivo é que ganhou o nome de Largo Zumbi dos Palmares, como uma homenagem ao líder negro, já que se chamava até a década de 1990 “Largo da Epatur” por abrigar a Empresa Porto-alegrense de Turismo. Trata-se de um território que passou por diversas intervenções urbanas e atualmente está entre os espaços

acesso para os habitantes da cidade. Nos dias comuns da semana, ou seja, aqueles que não são movimentados nem pela feira livre, nem por manifestações culturais ou datas festivas, o Largo permanece vazio, apenas com alguns carros estacionados ou com o trânsito ocasional de pedestres. O final do dia de sexta-feira, no entanto, já anuncia o retorno da ambiência do mercado de rua para este espaço, pois alguns feirantes do interior do estado que chegam antes, já se instalam por ali. Por volta das quatro, cinco horas da madrugada começam a chegar mais feirantes e instalar suas bancas, o enorme espaço do Largo se transforma completamente no Mercado do Produtor, com suas inúmeras bancas de lonas amarelas e com a grande variedade de produtos que oferece aos seus frequentadores – que vão desde hortifrutigranjeiros até roupas, guardanapos e bonecas de pano, passando pela ração de cães e gatos, carnes, temperos e lanches. Ao raiar do dia, o Largo já foi tomado completamente pelas bancas, vários fregueses já circulam pelo mercado e, se o dia está ensolarado, ganham destaque as formas dos alimentos quase que displicentemente colocados em enormes quantidades em cima das bancas. Até o final da feira, que é em torno das 13 horas da tarde, o Mercado já recebeu muitos e muitos fregueses, de diversos bairros da cidade.

A composição de uma ambiência de fruição estética no interior das práticas da feira livre do Mercado do Produtor se desdobra de diversos aspectos: o amplo espaço do mercado e o constante movimento de fregueses que percorrem seus corredores buscando suas bancas preferidas, cuidando preços, negociando com feirantes, a estética desordenada das bancas sempre reabastecidas de frutas, verduras, legumes, queijos, carnes, flores e os mais diversos produtos com suas cores e odores, as camadas de sonoridades que preenchem também o espaço com as conversas e diálogos, jocosidades e brincadeiras, com os anúncios dos produtos. A transfiguração do Espaço do Largo Zumbi dos Palmares nesta ambiência do mercado é resultado da combinação temporal – no tempo que se desenrola do início ao fim da feira, e no tempo da semana pontuado pela existência da feira livre aos sábados – de uma composição do espaço efetivada pela montagem das bancas e pelos percursos dos frequentadores, pela forma como os alimentos são dispostos em cima das bancas e principalmente pelas negociações e conversas entre fregueses e feirantes, pela performance oral que anuncia o produto e pela agitação do movimento dos corredores.

da cidade que receberia um terminal de ônibus, dentro do “Projeto Portais da Cidade”, proposto pela prefeitura de Porto Alegre e que está sendo amplamente debatido e recusado pela população, especialmente por moradores do Bairro Cidade Baixa, pelos feirantes do Mercado do Produtor, por adeptos do Movimento Negro e por religiosos de matriz africana.

F3



F4.



Os sentidos compartilhados entre os frequentadores do mercado dizem respeito a uma sociabilidade de final de semana, de viver um tempo lento, disdido nos encontros entre vizinhos, na conversa com feirantes, no planejamento das compras da semana. Toda a estética do lugar convida ao mergulho nas formas compostas pelos mais diversos alimentos que evocam as imagens

da abundância, tendo em vista as quantidades que são oferecidas ao olhar do freguês. Juntem-se a isso as sonoridades dos anúncios dos produtos, sempre envolvendo um tom jocoso, uma brincadeira com o cliente ou mesmo com outros feirantes. Os diálogos entre bancas são bastante frequentes durante o dia de feira. Não estão deslocados destas imagens os conjuntos de gestos das táticas do fraco, pois as crianças em busca de um biscate também circulam pelo interior do mercado, em duplas ou trios, com seus movimentos agitados e seu olhar atento, rindo ou correndo, andando em torno dos clientes, negociando. Ainda podemos observar os vendedores ambulantes com diversos produtos, desde antenas de TV e pequenas bugigangas, até cadeiras de praia, guarda-chuvas, cintos e outras coisas.

A “emoção coletiva” (Maffesoli, 1996) compartilhada entre os sujeitos que compõem o mercado tem correspondência com as imagens bakhtinianas¹⁹ da “estética do grotesco” (Bakhtin, 1996), com as formas de sociabilidade da praça pública que se estabelecem a partir da inversão dos valores estabelecidos (Bakhtin, 1996). A adesão às “formas sensíveis” (Sansot, 1985) do mercado de rua significa a adesão a uma ritmicidade do tempo cíclico, permeada pelas imagens do alimento em seu sentido de continuidade da vida, de vir a ser. Dispostos nas bancas da feira livre, estes alimentos já trazem em si a dinâmica deste circuito, de um lado evocando as imagens de sua origem – seja a produção agrícola feita na região metropolitana de Porto Alegre, seja os galpões da CEASA/RS e seu trajeto nacional ou internacional – e de outro inspirando as “artes de nutrir” (De Certeau, 1996) e os “gestos de manipulação da matéria” (Leroi-Gourhan, 1975) de quem os terá em casa.

Estes simbolismos do alimento e os conjuntos de imagens que evocam um tempo cíclico que descrevi aqui como parte da ambiência do Mercado do Produtor que ocorre no Largo Zumbi dos Palmares são compartilhados também no contexto de outros mercados de rua, a partir de diferentes feições. O

19. O mercado de rua, como espaço de trocas e de manifestação e expressão cultural, insere-se no domínio do popular, no sentido dado a este termo por M. Bakhtin (1996) ao voltar-se às imagens de uma cultura da praça pública. A estética destas formas, baseada em um princípio cômico (Bakhtin, 1996), coloca-se como contraponto a uma estética oficial (Bakhtin, 1996), ou seja, relacionada às estruturas de poder. A imaginação do tempo é de grande importância, neste caso, pois a ideia de inversão apresentada por Bakhtin (1996) ao narrar uma sociabilidade de praça pública está relacionada também à forma do tempo, e à adesão às suas feições cíclicas, em contraposição a uma imagem do tempo linear. Esta adesão a uma feição cíclica do tempo relaciona-se a uma percepção de mundo pela via do riso e da jocosidade, em que “o princípio material e corporal aparece sob a forma universal, festiva e utópica. O cósmico, o social e o corporal estão ligados indissolivelmente numa totalidade viva e indivisível. É um conjunto alegre e benfazejo” (Bakhtin, 1996, p. 17).

Mercadão é realizado pela Associação dos Usuários do Mercadão do Produtor, composta por mais de 100 feirantes ou comerciantes²⁰ que se dividem em grupos para atuar em diferentes espaços da cidade. No sábado pela manhã, além da feira livre no Largo Zumbi dos Palmares, a Associação organiza outra feira, também em um Largo que serve de estacionamento para o Estádio Olímpico, sede do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, no encontro entre os bairros Medianeira, Azenha e Menino Deus. No domingo pela manhã, o grupo de feirantes que faz a feira no Largo Zumbi dos Palmares desloca-se para a Zona Norte de Porto Alegre, atuando em uma das ruas subjacentes à Avenida Assis Brasil, e o grupo de feirantes que organiza o mercado de rua no estacionamento do estádio Olímpico desloca-se para o Bairro Cavalhada, na Zona Sul da cidade, nas proximidades da Avenida Otto Niemeyer.

A escolha do Mercadão do Produtor²¹ como grupo privilegiado nesta etnografia não se deu de forma aleatória, mas mediada por fotografias antigas de Porto Alegre que constituem o acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Essas fotografias das imediações do Largo Zumbi dos Palmares, época em que ele ainda não existia, apresentavam já estas formas de comércio de alimentos ao ar livre. Nesse sentido, foi uma opção por investigar os “ritmos temporais” (Eckert e Rocha, 2005) que conformam este território da cidade e a presença das práticas de mercado nele, bem como seus desdobramentos no cotidiano do Bairro Cidade Baixa e também na “estética urbana” (Rocha, 1995) de Porto Alegre.

Em Porto Alegre, as Feiras Modelo apresentam-se como um contexto bastante diferenciado das feiras do Mercadão, pois dispõem de um número menor de bancas, em geral acontecem em pequenas ruas, de diversos bairros da cidade, de terça-feira a sábado. São feiras que tem uma fiscalização mais direta da Prefeitura Municipal, que regula desde os preços até a estética das

20. Nas feiras livres de Porto Alegre, entre os feirantes, encontram-se os que são produtores do alimento que vendem, vindos do interior do estado, da região metropolitana ou mesmo de bairros afastados - alguns deles caracterizados pela presença de sítios e chácaras - e aqueles feirantes que são chamados de comerciantes, pois compram alimentos na CEASA para revender e moram em Porto Alegre ou na Região Metropolitana.

21. O Mercadão do Produtor, que ocorre aos sábados e domingos pela manhã não constitui a única forma de mercado de rua que existe em Porto Alegre. Fazem parte ainda desse cenário os Hortomercados - espaços semifechados de venda de alimentos que ocorrem próximos a terminais de ônibus -, as feiras ecológicas e as feiras modelo, todos eles coordenados pela prefeitura municipal, com exceção do Mercadão do Produtor que, embora esteja sujeito as fiscalizações sanitárias da Secretaria de Saúde, bem como à concessão de espaço e alvará da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), é totalmente organizado e regulado a partir das regras estabelecidas pela Associação.

bancas, estabelecendo tabelas de preços e número de feirantes que vendem determinado produto, além de padronizarem os aparatos utilizados para a montagem das bancas, como “saías” e lonas. Em 2005, a prefeitura instalou um novo ponto para a Feira Modelo, o largo Zumbi dos Palmares, as terças-feiras à tarde, o que gerou certo descontentamento por parte dos feirantes do Mercado do Produtor. Mesmo assim, trata-se de uma feira bem menor, que tende a atender principalmente aos moradores do bairro e às pessoas que estão no circuito trabalho-casa que passam por ali nos finais de tarde. Muitos clientes que frequentam o Mercado aos sábados, também vão a Feira Modelo as terças à tarde. Já pude presenciar algumas conversas onde o assunto era ou a comparação entre as feiras – em termos de preços, de relações entre freguês e feirante, etc. – ou mesmo de satisfação de poderem frequentar a feira duas vezes na semana. Muitos dos fregueses não sabem as diferenças entre essas feiras em termos da sua regulação e organização e nem mesmo em termos das disputas políticas relacionadas a elas que se dão no âmbito da Secretaria de Indústria e Comércio.

Mesmo sendo feiras menores e com regras mais precisas sobre a apresentação dos alimentos e a estética de organização das bancas, as feiras modelo também compartilham com o Mercado alguns aspectos desta ambiência de “fruição estética” relacionados aos simbolismos da circulação do alimento. As feições como se apresenta esta ambiência é que diferem um pouco, principalmente no que diz respeito ao volume não só de alimentos que compõem essas feiras, mas também de pessoas que por ali circulam. Além disso, a diferença de ritmicidade urbana entre uma feira no sábado pela manhã e outra na terça-feira à tarde é considerável. Nesta última, os encontros são mais fortuitos entre os frequentadores, as compras mais ágeis, pois em muitos casos são realizadas no intervalo entre a saída do trabalho e a chegada em casa. Mesmo assim, as sonoridades dos anúncios de produtos, as conversas ao pé da banca, os carinhos de feira sendo arrastados pelo corredor e as sacolas cheias de frutas e legumes chacoalhando vão compondo a atmosfera do mercado, junto com as cores e odores dos alimentos nas bancas. Por ser um espaço menor, e que por vezes está iluminado apenas por algumas lâmpadas no interior da banca – já que a feira se estende até a noite –, a atmosfera de intimidade é potencializada.

Enquanto nas feiras do Mercado do Produtor é agenciado um esforço de composição de uma ambiência relacionada à estética do grotesco ou, como diria Michel Maffesoli (1996), baseada em uma Razão Outra relacionada a uma estética do volume e movimento das formas, as Feiras Modelo acabam por veicular uma atmosfera de proximidade e intimidade. O próprio nome Mercado do Produtor, escolhido pelos feirantes há mais de 20 anos para batizar suas atividades de comércio de alimentos em Porto Alegre, demonstra uma adesão a esta estética da abundância. Com Bakhtin (1996), é possível pensar no Mercado como uma forma de comportamento estético que guarda uma concepção

de mundo ligada às ideias de abundância, que derivam nas imagens do princípio material e corporal, de fertilidade e crescimento (Bakhtin, 1996) vinculados ao alimento e suas potencialidades de perpetuação da vida. A composição do espaço do Mercado com seus imensos caminhões lotados de caixas de alimentos, as bancas também lotadas de alimentos desordenadamente acomodados e as próprias sobras que caem no chão são algumas das formas que apresentam esta estética. O fazer a feira para toda a semana, na compra de grandes quantidades de comida e as próprias formas agitadas e ruidosas de percorrer a feira dos meninos e meninas que coletam as sobras aderem a esta mesma “constelação de imagens” (Durand, 2001). Segundo Bakhtin (1996), esta estética do grotesco associa-se a uma atitude em relação ao tempo, concebido como um futuro ainda incompleto, em transformação.

Por outro lado, a Feira Modelo foi concebida para ser justamente um modelo, para veicular uma imagem de cidade onde os espaços públicos são ordenados e com usos projetados. Segundo contam alguns feirantes do Mercado que já tiveram experiências de trabalho na Feira Modelo, quando foi criada pela prefeitura municipal na década de 90, a ideia era de que todas as feiras da cidade passassem a ser feiras modelo com o tempo. No entanto, a Associação dos Usuários do Mercado do Produtor preferiu continuar a organização original de 1983. Dessa forma, as estéticas que compõem a ambiência de cada uma dessas feiras livres admitem feições diferenciadas, e a Feira Modelo acaba por apostar em outras estratégias, como a padronização do espaço através da semelhança entre as bancas – em termos das formas de arrumação das lonas e saias, sempre da mesma cor – e também da padronização dos uniformes. Mesmo a relação feirante-freguês acaba por se constituir de forma diferenciada, ou seja, menos calcada nas relações jocosas que vemos no mercado – onde predomina a abundância – e mais voltada para uma proximidade relacionada ao pequeno (Bachelard, 1990), a intimidade do alimento que se compra não para abastecer a casa durante a semana, mas para a realização do jantar do dia, do almoço do dia seguinte, de “uma coisinha ou outra”. Além disso, outro aspecto que contribui para essas diferentes feições entre o Mercado e a Feira Modelo é que nesta última dificilmente circulam crianças em busca de algum biscate, portanto as imagens das “táticas do fraco” (De Certeau, 1994) são menos presentes.

É importante frisar, no entanto, que não existe uma dicotomia entre estes mercados de rua. O que acontece é que esses sentidos compartilhados em uma ou outra feira acabam adotando feições diferentes, e alguns conjuntos de imagens se sobrepõem a outros no interior dessa experiência urbana de vivenciar a rua como espaço de construção de sociabilidades. Assim, tendo em vista o que Gilbert Durand (2001) chama de polissemia das imagens, no interior da estética do grotesco do mercado estão presentes também as imagens da intimidade que são potencializadas na feira modelo,

da mesma forma que esta última também é elaborada a partir das imagens de uma estética do grotesco. No Mercado, as relações de fidelidade entre fregueses que há muitos anos frequentam a mesma banca, que é representada por eles através da frase “vi esses guris quando eram pequenos, desse tamanhinho, e agora são uns homens feitos”, também assumem caráter de intimidade e muitas vezes são os próprios feirantes que separam o produto que “tal cliente” vai preferir. Da mesma forma, um passeio pela Feira Modelo nos coloca diante das jocosidades próprias ao *métier* de feirante, para o caso daqueles que ainda assim preferem chamar seus fregueses através de anúncios e brincadeiras com as próprias formas dos alimentos, ou com piadas a respeito do dinheiro e pagamento – a clássica “vamos lá freguesia, aqui moça bonita não paga, mas também não leva” é uma delas. Trata-se de fato, da profusão de imagens que constelam em torno dos simbolismos do alimento e que orientam os gestos e práticas que conformam o mercado como arranjo social e como parte de uma estética urbana.

A instalação de uma feira livre no ambiente de uma rua ou largo representa uma quebra de continuidade na atmosfera cotidiana do bairro, criando um novo evento, estabelecendo novos percursos e novas possibilidades de sociabilidade. A instauração deste tempo do mercado mobiliza os habitantes da cidade e dos bairros a aderirem a um espaço particular e circularem por ele. Ao mesmo tempo, esse evento de mercado que pontua o cotidiano do bairro é também englobado no interior desse cotidiano e passa a fazer parte dele. O conjunto dessas imagens de mercado, por sua vez, acaba por falar da cidade e rerepresentá-la a partir do ponto de vista das imagens da circulação do alimento.

Porto Alegre situa-se ao sul do Brasil, é capital do Estado do Rio Grande do Sul, considerado durante muito tempo (se não até os dias de hoje) como o “celeiro do país”, devido à intensidade e prioridade de sua produção agropecuária. A elaboração desta representação a respeito do estado do Rio Grande do Sul²², bem como sua influência na constituição de uma “sensibilidade estética” (Rocha, 1994) das cidades gaúchas deriva da série de gestos de acomodação e assimilação do homem ao meio ambiente²³ (Durand, 2001; Rocha, 1994).

22. Atualmente o Estado do Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores e exportadores de grãos do país e conta com 40% de sua economia voltada para o setor industrial, dados obtidos no site <http://www.estado.rs.gov.br/> consultado pela última vez em 28 de dezembro de 2007.

23. Ana Luiza Carvalho da Rocha, em sua tese de doutorado (1994) tratou sobre memória coletiva e estética urbana nas cidades brasileiras, em especial nas cidades ao sul do Brasil, analisando as imagens e narrativas que configuram o teatro da vida urbana no Brasil. Nesta tese, a estética urbana das cidades brasileiras e suas representações imaginárias são vistas a partir das acomodações temporais do homem no espaço – territórios que dão origem às cidades. A esta acomodação

Neste diálogo, a interrogação que se apresenta refere-se à composição desta representação do sul como “celeiro no país” na estética da abundância apresentada pelo Mercado. Quais os jogos de imagens que, na cena urbana de Porto Alegre, evocam a memória dos gestos que a deram origem, reapresentando a cidade sob um ponto de vista de uma estética urbana? Como os mercados de rua, arranjos sociais derivados dos gestos que os simbolismos cíclicos do alimento veiculam, narram esta cidade?

Perambulando pela poética urbana de Sansot¹, vemos que a dimensão sensível deste fenômeno, ou seja, a forma como a combinação de cheiros, sons e odores nos tocam fazendo vibrar sensações e memórias, é a própria cidade falando de seus sentidos, de sua poética. Cabe refletir então sobre essa atmosfera dos mercados de rua que atinge os habitantes da cidade e faz perpetuar uma poética do cotidiano plena de sentidos sem, no entanto traçá-la como única verdadeira capaz de representar a cidade. A pretensão é, portanto menos austera, e mais aproximativa das “esferas de significação” (Sansot, 1986) da vida ordinária em que estão colocados os gestos e práticas das artes de nutrir. Nessa perspectiva, as múltiplas feições dos mercados de rua evocam as maneiras como nas cidades contemporâneas são agenciadas as formas de expressar seus traços culturais, as maneiras de viver o tempo do cotidiano e de conformar uma estética urbana.

de gestos e operações materiais corresponde uma civilização de imagens que apresentam estas cidades em suas múltiplas feições. A parte IV da tese, *Du temps ondulant a l'ordre confusionnel*, trata especificamente da pluralidade de motivações simbólicas que ensejam a fundação da cidade de Porto Alegre, bem como das múltiplas durações que conformam sua ambiência confusional (Rocha, 1994).

1. Para Pierre Sansot, a vida urbana e a cidade podem ser estudadas a partir de uma abordagem fenomenológica capaz de descrever a cidade em seus sentidos múltiplos, sem reduzi-la a planos urbanísticos ou a arquitetura. A cidade, neste caso, vista sob a ótica das formas dos acontecimentos cotidianos, das escolhas dos trajetos por seus habitantes, dos usos dos espaços para além do que foram destinados pelo planejamento urbano, como repleta de sentidos e sentimentos, ganha sua dimensão poética. Para Sansot (1985) o mundo possui sentidos que devem ser recuperados e reapresentados pela investigação científica, sem redução de seus valores perceptivos. A cidade, portanto, tem uma alma e deriva em um imaginário.

F5



F6



Dessa forma é que trago aqui também a descrição de outras situações etnográficas que não ocorreram em Porto Alegre, mas na cidade de São Paulo, bem como a experiência etnográfica na cidade de Paris, na França. A intenção de reunir às imagens de mercados de rua de Porto Alegre as experiências vividas em outras cidades vincula-se a construção de coleções de imagens, tendo em vista justamente a reflexão sobre os arranjos sociais de mercado engendrados pelos simbolismos do alimento na relação com a vida urbana. Isto não significa proceder a comparações entre as cidades, mas sim desvendar como a dimensão sensível do cotidiano agenciada pelas práticas e gestos em torno do alimento configura uma “dimensão estética” (Sansot, 1985) na qual o comércio de alimentos ao ar livre apresenta um lugar importante.

Espaço labiríntico

A oportunidade de gravar um documentário² em São Paulo, em 2004, junto com a equipe do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, permitiu que pudesse estender meu olhar sobre a estética das feiras livres nesta capital. Mercados de frutas e legumes situados sob viadutos e escadarias testemunhavam bem o gigantismo da cidade e as estratégias inventivas de aproveitamento de espaço.

Na feira livre da Rua Mourato Coelho, no bairro Vila Madalena, Zona Oeste de São Paulo, que ocorre aos sábados de manhã, a ambiência compartilhada por seus frequentadores está associada à constituição de um espaço labiríntico³ (Moles, Rohmer, 1982). As bancas, dispostas ao longo da rua, ocupando em torno de quatro de suas quadras, formam dois corredores estreitos, como que dividindo a rua em duas. O espaço de circulação de fregueses torna-se então bastante restrito, sendo que a distância entre uma banca e outra é de no máximo dois metros. A proximidade entre as bancas que conformam o corredor e as esquinas e cruzamentos configurados por sua disposição criam esta sensação labiríntica do percurso da feira livre, estabelecendo múltiplas escolhas de caminhos e percursos a serem seguidos. Da mesma forma, os constantes pregões dos feirantes, em sotaques diferenciados e que ultrapas-

-
2. Refiro-me a gravação das imagens e entrevistas do documentário “Narradores Urbanos, Antropologia e Etnografia nas cidades Brasileiras, São Paulo, José Guilherme Magnani, BIEV, 2008”.
 3. Segundo Moles e Rhomer o labirinto é um espaço “no qual as paredes ou muros, sendo constrangimentos à mobilidade são ao mesmo tempo fonte de riqueza sensorial, de prazer e desprazer, de concordâncias ou discordâncias: uma longa fila de lojas na rua, uma longa fila de cestos de alimentos nas prateleiras do supermercado, um conjunto de quadros nas galerias do museu (...) fornecem a cada instante àquele que percorre *l’allée*, o corredor (...) motivações diversas para ir mais adiante, a parar, a voltar sobre seus passos (...)” (tradução livre, Moles e Rhomer, 1982, p. 77)

sam as barreiras das bancas enfatizam ainda mais esta sensação de labirinto, pois ao andar pelo corredor podemos ouvir os anúncios e nem sempre identificar de onde vem.

Diferente do Mercado do Produtor em Porto Alegre, e mesmo da Feira Modelo, as feiras livres em São Paulo apresentam uma organização quase que milimétrica dos alimentos em cima das bancas. Passeando por seus corredores podemos ver, por exemplo, em uma banca de verduras, brócolis e alfaces, etc., a montagem de formas com os alimentos. No caso dessas verduras, elas são arranjadas como se fossem os tijolos de um muro que cobre a banca até quase não ser possível enxergar o lado interno dela. É uma bela imagem de cores e texturas combinadas que acompanha o percurso do freguês pelo corredor da feira, potencializando as qualidades sensoriais destes alimentos: o verde característico é muitas vezes multiplicado na organização dessas verduras, a textura rugosa da couve-flor composta em múltiplas camadas metamorfoseia o alimento em escultura. Uma estética que se estende às cenouras e beterrabas, ao rabanete e às berinjelas. Este apelo sensorial às cores e formas dos alimentos convoca o frequentador da feira livre ao devaneio em torno da manipulação desta matéria que é plena de transformações.

As bancas de temperos provocam ainda mais a imaginação, ao disporem delicadamente as múltiplas possibilidades de produção do gosto do alimento transformado em comida: várias pequenas bacias arranjadas lado a lado, comportam uma diversidade imensa de temperos, alguns simples – como ervas maceradas, pimentas em pó, gengibre picado – e outros elaborados a partir de misturas de ervas, pimentas e outras especiarias. As bancas de temperos são uma descoberta à parte, pois não só evocam saberes bastante específicos – como fazer, em que tipo de comida usar, qual a quantidade – mas também nos transportam para o infinitamente pequeno, para o interior de um “processo de transubstanciação” (Bachelard, 1947) da matéria. Uma pequena quantidade basta para transformar o gosto, e um erro de cálculo pode colocar tudo a perder.

Porém, o percurso ainda não acabou e as frutas – laranjas, maçãs, pêsegos, ameixas, frutas-do-conde – também são motivos de arranjos especiais. Pequenas porções de cinco a seis laranjas conformavam pequenas pirâmides à espera de um comprador. Nada de uma montanha de laranjas e bergamotas “à vontade”, mas pequenas porções e seus preços. As vendas, nesse caso, efetuam-se por unidades e não por quilo, como é o costume em Porto Alegre. Assim, em cada banca de frutas – exceto em relação às bananas – os produtos são organizados em quantidades já determinadas, formando pequenas pilhas ou pirâmides, quase que imitando uma mesa posta em que podemos nos servir. E a feira continua, com suas enormes bancas de peixes e frutos do mar organizados no interior de refrigeradores que procuram manter suas características de “salubridade”, o mesmo que ocorre com as carnes e seus diversos

tipos de cortes. Além é claro, do famoso pastel de feira a ser consumido no início deste percurso – por aqueles que saíram de casa ainda sem tomar café – ou no fim, para “se restaurar” da jornada.

Ao me deparar com estas imagens de feira em São Paulo, decorrente de uma curta estadia na cidade, mais do que marcar as diferenças em relação às feiras livres de Porto Alegre, a impressão – no sentido de imprimir sensações e elaborar sentidos – que me acompanhou na observação etnográfica foi a da potência criativa de feições diversas que são veiculadas pelos simbolismos do alimento. Desviando da construção de uma razão prática para explicar o fenômeno dos mercados de rua como algo relacionado a baixos preços, uma necessidade de atender as camadas mais populares da cidade, evoco estas imagens de uma feira livre em São Paulo para tentar compreender a complexidade da dimensão simbólica deste evento que emerge nas ruas da cidade contemporânea.

Flannerie nos mercados parisienses

Foi a experiência constante de etnografar a rua, ou as ruas, de Paris/França, durante o período do estágio de doutorado que possibilitou meu encontro “inesperado” com o *Marché Maubert*, no *Vème arrondissement*⁴. Inesperado por não estar inicialmente no plano de estudos⁵ do estágio de doutorado como um dos *marchés* passíveis de participar da pesquisa, e também porque lá conheci uma feirante brasileira, chamada Andromeide. Na Antropologia, este encontro com o Outro é fundamental e o estabelecimento de uma relação de proximidade com “um nativo”⁶ é sempre importante para a iniciação do pesquisador na descoberta deste universo particular. Por outro lado, a experiência de Andromeide em vencer as barreiras da língua e se estabelecer como feirante, um *métier* que exige uma série de saberes relacionados à interação com o outro bem como sobre os próprios alimentos, apresenta um ponto de vista peculiar sobre o mercado de rua. Andromeide foi uma importante inter-

-
4. Paris é dividida em 20 departamentos ou distritos, cada um com uma subprefeitura. Estes departamentos organizam a vida coletiva e também burocrática no sentido da presença de escolas, instituições de assistência social e de saúde e mesmo dos *marchés*.
 5. No plano de estudos constavam alguns *marchés* indicados por antropólogos que já haviam morado em Paris e frequentado suas feiras. Mesmo assim, estava planejada também uma experiência de etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2002) como forma de estudo exploratório sobre os *marchés* no sentido da escolha de um ou dois para uma investigação etnográfica mais aprofundada, o que acabou ocorrendo no *Marché Maubert*.
 6. No caso, nem tão nativo assim, mas certamente mais do que a etnógrafa.

locutora da pesquisa, na medida em que podíamos trocar considerações sobre as diferenças culturais entre Brasil e França que pudemos experimentar.

A Place Maubert, onde ocorre o *marché* todas as terças, quintas e sábados pela manhã é mesmo um canto do Boulevard Saint-Germain, ocupando os dois lados da rua, formada no encontro da Rue des Carmes e da Rue de la Montagne Sainte-Geneviève. Trata-se de um pedaço bastante turístico de Paris, pois nas proximidades localiza-se a Catedral Notre Dame de Paris, o Museu da Idade Média Cluny, a Sorbonne, o Rio Sena, entre outros. Isto faz com que o *marché* também seja frequentado por muitos turistas. Além disso, o *Veme* é um dos departamentos de Paris habitado em geral por uma população de renda alta, aspectos que acabam delineando as próprias características deste mercado de rua. Uma das extremidades dessa praça é ocupada por um prédio alto que tem no andar térreo vários pequenos estabelecimentos comerciais: uma Brasserie, uma Boucherie, uma casa de vinhos e um comércio de *alimentation général* que expõe seus produtos em um balcão na calçada. Em dias de *marché* este comércio parece englobado pelas bancas, constituindo também a ambiência da feira. Apesar de pequeno, o espaço comporta muitas bancas que, como em São Paulo, também constroem um “espaço labiríntico” (Moles; Rohmer, 1982) para a circulação de seus frequentadores, com corredores apertados e várias esquinas entre as bancas.

Nesse labirinto (Moles; Rohmer, 1982) estão muitas coisas à venda como roupas de diversos tipos, inclusive étnicas. Um feirante peruano vende muitas saias coloridas e diversos tipos de bandanas para o cabelo, além de colares e brincos. Em outra banca é possível encontrar camisetas em tecido africano e pequenas estatuetas e outros artesanatos. Há outras bancas de roupas, de diversos tipos e preços, banca que vende chapéus femininos e masculinos, outra com brinquedos em madeira ou com utensílios para cozinha, como facas, canivetes, etc., banca de flores. Encontramos até mesmo bijuterias nessa feira. No percurso sinuoso dos corredores, podemos encontrar quase tudo e não necessariamente com uma ordenação de seções como veríamos em um supermercado, mas em uma disposição propícia a surpresa e ao devaneio.

Entre todas as bancas, encontram-se as de alimentos que também são bastante diversas. Temos o famoso *fois gras* vendido em uma pequena banca, peixes e frutos do mar, carnes cortadas na hora e mais três ou quatro bancas de frutas, verduras e legumes, cada uma vendendo um pouco de tudo. Essa possibilidade de encontrarmos quase tudo que existe em uma feira livre em uma só banca foi um de meus primeiros estranhamentos. Na experiência etnográfica em Porto Alegre, descobri que cada feirante ou cada comerciante recebe um alvará de comercialização de um tipo de produto apenas. Se for um produtor o alvará fará referência ao tipo de produto que produz, se for um comerciante que compra na CEASA para revender na feira, o alvará será para frutas, ou para legumes, e assim por diante. Em Paris, no *Marché Maubert*, esta distinção não

parecia importante, pois em cada banca é possível encontrar todos estes produtos ao mesmo tempo. O que faz a diferença entre as bancas é justamente a composição estética dos produtos e principalmente as relações estabelecidas com os fregueses.

A disposição dos alimentos nas bancas é, antes de tudo, um traço específico de cada feirante, que procura uma composição das formas dos alimentos e de suas cores que insira o freguês em uma experiência estética particular e primeiramente visual. Neste arranjo, a maior parte dos alimentos é apresentada para o freguês em pequenas quantidades – se comparada às feiras livres no Brasil – dentro de pequenas caixas ou cestos de vime, nada que impeça o tato, mas que garanta uma ordenação de cores e formas, potencializando a beleza do produto. Um morango precisa ser admirado, assim como framboesas, cerejas, melões e mesmo alfaces, tomates, berinjelas e alcachofras antes de tudo por suas formas, visualmente. Esta apresentação dos alimentos como se fossem pequenas obras de arte, ou artigos caros em uma vitrine, tem características diferentes em cada banca, mas segue em princípio a ideia da reunião de alguns produtos em pequenas quantidades, combinados com outros também em pequenas quantidades. Assim podemos ver lado a lado algumas caixas de morangos, seguidas de cerejas dispostas quase que livremente sobre a banca, contidas por mais caixas de framboesa. Em seguida, cestos com berinjelas, abobrinhas e pimentões. Também fazem parte os espinafres, as vagens e as cenouras, tudo ocupando um devido lugar. Essa organização dos alimentos em caixas e em pequenas quantidades exige que os feirantes procedam a rearranjos constantes, à medida que os fregueses compram alimentos, deixando seus espaços vazios na banca. A banca sempre bem organizada e com uma ótima apresentação dos produtos, valorizando suas cores e formas, faz parte do ritmo de trabalho dos feirantes e principalmente de sua forma de relação com os fregueses.

Essa feição do *Marché Maubert*, expressa na potencialidade das formas estéticas dos alimentos, é seguida de diversas maneiras em outros *marchés* parisienses. Uma organização em pequenas quantidades, um saber sobre cada alimento, suas origens e características, as formas como podem ser preparados, conformam uma ambiência de mercado também marcada pelas sonoridades dos anúncios, pelas conversas de corredor entre vizinhos, pelos carrinhos de feira e sacolas que perambulam pelo *marché*, gestos que também encontramos nas feiras livres no Brasil.

Essa forma de apresentação dos alimentos como obras de arte, que vemos em alguns *marchés* parisienses, falam de Paris e de sua estética urbana, mas falam também do mercado como um arranjo social urbano (Rocha, 1994) que não é específico de Paris, mas compartilhado em muitas cidades do mundo, em suas diversas feições. Repousa no interior dessas práticas de manipulação da matéria do alimento, seja na forma como feirantes aderem a uma estética

para a banca e para o mercado de rua, seja nos gestos de compra, a tessitura de laços sociais pautados em trocas que são simbolizadas pela compra e venda de alimentos, mas que não se reduzem a isso. Nesse sentido, a forma de organização e disposição dos alimentos nas bancas dos mercados de rua é fundamental, pois revela um convite aos gestos de compra e configura-se como uma maneira de comunicar algo ao outro. Com muitos alimentos ou com poucos, organizados ou displicentemente dispostos, esta estética da ordenação dos alimentos media a tessitura do laço social que se estabelece nessas práticas de mercado.

Em Paris, entre o XI^{ème} *arrondissement* e o XX^{ème} *arrondissement*, as sextas-feiras pela manhã, nos deparamos com um enorme *marché*, bastante diverso do *Maché Maubert*. O *Marché de Belleville* expressa as características do espaço urbano que o abriga, sendo uma das principais a grande diversidade étnica de seus habitantes, bem como, em alguns casos, as precárias condições de vida e baixa renda, embora não seja considerado como periferia, ao menos nos moldes brasileiros.

Este *marché* ocupa praticamente toda a extensão do *Boulevard de Belleville*, com aproximadamente 700 metros de feira livre onde também se encontram todo o tipo de produto, desde roupas até alimentos, passando por toalhas de mesa, utensílios de cozinha, etc. Claro que, em uma cidade como Paris, um *Boulevard* não “fecha” para que aconteça uma feira, como é o caso de algumas ruas em Porto Alegre e mesmo São Paulo, então ela é montada em uma espécie de “canteiro” (como chamaríamos no Brasil), entre as duas vias do *Boulevard*. Isso significa um espaço estreito entre os dois lados de bancas, mais ou menos dois metros, formando um corredor para os fregueses circularem enquanto fazem suas compras.

A primeira vez que entrei neste *marché* tive a impressão de estar no Brasil, pois suas formas se aproximavam muito da estética do mercadão. Além de uma ocupação constante do espaço sonoro, ou seja, muitos e muitos anúncios ao mesmo tempo, muitos deles feitos em outras línguas que não o francês, as bancas também correspondiam à estética da abundância que adota o mercadão, compostas de grandes quantidades dos mesmos produtos. Os alimentos não estão arrumados em pequenos cestos, mas dispostos em cima da banca e apresentam preços consideravelmente mais baixos do que *marchés* de outros bairros, o que se associa aos tipos de compras que são realizadas ali, geralmente em quantidades grandes para famílias numerosas.

Mulheres com carrinhos de feira ou de bebê, crianças, velhos que mal conseguem se movimentar ao longo da feira, árabes, africanos, orientais, judeus, franceses, é claro – identificados como tal por suas vestimentas e maneiras de falar – todos compondo a ambiência do lugar, se encontrando no corredor, se esbarrando, resmungando e escolhendo suas compras da semana. Este movimento nos corredores de mercados de rua, sejam eles labirínticos, quadrados ou retilíneos, podem ser percebidos como uma forma que

se molda ao longo de um dia de feira, nas escolhas de trajetos e percursos de escolha no interior do mercado. Uma forma orientada pelos ritmos cíclicos que, conforme afirma Durand, filia-se à luta contra a “dissolução do tempo” (Durand, 2001), no qual o alimento simbolicamente marca a construção de laços com a própria cidade, fazendo perpetuar a existência dessas pessoas.

Como o exemplo do mercado de Belleville, outras feiras livres nos *arrondissements* de Paris se adéquam a sua clientela formada de moradores de bairro, além dos turistas. Ao norte da cidade, os mercados lembram a imagem bíblica de uma torre de Babel com predominância de africanos na venda dos produtos. No 16^{ème}, a demanda por produtos “originais” que tragam a aura da *France profonde* com queijos tradicionais, produtos franceses *de souche*, demonstra estarmos em um bairro de forte distinção social e arraigado às tradições francesas. Assim, os mercados de Paris vão moldando suas fruições estéticas às formas sociais de pertença. Desse modo, é possível multiplicar as imagens de mercados de rua na cidade de Paris, identificando estes espaços com a estética do *quartier* que os abriga: *marché Place d’Italie* e a grande quantidade de fregueses e feirantes orientais, além dos cheiros peculiares de sua culinária expressos nas bancas de lanches; a efemeridade dos *marchés* das zonas centrais que representam diferentes ritmicidades; a intimidade dos pequenos *marchés* do XIV^{ème} *arrondissement* ocupando pedaços de calçadas e esquinas, conformando as múltiplas feições dos mercados de rua da cidade.

Dos arranjos que duram

Seja em Porto Alegre, São Paulo ou Paris, esta ambiência de fruição estética dos mercados de rua está fundada na multiplicidade de formas as quais os simbolismos cíclicos do alimento podem assumir em arranjos sociais que falam da própria vida urbana, em suas diversidades e complexidades. Derivam das adesões de seus habitantes a diferentes conjuntos de imagens e de maneiras de tecer este laço social. Perpassando os arranjos sociais e a fruição estética das feiras etnografadas, pode-se sugerir que esta dimensão simbólica elabora pistas sobre a “duração” (Bachelard, 1988) dessas práticas sociais no interior de uma vida urbana, narrando nas ambiências, gestos, itinerários (Eckert e Rocha, 2005), nas artes de fazer de seus habitantes, os arranjos sociais a partir dos quais o corpo coletivo se produz e se dá a ver. Para Michel Maffesoli (1988) as ruas são o habitat da coletividade, nos quais toma expressividade em diversas feições o desejo de participação em um corpo coletivo que carrega “as imagens e símbolos de uma civilização” (Durand, 2001). Imagens e símbolos que estão veiculados pelos gestos ordinários e cotidianos de fazer a feira, por exemplo. Neste sentido, compartilhar de uma determinada ambiência de mercado, onde a matéria do alimento e os gestos que engen-

dram são o elemento principal do *voulour-vivre* coletivo, faz parte de celebrar a vida cotidiana como expressão de uma cultura. Estes fenômenos moventes – que colocam a vida social em movimento – são integradores do indivíduo em uma “globalidade cósmica” (Maffesoli, 1996) na medida em que constituem uma dimensão sensível da vida social.

Essa dimensão sensível que leva Gaston Bachelard, como um habitante da cidade de Paris, a declarar que o *Marché Maubert* “*est mon petit village*”⁷. É esta ambiência relacionada aos sentidos compartilhados coletivamente, criando relações afetivas entre as pessoas e com o próprio espaço, que transforma o *Marché Maubert*, situado em um *coin* do Boulevard Saint-Germain, no *petit village* de Bachelard, ao mesmo tempo em que o vincula simbolicamente aos mercados de rua de Porto Alegre ou São Paulo, por exemplo. A dinâmica de uma “vida das ruas” (Sansot, 1985) que se transformam nos espaços de compra e venda, de trocas sociais onde os próprios objetos da troca não permanecem os mesmos: os alimentos pouco a pouco amadurecem, se transformam, o dinheiro e as moedas mudam constantemente de mãos, sofrem os efeitos deste manuseio. Nessas cidades, aparentemente tão diversas (Porto Alegre, São Paulo e Paris), a circulação do alimento, os simbolismos que veiculam e os gestos que demandam se fazem presentes sob diferentes feições na vida das ruas, em que se celebra a dimensão cósmica de um viver urbano coletivo.

Na investigação desta ambiência de mercado compartilhada por seus feirantes e frequentadores, a interrogação que orienta toda a pesquisa repousa principalmente sobre o fato de que estas diferenças na composição estética do espaço falam na verdade das formas como um mesmo conjunto de imagens – no caso as imagens relacionadas ao alimento e sua potência de narrar uma temporalidade cíclica – são elaboradas para configurar o mercado enquanto um arranjo social da vida urbana. A estas diferentes “formas de expressão estética” (Rocha, 1994) adotadas pelos mercados de rua estão associados gestos e simbolismos comuns no sentido de um “trajeto antropológico” humano. Não significa que os mercados de rua sejam todos os mesmos, mas sim que são o resultado do agenciamento desses gestos e símbolos culturalmente, guardando, portanto, as formas expressivas particulares de cada sociedade.

As feições da ambiência do mercado de rua, fundadas nas imagens dos alimentos em grandes ou pequenas quantidades, que são organizados em cestos ou livremente em cima das bancas, referem-se à celebração de uma “regeneração periódica do tempo” (Durand, 2001) vivida pelos habitantes da

7. Durante entrevista realizada para o documentário *Bachelard Parmi nous ou l'héritage invisible* (Bringuier, 1972), Bachelard fala de sua experiência cotidiana no *quartier* em que vivia, nas proximidades da Sorbonne e de sua adesão ao *marché Maubert*. Quando assisti ao documentário já havia começado meu trabalho de campo neste *marché*.

cidade que aderem a estes espaços. Compartilhar desta ambiência e desfrutar dos prazeres que o alimento proporciona – concretamente e simbolicamente – significa uma maneira peculiar de viver a cidade, de estabelecer laços, de se perpetuar cotidianamente. O mercado, nesse caso, marca uma condição temporal urbana calcada no “drama mítico da morte e do renascimento” (Durand, 2001) na forma como transforma o espaço da rua no cenário da ritualização deste drama. É claro que esta dimensão dos mercados como forma de ritualizar o tempo não é universal, ou seja, não são todas as cidades que comportam ou aderem a este arranjo social. Da mesma forma, a adesão ao mercado não é feita por todos os seus habitantes. Trata-se aqui de refletir justamente sobre o mercado como um arranjo social e coletivo presente nas “cidades moderno-industriais” (Velho, 1980) que ao se estabelecer cotidianamente nas ruas da cidade, coloca em movimento os simbolismos da circulação do alimento.

O fato de estar trabalhando aqui com os arranjos sociais de mercado em cidades diferentes e que passaram por “processos sócio-históricos” (Oliven, 2007) também diferentes que acabaram por influenciar suas formas de viver, exige um distanciamento no sentido do não encompassoamento destas cidades em uma mesma ritmicidade temporal. Segundo Ana Luiza Carvalho da Rocha (2007) as cidades brasileiras vivem o tempo na dinâmica de uma constante dissolução, que aparece representada nas transformações urbanas que assolam os espaços da cidade. Esta seria a marca de uma “estética da desordem” (Rocha, 1995) e do caos apoiada no refazer constante da vida urbana – pelos “processos de destruição e reconstrução” (Rocha, 2007) – onde “as paisagens urbanas no Brasil só podem se perpetuar caso seus habitantes as reconquistarem cotidianamente em seus sonhos e devaneios” (Rocha, 2008, p. 6). Nisso, a cidade brasileira diferencia-se das cidades europeias. Para a autora, a sociedade brasileira é marcada por “um tempo descontínuo para a duração do corpo coletivo” (Rocha, 2008, p. 6) como expressão de si, o que não se dá com outras sociedades, que têm como marca temporal outras características.

Aderindo a esta forma de pensar o tempo e a cidade, a proposta deste ensaio em reunir as imagens de mercado destas cidades – Porto Alegre, São Paulo e Paris –, e mesmo de tantas outras que habitaram os pensamentos da antropóloga durante a pesquisa, direciona-se justamente à emergência dessa ritmicidade cíclica no interior da vida urbana para compreender o gesto humano de viver e pensar o tempo, nesta forma com que ele se apresenta nos arranjos sociais de mercado. Uma ritmicidade que é vivida e compartilhada no cotidiano dos habitantes da cidade e que, portanto, só passa a ser “compreensível” ao aderirmos a ela. É vivendo e compartilhando ambiências de mercado, aderindo aos simbolismos cíclicos dos alimentos que tenho condições, como antropóloga, de narrar estas imagens. Condição que deriva da realização de uma “etnografia de rua” (Eckert e Rocha, 2002), não apenas como possibilidade de inserção em campo, de descoberta desta vida

cotidiana e de escuta do outro, mas principalmente também como parte deste arranjo social e coletivo urbano. Nesse caso, não resta dúvida de que foi a etnografia de rua que me possibilitou construir uma relação diferenciada com os informantes desta pesquisa, revelada na adesão a circulação da palavra em determinadas bancas, ao perambular pelo mercado, na escuta atenta de suas sonoridades, a adesão enfim a esta forma expressiva do corpo coletivo urbano. Nesse caso, ter a etnografia de rua como uma das formas de se investigar a cidade, percorrendo seus recantos, reconhecendo lugares e pessoas, nos coloca diretamente em contato com uma “poética do cotidiano” (Sansot, 1985) vivida por seus habitantes em todos os seus trajetos e fazeres mais simples.

CAPÍTULO 7

A POÉTICA DO VIVIDO: UMA ETNOGRAFIA DO COTIDIANO NA CIDADE BAIXA PORTO ALEGRE/RS

Flávio Leonel Abreu da Silveira

O bairro, o edifício, as esquinas...

“Os dias passam ao lado
o sol passa ao lado
de quem desceu as escadas...”

Com Ansiedade – Francisco Alvim

O Bairro Cidade Baixa é uma área de Porto Alegre que resguarda parte significativa da memória das populações negras no espaço urbano da capital gaúcha, e também da boemia porto-alegrense, ou ainda, de certos estilos de vida que ao longo do tempo – na medida em que a dinâmica de ocupação e de transformação do local foi ocorrendo – possibilitaram que tomasse as feições que adquiriu na atualidade. A isso se relacionam as sucessivas modas que imprimiram características diversas às paisagens urbanas, seja nas formas que a arquitetura revela através dos muitos estilos das construções que convivem entre si, configurando um conjunto de cenários singulares, seja pela diversidade de atores e grupos sociais que transitam pelo bairro, onde a estética ligada ao vestir, por exemplo, revela comportamentos e formas de sociação (Simmel, 1983) entre grupos que se alteram com o tempo pelo fato de estarem vinculados àquilo que seria próprio de cada época por ser capaz de indicar elementos da dinâmica urbana existente naquele contexto.

Sendo assim, os personagens urbanos que constituem o corpo social que pulsa no bairro trazem consigo uma maior ou menor inserção nele e, por isso, graus diversos de permanência no local. Tal movimento engendra processos microscópicos de interação, fazendo com que os sujeitos em interação ocupem nichos específicos – aqui, a relação com a ecologia é direta, daí a ideia de uma ecologia urbana –, no sentido de desempenharem papéis importantes

na dinâmica do bairro. As relações por serem da ordem do simbólico demarcam espaços do habitar, da labuta, do lazer, da busca do alimento, entre outras possibilidades. Portanto, há um óbvio caráter relacional – e porque não, ecossistêmico –, de interação proxêmica (Hall, 1977), de diálogo e permuta entre diversas instâncias das práticas sociais que são possíveis naquele espaço citadino.

A Cidade Baixa, nessa perspectiva, é parte do mundo urbano que traz em si uma dimensão polissêmica (e polimórfica) na qual grupos circulam e interagem: do menino de rua que cheira loló sentado no muro de uma casa ao punk tatuado e repleto de piercings que exhibe sua cabeleira espetada; do rastafári de longas tranças que compra pãezinhos ao lado da vovó em uma padaria de classe média; dos taxistas que se agrupam em torno de seus automóveis à moradora de rua que sorri banguela para mim, sentada na calçada junto a seus pertences. Há, assim, um universo cultural extremamente rico e promissor no que tange à produção de formas peculiares de relações sociais e de sociabilidade (Simmel, 1983) no contexto citadino.

Os atores sociais que por ali circulam, ao apresentarem inserções variadas na paisagem do bairro através de suas ações cotidianas, imprimem uma dinâmica que se constitui de cenas singelas e comuns pelo fato de que transitam no local como personagens em deriva através das ruas. Aqui, é preciso deixar claro, que tal dimensão da vida urbana é percebida no sentido de uma cidade que se configura também no andar, ou seja, na deriva citadina e naquilo que a rua oferta em termos de possibilidade de experienciar a esfera do público: do deslocamento que pode representar apenas uma espécie de circulação por bares ao trânsito de um bairro a outro –, e também, enquanto espaço do vivido que resguarda certa fixidez dada na convivência, na construção das redes de relações e produção de expressões culturais na cidade.

Então, é nesse jogo de ir e vir, de permanecer e se lançar, ligado, por vezes, a uma indiferença que se concretiza na velocidade dos corpos em deriva, na experiência do encontro aliada a satisfação resultante da conversa amigável, no diálogo quando se comenta as amenidades ou a crueza do vivido, que os atores sociais se entregam de alguma forma à “aventura” urbana que os seus trajetos cotidianos (e as trajetórias individuais que a eles se conectam) tendem a configurar como potência ligada ao formismo social, como o possível na construção da vida urbana (Simmel, 1983; Maffesoli, 1994; Velho, 1994), deslocamentos que eu aderi neste exercício de etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2002). Sendo assim, do homem na multidão de Poe, a percorrer os meandros da cidade de maneira a vivê-la na sua intensidade (misteriosa, resguardando certos perigos), ao olhar blasé apontado pela perspectiva simmeliana ou, do flâneur que se encanta com os cafés e restaurantes (como Baudelaire e Gautier), cuja importância Benjamin (1985) nos lembra quanto à percepção sutil de uma estética citadina, temos que a cidade na sua dinâ-

mica de imagens também pode conter laços afetuais, pontuais, como coloca Maffesoli (1987). Há, assim, um formismo peculiar e criativo aderido a um estar junto em interação: a cidade existe enquanto cenário cuja poética ao oferecer-se ao olhar que se encanta e se entrega a sua sutileza, permite que a observemos como um corpo complexo gerando ordens a partir do que se apresenta de certa forma, a um primeiro olhar, como caótico.

Vislumbro a Cidade Baixa como morador do bairro que, ao longo dos últimos dois anos⁸, acompanhou com maior ou menor intensidade a sua dinâmica cultural, portanto, como um ator social que integra essa paisagem que é significativa dentro da geografia urbana da cidade de Porto Alegre. Minhas observações acerca do bairro estão relacionadas ao estranhamento do familiar como uma forma de estabelecer o distanciamento metodológico que permite lançar um olhar atento sobre aspectos da vida social presentes em tal contexto, de “exoticizar” o familiar – e exercer o *anthropological blues* que aponta Da Matta (1978), seguindo os ritmos e os tons para fluir entre as formas que a cidade oferta quando se realiza um mergulho em sua poética –, de maneira a perceber a riqueza existente no cotidiano *na/da* cidade.

É possível experimentar aquela que é uma questão fundamental colocada pela Antropologia Urbana produzida no Brasil, especialmente, através dos trabalhos de Gilberto Velho (1981, 1989; 1994), e também de outros antropólogos, ou seja, de que o antropólogo deve ser capaz de interpretar os acontecimentos que são significativos a fim de realizar uma tradução da vida social nas cidades brasileiras. Para isso, é preciso estar atento aos fenômenos sociais relacionados à produção de heterogeneidade cultural, bem como à configuração de arranjos sociais singulares que são próprios do contexto urbano, considerando a complexidade de sentidos que são gerados nas várias ambiências que o constituem e que Porto Alegre, enquanto um *locus* privilegiado não representa uma exceção.

O fato de morar em um edifício que é uma espécie de “balança” – ele mesmo consistindo em um cenário interessante de diversidade cultural – faz com que experiencie o rico universo cotidiano de uma cidade como Porto Alegre, naquilo que ela possui de peculiar em seus espaços de sociabilidade; de produção de formas singulares de interação social e de conflitos; de tudo o que o meio urbano na sua intensa agitação e acomodação de imagens e sentidos denuncia nas manifestações dos grupos sociais. Dessa mescla, através de uma alquimia original, resultam práticas sociais diversas que podem representar o belo existir das formas na associação de pessoas, ou

8. A pesquisa de campo que deu origem a este artigo foi realizada em 2000 no âmbito de disciplinas no PPGAS/IFCH/UFRGS, proferidas pelas professoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert. Porém, as observações mais sistemáticas acerca do bairro referem-se aos anos de 1999 e 2000.

o perverso que emerge das ações humanas quando se toma a arena social como um campo de batalha.

Portanto, o edifício Spartacus onde moro, com 261 apartamentos e, pelo que me informaram, construído na década de 60 para ser um hospital, está localizado no aglomerado de prédios comerciais e edifícios de moradias que compõe a quadra localizada entre o Largo da EPATUR e a Rua da República. É exatamente nesse ponto do bairro que está localizada a Padaria Suíça que é a ambiência na qual busco acompanhar certas práticas ligadas ao mundo do trabalho, e também formas bastante peculiares de sociabilidade no bairro Cidade Baixa. Entre o edifício Spartacus e a padaria existe, primeiramente, o diretório de um candidato a vereador pelo PT. Como este, há pelo menos mais dois que distam uma quadra – a inauguração recente do espaço representou uma movimentação na área, com a presença de balões vermelhos, cartazes e pessoas com adesivos do candidato aderidos à roupa –, em seguida, existe uma lotérica e, finalmente, a padaria. Trata-se, mais especificamente, de um estabelecimento situado na altura em que a Rua Sarmento Leite desemboca na Avenida José do Patrocínio.

A padaria

“O ritual diário (...)

me lança fora”

João Carlos Pádua

A Padaria Suíça tem as cores nacionais desse país na sua decoração, pois os azulejos brancos contrastam com os detalhes vermelhos entre eles, a placa que anuncia o nome do estabelecimento também tem a mesma coloração, figurando desenhos de *croissants*. Augusto, um dos dois sócios do estabelecimento, diria certa vez, que o nome Suíça é em homenagem aos seus antepassados, mais diretamente ao seu avô que migrou desse país para o Brasil. Ele também é uma espécie de migrante, pois é curitibano – antes fora dono de um hotel na Rua Barros Cassal que se chamava Curitibano – e, segundo ele, já foi dono de nove restaurantes, além de ser proprietário de um Pesque e Pague localizado próximo à cidade de Barra do Ribeiro – inclusive, mostrou-me uma série de fotografias do local.

11



A padaria é bastante simpática, sendo que a brancura excessiva dos azulejos salta aos olhos, dando uma impressão de assepsia, e o contraste com o vermelho dos detalhes torna o conjunto agradável ao olhar. Logo que se entra no estabelecimento depara-se com os balcões envidraçados que comportam os quitutes – doces e salgados – que ficam à mostra, como se oferecendo a quem chega; sobre os balcões uma infinidade de caixas multicoloridas de diversos produtos anuncia as possibilidades de consumo, em outros balcões mais à esquerda, os laticínios e fiambres resguardam-se sob o vidro geralmente úmido, refrigerado. Sobre eles *croissants*, pãezinhos de todos os tipos e formatos permanecem também como que se oferecendo, roliços, ao olhar. Atrás do balcão, entre o espaço de circulação e a parede, há uma espécie de armário que lembra aqueles de armazéns antigos onde os pães misturam-se caóticos.

À esquerda ainda, estão empilhados os leites tipo longa vida, ao lado, a caixa registradora permanece como o espaço no qual a permuta ocorre, no

qual a circularidade do dinheiro se evidencia como interação social. Esse é o lugar por excelência dos donos do estabelecimento, não que eles permaneçam presos ali, mas, geralmente, se encarregam dos pagamentos dos produtos (com exceção de Sabrina, uma das funcionárias, não vi outra pessoa realizar tal tarefa); ao lado da caixa registradora existe um *freezer* no qual os refrigerantes ficam à mostra. À direita, há outro *freezer* que define um espaço exíguo onde se encontram quatro conjuntos de cadeiras e mesas de plástico, brancos e leitosos, no qual os frequentadores permanecem realizando seus lanches. Finalmente, junto às paredes que delimitam a entrada da padaria existe um *freezer* e uma máquina caça-níqueis com algumas figuras meio monstruosas e luzes que se movimentam (talvez em sentido horário). Próxima ao vão de entrada, mas à direita, uma grande janela apresenta o interior ao passante.

O cotidiano na padaria

Dado o aspecto pontual, microscópico e situacional de minhas observações – que ocorreram no mês de julho –, a forma que encontrei de narrá-las relaciona-se com a minha preocupação de não torná-las uniformes demais. A meu ver, mesmo que existam padrões e comportamentos que se repetem cotidianamente, há, por certo, uma singularidade em cada acontecimento, resguardando assim algo de novidade que a repetição não consegue eliminar. Sendo assim, ficaria muito linear se me propusesse a construir uma narrativa etnográfica de maneira que esse rico universo aparecesse como um texto acabado.

Portanto, parece-me mais interessante apresentar tais observações sob a forma de tópicos que oferecem uma ideia da dinâmica pontual, das relações efêmeras, das trocas de palavras e olhares que em conjunto – e em um sentido mais amplo, abarcando certa heterogeneidade – dão o tom da dinâmica no interior da padaria pesquisada por mim.

Sigo, dessa forma, o exemplo de Hélio R. S. Silva em seu brilhante livro, intitulado “Outras Cariocas” (Silva, 1996a), no qual o autor se utiliza de asteriscos em dado momento para estabelecer reflexões (e mencionar certas impressões de sua vivência no campo). No entanto, aqui me proponho a utilizar esta estratégia como um recurso estilístico, e também, como uma forma de lidar com aquilo que se denomina “fissuras intertextuais”. Parto do princípio que a quebra do texto o constitui enquanto tal.

Do olhar

Privilegio a manhã em minhas observações etnográficas pelo fato de que o ato de tomar café nesse período do dia reveste-se de um sentido outro que entendo ter relação com um tipo de ação culturalmente apren-

dida – um hábito matinal. Portanto, trata-se de uma forma de lidar com o cotidiano que está relacionado a certas práticas consideradas importantes no processo de socialização das pessoas, desde as relações familiares. A partir da infância, o café da manhã nos é colocado como uma prática cultural que nos constitui como sujeitos que lidam com determinadas técnicas corporais e etiquetas, com um tipo de interação comensal que é culturalmente engendrada. Trata-se da primeira refeição do dia e, certamente, apresenta importância variada para cada pessoa que a põe em prática.

Em uma manhã fria, um pouco escura ainda, aproximadamente sete horas e quinze minutos, estou sentado como de costume junto à mesa tomando uma taça de café preto. Existe um clima de camaradagem no ar e estão presentes no local: Fabiane, a funcionária que atende no balcão (sempre preocupada com a execução de suas tarefas); Augusto (um dos dois donos que está junto à caixa registradora) e dois senhores. Um deles, muito magro, está sentado, permanecendo em silêncio (por vezes meio cabisbaixo, lançando um sorriso com a boca semiaberta), porém, atento ao discurso do outro que, em pé, gesticula e fala com eloquência em um tom bastante alto. Há certa teatralidade no espaço, o que imprime um clima jocoso e, diria, risível à cena – dada a performatividade presente no jogo de palavras, acompanhadas de expressões faciais e certos movimentos do corpo que o sujeito executa.

Meu diálogo com o grupo se dá através dos olhares e dos sorrisos que lanço, na medida em que me envolvo enquanto coparticipante na interação que ali ocorre, pois de alguma forma me introduzo na conversa entre amigos, como uma espécie de estranho que é familiar, uma vez que faço parte do cenário em certos momentos do dia e que também sou um cliente do estabelecimento. Em um determinado instante o senhor que está em pé me pergunta o que faço. Ao dizer que estudo Antropologia na UFRGS ele se mostra atento, dizendo que a Antropologia é interessante e que tem um sobrinho que estuda na UFRGS, mas que “já tá tanto tempo que vai (...) aquilo? (...)”, ser jubilado, afirmo. “Isso!”, concorda.

Digo ainda que sou professor – talvez para me justificar perante o grupo, por saber que há uma visão por parte de determinadas pessoas, que associam o “apenas” estudar como coisa de vagabundo. Em seguida, diz ser casado com uma professora aposentada, doutora (ele também teria sido professor de matemática), que, segundo sua afirmação, recebe uma aposentadoria mais elevada que a dele, também um ex-policia civil. A partir de tal constatação, faz uma reflexão sobre a ética na polícia e, prontamente, diz que não fala para ninguém que se aposentou como policial. Depois, rindo, aponta para o que está sentado “E tu também!”, seguindo-se então algumas gargalhadas do grupo. Trata-se de uma questão banal, diria, que comum, mas prenhe de sentidos, na

qual se percebe a existência de uma cumplicidade que permite uma reflexão bem-humorada das vicissitudes cotidianas a partir do que há de risível nelas.

Outro dia encontro o mesmo senhor falando com outro homem, um negro que toma café tranquilamente. Inicia-se um diálogo meio tenso entre eles, percebo que foram colegas na polícia pelo fato de que comentam acerca do trabalho que realizaram. O homem negro meio irritado manda que ele pare de falar alto acerca do passado de policial dele: “vai negar isso!”, diz o senhor ao outro, enquanto dá um cigarro a ele. Afastam-se meio estranhados.

A manhã está quente, ensolarada, estou junto ao balcão. O senhor sentado, com certa idade traz um chapéu na cabeça, Fabiane se aproxima e cochicha no meu ouvido: “não gosto de atender aquele senhor, ele fede!”

Ontem, Fabiane (o nome foi sugerido por ela) estava com dor no corpo, seu rosto externava sinais de sofrimento. Uma torção em seu tronco, ou tórax, não sei ao certo. Mesmo assim, passava com o auxílio da vassoura um pano úmido no chão. Em algum momento externou sua dor ao grupo. Augusto que conversava com Marcos, o outro sócio, fez alusão em tom jocoso que teria se machucado na cama durante o ato sexual – seguiram-se risos no grupo. Ela, um pouco encabulada, mas sorrindo, responde que teria sido na cama, mas não daquela maneira.

Uma das funcionárias que trabalha no balcão é Sabrina (o nome foi sugerido por ela), a cigana. Sempre de vestido longo e rodado, com grandes brincos nas orelhas e muitos anéis nos dedos. Mantém uma sensualidade no olhar, envolvente, sutilezas muito próprias da sedução de uma mulher madura. É bastante simpática no atendimento aos fregueses, dá um tom íntimo à fala quando interpela o quase sempre indeciso comprador: “o que você quer querido (a)?”

Certo dia mostrou-me no balcão as suas fotos vestida de Tiazinha – maiô e meias negros, cintas-ligas, saltos altos, o chicotinho e a máscara – uma pose sexy, silhueta bem desenhada, seios fartos e nádegas redondas, formas orgânicas no cenário montado para a fotografia. Ela me lembrava mais o tipo de sensualidade de uma Chacrete do que a da Tiazinha. Em outras fotos, em trajes menos íntimos, mas nem por isso menos erotizada, olhava com firmeza para a câmera – uma beleza exótica em um clima cafona – cortinas na cor vinho, muito longas e com detalhes, se não me engano, em dourado, alguns objetos ao fundo. Além das fotografias que tinha tirado em um determinado

hotel (que pertencera a Augusto), havia fotos de família, imagens de seu universo doméstico: “tenho seis filhos e sou avó!”, exclamou naquele dia.

Pela tarde, passei na padaria para tomar o meu café. Augusto, como de costume, quieto junto à caixa registradora. Em algum momento reclamou de cansaço. Fabiane parecia mais animada, ria muito. No entanto, disse que ainda sentia dores no tórax.

Fabiane e Sabrina, atrás do balcão riam animadas. O motivo dos risos escapou-me, mas, certamente, tratava-se de algo que a primeira falara. Ela estava elétrica naquele dia: Sabrina, debochada, dizia que ia dar um Gardenal para Fabiane tomar.

Hoje, segunda-feira, o senhor ex-policial passou na frente da padaria, ao ver-me através do vidro da grande janela, cumprimentou: “Oi professor!”

Um operário, provavelmente de alguma obra das proximidades, lanchava em uma das mesas. Augusto acertava preços com uma mulher, talvez o preço do presunto. Ela, por sua vez, enquanto falava, batia com a caneta no papel, meio senhora de si, um quê de mulher moderna na sua postura, algo como a vendedora competente de alguma distribuidora de produtos alimentícios, bem situada no mercado. O dono da padaria se afasta para atender alguém na caixa. Só, parece refletir sobre os produtos e os preços; maneja a calculadora, confere listas, verifica figuras: autossuficiente. Maurício, um dos funcionários, aproxima-se meio inconveniente, forçando um diálogo com ela, faz uma pergunta acerca do preço da “copa”. Ela pergunta: “fatiada?”. Procura o preço e diz. Não dá atenção a ele.

Seu Vítor, o ex-policial, passa em frente à padaria, lança um olhar para o seu interior, mapeia o espaço como quem perscruta o seu território, como quem conhece os detalhes da ambiência e os atores que por ali transitam. Retorna, mas desta vez se aproxima da porta: a entrada da padaria torna-se um local para jogar conversa fora com um amigo do bairro, Paulo, o funcionário do edifício em que moro e seu Jorge, o ex-porteiro do edifício – o aperto de mão e a saudação sorridente. Aproxima-se outro homem. Desenrola-se um diálogo que me escapa, não consigo ouvir devido ao barulho e à intensidade das falas.

Seu Vítor sofre de insônia. Ouvi dizer que às quatro da manhã já está em pé. Segundo ele, por vezes, sai pelas ruas: “os bandidos nessa hora já foram pra casa!”

A bicha mulata está ali, tem um visual que poderia dizer-se (pós-)moderno, discreta, cruza a perna – um ar feminino, nitidamente afetado – lancha com uma colega do instituto de beleza em que trabalha. Levanta, dá uma volta, quase pirueta, olha os doces. Volta e senta com a amiga. Tem a voz com aquele tom efeminado, característico de alguns *gays*, quase um diacrítico, como um sinal anunciando um tipo de identidade homoerótica.

Seu Jorge sentou comigo esta manhã para tomar um cafezinho. Acabei descobrindo que ele também é capilé, ou seja, nós dois nascemos em São Leopoldo. Seu Jorge vive há muitos anos em Porto Alegre, mas até bem pouco tempo votava naquele município e, segundo ele, teria sido colega de um dos atuais candidatos à prefeitura da cidade. Conversamos sobre o aumento da violência no Vale do Rio dos Sinos e as suas relações com os problemas no setor coureiro-calçadista.

Sabrina, sempre muito dinâmica, limpa o balcão de vidro com um pano: observa, realiza metódicos movimentos circulares com o pano; percorre com a mão as distâncias de uma ponta a outra como quem conhece aquele percurso rotineiro, os segredos daquela superfície, a execução do trajeto. Imprime a força necessária para destituir a possível sujeira do panorama que deflagra os doces.

Maurício e os demais se movimentam sem parar atrás do balcão. Há um intenso movimento também do outro lado do balcão, uma circulação de pessoas quase enlouquecida no interior da padaria. Os funcionários percorrem o espaço que lhes cabe atendendo as solicitações dos clientes: recolhem os pães (cacetinhos) em uma espécie de armarinho onde permanecem amontoados, pegam produtos dentro do balcão que mantém refrigerados os objetos perecíveis. A ação quase mecânica de ensacar os alimentos e pesá-los resguarda certo estilo, pois cada um o faz a sua maneira: Maurício quer mostrar eficiência e rapidez no atendimento; Sabrina sempre simpática sorri para os fregueses, ao pesar os produtos olha para eles com certa “distância”; Carminha mais lenta, mas sempre disposta, parece realizar suas atividades de forma

centrada, como se estivesse profundamente envolvida com as suas atividades. Fabiane, que não estava ali naquele momento, mas que vale a pena comentar é mais alegre, tem uma dinâmica e certa agilidade na execução de suas atividades, o que parece ser reflexo de sua jovialidade. O conjunto é harmônico, a funcionalidade evidente.

Hoje, ao entardecer, reencontrei Mariana que resolvera “pedir as contas” na padaria, porque seu tio que é alfaiate há muitos anos no Tovah resolveu conseguir-lhe um emprego. Muito falante e, diria um tanto libidinosa, a jovem falava uma série de coisas ao seu respeito (que é casada com um homem da minha idade, por exemplo). De repente, Augusto se aproxima de nossa mesa e entrega a jovem a sua rescisão de contrato. Fiquei um pouco constrangido com aquela intimidade, com a negociação trabalhista que presenciava naquele instante. Mariana não sabia o que significava aquele documento – leu fazendo uma cara de incompreensão –, assinando-o em seguida. Fez questão de me deixar seu telefone.

É interessante observar como o ato de abrir a carteira, tão comum, resguarda peculiaridades, na medida em que implica a existência de certo estilo em abri-la (até porque existem diferentes formatos de carteiras); o ato de vasculhar seu interior com o intuito de triar e recolher o dinheiro necessário para realizar o pagamento; o ato de introduzir os dedos nas repartições em busca de moedas. Tal dinâmica configura-se, por certo, em um conjunto de ações – parecendo tão mecânicas que quase não nos damos conta delas –, as quais assumem formas culturais diversas no interior das camadas médias, ou seja, há diferenças em lidar com uma interioridade banal que é o universo de cada carteira, de reconhecimento de espaços e ordenamentos de documentos, papéis e dinheiro, de valores e hierarquias que se referem à lógica dos indivíduos nas sociedades urbano-industriais.

O bombardeamento de imagens em uma padaria causa certo “atordoamento” nos fregueses, pois a estética dos doces – os seus recheios, as formas e os jogos de cores –, quando se apresentam ao olhar que vaga através do visor, por vezes, desencadeia uma interação dialógica entre vendedor e comprador. A interação dialógica traz consigo um pouco de auxílio-indução por parte do primeiro, na medida em que este dá dicas, verbalizando as qualidades do produto. Por vezes, aponta com o indicador o mesmo (tal movimento pode se originar do comprador), o que direciona e enquadra o olhar daquele que, indeciso, move-se pela necessidade ou desejo de comer, pela saciedade.

Mais do que comer com a boca, há um intenso comer com os olhos: degusta-se simbolicamente o amarelo-ovo dos quindins; a explosão das bombas de chocolate que detonam a enlouquecida salivação das papilas gustativas; os morangos, pêssegos, figos, kiwis que resplandecem brilhantes na aderência das massas e da imaginação de cada um – são coisas materiais, mas são símbolos da delícia gozosa do paladar, do hábito culturalmente aprendido de comer determinados alimentos. E os cremes, todos ali, também entre as massas, unindo-as, são como a representação do cimento que une o trabalho das pessoas na confeitaria, lá atrás, ao prazer daquele que o compra cá na frente. As *mousses* de maracujá também apresentam brilho, literalmente, porque banhadas pelo líquido amarelado deixam à mostra as pequenas sementes da planta: a presença forçosa de uma natureza distante, uma fruta que de alguma forma representa os trópicos no inverno austral.

Os salgados, dos folheados às salsichas enroladas em massas, das azeitonas solitárias coroando certos quitutes. Tudo ali, na sua evidência, denunciam a vontade de comer como uma necessidade e um prazer, como um vício e uma possibilidade. Portanto, a pergunta fatídica de Sabrina – “o que vai ser?” – para o rapaz de cabelos longos que observa hesitante, denota que a possível escolha revela-se um jogo social que mescla o desejo (uma oralidade urgente) e o diálogo, ou ainda certa indução. Ele responde: “Ah, esse tem pimentão, né! Beleza! Então vou levar um!”

A observação dos produtos – sempre panorâmica – de cima para baixo, talvez buscando a totalidade das coisas como elas se apresentam aos olhos, multicoloridas, vibrantes nos seus tons – e, porque não, sabores –, revela uma espécie de dádiva ao olhar que se deleita. Há uma espécie de contemplação dos doces que parece ser quase necessária, mesmo que isso não signifique a compra de um deles, como no caso de um homem que se aproximou do balcão, observou-os atentamente, flexionando um pouco as pernas para olhá-los melhor e exclamou um sonoro “Bah!”. Apesar disso, logo deu as costas e se dirigiu ao outro balcão solicitando um determinado número de cacetinhos, pagou-os e foi embora.

É preciso deixar claro que os doces que se compra são objetos de interesse de muitas pessoas que por ali passaram ao longo do tempo em que permaneceram expostos. Trata-se assim, de produtos cujo ato de comprar que parte de alguém, mostra-se como o eco de muitos outros que, porventura, manifestaram culturalmente algum tipo de reação ao vê-los. No entanto, os doces podem significar dor, ou ainda, a impossibilidade de comê-los. O episódio das adolescentes que observavam as delícias existentes, pondo a mão na

boca em alguns momentos e exclamando “ais”, simulando choro e encostando a cabeça de uma à da outra, devido ao fato, certamente, dos ditames de beleza feminina impossibilitarem que os comessem, dado o seu caráter óbvio de alterar os números da balança. Após o ocorrido, deslocaram-se até o *freezer* e escolheram minipizzas.

Nos momentos em que o movimento diminui há uma intensa sociabilidade entre as funcionárias. Nesse dia, comentavam sobre a estética dos cabelos e faziam menção ao uso de babosa para melhorá-los. Sabrina comentava comigo que havia sido roubada no dia anterior, ou seja, em um bar da esquina da Rua Sarmiento Leite com a Avenida José do Patrocínio, bem em frente à padaria: furtaram o seu *walkman*, enquanto, desatenta, atendia uma chamada em seu celular. Carminha perguntou a ela: “Como tu foi ratear?” Sabrina apenas fez uma cara de descontentamento e logo foi dizendo “Eu não fico sem música!” Fez referência ao fato de encontrá-la diariamente, cedo da manhã, na rua da República “Vindo para o serviço” escutando música. Completaria ainda: “Saio daqui e já boto nos ouvidos!”.

Sabrina não resistiu à falta de música, dias depois do furto comprou um *walkman*, mesmo, segundo ela, não podendo fazer gastos.

Augusto havia falado acerca do apelido de Sabrina – a cigana –, que, segundo ela é de origem. Perguntei se lia as mãos, ao me responder que sim, estendi a minha (“Que mão fofa!”, “Sim né, só ergo caneta!”). De acordo com sua leitura, viverei muito tempo, visto que a linha da vida em minha mão é longa. “E o amor?”, perguntei. “Olha pro lado!”, me respondeu. Disse que no outro dia o grupo usaria uniforme novo, o que de fato ocorreu, “Tudo de branco, tudo fardado!”

Enquanto conversávamos, um homem comia um quindim e tomava café preto, o que me pareceu uma mistura esdrúxula. Ao término da refeição saiu palitando os dentes. Chegaram dois adolescentes, ouço alguém chamá-los de “turma da rapadura”, de fato escolhem algumas delas e as devoram com avidez.

Uma jovem escolhe algo para comer e pergunta sobre os preços. Em algum momento, passam por ela três funcionários de uma transportadora, dois deles uniformizados, um deles que deveria ser o motorista, posto que não

usasse uniforme, exclama ao passar por ela em tom lascivo: “Coisa mais bonita, né!”. Ela se mostra indiferente, atendendo logo depois o seu celular. Eles escolhem os alimentos que logo comem ruidosamente, banhados por suco de laranja que bebem em grandes goles.

Um senhor lê o jornal. Fabiane entrega a ele um sanduíche e um café. Come devagar o sanduíche, a seco. Olhar distante, catatônico, sob os óculos de grau com aro preto. No canto da boca persiste um pouco de nata que escorre, mas ele não limpa. Após comer o pão, toma o café e, ao final, faz uso do guardanapo.

Alguns integrantes do grupo teatral Ói Nós aqui Traveiz aparecem, pedem um café, segue-se um diálogo acerca de uma propaganda do grupo na televisão. Uma menina que os acompanha diz que a assistiu. Os demais comentam que não viram. Pagam e vão embora conversando.

Carminha pergunta se sou pintor, Maurício, noutro dia, perguntaria se eu faço faculdade, digo que sim, “Comunicação?”, pergunta. Afirmo que faço Antropologia e pergunto por que ele acha que estudo comunicação, no que responde: “Ah, por que tem o jeito, estilo!”

Uma mulher acompanhada de uma menina que segura uma caixa de música vende cosméticos e sabonetes para as funcionárias junto ao balcão. Sabrina cheira o pulso (estende a mão para a outra cheirar), comentam algo entre si. Há uma rápida negociação enquanto não aparecem fregueses. Outra mulher paga as compras e, ao receber o troco conta as moedas, colocando-as dentro de um porta-moedas.

“Diz dois números de 1 a 80!”, exclama Carminha sempre sorridente. Respondo 15 e 27. Ri e diz: “Gostei!”. Um pouco depois pergunto o porquê dos números e ela me responde que é para jogar na loto, ou algo do gênero, mas que estava sem palpite. Completa: “Eu nunca jogo!”

Um homem entra assoviando, coloca moedas na máquina caça-níqueis: joga. A máquina faz alguns barulhos, luzes piscam. Sai meio desapontado colocando seu dinheiro em um porta-moedas.

Manhã. Digo a Fabiane que vou tirar fotografias dela naquela semana. Responde rindo que “se tirar foto, queima!”.

Nem todas as pessoas são simpáticas com as funcionárias da padaria, inclusive, algumas vezes, comentaram da grosseria de certos fregueses para com elas.

Uma mulher, ao pagar a sua conta, bate em uma garrafa vazia que estava junto ao caixa, quebrando-a. Reina um constrangimento no ar. Augusto diz “tudo bem!” Ela se vai. Sabrina se aproxima e recolhe os cacos com a vassoura e a pá de lixo.

A mulher um tanto impaciente puxa o filho que reclama enquanto chora por querer jogar na máquina caça-níqueis.

Fabiane está expansiva, alegre: puxa Sabrina segurando sua cabeça, ou melhor, vira a cabeça da colega e dá um sonoro beijo na bochecha da colega.

Pergunto à Fabiane como vai seu tórax, ela responde com outra pergunta: “Quem?”

Fabiane olha para a rua e diz “Deixa eu arrumar o café pro meu amigo!”, Sabrina constata: “Ele já vem vindo!”. Em seguida, começa a preparar o café e o sanduíche. Percebo que se aproxima um senhor que cotidianamente toma café da manhã na padaria enquanto lê o jornal. O homem sorri ao ouvir a conversa. Fabiane ao aproximar-se sorridente, pergunta: “O jornal também?”. Sabrina comenta com ele: “Mais um pouco e o café já tá servido!”

Sabrina diria em certo momento que esse senhor “Sabe um monte!”, que seria um tipo de intelectual – professor ou coisa do gênero– que seria “Cabeça”.

Tomar café da manhã na padaria representa também um momento para a leitura do jornal. Portanto, ler as notícias do dia reveste-se como uma prá-

tica cotidiana que é uma realidade na padaria, pois existem pessoas que têm como hábito matinal beber café com leite saboreando um sanduíche de presunto e queijo, enquanto realizam a leitura do jornal.

Seu Jorge conversa com o zelador do edifício onde moro, estão junto ao balcão. Cumprimenta como sempre com um “Bom dia meu amigo! Dia bonito né!” – diga-se de passagem, que todo mundo é tratado como “Amigo” por ele. Diz a uma das funcionárias da padaria que vai tomar um pingado, sem jamais esquecer o “Minha amiga”. O zelador bebe o café rapidamente e vai ao caixa. Diz a seu Jorge que pagou a conta. Há uma discussão sobre quem deve pagá-la, certa formalidade, onde, ressalta-se que o próximo café é seu Jorge quem pagará (“É meu!... Não, não... Pago depois então!”)

Uma senhora pede um cafezinho (atravessando-se no atendimento de outro cliente). Ao receber o café, responde a pergunta “Açúcar ou adoçante?": “adoçante (...) eu sou diabética!”

O homem que comeu um doce fica limpando os dentes com a língua, faz um chiado friccionando os lábios com os dentes – literalmente “chupa os dentes”. Levanta e vai embora.

Tarde. Fabiane interpela: “O que tanto tu anotas?” e, conclui desconfiada: “Queres que eu te fale só pra ti anotar aí!”

Seu Vítor ao ver-me: “Daí *teacher*, tudo bem!”. Ao ver Fabiane: “Oi sobrinha!”; “Que tio!”, responde ela.

A mulher que estava sentada junto com um homem, ao levantar dirige-se a Fabiane e afirma: “tu és muito gentil!”. Ela, rapidamente, volta-se para mim, arregala os olhos, dizendo “isso tu tens que anotar! Anota aí, anota aí!”

“Olha o balcão!”, eis a frase que seguidamente se escuta de um dos donos do estabelecimento para os funcionários.

Um cego chega escoltado por uma senhora. Carminha se aproxima, ele pergunta se é Sabrina. A mulher diz que não, que “é uma outra nova!”. Depois comenta com ele que precisa “fazer a barba amanhã, até sexta-feira tá enorme!”

É noite, as pessoas transitam de um lado para outro, a padaria está cheia. Sentamos, eu, Ednalva e Talita, o cachorrinho (Pingo) está junto de nós. Nas mesas próximas a nossa, uma família – o casal e o filho –, em outra, dois homens e, em uma terceira, duas mulheres. Um dos homens e as duas mulheres fumam incessantemente. Uma delas parece ter problemas psíquicos, algum tipo de perturbação que parece se refletir na forma de olhar, na lentidão dos movimentos que lembra alguém sobre efeito de tranquilizantes: entre tragadas afirma meio evasiva, quase sem emoção: “Eu tô de aniversário hoje, 45 anos!”. Seguem-se parabenizações por parte dos homens. Um deles, o fumante, também parece possuir problemas similares ao da mulher, mas, ao contrário, tem os olhos meio estalados, um olhar perturbado que não se fixa em parte alguma.

A mulher ao fumar, por vezes, olha fixamente para o cigarro. Fala daquela forma meio arrastada, como se “enrolasse” a língua. De repente, entre as duplas surge um diálogo acerca dos males do cigarro. A origem da discussão se dá a partir de questões que um dos homens faz a mulher de fala enrolada, ao mesmo tempo em que reflete sobre os benefícios de não fumar, comentando coisas sobre a sua boa saúde (“Não tenho nenhum problema de pressão, tenho 45 e dou um balão em muito guri novo!”) e relaciona isso ao fato de não fumar e nem beber nada de teor alcoólico. A mulher fala lentamente que fizera uma cirurgia em um dos pulmões (“Mas então tu não deveria fumar!”, comenta). A mulher, afirma ainda, um tanto lerda, entre goles de café, que não consome bebida alcoólica, mas que não consegue viver sem cigarros. O homem, fazendo movimentos com os dedos de uma das mãos em direção à boca, sinaliza com os dedos que não vive sem comer (“Eu não vivo sem isso!”). A conversa segue entre eles, meio polarizada entre o não fumante e a mulher de fala lenta, os outros são coadjuvantes, falando muito pouco. Nunca tinha visto esse pessoal na padaria. Reunidos naquele canto formam um conjunto que Ednalva denominaria de “gaiola das loucas”.

Davi, meu amigo, e eu sentamos para fazer um lanche. Estou um pouco deprimido naquela noite, falo muito, mas a mulher ao meu lado que está com a mãe e a filha me supera, inclusive na altura da voz. Grita ao falar com a filha, não de forma a prendê-la, mas por ser espalhafatosa. Comem com exagero, misturam doces e salgados. Muito gorda e, dada a grande proximidade das cadeiras, bate várias vezes em mim com suas nádegas imensas. Rimos da situação.

Manhã. Sabrina comenta com Fabiane: “chegou o outro mala!”. Trata-se de um careca meio gordinho que está todo o dia pela padaria.

O hábito: Sabrina toma qualquer líquido de canudinho, segundo ela, “é pra não sair o batom!”

O dilema: porque Fabiane sempre vira um pouco de café quando serve a xícara? Eis a questão que ela sempre se faz.

A mulher sentada, solitária, permanece pensativa após o café preto, parece esperar alguém. Não demora chega outra mulher que se junta a ela.

Manhã. Um bêbado entra na padaria, possui um cobertor sobre os ombros, traça roupas um tanto sujas, carrega uma pasta na mão direita. Pede um papel, fala coisas desconexas. Sabrina diz que é para fechar um baseado. O homem continua falando coisas que não se entende. Parece irritado com Augusto que não lhe deu atenção: “Eu tenho mais dinheiro que ele e tô pedindo papel pra ele!”, exclama meio irritado. Ao receber o papel de alguém, sai, mas continua falando sozinho, xingando. Fabiane indignada, diz que deveria dar “um soco no meio da cara e jogar no chão” o bêbado. Acho graça daquela violência que na realidade é quase inocente.

Fabiane e Sabrina em um dado momento trocam socos e tapas, mas tudo não passa de pura jocosidade. Simulam brigas e posam para a fotografia.

Fabiane canta coisas que não compreendo. Pergunto sobre o que gosta de ouvir e logo diz: “adoro pagode!” Segue cantando e dançando atrás do balcão.

Pergunto a Augusto sobre a quantidade de pães que são produzidos diariamente na padaria. Muito sério – ar de profissional –, responde que o seu estabelecimento produz mais variedades de pães do que quantidade (cerca de 2000 cacetinhos diários; 1000 unidades de pão integral, *diet* e centeio). Segue afirmando que “nós somos uma padaria de balcão. Não é de reparte, não temos interesse de fazer entregas grandes. Abrimos mão. Não temos estrutura para isso!”

Faço referência a sua importância na padaria, na medida em que está sempre sendo solicitado pelos funcionários ou pelo outro sócio (e sua mulher e filha) quanto aos preços dos produtos, ou mesmo, atendendo fornecedores. Afirma que 70 ou 80% das coisas ali são “com ele”.

Pretende no futuro trabalhar com computação gráfica, com artes plásticas (foi estudante de arquitetura por um determinado período, pelo que me consta). Estaria fazendo seu pé de meia para poder mais tarde trabalhar no que gosta.

Manhã. Estou observando Fabiane e Sabrina brincando, dizendo bobagens uma para a outra – Fabiane chama Sabrina de “anaconda”. Dão risadas. Rio ao ver a cena a partir da mesa onde tomo meu café. De repente, ouço Seu Vítor (na realidade nem havia percebido que estava ali) – “Hoje até o professor tá rindo. É porque ele não é professor do Estado, por isso que ele tá rindo!”.

Chega o *rastafári* com longas tranças sob a toca. Como de costume, vai direto falar com Fabiane, há um nítido interesse por parte dele em relação a ela: “Oi amiga!”. Ela responde: “Fazia tempo que tu não vinhas aqui!”. “Eu venho todo dia!”, conclui ele.

Em outro momento, ao ver um homem que chega à padaria – ele frequenta diariamente o estabelecimento –, Fabiane afirma “ainda não tem *nuggets!*”. As atendentes já conhecem as preferências dos fregueses que vão sempre ao local. Ele pede um sanduíche.

A atividade rotineira de preparar o café e os sanduíches, de aquecê-los, é uma prática na qual todos na padaria estão envolvidos.

Um homem depois de comer dois sanduíches faz “Psi, psi, psi” para Sabrina e estende o braço segurando o prato de louça branca, solicitando: “Vai mais um pra mim!”

Ausência: Carminha sumiu! Pergunto por ela e descubro que não trabalha mais na padaria.

Manhã. Decido tirar fotografias. Elas se mostram um pouco resistentes, mas logo se sentem à vontade e posam para as fotos. Fabiane quer saber se eu vou mostrar o trabalho depois de pronto. Digo que vou deixar uma cópia na padaria. Quer saber quem mais vai ler o trabalho. Afirmo que apenas a minha professora. Logo esquece e posa para a fotografia, indicando ainda situações para fotografar: “Tira foto delas trabalhando”, “Olha a Sabrina atendendo!”.

Está muito frio hoje, mas a manhã nasceu bonita, clara, com aquela luminosidade típica do sol invernal. As pessoas transitam com seus modelos de inverno: casacões, tocas, cachecóis, luvas, calças de lã. Afinal de contas, a temperatura deve estar em torno de uns 10 graus Celsius na rua. É sábado, as pessoas vão à feira. A padaria, como sempre, conserva certo movimento. Há uma circulação de pessoas, um entra e sai constante.

Procuro sentar próximo da janela para aproveitar o sol que invade o espaço. Um casal senta ao meu lado, nas cadeiras e mesa próximas a minha. Na rua, um mendigo meio calvo e de barba hirsuta está junto à porta – Augusto o chama de Segurança –, pronuncia palavras em tom baixo e fica com aquele seu jeito característico: a cabeça voltada para o lado, meio em diagonal – maltrapilho e sujo, com os pés descalços. Ele vive pelo bairro.

Em um determinado instante pede na porta um café para Augusto. Nunca tinha ouvido a sua voz: é grave, alta, mas se assemelha a uma espécie de lamento, quase gutural. Traz um casaco sobre os ombros – Sabrina diria que tentou por várias vezes colocá-lo, mas não conseguiu. Augusto, quase imediatamente, vai até o balcão e serve café com leite em um copo plástico e pega dois sonhos, segue até a porta, traz uma generosidade no olhar, um meio sorriso.

A mulher que entra na padaria e, não sabe o que está acontecendo, pede para Augusto dar ao homem algo para comer. O dono da padaria então, diz para ele pegar o café. O homem afasta-se, arredio, não quer se aproximar. Augusto desiste por um momento e coloca os alimentos sobre o balcão para atender as pessoas que estão no caixa. Há um envolvimento das pessoas no interior da padaria em torno da questão, uma comoção. O casal ao meu lado discute sobre o assunto. “Ele é esquizofrênico”, diz a mulher. Sabrina comenta algo atrás do balcão. O homem ao meu lado decide levar os alimentos ao mendigo. Na rua, solicita que o mendigo venha buscar os alimentos, é inútil, ele se afasta mais um pouco. Decidimos em um diálogo conjunto (a mulher sentada ao meu lado, o homem na rua, Sabrina atrás do balcão e Augusto detrás do caixa observando ao mesmo tempo em que atende as pessoas) que o melhor

é deixar o café e os sonhos junto à janela para que ele resolva por livre e espontânea vontade pegá-los. A mulher que pedira a Augusto para que desse o café ao homem, sai e tenta falar-lhe. O homem escapa novamente, arredio e cabisbaixo, dizendo coisas que não se entende. Ela sai meio desapontada.

Logo depois, ele vem como que rondando o alimento. Um movimento daqueles que lembra um animal cercando a caça (aqui não há nenhum demérito na comparação, e sim, uma forma de pensar que certos comportamentos humanos são etologicamente semelhantes aos de alguns animais), como que circundando o alimento, cerca-o, e, subitamente, o apanha fugindo com rapidez para, em algum lugar que julgue adequado, comê-lo. Há no interior da padaria certa satisfação. Olhares são trocados. O homem ao lado diz à mulher “É como um pardal! Tem medo, mas não deixa de pegar a comida!”

Em outro dia de manhã, Augusto deu-lhe café com leite. Dessa vez aceitou rapidamente e saiu.

Noite. Jô e eu tomamos café e comemos doces: falamos acerca da sua defesa de dissertação que havia ocorrido naquela tarde fria. Há naquele momento certo vazio nela, presente naqueles que experimentam a sensação de terem sido arguidos por uma banca. Entra uma loira na padaria, oxigenada, sobancelhas desenhadas, boca vermelhíssima. O rosto é redondo demais. Logo identifico tratar-se de um travesti. Ao abrir a boca, a certeza: a voz é masculina. Senta próxima de nós, come, ávida, os seus salgados e doces, segurando-os com suas mãos muito grandes. As pessoas percebem algo diferente quando anda, observam com certa desconfiança no olhar: ela, por sua vez, ao observar os doces se agacha um pouco e empina as nádegas muito redondas. Os homens observam – a curiosidade e o indisfarçável desejo no olhar. Jô diz que “a cara é puro silicone” e Sabrina afirma que “às vezes, é muito mais homem do que muito homem!” Eu digo provocante: “e que algumas mulheres!”. Sabrina me diz contrariada: “aí não!”

O antropólogo em campo é mais um personagem no teatro social onde pessoas investem naquilo que é o viver em sociedade. Há uma diferença é claro: ele está ali tentando captar e, quiçá, traduzir essa dinâmica cultural que escapa quase sempre, quando não a olhamos com o olhar inquieto, oblíquo, que quer perscrutar certos segredos tão comuns que configuram esse viver. Ele está situado e é mais um; ele está curioso e é mais um; ele quer desvendar essa riqueza que se apresenta e é, apenas, mais um: ele se constrói nessa diferença e é, por isso, que quer dialogar com o outro, porque o outro o

seduz, aguça seu olhar e revela o próprio sentido de ser do antropólogo que mergulha naquele intenso jogo de sensações e imagens. No campo, os papéis sociais se deflagram como a possibilidade de criação a partir das ações/práticas humanas que configuram teias, nas quais as tramas de significados que os atores constroem em interação permitem que o cotidiano assim vivido seja um universo repleto de riquezas e, por isso, passível de ser interpretado. Eis a cultura – essa magnífica capacidade de dar forma ao que é fruto da liberdade humana e que o antropólogo persegue como a si mesmo.

Sendo assim, o que vivi enquanto pesquisador – o antropólogo, nesse caso, não se afastou sequer uma quadra de onde mora – foi um intenso enlace afetual com pessoas desconhecidas e que me permitiram, ao conviver com elas, perceber que o seu cotidiano traz o encanto quase banal daquelas coisas que nos surpreendem por serem como são. A padaria, agora, faz parte do meu cotidiano de outra forma e, como uma espécie de vício, mesmo que eu tenha café e lanches em meu apartamento, procuro, sempre que possível, descer e tomá-lo ali, naquele universo que, de tão comum, é singular.

CAPÍTULO 8

TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DO ESPAÇO: FORMAS DE OCUPAÇÃO E SOCIABILIDADES EM UM TRECHO DA RUA 24 DE MAIO, PORTO ALEGRE/RS¹

Luciana de Mello

Ana Luiza Carvalho da Rocha (orientação)

Na cidade de Porto Alegre, quem faz o trajeto centro-imediações, por morar, trabalhar, fazer compras, estudar ou utilizar os serviços desta região, talvez já tenha tomado como atalho um trecho da Rua 24 de Maio, cujos degraus ligam os bairros Cidade Baixa e Centro. É a escadaria da 24, localizada entre as ruas Duque de Caxias, na parte alta do centro da cidade, e a Rua Desembargador André da Rocha, na parte baixa adjacente, ao sul.

Nesse lugar, os degraus substituíram o asfalto, em virtude da inclinação do terreno, permitindo somente o transitar de pedestres, sem nenhum acesso a veículos. Todas as construções são antigas, porém de épocas diferentes, tendo a mais recente delas aproximadamente 30 anos.

Para o geógrafo Milton Santos, “o espaço está sempre presente, abrangendo simultaneamente vários elementos temporais”, inclusive – e principalmente – os do passado, de distintos momentos; e “cada lugar é dotado de certa autonomia, diferenciada de acordo com seu exterior” (Santos apud Leite, 2004, p. 434).

Ao subir ou descer pela escadaria, observa-se uma configuração diferente da paisagem em relação a outros espaços de áreas circunvizinhas ao local. Tem-se a impressão de que está se adentrando, e não simplesmente acessan-

1. Este trabalho foi concebido inicialmente na disciplina de Seminário Livre em Antropologia Visual, do curso de Graduação em Ciências Sociais, IFCH/UFRGS, ministrada por Cornelia Eckert. Participaram das primeiras incursões em campo os colegas André Henrique Vicari, Fabiela Bigosi e Fernanda Rechenberg.

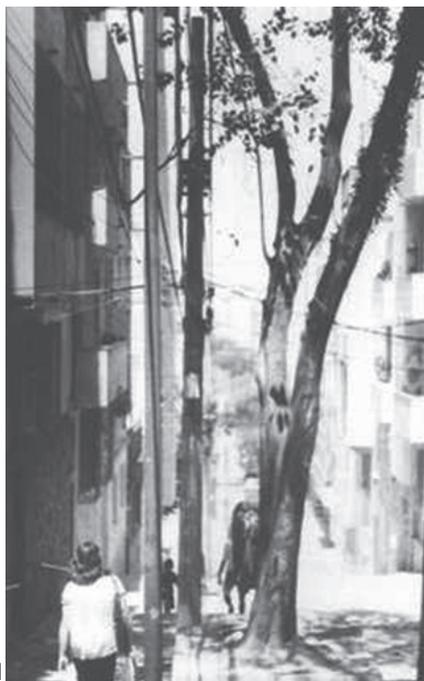
do uma rua qualquer. As áreas edificadas coincidem com as áreas dos lotes, um ao lado do outro, uma passagem para lembrar Walter Benjamin. A escadaria acaba sendo cercada pelas paredes de concreto dos prédios, quase todos os edifícios com mais de um andar, em um trecho onde só passam pedestres.

Assentados sobre o antigo parcelamento de solo de Porto Alegre, com lotes estreitos e profundos, os edifícios residenciais não possuem recuos laterais ou frontais, consequentemente nem salão de festas ou pracinhas. Isso tanto aproxima mais a casa da rua, como possibilita a escadaria ser espaço de sociabilidade entre vizinhos e/ou passantes.

F1



F2



Nas cidades brasileiras, segundo o antropólogo Roberto Da Matta (1997, p. 23), os espaços casa e rua interagem e se complementam cotidianamente através da movimentação de seus habitantes. No caso aqui etnografado, a ambiência da escadaria sugere um tempo em que as sociabilidades se davam mais em espaços públicos do que em privados, diferente da época atual das grandes cidades, onde os edifícios residenciais, mais modernos, localizados nos bairros mais afastados do centro, contam com espaços destinados ao lazer somente aos moradores locais.

Para os habitantes do centro e arredores, alguns lugares em especial são escolhidos para transitar, tanto durante os trajetos de deslocamento para trabalho, escola, compras ou serviços, quanto para os momentos mais descontraídos, como passear com o cachorro, visitar um amigo ou um vizinho ou simplesmente caminhar pelas redondezas. A escadaria é um destes lugares – para os momentos de lazer e as atividades rotineiras. Caracterizada inicialmente por certa tranquilidade, e uma configuração estética das construções, evoca outra época das cidades, quando as relações primárias, de proximidade e de “contato face a face entre os indivíduos” predominavam sobre as relações secundárias, de impessoalidade que, segundo Robert Ezra Park (apud Velho, 1973, p. 46), sociólogo urbano da Escola de Chicago, é característica das grandes cidades.

Ao mesmo tempo possibilidade e resultado da ação humana, a paisagem constitui-se tanto de elementos naturais quanto dos usos que os homens fazem dela, através das relações entre si ou com os elementos que a constituem. As formas da paisagem, não correspondem, portanto, a uma ideia de finalização, mas a uma ideia de transformação. Mais ainda, estão necessariamente impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e de memória (Santos, 1986, p. 39).

Atualmente, ocorre uma significativa alteração no espaço da escadaria. É a reforma em andamento – remodelação dos degraus e corrimão e, consequentemente, da estrutura e da estética. Tal obra se insere no projeto “Revitalização do Centro” da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e, conforme observações colhidas em campo, não agradam aos moradores, que ora alegam estar descaracterizando o lugar, ora esperam soluções do poder público em relação à segurança.

Faz-se necessário, então, saber até que ponto e quais são os aspectos que contribuem para a preservação de um antigo *ethos* da cidade aqui, e para as transformações nas formas de ocupar este lugar e suas sociabilidades decorrentes. Como a população da escadaria – moradores e passantes – vive este lugar, através dos diferentes usos que ali exercem, e como este lugar se relaciona com Porto Alegre, seja pela ambiência que evoca, seja pelas práticas exercidas por seus habitantes na cidade?

Assim, para dar conta de algumas questões que este lugar sugere, optou-se por realizar uma pesquisa etnográfica na escadaria, através de etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2002, 2005) e da técnica da observação participante, inaugurada por Bronislaw Malinowski. Seguindo os ensinamentos deste mestre em sua obra, fazemos recurso de diários de campo e entrevistas registradas em suporte áudio e visuais. Também a ambiência sonora e imagética foi registrada nas observações, determinantes no sentido de buscar apreender a paisagem da escadaria e as dinâmicas exercidas pelos indivíduos nela inseridos. A análise comparativa entre os diários de campo e os relatos de antigos

cronistas de Porto Alegre, bem como os acervos de imagens antigas e recentes e o registro sonoro durante as incursões em campo, possibilitam reconstituir, através do espaço escadaria, algumas diferentes camadas de tempo pelas quais a cidade passou.

Uma rua com degraus

Em virtude de Porto Alegre situar-se em uma península intracontinental, de elevações junto às margens do Guaíba, o crescimento de seu núcleo central urbano ocorreu radialmente, a partir, basicamente, de uma zona da cidade – a zona da península, ou como alguns costumam dizer, do centro que não é centro. Esta região foi responsável pela ligação, via ancoradouro, com outros municípios e estados, desde o antigo trapiche ao atual cais. A porta principal para o crescimento inicial de Porto Alegre era então o Guaíba, assim como o Oceano Atlântico foi para o Rio de Janeiro e Salvador².

Há dezenas de metros das margens do Guaíba, o terreno começa a elevar-se, chegando até a “parte alta” do centro da cidade. Já na fundação de Porto Alegre encontravam-se aqui os setores administrativo, religioso, algumas escolas e residências das famílias de mais posses – vide os casarios da Independência ou as casas assobradadas da Rua Duque de Caxias.

Adjacente à parte alta da cidade, ao sul, ocupando os terrenos da baixa-da úmida próxima ao Arroio Dilúvio e ao Guaíba, encontra-se a Cidade Baixa. Localizada na antiga Várzea, foi ocupada inicialmente, em grande parte, pela população que trabalhava nas residências da parte alta, no comércio e instituições localizados na zona central e nas imediações do Guaíba no centro. Mais ao sul ainda, localizavam-se as chácaras, caminhos e estradas de acesso ao interior do município. Sérgio da Costa Franco apresenta interessante estatística predial de Porto Alegre para fins do século XIX, onde as ruas localizadas no Bairro Cidade Baixa e Santana, ou não apresentam ou é inexpressivo o número de sobrados e assobradados (Franco, 2000, p. 65).

2. É como se o Guaíba, nas cartografias de Porto Alegre, representasse o mar. O que comumente, nas cidades brasileiras desenvolvidas às margens do Oceano Atlântico, seria a Leste – a água, para Porto Alegre situa-se a Oeste – o Guaíba. Também a noção de interior das terras emersas, afastando-se da costa litorânea, quanto mais em direção a Oeste como, por exemplo, Rio de Janeiro e Salvador, é aqui “inversa” em relação a outras capitais - voltada para Leste. Consequentemente, a orientação dos pontos cardeais, para os antigos mapas onde aparece o Guaíba junto a Porto Alegre, procurou comportar a fração de terras a Oeste e o mar a Leste, presente até nos primeiros mapas elaborados sobre as terras brasileiras junto ao Atlântico, com o Norte indicado para o inferior da carta.

O cronista Rio-pardense de Macedo conta que, por volta de 1780, a Rua 24 de Maio surge como atalho, o Beco da Fonte, pois ligava a parte alta da cidade a uma das fontes, localizada próximo à Várzea (Macedo, 1999, p. 34). Aos poucos, com a ocupação e ampliação do município, aumentam o número de residências e prestação de serviços, densificando a zona central – ruas e quadras. Para Coruja, outro antigo cronista porto-alegrense, o Beco da Fonte, “estrito e ladeirento”, localiza-se entre a Rua da Igreja e o Beco do Firme (Coruja apud Franco, 1996, p. 146), hoje respectivamente Duque de Caxias e Avahi.

F3.



Vista da Parte Alta tomada próximo ao Guafba

F4



Entroncamento das ruas Sarmento Leite, João Pessoa e André da Rocha – encontro dos bairros Cidade Baixa e Bom Fim.

Com pouquíssimas casas, instalam-se no Beco da Fonte alguns dos membros da Família Jacques, o escrivão e o solicitador dos feitos da Fazenda, entre outros familiares. Logo, a referência desses moradores acabou por dar origem à outra denominação para esta passagem – Beco do Jacques.

Mais tarde, a Rua 24 de Maio recebe oficialmente o nome de Rua Bento Gonçalves, mas que se sabe, conforme Coruja, continuou a ser chamada, popularmente, de Beco do Jacques e até Beco da Fonte (Coruja apud Franco, 1996, p. 143), mesmo após o advento da rede hidráulica na cidade, já que o abastecimento de água era o equipamento mais importante no século XIX, segundo o historiador Rio-pardense de Macedo (Macedo, 1999, p. 33).

Na virada do século XIX para o XX, esta rua apresentava somente uma casa assobradada, tudo mais era sobrado. Vale destacar que a casa assobradada, construída acima do porão, “longe da terra e da umidade, era sinal de maior prosperidade burguesa e índice de status”, as quais eram encontradas em quantidade significativa nas ruas Independência, Duque de Caxias e Riachuelo em fins do século XIX (Franco, 2000, p. 63-69). Hoje, dividem a Rua 24 de Maio, construções de diferentes épocas, antigas e novas, alguns sobrados e casas, prédios, em sua maioria, antigos ou não tão novos. A presença de postes de luz de estilos diferentes é indicativa de diferentes intervenções naquele espaço por parte da gestão municipal no histórico de suas administrações. A fiação de luz, de telefone e de TV a cabo impressiona devido à quantidade de fios emaranhados entre si. A construção mais recente é uma obra da Prefeitura, ainda em execução: a reformulação do trecho da rua compreendido entre a antiga Rua do Arvoredo e o Beco do Oitavo, atuais Duque de Caxias e Desembargador André da Rocha, respectivamente.

A escadaria da Rua 24 de Maio segue como um dos locais alternativos, preferenciais para alguns, de passagem para parte da população que necessita deslocar-se nos sentidos bairro-centro/centro-bairro, já que, diferente de grandes cidades brasileiras, Porto Alegre tem seu centro histórico em ativo funcionamento até hoje.³ A configuração das edificações dos prédios da escadaria, conforme o antigo parcelamento dos terrenos, sobre lotes estreitos e profundos, resultou em prédios de interiores labirínticos, com corredores estreitos e longos. A falta de recuos e espaços sociais nestes prédios faz com que grande parte dos moradores utilize a rua como espaço de sociabilidade. Essas são características de quase todos os

3. Geralmente, não só nas cidades brasileiras, a tendência dos centros históricos é transferir seus setores administrativos e de serviços para regiões adjacentes, com funcionalidades direcionadas por planejadores municipais para atender às demandas das populações localizadas nos bairros – são os chamados centros regionais.

prédios da escadaria que acabam tornando mais próxima a casa da rua, possibilitando a interação entre vizinhança ou passantes.

Representante das novas ideias em planejamento urbano, Célia Gonsales aponta os problemas das atuais edificações típicas dos bairros, em que a tendência dos espaços planejados de sociabilidade, pensados para exercerem “o papel de unificador e de intermediário entre o público e o privado (...) na prática não é o que acontece, pois estes espaços acabam transformando-se em lugares neutros” (2004).

Em se tratando de cidades brasileiras, segundo Da Matta (1997, p. 24-27), é na rua que buscamos compensar – e complementar – o universo de casa, pois a rua é o espaço destinado às aventuras e aos conflitos, que em nosso espaço privado – a casa – não devem ocorrer, sendo este destinado a abrigar harmonia e tradição.

Quem é da escadaria?

Seu Luís

Sentado sobre a calça das obras na calçada, com uma voz arranhada, Seu Luís conduz a conversa, iniciada ali, para até o interior de seu apartamento. Nesta ocasião, o cachorro da casa em frente ao seu prédio latia incessantemente, perturbando o passeio diário de seus gatos e dificultando também a conversa que se estabelecia.

F5



F6.



Até aquele momento moravam com ele no apartamento: sua atual esposa, mais moça, natural de São Leopoldo, e o filho, técnico em televisores. Logo após mostrar a sala de trabalho de seu filho, Seu Luís sai em direção aos fundos, passando por um minilabirinto de corredores e outras peças do apartamento, dá ração aos gatos e mostra o “seu cantinho”. Um minúsculo quintal, cheio de folhagens amontoando-se umas sobre as outras, cercadas pelas paredes de concreto, janelas e telhados circunvizinhos, que nos remete a um verdadeiro estado de imensidão interior, ao qual nos fala Gaston Bachelard, filósofo da fenomenologia, em sua obra *A poética do espaço* (1993).

Outro filósofo, Georg Simmel (1996), comenta sobre os estados da alma, que também são lugares. Lugares que, para Bachelard, são um “espaço reduzido onde gostamos de encolher-nos, de recolher-nos em nós mesmos”, onde, para Bachelard, “colocam o sonhador fora do mundo próximo” (Bachelard, 1993, p. 145 e 189). E semelhante ao canto de Bachelard, esses lugares, esses estados da alma, dão acesso a outros mundos sem haver deslocamento físico. São as paisagens interiores de Simmel (1996), possivelmente visitadas por Seu Luis através do quintal.

Após ter orgulhosamente mostrado quase toda sua residência – ou melhor, o que escolheu mostrar –, Seu Luís senta-se no sofá da sala, um tanto ofegante, com certa dificuldade no falar, consequência do cigarro, que desde moleque fumava. Recentemente parou de fumar,

apesar de já lhe ter feito “um grande estrago”, o que considera ser tarde demais para querer minimizar os efeitos. O admirador dos felinos narra com riqueza de detalhes, as estratégias e técnicas usadas pelos seus dois gatos em suas brincadeiras.

O modo de ser e os cantos da casa que escolheu mostrar sugerem à percepção os valores que dava aos momentos íntimos, à reflexão. A sala de concerto dos televisores pode ser tanto um modo de mostrar os espaços da casa e também sua família. O quintal como o lugar mais afastado da rua, provável armário de lembranças para Seu Luís é o refúgio que permite segurança durante seus pensamentos (Bachelard,1993, p. 146 e 151).

Dona Marlete

A primeira conversa com Dona Marlete – enquanto os rapazes do caminhão do gás tocavam os interfones dos prédios – não tardaria a passar, da calçada, para o interior de sua casa. Em minutos ela já estava na sala, puxando e arrastando cadeiras, cercada de documentos e toda a papelada da Associação dos Moradores da 24 de Maio, da qual é presidente em sua atual gestão. Espalhando fotos, jornais e papéis diversos sobre a mesa, Dona Marlete descreveu as várias transformações ocorridas na escadaria, até os dias mais recentes – as “intervenções”: “Olha, as pessoas nem se dão conta o que envolve de técnica, de pessoal especializado, uma coisa dessa. Parece uma rua pequenininha, a 24 até ali embaixo, mas é um “senhor” dum trabalho, né!”

Inicialmente, em meados de 1997, os “primeiros elementos de risco” foram retirados – o paredão, as praças e os canteiros – que abrigavam tanto moradores de rua, quanto assaltantes, que ali se escondiam “para assaltar ou dividir produtos roubados” na região. A coleta de lixo dos edifícios também foi organizada, de modo que não acumulasse à beira da calçada e, assim, não despertasse a atenção de mendigos. Segundo Dona Marlete:

Chega um momento que perde o sentido das coisas. É uma pena, né, porque aí o que acontecia: os marginais ficavam ali embaixo, naquele escuro; tu chegava, tu era uma presa fácil, né. Tem estudantes, tem o pessoal da Santa Casa.

F7



A escadaria passou por um “período crítico” de assaltos por volta de 1997, e para que o lugar não perdesse a tranquilidade e a segurança, foi criada a Associação de Moradores. O local estava tornando-se inacessível para os próprios moradores, tendo ocorrido inclusive um tiroteio por causa de suposta disputa do ponto de venda de drogas. Em virtude de tal situação, tiveram início algumas mudanças na escadaria, incluindo reuniões e culminando com a atual reforma.

Uma das coisas que mais me chama atenção é o seguinte: toda pessoa que mais reclama é aquele que nunca participa (...) deveria ter ido, porque aí teria a oportunidade de ter saído bem melhor. A gente fez o que pode junto com aqueles que participaram, que na verdade não foram poucos os que contribuíram, bastante gente participou.

Com o dinheiro arrecadado – um real por apartamento – a Associação organizou festas para integração dos moradores. Ali mesmo, na escadaria, já foram realizadas várias festas abertas à comunidade – jogos da Copa do Mundo com telão, festa Junina com bandeirinhas na rua, comemorações da Semana da Pátria. Dona Marlete mostra-se empolgada, mais para as comemorações do que para as atividades burocráticas da Associação.

O dinheiro da Associação é coisa bonita de ver. Muito bem gastinho aquele dinheiro que é pra não faltar na hora que a gente precisa. (...) Porque eu sou muito festeira, eu gosto de festa, de congregar. (...) São datas assim que hoje, nem as escolas, pra mim, parecem que não fa-

zem muito, de despertar aquela coisa de nacionalidade. Até veio o pessoal de reportagem, a comunidade veio, um trabalho bonito.

Em uma ocasião, Dona Marlete transformou sua casa na cozinha, para um carreteiro de charque na rua, vendido à comunidade do centro. Lamenta que este ano, em função da reforma, foi feita somente uma atividade. Tendo como tema a questão ambiental, esta atividade envolveu apresentações artísticas, inclusive de moradores, como uma senhora que é poetisa, além das crianças, filhos dos moradores da “24”. Diz ainda, “Uma das inconveniências que eu acho nesta rua é exatamente que as casas ficam muito escuras, muito úmido (...) Vindo da Duque pra cá é uma baixada né, embaixo dum perau.”

A família manda muitas coisas – móveis e tralhas em geral, para a sua casa, que, aliás, mais parece um apartamento, semelhante ao do Seu Luís, porém, menos labiríntica, de grande profundidade e mais úmida. Moram nesta parte da casa Dona Marlete e sua mãe; sua irmã mora no andar superior da casa, construído posteriormente.

A família toda descarrega tudo o que não quer aqui (...) ‘-Tá, deixa aí nos fundos até a gente achar um caminhão pra levar’ (...) Imagina se eu tenho um sítio aqui dentro de Porto Alegre, o que é que eles não faziam, né!

Da sala, Dona Marlete conduz a conversa em direção a seu quintal, mostrando com orgulho as árvores frutíferas de médio e grande porte, como uma goiabeira, uma bananeira e principalmente um abacateiro, mencionados ainda quando a conversa estabelecia-se à frente de sua casa. Falando bem baixinho, quase cochichando, Dona Marlete conta que esta árvore teve um galho cortado pelo vizinho, pois invadia o pátio ao lado, e por isso há 15 dias ela não visitava os fundos, “para não sofrer”, disse.

F8



F9



Tal como nos comentários de Bachelard (1993, p. 145) sobre a dimensão onírica guardada nos pequenos espaços, como é o caso do canto como um lugar de refúgio, de encontro consigo mesmo, ou nas observações de Simmel sobre a metáfora da porta como passagem para outros lugares, a Rua 24 de Maio e suas escadarias, aparece constantemente na fala dos habitantes locais como o espaço que une a intimidade de suas vidas ao mundo exterior da rua, em uma escala ainda diminuta da vida em uma grande cidade como Porto Alegre (Simmel, 1996).

O morro São José... lá pro lado da São José (...) mas eu fiquei impressionada, porque aí eu parei no topo da rua, onde tinha uma tal casa lá pra vender: assim, ó, as pessoas subiam assim, ó, carregando água, né. Deus o livre que eu vou ficar num lugar desses! Não tem condições!

Vinda do interior do Estado, do município de São Borja, com 20 anos, Dona Marlete nos conta sobre os lugares que já morou aqui na capital gaúcha. Uma vez foi ver uma casa para comprar em uma ladeira no bairro Partenon, sem infraestrutura alguma. Recentemente, Dona Marlete reviu esta rua, já então calçada, e se impressionou com a implantação de esgoto e calçamento: “Bonita, bonita!”. Desabafa que é assim mesmo, que os moradores têm que in-

sistir porque as ações demoram a serem realizadas pelos governos. Segundo ela, depois de morar no Partenon, nas proximidades da Rua Salvador França, mudou-se algumas vezes, quando a partir de então, passou a morar sempre na região mais central da cidade, próxima à Santana e depois, na São Manuel.

Dona Vanda

Entre os moradores contatados, quem mais aparentou sofrer com as recentes transformações na escadaria, por causa da reforma, foi Dona Vanda. Quando a encontrei pela primeira vez, respirava ofegante subindo os últimos degraus, já quase chegando à esquina com a Rua Duque de Caxias.

Horrível. Muita escada. Agora mesmo com essa coisa que fizeram, aumentaram as escadas. Tinha menos, porque era um jardinzinho ali, pouca coisa. (...) E vai aumentar mais, que até chegar lá embaixo. (...) Tem os prédios, né, nós não temos elevadores aqui, os mais baixos é esses aqui, ó.

Apesar dessa situação da idade, e dos latidos de um cachorro – o mesmo que irritava Seu Luís – Dona Vanda fala muito. Chama os vizinhos que passam para conversar sobre a rua ou dividir os comentários a respeito da escadaria, principalmente em relação aos aspectos negativos:

Das onze em diante, até a uma, isso aqui é horrível. Atiram essas madeiras, pulam nas madeiras, já levaram a metade. (...) Fora um cachorro que, agora tá quieto Até meia-noite o cachorro não cala. (...) Dá vontade dar um Lexotan inteiro, dois, pra ele.

Dona Vanda reclama dos barulhos na escadaria. Além de reclamar da cachorrada, conta dos ruídos e barulhos inoportunos, como um costureiro, de uma gari (varredora de rua), cujo trajeto escolhido para chegar até a Rua André da Rocha é este trecho da “24”. Segundo Dona Vanda, então indignada, apesar de estremecer os edifícios com o tonel de latão reverberando sobre as rodas durante a descida, a gari não varre o local. Acrescenta ainda que, após as 21 horas, o barulho aumenta principalmente por causa da depredação e da bagunça que a gurizada faz, inclusive com o material da obra.

Tem muita gente que passa que não é daqui, a gente conhece porque mora pra lá. Eu, por exemplo, tenho amigo, tenho filhos pra lá. (...) Ah, tem os fumantes, os maloqueiros. Esses bar aí, quando ferve, ferve mesmo, né!

Conta que havia um vigia da rua, pago pelos moradores, e que hoje não tem ninguém em seu lugar.

Ah, esses dias assaltaram ali. Eles assaltam e deixam os documentos ali. (...) E eles assaltam bem por ali assim, naquela parte assim, vão correndo assim, mas correm que é uma coisa. E tiram as carteiras e deixam os documentos tudo (...). Esses tempos teve um grupo de brigadianos, ali no meia oito. Tu não viu o buchicho?

F10



Moradora há 27 anos no lugar, Dona Vanda aponta a casa que morou durante 20 anos e que deseja comprar, na esquina das ruas 24 de Maio e Duque de Caxias. Abandonada e com a venda suspensa por questões de herança, a casa foi lacrada pela Associação por abrigar um grande número de moradores de rua que invadiu o local, há alguns anos. Com a reforma, essa casa passou a ser utilizada como depósito de materiais e ferramentas utilizados na obra. Conta ela, “Antigamente tiraram onze daqui de dentro. Mas tem um que sobe ali. Tá ali o paninho dele. Ele é doente, mas ele não faz mal não. Ele é muito bom, precisou carregar uma mala ele carrega.”. Observa os vestígios de um morador da casa antiga, o Salvação, que presta pequenos serviços à vizinhança local.

Dona Vanda mostra-se sempre chamando a atenção de quem passar, cumprimentando, puxando conversa ou perguntando se queria “dar uma opinião sobre a rua”. Lembra-se dos problemas de saúde que alguns moradores têm, o que aumenta as dificuldades do deslocamento dessas pessoas – ela sofre de depressão e pressão alta.

LUÍS

Ao reclamar do cheiro da maconha, Luís traz uma constante situação de tensão entre moradores e frequentadores – passantes, consumidores e possíveis traficantes da escadaria. O odor dos cães do vizinho que invade seu apartamento até é minimizado pelo odor da fumaça. Segundo Luís, “Ah, o lugar aqui é muito bom pra se morar (...) Só que de vez em quando inunda todo apartamento aqui com o cheiro de maconha. O consumo de drogas aqui na escadaria é muito grande.”

Luís, juntamente com Cristina, sua companheira, forma um jovem casal com média de trinta anos de idade e moram no centro da escadaria, em um edifício em frente ao orelhão. Há algum tempo localizava-se ali a praçinha central, quando a escadaria possuía área com brinquedos para recreação das crianças, inclusive gramados.

Sete horas da manhã a gurizada das escolas aqui de perto, né, se sentam aqui na frente fumando maconha, bebendo álcool, naquela árvore ali (...) até mesmo porque a obra é lá pra cima. Então eles têm usado bastante aqui, sempre usaram e agora...

(...) Eu já tenho uma certa idade, então me surpreende, eu não via na minha época de guri, as gurias, né. Hoje elas se reúnem em quatro, cinco aqui, sem nenhum guri junto. Elas abrem e fecham os baseados delas, com a maior naturalidade. Como é que é: a conquista social da mulher.

F11



Durante o trabalho de campo, o primeiro contato foi feito com Cristina, porém durante a visita ao apartamento do casal, praticamente todo o tempo da entrevista é Luís quem fala. De vez em quando, ele vai até a sacada da frente, que, segundo diz, é de onde se tem uma visão de toda a extensão da escadaria. Em frente a seu prédio está o prédio de Lelé, que é também o mesmo do Horácio e dos fundos de seu apartamento pela sacada da área de serviço, avista-se o imponente abacateiro no quintal de Dona Marlete.

Morava no Morro da Embratel! Então é mais ou menos isso aí (...)
 Minha mãe mora lá e os meus irmãos, alguns irmãos (...) Eu digo:
 - Pô, desço do morro lá da Glória pra vir subir no do Centro aqui.

Trajetória semelhante à de Dona Marlete, Luís também morou em lugar de topografia acentuada, assim que veio para Porto Alegre, antes de morar na 24 de Maio. Também é natural do interior, de São Luís Gonzaga, mas se considera porto-alegrense, está aqui desde os cinco anos de idade.

Lelé

Lelé é outra moradora da Rua 24 de Maio. Ela é natural de Porto Alegre e morou com seus pais na Ponta Grossa, antigo arrabalde com casas um tanto distante umas das outras. Está satisfeita com a troca de endereço. Não tem medo de chegar tarde da noite porque agora, depois das mudanças – a retirada dos canteiros, da marquise, dos moradores de rua – o lugar melhorou para transitar.

Eu morei embaixo ali, na André da Rocha, era meio perigosa, tinha uma galera que dormia ali, tinha uma energia ruim. (...) Eu até subo agora de noite, na madrugada. Porque tem o bar ali, de noite até a uma, e tem um cachorro-quente lá embaixo até umas quatro.

Sentia medo, no início, logo quando veio para a escadaria, dos corretores do prédio. Durante as conversas com Lelé, ela demonstrava estar bem empolgada com o lugar.

Eu também vejo um pouco essa parte energética. Limparam toda a escadaria. No verão tinha muita barata na escadaria (...). E deu um ataque em todo mundo que tudo que era prédio resolveu mexer (...) Então tudo era obra. Um monte de barata saiu. Deu uma limpada energética na história.

E constata que a escadaria:

É uma viagem, porque a escadaria é tri família, sabe. É um monte de gente bem mais velha. O cara que conserta televisões morou aqui

neste prédio (...) Todo mundo meio que se conhece, por isso que é uma associação forte de moradores.

Referindo-se à nova configuração na largura da escadaria, pois a área de passagem estreitou e a área restante terá acesso interrompido, sente que o lugar agora com os canos está parecendo uma jaula. Quando a provoco que o estilo e o material são parecidos com os corredores de ônibus, ela conta que é o mesmo arquiteto, responsável por várias obras da cidade, inclusive da 3ª Perimetral, e que a cidade está com uma identidade “de um arquiteto só”.

Tô pensando em combinar uma cerveja ali em cima, no bar, só com quem tá mais afim dessa história, de ficar olhando a escadaria e pensando o que se poderia se fazer. De repente uma proposta mesmo de paisagismo.

Lembra ainda que, quando morava na Rua André da Rocha, presenciou uma manifestação dos moradores da “24” por causa do asfalto colocado em substituição aos canteiros da escadaria. No outro dia o muro amanheceu pichado: “Prefeito, vá asfaltar o pátio da sua casa!”. Aí não deu outra: em uma semana estavam arrancando todo o asfalto e plantando grama, hahaha!!!”

Lelé mostra a vista da janela do seu apartamento e conta as vantagens de se morar no meio de uma quadra, em apartamento de fundos, principalmente quando não existe rua atrás, pois ali não há falta de insolação, como nos apartamentos de frente para a rua. E diz que fica em casa trocando-se com a janela aberta.

Esse é muito ‘apartamento’ (...) mas olha só, quem mora aqui do lado é o síndico. Uma vez deu um bolo, um casal brigando, e ele não foi lá porque tem medo, imagina se meter em briga, coitado, ele só olha pra essa parede aqui do lado.

Em relação à organização de seu prédio que não tem zelador fixo, nem síndico, são os moradores que assumem algumas funções. Seu vizinho, por exemplo, é responsável pela função de síndico.

Tem a tal da Santa – ai, a santa! Eu quase morri quando bateu na porta uma senhora. Eu nunca tinha visto, eu sou da capital, isso pra mim é coisa do interior. (...) Onde é que nós vamos enfiar uma santa aqui? Eu imaginei uma coisa deste tamanho. Aí veio assim, uma capelinha assim, com uma foto duma santinha. E aí ficou aí, 24 horas. Aí ela já disse ‘Tu tem que depois levar pro outro, e pro outro e pro outro’ E essa santa roda. Eu levei pra alguém aqui desse prédio. É uma santa que tem que rezar umas coisas. É uma coisinha assim que tu abre uma janelinha (...). E foi legal assim, foi uma coisa de uma senhora, tem vários senhores. Uma viagem.

Lelé não conhecia esta tradição, pois seus pais não são “nada católicos”. Ela também não saberia dizer qual o nome da santa, só conta que é “a” santa e que, na verdade, para ela todas são iguais. Acha muito engraçado e suspeita que a santa seja uma proteção do prédio.

Horácio

É bem provável que um dos tipos mais excêntricos que habitam a escadaria, segundo afirma o morador Luís, seja Horácio. Desde a primeira vez, chamou a atenção pela maneira de se portar e se dirigir às pessoas, varrendo a escadaria e dançando com a vassoura enquanto cantava e gritava uma frase aos passantes. Nos primeiros contatos, Horácio quis ser identificado pelo codinome de “Comédia”. Após tangenciar sua vida através da vida de sua irmã, nos leva para o interior do apartamento de seu pai, sua casa em Porto Alegre. Traz do quarto alguns objetos-relíquias, lembranças de pessoas que conheceu em suas andanças por São Paulo, e das situações que passou. À medida que nos conta sua vida, vai ilustrando-a com um álbum de recortes de jornais e revistas e os originais de seu livro.

O livro de que nos fala, “Zé Contente”, foi lançado na Feira do Livro de 2003, durante sessão de autógrafos ao lado de escritores famosos. O personagem central da história por ele narrada remete a sua própria trajetória pessoal. Ela fala da mudança de um habitante de uma cidade como Porto Alegre, de menor porte, menos complexa, para uma metrópole como São Paulo. Para Horácio, foram os descaminhos encontrados nas grandes cidades que conduziram sua trajetória de agitos noturnos, consumo das drogas e, finalmente, a prisão.

Fala sobre as amizades que fez ao longo de sua vida e aquelas que construiu na Rua 24 de maio. Com isso, nos remete a refletir sobre as redes de solidariedade que os moradores das grandes metrópoles constroem entre si, conforme os grupos de interesses semelhantes, para conseguirem obter uma vida satisfatória diante do anonimato e da competição que caracteriza um grande centro urbano: “É importante e necessário ter um círculo de amigos e conhecidos – quanto maior, melhor – isso acaba facilitando as coisas pra ti sempre de alguma forma, quando tu tiver dificuldade em alguma coisa.”

Isto em Porto Alegre, pois, nos termos de Horácio, durante o tempo que esteve em São Paulo fez muitas “loucuragens, coisa séria mesmo”, e por causa disso, segundo ele, acabou preso, em um dos complexos do Carandiru. Após alguns anos fora, voltou e foi morar com o pai, ali na Rua 24 de Maio, no início deste ano. Durante as conversas informais nas escadarias, podia-se observar uma preocupação constante de Horácio com a

opinião de seu pai sobre ele, seu estilo de vida e sua forma de obter renda. Lamenta não ter a compreensão, por parte do pai, de que está, ao invés de “vagabundear, batalhando muito”. Por essa razão procura ajudar no que pode em casa, nos afazeres como a limpeza, por exemplo. Quando “Comédia” fica muito agitado, conta que “só a casa não basta para extravasar”. São nessas ocasiões que vai para a calçada, varrer a escadaria.

Das vezes que encontrei com ele para conversar, sempre me conta das várias situações às quais já passou, em diferentes momentos, inclusive antes de ir para São Paulo, quando era estudante e já ensaiava sua trajetória tumultuada. Aliado a isso, os seus guardados, objetos e lembranças, falam sobre o “grande museu de coisas insignificantes” (Bachelard, 1993, p. 50) pelas quais nos comovemos através de nossas lembranças mais profundas. Ou seja, segundo Gaston Bachelard, são as milhares de pequenas situações que geram infinitos pequenos pensamentos e que com o passar do tempo vão se acumulando, guardados, para serem lembrados durante nossos momentos mais íntimos. Nesse sentido, o relato das idas e vindas de Horácio nas “escadarias”, assim como as diferentes experiências que passou, fazem lembrar a canção “Toque de recolher”¹.

Reflexões sobre a experiência de etnografia de rua

À primeira vista, para uma formação inicial com a pesquisa antropológica em área urbana, a possibilidade de realizar uma incursão etnográfica em um lugar utilizado como passagem durante o deslocamento dos habitantes do Centro, a escadaria da Rua 24 de Maio, através das histórias e estórias de seus informantes, nos proporcionou muitas revelações. Durante a etnografia de rua me vinham recorrentes os comentários de Gaston Bachelard (1993, p. 150) a respeito “das impressões de intimidade, que mesmo sendo fugidias ou imaginárias”, têm uma raiz mais humana. Foi a busca do cruzamento das imagens dos moradores da escadaria, entre si e sua paisagem, que percebi, finalmente, que seus diferentes olhares sobre a escadaria, a declividade, o quintal, os cachorros, o barulho, me conduziram, através de uma “psicologia direta”, às impressões de intimidade deste lugar (Bachelard, 1993, p. 145).

1. “Troca de banda, troca de estilo, tudo que tinha quer substituir. Alguém tem que sentir, toque de reunir, simplesmente (...). Vai a um encontro, tenta um contato (...). Alguém tem que entender, toque de recolher, simplesmente.” Tatit, Luiz; Ozzetti, Ná. *Toque de Recolher*. In Ozzetti, Ná. *Estopim*. São Paulo: Ná Records/Estúdio Eldorado, 1999.

Na Rua 24 de Maio, o processo afetivo e exclusivamente humano – a intencionalidade e a necessidade de delimitar a paisagem, sistema material, e o espaço, que é um sistema de valores (Santos, 2000, p. 83) – é observado no quintal por ser o espaço preferido de Dona Marlete e Seu Luís. Nos termos bachelardianos, tem-se aí uma ilustração para a dialética do interior e do exterior – e que, em primeiro lugar, nos dá segurança para viajarmos em pensamentos, ao mesmo tempo em que nele nos refugiamos. Desta forma, segundo este autor, “o canto é a casa do ser” (Bachelard, 1993, p. 146-147), assim como o recanto do quintal para Dona Marlete.

Considero aqui que os informantes de minha incursão etnográfica nas “escadarias da 24 de Maio” são personagens que representam costumes, tradições, sentimentos e atitudes que herdaram de uma comunidade urbana e que se cruzam no tempo e no espaço local e na memória da cidade, transformando-a, por isso mesmo, em um “produto da natureza humana” (Park *apud* Velho 1973, p. 28).

Nesse sentido, foram os conceitos sobre cultura urbana dos citados autores da Escola de Chicago e da memória coletiva empenhada no projeto BIEV, os que permitiram ao trabalho de campo na captação de imagens e a voz dos *habitués* do espaço avançar, trazendo à luz a densidade das relações que os moradores das escadarias têm com este espaço da cidade de Porto Alegre. Agrega-se aí, a pertinência de retomar esses conceitos à luz do exercício de etnografia de rua, na rua, na escadaria. Tratava-se, desde aí, pensar as trajetórias sociais dos moradores da Rua 24 de Maio como parte da complexidade das suas trocas sociais em uma grande metrópole, e os laços de sociabilidade aplicados aqui para compreender a escala diminuta dos laços de vizinhança entre eles. Louis Wirth sugere aqui o termo comunidade (Wirth, 1973, p. 98-99), fruto das relações simbióticas ali existentes (Magnani e Torres, 1996, p. 24).

É importante ressaltar os diferentes regimes de ocupação na escadaria da rua 24 de maio, desde os diversos dias da semana, e até, em um mesmo dia, segundo os turnos e horários. Ainda que algumas atividades possam estar sobrepostas ou serem simultâneas, inclusive potencialmente conflituosas, geralmente poderiam ocorrer em diferentes horários, o que aqui não seria o caso, como o hábito de fumar maconha e a ida ao trabalho, que podem ocorrer ao mesmo tempo e no mesmo espaço.

Nesse aspecto, as tardes na escadaria são mais dispersas, no que diz respeito a eventos interditos pela moralidade das famílias que ali habitam. Porém, a partir do cair da noite, circula por ali uma parcela da boemia, frequentadora ou não da Cidade Baixa, que se situa ao final da “24”, ou do bar localizado na esquina da parte superior da escadaria. Além disto, em geral durante as manhãs e tardes, transitam tanto trabalhadores quanto jovens em

busca de uma pausa para um “baseado” ou “beck”, ou simplesmente um lugar para sentar e conversar. Nos dias “úteis” da semana há menos agitação, como pista de que os frequentadores da escadaria sejam estudantes e trabalhadores do Centro e região, ou frequentadores desses lugares. Nos finais da semana, destacam-se as brincadeiras e correrias das crianças durante o dia, e algum tumulto à noite e madrugada.

É possível que um dos fatores responsáveis pela atmosfera de eferescência social apontada pelos moradores da escadaria seja a convivência entre os diferentes ritmos de trabalho e de lazer, do legal e ilegal, que remonta desde a época em que este trecho dava acesso à fonte de água, ao mesmo tempo que dava acesso para a zona de prostituição, localizada no Beco do Oitavo, nos trajetos para os trabalhadores do Centro, ou ainda para a boemia chegar aos bairros Santana e Cidade Baixa.

F12



F13



Conforme observado em campo, o desconforto perante este clima de ambivalência moral pode ser vivido diariamente por parte de alguns dos moradores, tanto nos termos de uma indiferença quanto de insatisfação em relação ao que se passa fora do espaço de suas casas. Tal sentimento se mostrou de forma mais evidenciada nos momentos de relato a respeito das reformas pelas quais vem passando a escadaria.

Vale ressaltar que estas reformas têm por base o Projeto Revitalização do Centro, concebido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e devem ser orientadas conforme o Estatuto da Cidade. Seus artigos 36 e 37 apontam, com relação ao perfil desse lugar, para a necessidade de um “estudo de impacto de vizinhança”, que deve estar de acordo com os usos comunitários e com os efeitos positivos e negativos do empreendimento.

Tal estatuto se encontra ancorado, entre outros, pela própria Constituição Brasileira de 1988 e leva em consideração princípios básicos, como a comodidade da população usuária e o impacto em suas atividades tradicionais, além da qualificação ambiental. Entretanto, os informantes, ao mencionarem a obra, demonstram insatisfação com relação à qualidade dos materiais utilizados, à estética da obra em relação a do lugar, à falta de praticidade em alguns trechos, à altura inadequada do corrimão e ao excesso de estrutura metálica, que causa desconforto visual e, por isso, falsa segurança.

Nesta pesquisa, os primeiros contatos com os moradores e *habitue*s locais foram feitos durante a etnografia de rua, sendo que, na maioria das ocasiões, ocorreu rápida transição, por parte dos entrevistados, do

plano da rua para o interior de suas residências – casas ou apartamentos. Situação que evoca as palavras de Georg Simmel (1996) a respeito da “capacidade humana específica diante da natureza, promovendo cortes na continuidade infinita do espaço”. Tal foi o caso da porta das residências dos moradores, que conduziram a pesquisa, do universo da rua para o universo íntimo dos seus informantes, suas casas e cantos. Em certos casos, alguns informantes, provavelmente em razão da composição de sua rede social na região, e mesmo para fora dela, passam a contribuir com a etnografia conduzindo a outros moradores da escadaria e regiões vizinhas. Estes foram os casos de Dona Marlete, atuando junto a Associação de Moradores do Centro, de Lelé, participando de associações ambientais de Porto Alegre, e Horácio com seus contatos literários.

Pensando as diferenças entre um encontro etnográfico na escadaria e outro em um bairro de altas camadas sociais em Porto Alegre, poderia uma conversa com o pesquisador, iniciada na rua, ultrapassar com a mesma velocidade as fronteiras do portão central do prédio? Ou se restringiria à pracinha, ao jardim, ao *hall*, sob os olhos do porteiro, a espaços internos coletivos e formais do condomínio. São só especulações, afinal são poucos os trabalhos que realizaram etnografias junto a grupos sociais de camadas altas em Porto Alegre e, neste momento penso na dissertação de mestrado de Elena Salvatori “Nem tudo que reluz é ouro...” (1996). No caso da escadaria da Rua 24 de Maio, a espacialidade viabiliza a troca social entre moradores locais, da redondeza e dos passantes.

CAPÍTULO 9

ETNOGRAFIA DA E NA RUA DA PRAIA: COTIDIANO, MEMÓRIA E FORMAS DE SOCIABILIDADE NO CENTRO URBANO PORTO-ALEGRENSE

Thaís Cunegatto

Cornelia Eckert (orientação)

O centro urbano porto-alegrense é o contexto da pesquisa deste artigo. A etnografia de rua na “Rua da Praia”, nome antigo que mora ainda na memória dos habitantes da cidade da atual Rua dos Andradas, é o método que privilegiei no estudo antropológico nesse contexto, desenvolvida em 2007 e 2008 (Cunegatto, 2009). O lugar é o centro da cidade, que se caracterizou ao longo do tempo como um território de enraizamento de trocas sociais marcadas pela heterogeneidade social e cultural dos indivíduos e/ou grupos que por ele foram atraídos. De acordo com a historiadora Maria Luiza Martini (1997), a Rua da Praia foi o primeiro espaço público e popular de Porto Alegre, quando esta ainda se constituía enquanto uma sesmaria pertencente a Jerônimo D’Ornelas. Próxima ao Porto de Dorneles, posterior Porto dos Casais, a Rua da Praia era a via pública na qual os açorianos vindos de Santa Catarina, por ordem real, instalaram-se em 1752. Constituindo-se assim não apenas a primeira, mas também a mais importante via na qual a posterior cidade de Porto Alegre se expandiu.

A Rua da Praia está situada hoje no centro urbano da capital do estado do Rio Grande do Sul e mantém sua característica de uma “via pública”, não escapando assim, de ter algumas características próprias de qualquer território central de uma metrópole brasileira, tais como a efervescência urbana, o fluxo contínuo de pessoas e o comércio intenso tanto formal quanto informal.

A zona central de Porto Alegre é marcada pela mescla do novo com o antigo em suas edificações. Tem-se por um lado casarios antigos, de valores históricos imensuráveis, que são tomados como patrimônio da cidade e, submetidos ao

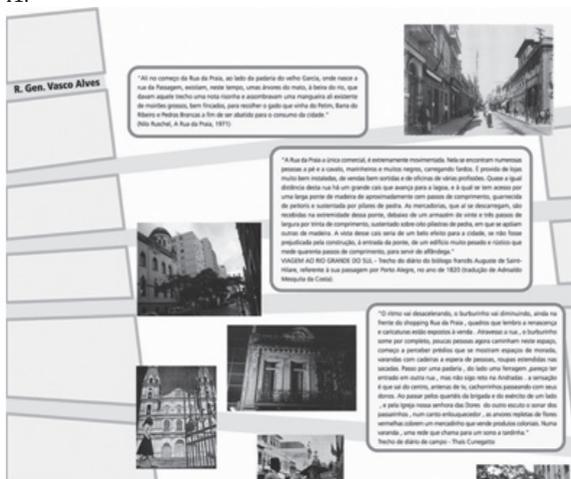
zelo, com uma imensa intenção de preservação monumental por parte do poder público. Por outro, há grupos urbanos que dialogam diariamente através de suas práticas cotidianas com este espaço urbano configurando e reconfigurando suas feições. É assim, neste diálogo entre o espaço edificado e o espaço vivido que se desenham alguns conflitos urbanos, tais como os projetos de “revitalização” dos centros urbanos que perpassam o cenário brasileiro e a relação deles com os que usufruem desses espaços.

Como um espaço popular, uma rua ou mesmo uma via pública que assume uma importância singular na construção e consolidação da história da cidade de Porto Alegre, a Rua da Praia abriga diversas narratividades sobre ela. Essas distintas narrativas são oriundas dos diversos atores sociais, quais sejam: moradores antigos, novos, *habitués*, habitantes que constroem um universo polifônico que busco sobrepor em uma espécie de mosaico interpretativo, pois a intenção desta etnografia é problematizar, no tempo, estas múltiplas memórias na busca de uma trama entre o presente e o passado, o vivido e o lembrado.

Este artigo retoma a pesquisa desenvolvida no curso de mestrado², enfatizando a produção de imagens e se coloca dentro de um tema amplamente abordado por Roberto Da Matta (1985), que é a relação entre a casa e a rua, priorizando como metodologia de estudo antropológico a etnografia de e na rua (Eckert e Rocha, 2002, 2009). Neste sentido, pensar as práticas cotidianas, as sociabilidades pulsantes da cidade de Porto Alegre a partir da Rua da Praia, faz ecoar uma polifonia de vozes que narram este espaço que pode ser visto ora como morada, ora como passagem, ora como casa, ora como rua. A casa e a rua, de acordo com o autor, estão em uma relação complementar de oposição, pois “a rua tem seus espaços de moradia e/ou de ocupação, e a casa também tem seus espaços arruados” (Da Matta, 1985, p. 48). É, assim, neste interstício que a experiência de pesquisa de campo no centro capta ao compartilhar junto com moradores um tempo de pesquisa, adentrando seus cotidianos no centro, na praça, na rua. Como uma “sala de visitas” de suas casas, aceitam a proposta de uma entrevista ou uma conversa informal como com os *habitués* e transeuntes que cruzam a rua em uma relação efêmera. Nessas vivências ouvimos e observamos e captamos imagens que dão contexto ao centro em suas distintas esferas de significação que Da Matta (*idem*) denomina “subespaços” que abrigam temporalidades em suas continuidades e descontinuidades (Eckert e Rocha, 2005).

-
2. Thaís Cunegatto. Etnografia na Rua da Praia: Um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Orientadora*: Cornelia Eckert

11.



Em meio a estas distintas esferas de significação, Gilberto Velho (1996) nos aponta a importância do estudo das metamorfoses no âmbito das sociedades modernas contemporâneas.

“A diversidade de contextos, a amplitude de uma série de questões como a da metrópole, a multiplicidade e descontinuidade entre domínios e províncias de significado, levaram à formulação da noção de metamorfose, que procura dar conta da singularidade dessas experiências. O repertório simbólico e o campo de relações sociais, simultaneamente, possibilitam e estimulam mudanças drásticas no desempenho dos referidos papéis. Ou seja, as mudanças de contexto e de domínio produzem situações em que o indivíduo altera de modo bastante significativo não só suas atividades no mundo prático, como sua própria autorrepresentação.” (Velho e Kushnir, 1996, p. 97)

Ainda assim, uma pesquisa exploratória me permitia afirmar que a Rua da Praia é marcada por grupos heterogêneos que se unificam no termo “camada popular” ou mesmo “classe baixa”, sendo esta composta por pessoas sem grande poder aquisitivo, trabalhadores do terceiro setor, aposentados, engraxates, vendedores de cafezinho, prostitutas. São estes personagens que constituem esta rua enquanto trabalhadores ou frequentadores assíduos, conformando-se como *habitués* desse espaço público em que se sociabilizam, que constroem suas identidades enquanto personagens pertencentes ao “Centro”.

F1



F2



F3



Dentre os diversos discursos que emergem deste cenário urbano, analisei como mais um ator deste espaço público a ação e agência do estado que se formaliza na incorporação de um projeto de revitalização conhecido como “Projeto Monumenta”³, cujas ações vêm sendo realizadas no centro de Porto Alegre, bem como em outros centros de capitais brasileiras. Nesse sentido, este programa de recuperação patrimonial prevê um processo de reeducação e remodelamento dos personagens que desfrutam o espaço a ser restaurado, ou seja, não apenas o espaço como as práticas sociais e cotidianas devem ser “restauradas”.

Outrossim, trago as tensões urbanas que emergem destas relações entre personagens urbanos entre si e estes em relação à ação do Estado, entre a “casa, a rua e outro lugar”, como nos aponta Da Matta (1985), para tentar elucidar a forma que atores sociais distintos, com estilos de vida e *ethos* diferenciados disputam e vivenciam o mesmo espaço urbano, neste caso a Rua da Praia e seus vários fragmentos.

Embebida nos estudos da memória coletiva trato a cidade “objeto temporal” (Eckert e Rocha, 2005) através das escutas das narrativas emergentes dos personagens urbanos e da reconstrução de seus itinerários urbanos no desvendamento das camadas temporais da Rua da Praia e da cidade de Porto Alegre.

“Tomar a cidade como objeto temporal significa, contemplar-se o acontecimento urbano a partir seja da imagem mnésica que este sugere aos atores sociais, seja do fundo comum de sentido ao qual pertence. Espelhando referências culturais de um passado coletivo, a vida urbana recompõe-se em um tempo coletivo. Trata-se de reconhecê-la através das narrativas e dos itinerários de indivíduos e grupos.” (Eckert e Rocha, 2005, p. 88).

A Rua da Praia se constitui na voz de cronistas e moradores antigos de Porto Alegre enquanto um espaço de glamour, uma rua majestosa que abrigava personagens ilustres provindos de camadas sociais mais favorecidas economicamente que desfilavam por suas calçadas, por exemplo, praticando o *footing*.

O centro de Porto Alegre, mais especificadamente a Rua da Praia, era o espaço dos intelectuais e da alta sociedade, um lugar destinado às belas moças que passeavam com seus chapéus e flertavam com os honrosos moços da sociedade. Este cenário de outrora se modifica drasticamente nos dias atuais. A chamada “degradação do Centro” vem sendo motivo de discussão por parte de várias ins-

3. De acordo com o site do ministério da cultura o Monumenta se caracteriza como “ Um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem como objetivo principal atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas.”

tuições e órgãos públicos. Os atores sociais se alteraram. Ao invés de um grupo urbano marcado por seu poder de capital econômico, nos termos de Pierre Bourdieu (1998), encontra-se hoje a denominada “classe popular”, ou seja, atores sociais desprovidos deste capital econômico.

A Rua da Praia hoje não é mais composta por cafés glamourosos, confeitarias elegantes, lojas da alta sociedade, que exibiam em suas vitrines as últimas tendências da moda. Suas calçadas foram tomadas por tapetes de plásticos que tapam as ondulações em preto e branco desenhadas no chão, em cima deles, artigos como DVDs, roupas, sapatos, bonecas, acessórios, guarda-chuvas. Constitui-se aí um grande centro de compras da dita classe popular no qual são disponibilizados produtos a baixos preços por vendedores ambulantes, tidos como ilegais e/ou camelôs. O lugar ainda marcado pela efervescência se transfigura. No lugar de vestidos longos, salto alto, chapéu, calçado engraxado e sombrinhas protetoras do sol de outrora, encontramos chinelos, bermudas e camisetas espalhados na “vitrine popular” que é o chão.

F4



F5



F6



Este centro urbano porto-alegrense é um universo polifônico, cujas distintas vozes dialogam, disputam e comungam. Caminhar na Rua da Praia buscando o exercício da prática etnográfica, em uma espécie de “aventura antropológica” de deixar-se surpreender pelos fenômenos urbanos rememorando as narrativas que dele emergem, faz ecoar sons e imagens de hoje na “ressonância das imagens de outrora” (Eckert e Rocha, 2005).

Segundo Patrícia Rodolpho (2001), em seu ensaio sobre a Rua da Praia, essa “desvalorização” da área central de Porto Alegre gera para os habitantes de classe média e alta um imenso desconforto, criando a repulsa destes em relação a esta zona dantes exaltada pela sua magnitude e efervescência cultural. Esta transformação de atores sociais no palco deste cenário urbano gera tensões e conflitos que são negociados no viver a cidade.

Nesse sentido, encontramos a fala de uma moradora do Bairro Menino Deus, que narra em uma caminhada pelos pontos históricos e culturais do Centro – evento promovido pelo Programa Viva o Centro a Pé –, seu ponto de vista a cerca do Centro. Suas impressões se dão em dois sentidos: uma destaca a beleza patrimonial do centro da cidade, neste aspecto surge uma interjeição como esta colocada por uma participante da caminhada: “Nossa, como é bom ser turista da própria cidade!!! Não conhecia esta beleza, vivo em casa, durmo até meio dia, nunca saio”. Em outro sentido, não antagônico, ela narra seu desprezo acerca deste espaço quando uma senhora começa a conversar conosco e se apresenta como moradora do Centro. A reação da moradora do bairro residencial de camadas médias Menino Deus é de repul-

sa: “Nossa, mas não é horrível morar aqui?! O bairro Centro é a escória, nele estão os camêlos que são ex-presidiários, eles sugam as nossas energias, se tu deixar eles te passam a perna”, afirma ela. Quando pergunto o porquê de seu passeio no tão desprezado centro de Porto Alegre, ela reafirma: “Para passeio, como turista,oras...”.

Concebendo a cidade de Porto Alegre como uma metrópole e a Rua da Praia como a “artéria principal” desta metrópole, podemos perceber a importância do comércio que para uns é motivo de desgosto e para outros de orgulho. O que ressalta aqui é que esse comércio faz pulsar essa rua, seja o formal ou o informal e as distintas relações que são geradas na e a partir da troca monetária, relações essas por vezes efêmeras, por vezes duradouras. Sendo a rua o espaço do comércio, é também o espaço da sociabilidade.

Segundo George Simmel (1967), a metrópole é a sede de uma multiplicidade de papéis sociais que são colocados em interação através de uma lógica da modernidade que é pautada na individualidade. Nesse sentido, o autor descreve os espaços urbanos como espaços onde as relações se dão a partir do comércio, da circulação de moeda, pautada em uma lógica monetária e na divisão social do trabalho onde o indivíduo é multifacetário e possui a liberdade de vivenciar os diferentes aspectos de sua identidade, acionando seus distintos papéis sociais.

Pensando o espaço urbano não apenas através de uma lógica do comércio (transeuntes, vendedores, compradores), mas também como um espaço de morada, trago para esta discussão teórica Roberto Da Matta que, ao lidar com os conceitos de casa e rua, amplia a reflexão enfatizando que não estamos lidando apenas com dois espaços, mas também com duas temporalidades que abrigam lógicas distintas, mas complementares. O tempo da casa, para o autor, é um tempo cíclico que se reproduz todas as vezes que alguém deixa a casa ou entra na casa. O tempo da rua “é um tempo linear: duração cumulativa e histórica. Uma temporalidade impessoal que não dá nenhum direito a saudade ou a reversibilidade plena” (Da Matta, 1985, p. 51). Pensando nessa lógica complementar exposta pelo autor, se coloca a questão “e quando a rua é a casa?”. Se concebermos que para alguns desses transeuntes e *habitués* o espaço da Rua da Praia se constitui como um espaço de construção de identidade e de laços sociais, cujas narrativas da rua constroem a narrativa de si e a falar de si, isso também é narrar a Rua da Praia.

As relações de reciprocidade estabelecidas entre os *habitués* da Praça da Alfândega (praça situada na parte central da Rua da Praia) podem apontar para algumas destas reflexões cujas identidades se constroem neste interstício entre a rua e casa: o espaço da praça que tem ao seu entorno museus, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Santander Cultural, e no seu interior um espaço bem arborizado que abriga distintos grupos urbanos que se sociabilizam neste espaço. Conversando com Cândido um destes *habitués* da

Praça da Alfândega e, portanto também da Rua da Praia ele me descreve estes diversos grupos:

Aqui tem de tudo: tem os caras ali que jogam dama, fazem até campeonato, estão sempre aqui; tem os aposentados que ficam perto dos engraxates, tem as prostitutas, tem os feirantes da feirinha ali atrás e tem nós. Aqui todo mundo se conhece e sabe da vida de todo mundo, se tu continuar vindo aqui, vai saber também, dá até pra escrever um livro.

O “nós” a quem Cândido se refere é o grupo com o qual me relacionei. Entrei nesta rede através de Frida que me apresentou a Vera, a Alemoa, e o Cândido, conhecido como professor. Grupo esse que se encontra todas as tardes na Praça da Alfândega para conversar, comer bolo, chorar e sorrir.

F7



Frida é uma senhora de 80 anos de idade, nascida em Dois Irmãos que trabalhou na lavoura por muitos anos e depois da morte de seu marido migrou para Porto Alegre com o filho, trabalhando como empregada doméstica por muitos anos. Quando pergunto a Frida sobre a importância da rua e da praça, se eram os amigos ou o que seria, ela me responde:

Não, amigos eu tenho sim, venho aqui há 30 anos, fiz vários amigos, uns já morreram, outros se mudaram, tenho umas amigas aqui, mas venho aqui e me sento todos os dias na frente deste prédio para me lembrar de meu filho, que trabalhava ali ó, naquele andar, venho matar a saudade, parece que a qualquer momento ele vai sair dali (apontando para uma placa do prédio verde, na frente do banco em que estamos sentadas).

Frida, que concorda em conceder entrevista e ser protagonista de várias fotografias que tirei dela e de amigos seus na praça, relata que mora em um quarto de hotel na Avenida Farrapos, zona marcada pela existência de prostíbulos. Com uma aposentadoria de um salário mínimo e com ajuda de seus amigos da Praça ela se sustenta. Seu filho mora na cidade de Dois Irmãos e, segundo ela, por causa da nora que “não gosta de velhos” ela pouco o vê. Sobre este assunto, Cândido me conta em segredo que a maioria dos velhos que ali estão e fazem parte deste grupo (que ainda não conheço por completo) são velhos solitários e carentes que vão ali para o tempo passar e ter com quem conversar porque “estão abandonados e não tem ninguém”. O “professor”, como Cândido é conhecido, me relata outros três casos de senhores que sempre estavam ali e que se encontravam na mesma situação de Frida, um deles até mesmo já havia morrido. Este senhor que não conheci se chamava Jarbas e sobre ele Frida me conta: “Ele teve uma morte feliz, morreu aqui no banco da Praça.”

Através da etnografia da duração, que “vislumbra o tratamento da memória como conhecimento de si e do mundo, a partir do trabalho de recordar narradas pelos sujeitos” (Eckert e Rocha, 2005, p. 88) desvendo na escrita etnográfica esses micro dramas que se relacionam as formas de ocupar os espaços cotidianos e como esses são concebidos e ocupados por seus atores sociais diversos. Outra referência importante para o estudo da memória coletiva é o artigo de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2004). No texto o “Antropólogo na figura do narrador” trazem a discussão entre tradução/traição nos acenando para os conflitos e tensões da escrita etnográfica, mostrando que esta tensão não é apenas de uma ordem da língua a ser dominada ou exercida, e também uma questão que se resolve no próprio trabalho de campo. O tal “escrever aqui” de Clifford Geertz é uma questão ética/estética a ser resolvida no lá do trabalho de campo.

Nesse sentido, encontra-se o caráter político do ato de narrar, pois como diria Rancière (2005) a escrita e a leitura são práticas exclusivas que pretendem

um comum partilhado. Este comum compartilhado se constitui como a matéria prima do trabalho de campo, como um pressuposto do processo etnográfico e os suportes nos quais serão narrados esta experiência devem imprimir este processo de alteridade. Segundo De Certeau (1994) a escrita é um retorno de si para si que busca trazer o lá, a oralidade para seus domínios.

Pensando a questão de narrar a cidade vivida pelo próprio antropólogo, não se pode ignorar o fato de que este “observar o familiar” deve estar imbuído de um ato político de narrar tensões de classe, estilos de vida e apropriações de espaço, como o da Rua da Praia, que atuam em lógicas diferenciadas. O cenário urbano, nos estudos das sociedades complexas, segundo Ruben Oliven (1980, p. 35), apresenta uma aparente homogenização das classes sociais nos centros urbanos devido à intensificação capitalista industrial, porém, ressalta os perigos desta análise que não leva em conta que este processo de acumulação de capital diferencia os habitantes das sociedades brasileiras de forma desigual e assimétrica e que as classes baixas podem oferecer resistência à difusão destas “orientações culturais padronizadas”. Nesse sentido, ressalta o autor que diferentes grupos sociais têm práticas e orientações diferenciadas no que tange “aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social, tais como questões políticas” (ibidem, p. 35).

No caso de nossa pesquisa, é o centro que está em jogo nas memórias dos interlocutores. Neste sentido, a colaboração do estudo sobre centros urbanos de Antônio Arantes em sua análise sobre a cidade de São Paulo. Diz ele que os centros têm uma grande tendência para o “crescimento do número dos pontos de pernoite e da população que dorme nas ruas do centro” (Arantes, 2000, p. 144). Para o autor, este quadro deve-se a elevada pauperização das classes populares que desencadeia “paisagens onde a vernácula pobreza e a diferença cultural – em suas várias feições – interpelam e situam socialmente as fachadas de cristal globalizadas, que por seu turno as refletem, politizando o espaço urbano” (ibidem, p. 145).

Esta migração das classes populares para os centros urbanos faz emergir a tensão colocada no espaço urbano: Rua da Praia. De um lado, uma discussão patrimonial que busca salvaguardar os monumentos, as praças, os prédios históricos através de um processo de uma “reeducação patrimonial de utilização do espaço público”, como prevê o projeto Monumenta que vem sendo implementado no centro de Porto Alegre. De outro, o cotidiano desses *habitués* que vivenciam esse espaço urbano, se apropriam destes “pontos de amarração” (Bosi apud Arantes, 2000, p. 40), da memória da cidade através de suas práticas cotidianas e sociabilidades que se confrontam com a lógica de preservação patrimonial.

Esse conflito está imerso em uma complexidade de sentidos e representações entre o que tange a ordem do vivido e a do oficial “não podendo analisá-lo de uma forma unilateral que pressupõe a simples acomodação da

classe popular a este sistema de regras e de conduta previsto pelos órgãos oficiais para a utilização do espaço público” (Arantes, 2000, p. 122), pois as representações que fazem do centro aqueles que habitam suas praças e ruas não são diferentes aos marcos e monumentos da paisagem oficial. Ao contrário, elas articulam experiências sociais a um espaço, dando-lhe um contexto e significações populares.

Seguindo os passos do historiador francês Michel De Certeau em sua análise sobre a invenção ou reinvenção do cotidiano (1994), vemos a existência de uma dinâmica do social articulada por seus atores no viver cotidianamente esta cidade que é palco e ao mesmo tempo objeto destas tensões. Sendo assim, esses atores sociais na rua da Praia, nos oferecem a ler complexas estratégias e astúcias diversas com que negociam os sentidos de pertença aos espaços urbanos na vida cotidiana. Nessas formas de viver, vão criando e reproduzindo os múltiplos sentidos de durar nas ruas da cidade, e aqui, em especial, na Rua da Praia, centro efervescente da cidade.

CAPÍTULO 10

ETNOGRAFIA NA RODOVIÁRIA: FLUXOS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS EM UM ESPAÇO COSMOPOLITA

Fernanda Rechenberg

Ana Luiza Carvalho da Rocha (Orientação)

A proposta deste ensaio é pensar a rodoviária como um espaço de encontro, refletindo acerca das ideias de cosmopolitismo de Gustavo Lins Ribeiro, Ulf Hannerz e Marshall Sahlins. O cosmopolitismo é aqui estudado a partir de depoimentos de trabalhadores da rodoviária de Porto Alegre, que já passaram por um processo migratório ou que são permanentemente atravessados por deslocamentos e, portanto, por diferentes culturas, *ethos* e visões de mundo.

Pensar a rodoviária como um espaço cosmopolita requer uma abordagem singular da noção de cosmopolitismo, ou ainda requer explicitar o termo para tentar justificar sua utilização na etnografia de um espaço como a rodoviária. Ulf Hannerz (1990), em artigo sobre cosmopolitas e locais, menciona a mudança na concepção de cosmopolitismo ao longo de diferentes décadas, citando um estudo de Robert Merton em que este aponta na Segunda Guerra Mundial o sujeito cosmopolita como aquele que ultrapassava os limites da localidade na qual habitava, vivendo inserido em uma estrutura de nação. Hoje, segundo Hannerz (1990), é a integração internacional que determina a universalidade. Uma cultura mundial é criada através de um entrelaçamento de culturas locais diversificadas, sem o apoio nítido de um território específico. Para o autor, a ideia de cosmopolitismo não está necessariamente e unicamenteligada ao deslocamento concreto, mas antes, a um estado mental tal como o sugeria Georg Simmel (1979), uma forma de administrar o significado que revela uma orientação e uma forma de se envolver com o Outro.

A preocupação de Hannerz em precisar o que é ou não cosmopolita limita a proposta deste trabalho se for seguida à risca. Isso porque a rodoviária acolhe pessoas com diferentes rotas e motivações de deslocamento; ao se pensar um espaço – e não um grupo social – como cosmopolita, corre-se o risco de ampliar demais o conceito de cosmopolitismo, incluindo tra-

jetórias pessoais de deslocamento que não necessariamente se enquadram na proposta de Hannerz, que prevê no processo cosmopolita uma alteração profunda das estruturas de significado (1990, p. 252). O cosmopolita, segundo o autor, precisaria relacionar-se com uma pluralidade de culturas consideradas entidades distintas, familiarizando-se com estas (1990, p. 253). Se para Hannerz o verdadeiro cosmopolita não negocia com a outra cultura, mas aceita-a como um todo, adoto aqui uma posição negociada com o próprio autor, relativizando sua noção de cosmopolitismo, aceitando algumas de suas proposições e recusando outras. Para o caso de meu universo de pesquisa – a rodoviária de Porto Alegre – é o agenciamento da forma de contato cultural adotada pelos informantes que apresento nesta etnografia neste espaço urbano.

Assim, mais vale apropriar-me da noção de cosmopolitismo como um estado mental de abertura à cultura do Outro, mesmo tendo em mente a insuficiência desta pesquisa para responder sobre o estado mental cosmopolita dos viajantes, trabalhadores e frequentadores da rodoviária. De qualquer forma, a relação destas pessoas com o deslocamento (de si ou do Outro) incorpora, se não uma abertura consciente à cultura do outro, uma inevitável convivência. Neste sentido, a rodoviária é percebida como um lugar de encontro de diferentes trajetórias sociais e mesmo culturas, que se deslocam ou se constituem no próprio deslocamento e na incorporação da diferença.

A ideia de uma etnografia no espaço da rodoviária inspira-se na proposta de James Clifford (1997) de pensar o campo em termos de fluxo e não como um lugar espacialmente determinado. Sigo igualmente a proposta de Ana Lúiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert de dimensionar uma etnografia de rua na cidade, tratando dos fluxos da vida cotidiana e operando com as imagens que configuram a cidade (Eckert e Rocha, 2002) e, no nosso caso, tanto imagens fotográficas quanto sonoras, que desenvolvo no âmbito do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

Em artigo que critica a concepção clássica de campo em antropologia e a supressão do encontro etnográfico nos relatos, Clifford aponta os perigos de se confundir a noção localizada de campo com a ideia de cultura, problematizando a delimitação do campo no tempo e espaço. De modo geral, o que fica de fora dos relatos antropológicos é justamente o amplo mundo global de importações e exportações interculturais no qual o encontro etnográfico está imerso.

O que está em jogo, na proposta de Clifford, é a própria concepção de cultura, na medida em que questiona a ideia de cultura como um corpo enraizado que cresce, vive e morre. Historicidades construídas e disputadas, lugares de deslocamento, interferência e interação são ideias mais adequadas a esta nova proposta. Nesta perspectiva, uma série de atores sociais, que ficaram marginalizados dos relatos etnográficos por não caberem em uma concepção mais fechada de cultura, pode vir à tona: é o caso dos missionários, peregrinos, turistas,

criados, mercadores, *mixed-blood*, etc.

Para o caso deste estudo, elaborado a partir da etnografia de um espaço que alude ao deslocamento e está inserido em uma grande cidade, trago em mente os escritos de Georg Simmel (1979) sobre a vida na metrópole, que para o autor se caracteriza pela agregação de pessoas com diferentes interesses, integrando suas relações e atividades em um organismo altamente complexo, que é a cidade. O intenso intercâmbio social na metrópole nos coloca a impossibilidade de se pensar a cidade como campo isolado.

Na linha do que Clifford aponta ao entender a cultura no próprio deslocamento, Ulf Hannerz, desconstrói a ideia de local como tipo ideal no estudo das culturas, as entendendo como vinculadas a interações e relações sociais que não estão restritas a limites territoriais – culturas relacionadas por redes amplas em termos espaciais. Assim, podemos pensar que as culturas misturam-se e sobrepõem-se em espaços concretos – ou mesmo no deslocamento. A rodoviária vem a ser um desses espaços de encontros da vida social contemporânea que, por oferecer ligação terrestre com diferentes cidades, estados e países, oportuniza uma experiência de intercâmbio cultural e de estilos de vida.

F1



F2



F3



F4



F5



F6



Sociedades complexas e trajetórias sociais na rodoviária

Com base nos comentários de Gilberto Velho (1981) a respeito das sociedades complexas, aborda-se a rodoviária não apenas como inserida neste contexto, mas também como um espaço representativo de uma sociedade complexa moderno-contemporânea dentro da cidade. Segundo este autor, um dos aspectos que caracteriza as sociedades complexas é a existência de heterogeneidade cultural, no sentido da coexistência de uma pluralidade de tradições com bases

étnicas, ocupacionais, religiosas, etc., que dão origem a um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados, associados a uma permanente troca cultural através de migrações e viagens.

As noções de projeto e campo de possibilidades deste autor nos ajudam a compreender não só o fenômeno da migração, que encontra na rodoviária um de seus espaços principais, mas também das trajetórias diferenciadas de indivíduos e/ou grupos sociais no interior de uma mesma sociedade. A rodoviária, como um lugar de trocas e encontros, é repleta de trajetórias e biografias emblemáticas de um quadro sócio-histórico e cultural. A migração de cidades do interior para a capital, tão corrente nas falas dos trabalhadores da rodoviária, revela muitas vezes um projeto de ascensão social. Interagir com Jair, na lancheria da Rodoviária, permitiu conhecer uma narrativa com essas imagens da memória.

A maioria aqui na rodoviária. São vários do interior aqui ... que vieram e ficaram. (...) Eu sei que eu vim pequenininho. Com a roupinha tudo suja de bolo frito (risos). Fazer bolinho frito naquelas rodas de carreta, assim, numa frigideira. É meu amigo, isso aí não tenho vergonha de dizer. (...) Me criei caçando de bodoque. Aqui dizem funda, né, mas eu chamava de bodoque. Caçando mas pra comer, né, nunca botei fora uma, caçava e matava pra comer. E pescando na beira do rio peixe, chegava naquelas tapera...aqueles campo bonito assim, porque lá todo mundo se conhecia, né, então tu podia entrar nas propriedades, caçar e coisa, conhecia o dono, tudo, não tinha problema, então era liberado...aí tinha aquelas tapera, laranja, bergamota, tudo que era fruta, tu chegava e comia à vontade, não tinha problema. Fome não se passava nunca. Aí sempre foi, até o dia de hoje é pobre né, a gente é pobre mas...lá era mais pobre ainda, então...mas fome não se passava. Sempre tinha fruta, sempre tinha tudo. Só a gente não tinha um chinelo, um sapato pra botar, sempre de pé descalço...se tivesse era um parzinho só pra ti ir numa festa, numa coisa. Geralmente tinha aquelas festas de igreja...aí tu ia, guardava pra ir pra festa. Mas, a maioria andava de pé descalço na lavoura, no milho, no soja, carpindo, cortando...e assim vai, né. E a vida ensina muito...a gente aprende muito, dia a dia, amadurece. (Jair, caixa de lancheria).

F7.



O ato e a possibilidade de escolha dos indivíduos, em oposição à determinação do grupo, são o ponto de partida para a formulação de um projeto. Os projetos, ainda que reconhecidos como individuais, são construídos a partir de experiências socioculturais, elaborados a partir do que Gilberto Velho denomina campo de possibilidades, ou seja, um recorte circunscrito histórica e culturalmente. Falar de projeto individual no contexto de sociedades complexas requer a consciência da interpenetração de diferentes mundos e a fluidez das fronteiras culturais. Nesta perspectiva, a construção de um projeto social se constituiria pela vivência de interesses comuns, reunindo membros de uma mesma classe social, grupo étnico, religião, vizinhança e mesmo família.

Este trabalhador de uma lancheria na rodoviária descreve a semelhança de seu projeto individual com a trajetória de seus irmãos mais velhos, que já haviam abandonado o lugar de origem para tentar a sorte em Porto Alegre.

Eu era pequeno, tu vê, tinha sete anos...seis, sete anos eu trabalhava na lavoura com o pai direto...carpia, era as lavoura de milho e coisa...era só eu o pai e a mãe porque os outros irmão tudo aqui em Porto Alegre, tudo pra cá com quinze anos...então é assim.

(...)

Vieram trabalhar, já ficaram tudo aqui na rodoviária, eu tô aqui porque eles tudo trabalharam na rodoviária também...á agora eles foram e eu fiquei. Um foi pra Mato Grosso, outros foram pra outros lugares e quem restou fui eu, eu sou o mais novo, né, são cinco homens. (Jair, caixa de lancheria).

Mesmo com um projeto comum, a singularidade de cada trajetória e de cada projeto inserido em um campo de possibilidades delineou diferentes rumos para estes irmãos. A partir dos comentários de Gilberto Velho sobre projeto individual, é possível compreender uma inicial semelhança nos projetos de membros de uma mesma família, que tendem a se diferenciar frente às especificidades de cada um, bem como à originalidade das experiências em sua trajetória na capital. Nesta perspectiva, defrontamo-nos com a complexidade e a diversidade de trajetórias delineadas a partir do encontro com o campo de possibilidades representado pela rodoviária como porta de entrada de uma “cidade grande”. A ideia da dinamicidade dos projetos, ou seja, de sua possibilidade de transformação frente à ação de outros sujeitos e às mudanças sócio-históricas também nos ajuda a compreender a diversidade nas trajetórias dos irmãos.

Lugar de origem e lugar de morada

A terra natal quando, vista sob a perspectiva da metrópole, é em muitos casos idealizada como um lugar onde os perigos e o lado negativo, referente à impessoalidade, pobreza e violência da grande cidade não existem. Marshall Sahlins, em artigo que reflete sobre os processos migratórios da população samoana, fala desta idealização como produto ideológico do sistema intercultural (Sahlins, 1997, p. 12). A ideia de que “lá todo mundo se conhecia, e fome não se passava nunca”, presente nos relatos, reforçam a visão da terra natal como um lugar onde sobrevive um estilo e vida tradicional. Para Sahlins, as visões respectivas que os setores moderno e tradicional têm um do outro mantêm a circulação entre eles.

O não retorno à terra natal e a constituição de uma nova família na metrópole, como no caso de Jair, aponta para aquilo que Sahlins denomina as “vantagens da cidade” (ibidem, p. 10), e que exprime uma assimetria complementar presente na sociedade transcultural, onde o setor moderno desfruta de certa superioridade. A alta divisão econômica de trabalho, a variedade diversificada de serviços e a proposta de liberdade individual (Simmel, 1967) fazem da metrópole um espaço de atração.

Sahlins também utiliza a ideia de “ampliação do mundo”, referindo-se ao acesso conquistado pelos samoanos aos produtos de uma divisão de trabalho internacional. Trazendo esta ideia para uma escala diminuta, podemos

associar a migração dos interioranos para a capital, tomando esta como um centro cosmopolita, a uma forma de conquista de novas possibilidades de trabalho e estilos de vida. A rodoviária de Porto Alegre reúne muitos relatos e apresenta de maneira concreta a circulação de pessoas que têm na capital o lugar de destino de uma viagem, que contém em si a expectativa de mudança ou ascensão social.

As possibilidades almeçadas pelos migrantes nem sempre se concretizam, como nos informa o relato de dois taxistas que acompanham diariamente o movimento da rodoviária.

É, aqui circula muita gente, aqui tem muita gente boa mas também tem muito sem vergonha. Eu uma vez aqui peguei um rapaz aí que ele...ele é de Itaquí. Ele veio de um lugar aí com dinheiro no bolso, os cara assaltaram ele, levaram ele. Fazia três dia que ele não comia tava comendo só pão do lixo. Aí eu mandei botar uma janta pra ele aí e falei com o Precioso, e o Precioso arrumou uma passagem pra ele ir pra Itaquí. Bah, o cara se... chorava... e...foi embora. Paguei a janta pra ele aí. Um prato de comida não faz falta pra gente, um pouco a mais... (Rios, taxista noturno).

A gente compra muita passagem aí. Pessoal vem pra cá, eles roubam eles, vêm perdido aí... Tinha um que tava aí foi o ano passado agora, ele veio pra cá e roubaram, assaltaram ele, ele ficou aí. No natal ele tava aí mendigo ali, aí fui conversar com ele, daí eu vi que não era, que o cara era até trabalhador. Pedi onde ele morava, era longe. Passagem dele dava 40 e poucos pila... quarenta e dois. Mas ele tava mendigo, não tem nem como subir num ônibus. Aí fui em casa, moro lá em Viamão, peguei roupa, trouxe roupa pra ele... e levei ele pra tomar um banho, comprei uma passagem pra ele, foi embora bem faceiro... bah! Quando ele subiu no ônibus ele ficou numa faceirice! (...) Tem muita gente que tu olha assim às vezes mendigo tu pensa que... fica mendigo porque vem pra cá não tem como ir embora mais. (Carlos, taxista noturno).

A face ameaçadora de uma grande cidade pode ter suas feições amenizadas pela constituição de redes de parentesco e pelo movimento de pessoas circulando entre a terra natal e a atual morada. Sahlins aponta para a existência de uma constante circulação de pessoas, direitos e cuidados, como um sistema de relações sociais calcado na comunidade de origem que atravessa as percepções de diferença e isolamento características do processo de migração.

F8



Para Sahlins, existem culturas translocais que, à semelhança dos povos de Samoa, vem se desenvolvendo em países do terceiro mundo, “entre povos supostamente encarcerados pelo imperialismo e sem nenhuma esperança de ‘desenvolvimento’” (1997, p. 7). Estes movimentos, para o autor, atuam como postos avançados de bases rurais tribais, criando junto com a aldeia de origem, uma relação mútua de sustentação. Na perspectiva de uma continuidade entre os mundos rural e urbano, ou o que poderíamos chamar de lugar de origem e lugar de morada, uma população translocal é capaz de habitar ambos os mundos e mantê-los como partes interdependentes de uma totalidade sociocultural. A ideia de um campo social comum, não territorial, onde rural e urbano compartilham valores, sistemas sociais e mesmo aspectos econômicos, permite aproximar os setores metropolitano e interiorano, tornando-os cada vez mais semelhantes entre si. Sahlins cita o trabalho de Keith Hart na década de 60 entre os Frafra no país de Gana, rurais e urbanos, no qual o autor oferece uma perspectiva que transcende a oposição entre moderno e tradicional, apresentando a ideia de uma “expansão dos horizontes da comunidade” (Hart *apud* Sahlins, 1997, p. 9). Esta expansão faz com que o campo ou lugar de origem tenha acesso e compartilhe com a cidade valores, sistemas econômicos e sociais, tornando cada vez mais difícil manter a tradicional dicotomia entre rural e urbano.

É interessante pontuar aqui a insistência de Sahlins em afirmar que estas sociedades translocais têm seu foco culturalmente orientado na terra natal, contrapondo à ideia de uma desterritorialização ou de uma ligação apenas imaginária destes grupos/pessoas com seus lugares de origem. De qualquer

forma, os processos migratórios estão sempre associados a processos de enraizamento e desenraizamento que supõem, se não um desligamento da cultura e do lugar de origem, como mostra Sahlins, uma transformação dos aspectos culturais até então muitas vezes sentidos como a forma possível de organização social.

O aspecto acolhedor do deslocamento

O lado acolhedor da metrópole também é ressaltado por este taxista, que explica a migração para a cidade, aludindo de forma jocosa à vinda de moças de outros estados:

Maior parte são as gurias de fora que vem pra e elas imigram aqui e não querem voltar mais... o gaúcho tem o coração muito quente, né... gaúcho é muito... muito amoroso, então as gurias vêm pra cá não querem voltar mais. Encontram aqui esta beleza, aonde tem lugar pra dançar, aonde tem lugar pra jantar, onde tem pra confraternizar com os amigos, então elas não querem mais voltar. (Rios, taxista noturno).

É interessante notar que a rodoviária não é apenas um lugar significativo para se pensar os deslocamentos atuais, mas também os passados. Na conversa com informantes que vieram do interior e hoje trabalham neste espaço, percebe-se um acúmulo de tempos e gestos de deslocamento, revelados nos diferentes lugares de origem destas pessoas e nos diferentes momentos em que chegaram em Porto Alegre. Muitos vieram do interior e encontraram na rodoviária um espaço de trabalho.

Como portal do lugar de destino e para muitos o primeiro lugar de contato em uma cidade grande, é comum ouvir de trabalhadores (donos de bar, carregadores, etc.) uma vinculação estreita com o hábito da viagem que os levou a trabalhar neste reduto “cosmopolita” da cidade. Observando que de todos os trabalhadores entrevistados na rodoviária, nenhum era natural de Porto Alegre, temos aí um dado que nos leva a pensar na rodoviária como um lugar de acolhimento. Um acolhimento, entretanto, não territorializado, mas essencialmente cosmopolita: as pessoas que ali trabalham têm de alguma forma uma relação estreita com a viagem, o deslocamento, a diversidade. Por ali circulam diariamente pessoas de diferentes lugares, que falam diferentes línguas, sotaques e dialetos. Entre os entrevistados, um carregador de malas deu a seguinte explicação para o fato de trabalhar ali:

Ah, eu vim parar aqui porque eu corria muito trecho, a Dona Encrenca lá pediu pra mim dar uma...parar de viajar, aí eu entrei na rodoviária pra não viajar mais, só carrego viajante agora (risos). Agora eu vejo os outros viajar.

Diferentes cosmopolitismos?

Gustavo Lins Ribeiro, em “Pós-Imperialismo – Cultura e Política no Mundo Contemporâneo” (2003) sublinha que o sentimento e o fenômeno cosmopolita não se restringem ao mundo ocidental, e tampouco são uma representação social de elite. Para o autor, os intensos movimentos migratórios globais dos últimos séculos aumentaram a quantidade de pessoas desenraizadas, complexas segmentações étnicas nacionais e urbanas, redes transnacionais e culturas diaspóricas que, entremeadas com os efeitos dos meios de massa, criaram um cosmopolitismo popular e alimentaram processos e visões de globalização. Os fluxos de globalização popular existem há muitos séculos, haja vista a antiga e constante circulação de marinheiros, prostitutas, escravos (Ribeiro, 2003); ou ainda missionários, mercadores, peregrinos, policiais, (Clifford, 1997). Assim, Ribeiro pontua a coexistência de cosmopolitismos que diferem entre si, como o correspondente aos fluxos populares, o acadêmico, de corporações internacionais, etc.

A ideia de um cosmopolitismo popular proposta por Ribeiro tenta reverter o fato por ele reconhecido de que o cosmopolitismo é uma categoria usualmente de elite, e que com frequência alude à sofisticação resultante da familiaridade com o que é diferente. Essa ideia contrasta visivelmente com a delimitação do sujeito cosmopolita defendida por Hannerz. Sem querer aqui responder se existe ou não um cosmopolitismo popular, deixo em aberto o diálogo entre os dois autores e aproveito suas ideias para pensar um tipo de troca e intercâmbio social que é bastante antigo e acontece em paralelo aos deslocamentos cosmopolitas tal como são entendidos por Hannerz.

De qualquer forma, a migração e o deslocamento pressupõem processos de enraizamento e desenraizamento que evocam o sentimento de pertencer a um lugar. Para Ribeiro, a habilidade de localizar a si próprio e aos outros em termos geográficos, culturais e políticos é cultural e historicamente construída. Estas formas de representar pertencimento a unidades específicas, unindo pessoas a coletividades e territórios, podem ser concebidas como um continuum de círculos concêntricos, na perspectiva de uma integração do sistema mundial. Assim, todos os níveis – local, regional, nacional, internacional e transnacional – se fazem presentes permitindo sentimentos de múltiplos pertencimentos.

Neste sentido, é possível pensar em certa familiaridade, no mundo contemporâneo, com o fato de pertencer a mais de um lugar ao mesmo tempo, o que também suaviza ou torna menos doloroso o dilema de pertencer à pequena cidade de origem ou à metrópole, atual lugar de morada.

Ah, sinto saudade, muita saudade, às vezes vem os... os... eu considero como irmão, não são meus irmãos, mas considero, me criei lá até os dez anos com eles... às vezes vêm aqui, aparecem, aí...eu tô até

devendo, quero levar minha esposa meus filhos lá, pra conhecer, eles nunca foram, não conhecem... então ...mas a saudade bate, né, bate. (Jair, caixa de lancheria).

Fluxos e diversidade cultural

A rodoviária e as pessoas que nela trabalham ou transitam, são constantemente atravessadas por fluxos regionais, nacionais e internacionais, dada a multiplicidade de destinos possíveis ali oferecidos. Isso quer dizer que, muitas vezes sem se deslocar para outro estado ou país, o trabalhador de um lugar como a rodoviária entra em contato com pessoas de diferentes culturas. Estar em uma metrópole amplia as possibilidades de contato com uma cultura global.

Em relação a estas experiências, o garçom de uma lanchonete da rodoviária comenta:

No tempo que teve aí os nigeriano aí, quando teve o fórum esse da educação, né, tinha que ver o que entrou de... de negrão aqui, de crioulo. Era um sarro, sabe, daí eu... eu não falo muito inglês, né, e eles falam... a maioria deles fala três línguas né, é o inglês, o francês que se fala lá na Nigéria né, e as língua nativa deles né, então não se entendia nada, uma hora eles falavam inglês, uma hora eles falavam em francês e outra hora eles falavam em dialeto, lá não sei quantos mil dialetos tem na África, ali naquela área deles ali né, várias tribo, então não se entendia coisa nenhuma né, quando eu tentava entender alguma coisa que eles falavam eles já trocavam já de novo.

(Marcos, garçom de lancheria).

Refletindo sobre os desdobramentos do que nos informa esse relato, podemos pensar na existência de níveis intermediários no agenciamento e na interpretação das culturas estrangeiras, em um diálogo negociado com Hannerz a respeito do perfil cosmopolita. A partir de experiências rápidas, mas frequentes, de contato cultural destes trabalhadores da rodoviária, desenvolve-se, na linha do que Hannerz coloca como o estado mental cosmopolita, uma abertura à cultura do Outro. Embora este ensaio não se detenha na investigação dos efeitos deste tipo de contato cultural na vida dos trabalhadores da rodoviária, sugerimos essas percepções na etnografia neste contexto de fluxo intenso para reconhecer a existência de pequenas transformações no cotidiano destas pessoas, as quais, de uma forma ou outra, levam as vantagens de uma cultura global para o conjunto de experiências pessoais e de suas relações sociais.

CAPÍTULO 11

PRIMEIROS PASSOS NA “VILA DO IAPI”: INTRODUÇÃO A UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE UM BAIRRO DE PORTO ALEGRE

Rafael Derois dos Santos
Ana Luiza C. da Rocha e
Cornelia Eckert (Orientação)

Uma breve apresentação...

Dar início a um estudo antropológico em um bairro tradicional de Porto Alegre implicou a adesão ao exercício da etnografia de rua, proposta no âmbito do Projeto Biev (Eckert e Rocha, 2002). Assim, no caso por mim experimentado, os primeiros passos foram dados em uma dupla perspectiva. Ao mesmo tempo em que buscava uma aproximação com a Vila do IAPI¹, um conjunto residencial construído nos idos das décadas de 1940/50, e destinado, principalmente, a atender a demanda por habitação da população operária, estando espacialmente integrado ao bairro Passo d’Areia, zona Norte de Porto Alegre, combinei constantes visitas as suas ruas, ladeiras, praças e escadarias, com os esforços na obtenção de documentos históricos diversos que me permitissem pensar a memória dos habitantes desta região na conformação da vida urbana de Porto Alegre.

1. IAPI é a sigla de “Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários”, instituição criada durante o primeiro governo Getúlio Vargas, que, entre outros fatos, teve fundamental importância na criação de uma classe operária e urbana, intimamente relacionada ao processo de industrialização no Brasil. A designação “Vila do IAPI” é fruto da ação da própria comunidade porto-alegrense, já que originalmente esta região se chamava Conjunto Residencial Passo d’Areia.

A inserção no bairro, os deslocamentos por suas ruas, a pesquisa em acervos para o projeto BIEV recebiam forte inspiração dos ensinamentos de Michel De Certeau (1994) sobre a relação entre uma perspectiva que busca pensar o fenômeno urbano de maneira racional, tão próxima dos agentes do planejamento urbano, e a ação dos habitantes deste mesmo ambiente que, no entrecruzamento de seus caminhos cotidianos, reinventam esta “cidade-conceito”, defendida pelos teóricos simpatizantes da primeira perspectiva apontada².

Aderir a *flannerie*, à caminhada livre, foi para mim um método de investigação no espaço compreendido pela Vila do IAPI e suas fronteiras com o bairro Passo da Areia onde ela se situa. Foram estes deslocamentos que orientaram minhas primeiras observações da paisagem local, provocando o reconhecimento de suas peculiaridades em relação a outras regiões do Bairro Passo da Areia. Caminhadas e conversas com moradores somam-se a uma pesquisa bibliográfica, resultando como produto um mapeamento da Vila do IAPI na memória coletiva da comunidade porto-alegrense, vindo a compor um conjunto de documentos de valor histórico e cultural para os seus moradores, requisito básico para a criação de coleções etnográficas sobre a conformação deste micromundo, região singular na cidade de Porto Alegre.

Reunindo relatos e imagens em um diálogo de testemunhos

Do ponto de vista da memória oficial da Vila do IAPI, pesquisei diversos suportes (fotografias, mapas, plantas e escritos) que me permitiram uma compreensão ampla da formação desta região em Porto Alegre, um dos momentos mais importante de se estar em campo considerando o desafio que me propunha de compreender a abrangência dos limites geográficos desta área em relação às outras formas de ocupação urbana no local. Através da leitura de jornais e impressos³ e de livros técnicos e científicos, em geral relacionados às áreas da ar-

-
2. Cito ainda de Michel De Certeau: “Afastando-se do olhar fictício, encontraremos um cotidiano, onde pode se detectar práticas estranhas ao tão bem planejado e controlado. Essas práticas remetem a maneiras de fazer e a uma mobilidade opaca e cega da cidade racionalizada. Uma vida metafórica” (De Certeau, 1994, p. 172).
 3. Ver a propósito alguns exemplares da Revista do Globo que tratam da implantação do conjunto na malha urbana de Porto Alegre. Curioso observar a eloquência com que este projeto era concebido na época. Para tanto cito a manchete de uma reportagem sobre o conjunto, publicado nesta mesma revista em 03 de fevereiro de 1951, na página 51: “*Duas mil moradias entregue pelo IAPI aos trabalhadores da indústria porto-alegrense formam um conjunto sem igual no mundo inteiro em matéria de arquitetura de finalidade social*”. Para outras referências, ver os periódicos consultados na Bibliografia. E além desta fonte, consultei a

quitetura e urbanismo, foi-me possível, progressivamente, construir uma visão ampla dos fatores históricos e sociais que deram origem ao nascimento da Vila do IAPI na memória coletiva porto-alegrense.

Remontando as informações de tais conjuntos de documentos, temos aqui os relatos sobre a história urbana desta área da cidade de Porto Alegre, para os quais a Vila do IAPI resulta de um grande projeto habitacional implantado na região norte da capital gaúcha, durante as décadas de 1940 e 1950, de modo a atender os segmentos de classes trabalhadoras urbanas consociadas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. As diretrizes da execução do programa originaram-se na chamada “questão social”, uma das preocupações das políticas públicas instauradas por Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo (1937-45), em especial ao fenômeno da sub-habitação, periférica às zonas industriais dos grandes centros urbanos brasileiros⁴. Ou seja, O projeto segue um modelo populista de política de habitação na contenção da expansão de favelas. Neste sentido é compreensível a localização do projeto, situado na zona norte de Porto Alegre, integrado no Bairro Passo d’Areia.

Interessante se observar que são inúmeras as referências, por parte dos moradores atuais e dos mais antigos, ao *status* de “bairro” a este conjunto residencial, não apenas condizente com a própria área de 67 hectares que ele ocupa⁵, uma das maiores entre os principais conjuntos habitacionais da Grande Porto Alegre, mas também referido a uma identidade social autoatribuída em função das fronteiras simbólicas que constroem os limites das formas de vida social dentro deste conjunto arquitetônico e urbanístico com relação aos outros situados nas regiões vizinhas.

Por outro lado, a consulta aos relatos dos urbanistas que operam com o processo de evolução urbana desta área, é recorrente a afirmação de que a de-

publicação promovida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre “Memórias dos Bairros – A Vila do IAPI”.

4. Cf. Baierle (1992): “Na ênfase que em geral se dá ao controle do Estado Populista sobre os sindicatos se deveria fazer menção ao projeto hegemônico do varguismo como uma articulação que buscava cobrir o conjunto da sociedade, que colocava o Estado como interlocutor sempre presente de todos os processos sociais no meio urbano, pautando a vida cotidiana de todas as formas de associativismo existentes.”.
5. Para uma rápida comparação verifica-se que a Vila Farrapos possui 63,90 ha, o Conjunto Costa e Silva 48,57 ha, o Conjunto Habitacional Cavalhada e Rubem Berta possuem, respectivamente, 13,02 ha e 56,37 ha. Todos os conjuntos citados estão localizados em Porto Alegre. Fonte: PMPA (1995).

finição da *gleba*⁶ foi fundamental para o nascimento da Vila do IAPI em termos de orientar o deslocamento do eixo de expansão da indústria porto-alegrense, da então zona noroeste, junto aos bairros São João e São Geraldo, para a zona nordeste. Seguindo estes relatos pode-se observar no desenho urbano atual de Porto Alegre a concretização desta política de urbanização da zona norte da cidade, ao se examinar a sua feição industrial concentrada na direção compreendida entre as radiais Avenida Sertório e/ou Avenida Assis Brasil, territórios pertencentes ao trajeto da antiga estrada do Passo d'Areia. Uma boa ilustração deste movimento de transfiguração urbana é a companhia de tintas Renner, cuja fábrica foi transferida do Bairro Navegantes, junto às águas do Lago Guaíba, para uma unidade construída próximo ao atual bairro São Sebastião, no entroncamento das avenidas Assis Brasil e Baltazar de Oliveira Garcia.

No contraponto desta história oficial, estão os depoimentos dos antigos moradores que atribuem o nascimento do “conjunto residencial do IAPI” às ações grandiosas do estadista que foi o ex-presidente Getúlio Vargas para com a classe trabalhadora, ainda que os fatos históricos afirmem que a maior parte do projeto tenha sido executado durante o mandato do Presidente Dutra. A personagem mitológica e lendária de Getúlio Vargas é aqui evocada como a do pai fundador da Vila do IAPI, tal qual aparece na declaração de um morador que há cinquenta e um anos deixou a cidade de Caxias do Sul ao ser beneficiado com uma unidade residencial: “Quem fez isto tudo foi o Getúlio. O Dutra fez uma inauguração, mas quem é mesmo o pai disso tudo é o Getúlio (...)”, relata Sr. João, industrialário aposentado.

Comparando épocas e tecendo o perfil da Vila do IAPI

A força dos depoimentos dos velhos moradores do conjunto residencial me conduz a pensar as particularidades históricas e memorialistas que perseguem a sua fundação (sua origem no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), nos termos de um modelo populista aplicado às formas de se administrar os surgimentos de habitações populares irregulares no interior da malha urbana dos grandes centros industriais do Brasil e aquelas que nascem com a implantação dos conjuntos residenciais do BNH (Banco Nacional de Habitação) sob o regime militar (1964-84). Além disso, reflete sobre a forma como este último acaba por interferir na própria remodelização da vida social no interior da “Vila do IAPI”.

Diferentemente da época em que ocorreu o processo de fundação do Conjunto Residencial Passo d'Areia nos anos do regime militar, posso destacar o desloca-

6. Termo técnico que refere a certo recorte no espaço.

mento maciço das classes trabalhadoras urbanas para áreas isoladas dos grandes centros industriais, forçando o distanciamento desses grupos urbanos com toda uma estrutura de relações sociais definidas, seja na esfera privada da residência, seja na esfera do trabalho, já que muitos se beneficiavam do mercado informal potencializado nas áreas centrais. Este seria o caso que deu origem ao bairro da Restinga, grande empreendimento habitacional de caráter autoritário posto em prática na década de 1970 e que veio a causar fortes transformações na fisionomia de Porto Alegre, mais especificamente na Zona Sul e sua tradicional estética rural.

Ao contrário, na Vila do IAPI houve certa autonomia do Instituto na execução do projeto, motivo pelo qual foi possível a celebração de um conjunto rico em virtudes arquitetônicas e urbanísticas, tal como uma vasta diversidade de tipologias arquitetônicas (no total são 28 variações entre habitações uni/plurifamiliares⁷ e edificações comerciais). Além deste aspecto de maior autonomia na execução do projeto arquitetônico e urbanístico que presidiu a construção da Vila do IAPI, havia ainda a possibilidade de apropriação do terreno pelo morador da residência, em uma clara alusão deste modelo de habitação operária ao modelo de cidade-jardim, originalmente desenvolvida pelo inglês Ebenezer Howard (2005) no final do século XIX. Modelo este que trazia como princípio a integração no âmbito das práticas da vida operária em um grande centro metropolitano das dimensões cidade-campo, cuja intenção era superar a degradação dos bairros operários da Inglaterra em plena revolução industrial promovendo os bons costumes, a boa saúde e a moral entre as classes trabalhadoras a partir da organização do espaço onde se enraíza a própria vida familiar destes segmentos sociais.

Tal referência à cidade-jardim aparece evidenciada na paisagem da Vila do IAPI, seja no traçado orgânico das ruas em relação ao espaço das residências, seja no uso intenso da vegetação na conformação das ambiências, ou ainda na busca de integração harmoniosa entre casas e prédios de apartamentos, onde a presença de jardins e muros baixos permite o olhar dos moradores à atmosfera da “cidade operária”. Se, na época, o princípio original de fundação do conjunto residencial da Vila do IAPI foi a preocupação de compor um conjunto que refletisse “as características e tendências do homem e da família, de modo a servir suas necessidades e possibilitar o desenvolvimento de uma vida sã e integral”, conforme os dizeres do engenheiro responsável pela obra Edmundo Gardolinski⁸, hoje estas preocupações estão ausentes no território do

-
7. Adoto terminologia técnica para diferenciar as residências nos quais um lote é destinado para uma família (uni), ou para mais de uma (pluri), como no caso das casas geminadas ou edifícios. Esta forma de organizar o espaço, mais especificamente no espaço privado, tem reflexos na ordem das relações sociais operantes, tema que pretendo abordar com o merecido esforço futuramente.
 8. Trecho do diário de Edmundo Gardolinski, reproduzido parcialmente em PMPA.

IAPI. Porém, ainda assim, durante as incursões em campo pude perceber que para os moradores atuais é evidente a herança da qual eles usufruem ao morarem em um local com uma história tão singular dentro da malha urbana de Porto Alegre, inclusive reconhecido, atualmente, como patrimônio arquitetônico e cultural da cidade. É importante ressaltar que o fato da singular herança operária da Vila do IAPI na memória coletiva de Porto Alegre ser reconhecida imediatamente pela geração mais nova que ali passa a residir não impede que tal herança seja negociada entre os antigos e os novos moradores no sentido de acomodar sua antiga fisionomia nos desafios de se viver a cidade hoje.

Um pouco da etnografia dos passos perdidos

O ato de caminhar inaugurou meu exercício etnográfico na Vila do IAPI. Desde a primeira visita ao local, o deslocamento nas ruas e ladeiras deste conjunto residencial esteve intimamente associado à metodologia de pesquisa antropológica no mundo urbano que estava descobrindo. Aliado à técnica de investigação da memória do cotidiano em uma grande cidade, os “passos perdidos”⁹ pelas avenidas, ruas, vielas, acessos e escadarias (talvez fosse a ocasião de reverter a hierarquia valorizando aquele que caminha), estava o olhar. Um olhar que se propunha distante e distanciado, de quem tenta romper a familiaridade com seu objeto-espaco de estudo para criar as condições de seu conhecimento, um processo de atenção epistemológica como condição para o fazer antropológico quando o próprio pesquisador faz parte do fenômeno investigado, segundo nos ensina Gilberto Velho (1987).

Busquei educar meu olhar na forma de captar o fenômeno de uma estética urbana como a da Vila do IAPI, marcada por caracteres que a particularizam no universo dos conjuntos habitacionais de Porto Alegre e das regiões residenciais do bairro Passo d’Areia onde está situada. Companheira de grande valia, a máquina fotográfica se revelou um instrumento fundamental neste (re)conhecimento da Vila do IAPI. Além de guardiã do meu olhar “estrangeiro” (pois minha história de vida, não por azar, se entrelaça às ruas e trajetos desta área urbana de Porto Alegre¹⁰), foi a própria ação de fotografar que estimulou o en-

Memória dos Bairros: A Vila do IAPI. Porto Alegre: SMC, 1991.

9. “Passos perdidos” é em alusão ao pensamento de De Certeau que resgata o ato caminheiro dentro do sistema urbano, sendo este portador de uma tríplice função (apropria o sistema topográfico, realiza espacialmente os lugares e implica relações entre posições diversas). Em uma analogia com a língua falada, considera o caminhar uma “enunciação pedestre” que, em última instância, efetiva a existência da cidade. (De Certeau, 1994).
10. Durante dois anos, devido o estudo em colégio dentro do conjunto, percorria

quadramento da primeira realidade, para me valer da noção de Boris Kossoy¹¹, atento as imagens que falavam dos diferentes tempos de viver na vila e que a fotografia podia testemunhar nessa etnografia nas ruas do IAPI Foi, portanto, assim que iniciei minhas aventuras e desventuras pelo bairro.

Aperfeiçoar este esquema de pensamento que se caracteriza pelo estranhamento do familiar forçou-me ainda mais a caminhar no espaço compreendido pelo conjunto residencial, no sentido de deslocar-me pelos caminhos internos da vila. Diferentemente de minhas formas antigas de andar nas ruas do IAPI, me autorizei a andar livremente entre ruelas, escadarias, travessas, calçadas e praças que configuram o micromundo. Não raro permiti-me, ainda que por breves instantes, experimentar a sensação de estar perdido no interior deste território, fazendo sentir que uma “prática de espaço é indissociável do lugar sonhado” (BACHELARD, 1993). Uma experiência dramática que ajudou a evitar a minha ideia inicial, de inspiração cartesiana, de caminhar exaustivamente por todas as ruas do IAPI, com um mapa à mão, anotando características perceptíveis dos objetos, das pessoas e dos acontecimentos. Em vez disso, permiti que o inesperado e a surpresa dos trajetos e percursos dirigissem minha rota na descoberta da paisagem local.

Assim, descobria interessantes detalhes. Um portão, um muro tomado por vegetação, casas térreas ou de dois andares, misturas de pátios e jardins, sensação de vida interiorana e/ou corporativa. Seguir os passos e as falas dos moradores do local, principalmente dos antigos, me obrigou a registrar um dos marcos próprios do lugar, denominado “a entrada da vila”. Refiro-me aqui ao entroncamento das avenidas Assis Brasil e Brasileiro Índio Moraes onde se encontra, assinalada em dizeres para todos que por ali passam se deslocando no trajeto centro-bairro, a entrada da vila. Anuncia-se assim a entrada no conjunto residencial, com o emblema do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões inscrito na platibanda de dois elegantes prédios comerciais que dão passagem ao mundo interior da “Vila do IAPI”, fronteira marcada por uma espécie de pórtico.

Vindo no sentido acima descrito em direção ao interior da “vila”, constato que passados cinquenta anos da conclusão da obras, encontro, ainda nos dias de hoje, um conjunto que possui uma peculiar estética, resultado da associação da tipologia original, que une o uso de determinados estilos arquitetônicos no desenho das residências com edificações de qualidade excepcional no material utilizado e a inspiração na concepção de cidade-

cinco vezes por semana um mesmo percurso na Vila.

11. O mencionado autor, ao tratar da fotografia, diferencia uma primeira realidade que compreende o objeto fotografado em si, e uma segunda realidade que constitui a apreensão de um recorte daquela pela película. Deve-se ressaltar que a segunda realidade não constitui a imagem objetiva da matriz. Para continuidade neste assunto, ver obra do autor *Realidade e Ficções na Trama Fotográfica*. Cotia: AE, 1999.

-jardim, e de novos elementos arquitetônicos que traduzem, na feição local de sua paisagem edificada, a dinâmica de vida e morte que presidem as formas de vida social no mundo urbano porto-alegrense. As grandes e largas avenidas, com corredores de ônibus, marcadas pelo barulho, a agitação de carros e o burburinho de pessoas contrastam com as pacatas ruas e ruelas arborizadas da Vila do IAPI onde casas e prédios ajardinados, logradouros e praças internas somam-se ao paisagismo local composto de frondosas árvores e ruas de traçados sinuosos, compondo uma atmosfera que sustenta a representação da Vila do IAPI como lugar bucólico¹².

F1



Acesso Florido

F2



Escadaria do Largo Elis Regina

12. Neste sentido adiciono que, durante minhas experiências de solitárias caminhadas por essas ruas pacatas, registrei como importante particularidade a ser descrita a ambiência sonora. Sons da rua mesclam-se inúmeras vezes aos sons privados do interior das próprias residências, revelando-se um contraponto interessante à polifonia, tipicamente tachada de caótica, dos grandes centros urbanos. Qual sonoridade apresenta a Vila do IAPI e que vem a fundir-se a estética local constitui um tópico a ser abordado na descrição da paisagem urbana do conjunto, o que será feito em outra oportunidade com maior rigor.

F3.



Fundos

Todavia, cometeria um erro ao limitar-me a esta ideia campestre da vila dos industriários. O deslocamento no interior do conjunto residencial, ainda que muitas habitações continuem preservando as marcas arquitetônicas de seu tempo de fundação, me fez perceber inúmeras alterações na paisagem de origem com o acréscimo de elementos arquitetônicos espúrios às suas formas antigas, tais como se apresentam as grades frontais cobrindo a fachada de algumas casas, a construção de garagens para carros em áreas antes destinadas aos jardins, além de algumas reformas nas aberturas (janelas e portas) das edificações. Em outros casos, de intervenção mais radical no tecido urbano das ruas interiores do conjunto residencial, as antigas edificações foram totalmente demolidas, cedendo lugar a um prédio novo e “exuberante”, contrastando com as linhas arquitetônicas sóbrias que são marcas do “velho IAPI”, anunciando certamente a presença da migração de uma nova classe de herdeiros urbanos no local e seu afastamento em relação aos códigos que tecem a memória coletiva desta área na cidade de Porto Alegre.

Através do contato com estudos recentes sobre as transformações na feição da Vila dos Industriários, pude constatar que esta migração de novos moradores para este conjunto residencial origina-se na extinção, ao longo dos anos 60/70, dos institutos de aposentadoria que serviam como âncoras de toda a política habitacional dirigida às classes trabalhadoras urbanas, e no surgimento do Sistema Financeiro de Habitação, com linhas de crédito separadas conforme os rendimentos dos segmentos sociais (SFH).

Sistema este que reorientou as diretrizes das políticas públicas para o caso da compra da casa própria pelas camadas médias urbanas emergentes do *boom* econômico do período do “Milagre brasileiro”. Tal transformação no panorama da política habitacional no Brasil, com reflexões locais em Porto Alegre, permite, assim, que se possa compreender a compra destas residências pelos seus locatários (até então todas as unidades eram locadas), o que, por fim, abriu a Vila do IAPI à especulação imobiliária, uma vez que, com o passar dos anos, este conjunto residencial passa a ser incorporado na malha urbana da cidade, integrado a um dos mais movimentados eixos de vida comercial e industrial de Porto Alegre.

Articulando a pesquisa em fontes de caráter oficial e o contato com antigos moradores, pude constatar o fato de que desde os primórdios da ocupação do conjunto registra-se a presença de pessoas originalmente estranhas ao universo fabril propriamente dito. Ainda que em termos discursivos o conjunto teria como alvo as classes operárias, faz-se necessário ressaltar que o benefício era estendido segundo um teto econômico específico, variando segundo o tipo de residência. Subentendo que o acesso às residências não se realizava universalmente dentro da classe operária, sendo mais bem credenciados para o recebimento de uma unidade residencial os trabalhadores de nível técnico especializado, uma vez que possuíam maior teto salarial.

Contribuindo para essa heterogeneização da comunidade da Vila do IAPI em sua primeira ocupação, acrescento o dado de não terem sido os operários os únicos beneficiários do projeto. Funcionários das mais diversas instâncias nas indústrias, tais como os encarregados de funções fiscais ou burocráticas, que tinham como espaço de atuação profissional os escritórios, e não a oficina, ao estarem associados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, igualmente tinham o direito de requerer uma residência. Da mesma forma que constato uma diferenciação nas tipologias espalhadas nos diversos quarteirões da Vila do IAPI, sendo alguns caracterizados por lotes de maior densidade populacional ou por construções que poderiam ser apontadas como mais simples em outros quarteirões, registro residências em lotes maiores, com menor densidade de habitantes, ao mesmo tempo em que, em termos arquitetônicos, descubro tipologias mais sofisticadas, principalmente em linhas decorativas, como varandas cobertas em arco que sustentam lapidados cubos de granito. Enquanto descubro toda uma ordem material diferenciada nos quarteirões, surge, acompanhando esta característica, o que aponto como um princípio de hierarquização na origem da vila, o que vem, certamente, a influenciar a relação de códigos de valores que tecem a memória coletiva desta região e, por conseguinte, a herança recebida pelas gerações posteriores.

Ensaio de um mapeamento da vila a partir da etnografia dos passos perdidos

Ainda que nas primeiras visitas as minhas caminhadas tivessem um papel definido no sentido de me introduzirem gradativamente do estranhamento das qualidades urbanísticas e arquitetônicas do conjunto da Vila do IAPI, foram os comentários de Robert Park a propósito da ordem física que comportam os territórios de uma cidade como expressão concreta dos usos destes espaços por seus habitantes que me permitiram compreender os elementos simbólicos que estruturam este conjunto residencial dentro de Porto Alegre. Assim é que as ruas, as edificações, os jardins, as ruelas, as calçadas, muros, etc., em si mesmos não seriam suficientes para uma investigação das formas de vida social que ali se fazem presentes, uma vez que sendo apenas artefatos, só podem ser interpretados como parte de um modo de vida urbano quando associados ao costume e uso das pessoas (Park, 1979). Neste momento, as caminhadas se mostraram fundamentais, pois esta prática de etnografia de rua quebra o simulacro teórico da cidade planejada, valorizando as táticas silenciosas do cotidiano, novamente uma tendência adotada para este trabalho inspirada na etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2002) e no pensamento de Michel De Certeau (1994).

F4.



Casas a beira do lago

F5.



Conjunto na avenida

F6.



Majestoso da Vila do IAPI

Portanto, atento ao registro da ordem física deste território da vida urbana porto-alegrense, em sucessivas visitas, procurava adotar o desafio de percorrer diversos percursos, nos quais anotações referentes ao cotidiano observado somavam-se ao contato com os moradores. Sem a pretensão de um mapeamento rígido das áreas visitadas, busquei pela espacialização dos luga-

res através dos passos, aplicando ao par de conceitos, espaço e lugar, o mesmo sentido dado por De Certeau: o lugar como o identificável, unívoco e próprio; o espaço como o lugar praticado no dia a dia (1994).

Através dos relatos de alguns antigos moradores da Vila do IAPI, ia identificando percursos que conduziam a lugares significativos para eles. Lugares de adesão dos moradores da vila dos industriários, os quais, com certo orgulho, insistiam em pontuar determinados pontos característicos da malha urbana do conjunto habitacional, a fim de orientar os meus passos de visitante na paisagem local. Inúmeros foram os momentos em que, ao saberem de meu interesse em “estudar a Vila do IAPI”, os antigos moradores insistiam em nomear os limites reais e simbólicos de seus trajetos no interior de seus territórios, tais como a “entrada” da Vila, já mencionada acima, a presença do viaduto do Obirici, o Parque Alim Pedro, o Largo Elis Regina, a Praça Chopin, etc. A partir dos comentários dos moradores a propósito de tais lugares na memória coletiva local, tracei um percurso pelas ruas, avenidas, vielas e escadarias da Vila do IAPI, adotando como contraponto o itinerário da linha de transporte coletivo IAPI, fato relacionado com uma antiga experiência por mim vivida na região, provocado pelo desafio de arranjar as lembranças de minhas incursões anteriores na cidade de Porto Alegre como condição de interpretação da experiência etnográfica vivida por mim, naquele momento, junto aos habitantes desta região da cidade¹.

O mapa traçado acima pode ajudar na visualização do percurso desenvolvido pelo etnógrafo em campo, no qual destaco a divisão do conjunto habitacional da “vila dos industriários” em três regiões significativas nas falas e ações dos moradores. Ainda que em seus relatos, cada um se refira a própria experiência de vida na “Vila do IAPI” de uma forma singular segundo sua trajetória social e a sua história de vida, observei, de modo geral, uma tendência em subdividir este território urbano em três grandes regiões, cujas fronteiras relacionam-se com a própria implantação do conjunto. A primeira é a “lá na entrada da vila, onde se pegava o Bonde”, para citar a enunciação de um informante a mais de 40 anos residente na vila, e que corresponde a Av. Plínio Brasil Milano e arredores. A segunda é a zona do Estádio Alim Pedro, tendo a Avenida dos Industriários como centro, que foi o segundo grande momento da construção do conjunto habitacional. Finalmente, a terceira região corresponde “lá em cima da coxilha, onde os edifícios são mais novos, por isso o forro é de concreto, e não de madeira”, novamente citando a voz do mesmo morador. Foi o terceiro grande e último setor a ser implantado na região.

1. A propósito, ver ECKERT, Cornelia e Rocha, Ana Luiza C. da, o artigo intitulado “A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica” (2005).

Nas lembranças dos moradores interpelados, eram desenhados percursos e trajetos configurados por estórias do lugar. Neste ponto, as enunciações dos habitantes sobre o espaço, onde sempre se faz presente o ali havia, aqui tinha, lá era assim, traduzem processos vitais de apropriação dinâmica do espaço da Vila do IAPI carregados de intencionalidades presentes e passadas. Mais do que falas soltas, lembranças fugazes, as palavras enunciadas pelos habitantes locais, e reunidas a gestos e posturas corporais sugestivas ao etnógrafo em campo, representam um ato de digressão no espaço, com força simbólica capaz de esboçar ao investigador surpreso as diferentes temporalidades que cercaram a implantação do conjunto habitacional na memória dos antigos moradores. Estes encontros por vezes casuais, com os velhos moradores, já aposentados, me conduziram a remontar certa genealogia das suas reminiscências da construção da “vila dos industriários”. Obra de construção coletiva que só pude perceber cumulativamente à medida que avançava em meu trabalho de campo e na pesquisa com imagens de acervos e que, progressivamente, iam me permitindo, pela reunião dos dados, mapear os percursos narrados pelos velhos habitantes do local e projetar no espaço cartográfico, finalmente, a memória do lugar contida nas lembranças por eles enunciadas. Lembranças cruzadas que me permitiam reuni-los em uma rede social no interior de um território singular, a Vila do IAPI.

Considerações finais

Ainda que não tenha sido meu objetivo neste ensaio oferecer uma descrição densa da Vila do IAPI como território que nasce no culto populista à cultura de classes trabalhadoras urbanas, gostaria de sinalizar que os processos sociais que contemplam os cinquenta anos de vida deste conjunto habitacional resultaram em transformações na sua antiga vocação de cidade-jardim.

Se nos primórdios da “vila dos industriários” a distribuição de moradias no interior do conjunto habitacional não se dirigia exclusivamente aos operários, mas a todos trabalhadores associados ao Instituto, nos anos subsequentes muitas das residências foram atribuídas ao setor de prestação de serviços. Com a extinção do IAPI, ampliou-se esta tendência de incorporação de outros segmentos sociais como moradores do local. Entretanto, vale ressaltar que todo este processo de fragmentação dos espaços de ocupação da Vila do IAPI, segundo a origem das famílias ali residentes, não invalida a expectativa do encontro com industriários aposentados ao percorrer as ruas e ruelas deste território. Encontro esse o relato de suas trajetórias sociais indica um grande esforço deste para manterem acesa a memória operária da “vila dos industriários”, mesmo que, por vezes, repleta de uma atmosfera romântica.

Outro aspecto que merece ser apontado no fechamento deste ensaio é a questão do Conjunto Residencial Passo d'Areia considerado como patrimônio cultural de Porto Alegre. Ao ensaiar uma etnografia dos passos perdidos na “vila dos industriários”, ainda que tenha iniciado o trabalho de campo atento aos bens materiais tangíveis que configuram tal conjunto habitacional para o patrimônio histórico e arquitetônico de Porto Alegre, são as formas de vida social existentes neste território da vida urbana porto-alegrense que queria aderir com minha observação direta, seguindo “as premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo, sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade” (ECKERT e ROCHA, 2005). Estratégia, tática, astúcia talvez, como diria Michel De Certeau (1994) para reconhecer os deslocamentos no tempo e no espaço da memória do lugar em suas vibrações por entre a paisagem de edifícios e casas ali presentes.

CAPÍTULO 12

A ETNOGRAFIA DE RUA NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA: ONDE UM PERCURSO PELA RUA VIRA UM PERCURSO PELA MORADA

Anelise dos Santos Gutterres

A proposta deste ensaio parte de novas leituras do texto “Etnografia de Rua – Estudo de Antropologia Urbana”, escrito em 2002, por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, como forma de pensarmos as diferentes temporalidades e obstáculos implícitos no processo de uma etnografia em sociedades complexas.

O objetivo é problematizar os deslocamentos propostos pelo uso dessa técnica como forma de abordar as rupturas epistemológicas exigidas àquele que se aventura na pesquisa antropológica, com suas próprias representações da vida social e formas de entendimento da sua presença nela.

Metodologicamente trabalharemos com fragmentos escritos de diferentes momentos da etnógrafa em campo, o primeiro um trecho retirado de notas de campo e o segundo um trecho retirado de um diário de campo. Os dois textos foram produzidos a partir de uma experiência etnográfica realizada entre abril e novembro de 2005, na cidade de Porto Alegre, nas mediações do bairro Floresta.

Esses «escritos» serão nossos guias no percurso pelos processos de ruptura epistemológica² exigidos pela conversão a um olhar antropológico, com o intui-

-
2. Guiados pelos estudos de Castón Bachelard em *A Dialética da Duração* (1988) entenderemos as rupturas epistemológicas como integrantes da duração do fenômeno de causa e efeito, como integrantes e imprescindíveis na duração de uma coisa em outra. Onde “da experiência de conjunto à experiência refinada, em detalhe, aquilo que modifica de ponta a ponta as condições de objetividade” (ibidem, p. 62) recai na duração, não no detalhismo objetivo. Percebemos então que a objetividade se “torna mais pura quanto mais cessa de ser passiva, e se torna nitidamente mais ativa quanto mais cessa de ser contínua, para tornar-se mais claramente descontínua”. Ao analisar

to final de pensar os caminhos e obstáculos epistemológicos que transformaram uma intenção de pesquisa em Antropologia em um objeto de estudo orientado pelos conceitos do campo da Antropologia das sociedades complexas.

Procedências plurais

Uma das características do projeto de pesquisa Banco de Imagens e Efeitos Visuais/BIEV – coleções etnográficas, patrimônio etnológico e itinerários urbanos no mundo contemporâneo –, coordenado pelas antropólogas Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, é a orientação de estudantes de graduação de diferentes áreas de conhecimento para o desenvolvimento de um olhar distanciado, fundador da possibilidade de continuação de uma pesquisa com coleções etnográficas na área da antropologia das sociedades complexas.

Trata-se de um projeto orientando para a construção de um olhar ou de uma escuta³ para a produção de imagens visuais e sonoras do mundo urbano contemporâneo, tendo como inspiração os estudos do imaginário, em Gilbert Durand (1988), os quais têm permitido aos pesquisadores do BIEV pensar a produção da imagem do Outro – no tempo e no espaço – a partir da reunião semântica de múltiplas mídias (fotográficas, videográficas, sonoras, textuais), oriundas de tempos e espaços diversos daqueles onde é realizada a iniciação da experiência etnográfica.

Integrante desse grupo de pesquisa e movida por suas interpretações das diferentes imagens no e do meio urbano foi que me dirigi, em minha formação no BIEV, para o exercício da “semelhança e da diferença⁴”. Aderindo às abordagens teórico-conceituais do campo antropológico, e, no caso da pesquisa aqui relatada, desenvolvendo uma etnografia junto a dois dos cinco grupos⁵ de

o processo de formação e desdobramentos de um processo de aprendizado em antropologia pelos escritos produzidos pela experiência etnográfica, estamos dentro do tempo particular desse fenômeno buscando as preocupações e observações que vibram da mesma forma durante o processo. Para pensarmos nessa continuidade a partir dos desdobramentos do processo em si e não fora dele.

3. Ver as possibilidades e peculiaridades do trabalho com etnografia sonora em *O sentido do trágico na paisagem sonora do mundo urbano contemporâneo* (Barroso, Rocha e Vedana, 2008).
4. Conforme os estudos de Georg Simmel (2006, p. 46) em *As questões fundamentais da Sociologia*, a semelhança não tem menos importância que a diferença, são as duas constituintes das múltiplas maneiras de prosseguir no mundo. Dessa forma, a multiplicidade das pesquisas do BIEV e a permanência das suas produções geram aproximações e rupturas que integram sua continuidade.
5. Além desses dois grupos, o BIEV ainda é integrado pelo grupo de pesquisa sobre etnografia sonora e pelo grupo de pesquisa em fotografia.

trabalho que compõem o BIEV: o grupo de pesquisa com e sobre a etnografia como texto e o grupo de pesquisa em vídeo etnográfico. A noção da “dialética da duração”, de Gaston Bachelard (1988), no BIEV aparece aplicada à pesquisa dos fenômenos urbanos, e desafia o pesquisador constantemente em sua prática de investigação antropológica. Um dos desafios diz respeito à necessária adesão do etnógrafo, mesmo nos níveis de iniciação à pesquisa científica, ao exercício da “vigilância epistemológica” do qual nos alerta Pierre Bourdieu (2000).

Não integrante do curso de graduação em ciências sociais⁶, porém sensibilizada a ele em razão da participação em algumas disciplinas desse bacharelado e das constantes reuniões entre pesquisadores de diversos níveis de conhecimento integrantes dos grupos de pesquisa do BIEV, fui sendo provocada constantemente a uma reflexão sobre as rupturas epistemológicas (BACHELARD, 1988) que essa vigilância deve motivar na produção da imagem do Outro a partir dos rompimentos do si mesmo (RICOEUR, 1991) do aprendiz de antropólogo. Uma vigilância inserida na temática dos estudos sobre o tempo, que para além dos estudos clássicos das ciências sociais e mesmo das disciplinas de antropologia integrantes desse curso, é uma preocupação que está longe de possuir um foco principal ou privilegiado. Dessa forma, com constante formação no BIEV, é que fui aderindo e integrando meu curso de graduação de origem, em comunicação social, à pesquisa em antropologia social, por via dessa temática do tempo, memória e duração.

A pluralidade das procedências, dos diversos estudantes que integram a sazonalidade compositora da equipe de pesquisadores do projeto, do qual também faço parte, contribuiu para que eu pensasse na trajetória de minha própria formação em antropologia social. Em especial, na pesquisa com sociedades complexas como campo de conhecimento que contempla uma visão «mais interdisciplinar» daquela que normalmente estava acostumada a pensar, fortemente influenciada que estava pelo senso comum que integra as áreas de conhecimento das ciências humanas.

Portanto, é como integrante desse processo de conversão de olhares, de adesão às orientações teóricas e metodológicas que integram o campo da pesquisa sobre itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo contemporâneo, desenvolvida no interior do BIEV, é que eu, na condição de autora deste artigo, busco pensar a experiência etnográfica

6. O curso de Graduação em Ciências Sociais da UFRGS, tanto no Bacharelado como na Licenciatura, tem seu currículo dividido em Ciência Política, Sociologia e Antropologia. No Rio Grande do Sul, para tornar-se Antropólogo é preciso ter mestrado em Antropologia. No entanto, todos os alunos dos cursos de Ciências Sociais se formam tendo boas noções desse campo de conhecimento, pois frequentaram disciplinas, tópicos e seminários ligados a essa área de conhecimento durante a Graduação.

exposta aqui – uma experiência particularmente orientada pela técnica da etnografia de rua, integrante dos métodos propostos pelas coordenadoras para se investigar as grandes metrópoles contemporâneas, a partir da observação de suas formas⁷, e dos quais resultam a formação de coleções etnográficas como fruto da experiência desses percursos pelo antropólogo. Essa opção pelo paradigma formista ressalta e integra uma observação preocupada com a fruição estética do lugar, um olhar orientado a observar a passagem do tempo a partir das suas formas de apresentação pela estética urbana da cidade.

No caso específico deste artigo, o material etnográfico resulta das técnicas e procedimentos clássicos da pesquisa antropológica, o que inclui, a escrita da pesquisadora sobre seus percursos por alguns bairros da cidade de Porto Alegre na intenção de etnografar suas ruínas. Sensibilizada a análise da experiência etnográfica de outrora sob a tutela teórico-conceitual da antropologia, faço o esforço, aqui, de escrever sobre minha própria trajetória de iniciação científica. Ao olhar para trás, também estou em pleno diálogo com as linhas de pesquisa mais amplas da qual aderi e da qual os dados provêm: estudos de memória, tempo e cidade nas sociedades complexas.

Sob este aspecto, o tema da dialética da duração – trazido às pesquisas no campo da antropologia através dos estudos sobre o imaginário (Durand, 1988), pela via do trabalho com sociabilidade, memória coletiva e itinerários urbanos, de Ana Luiza C. da Rocha e Cornelia Eckert (2005) – é orientador da escrita deste ensaio especificamente a partir dos artigos: “A interioridade da experiência temporal como condição da produção etnográfica”; “Imagens do tempo: por uma etnografia da duração” e “O antropólogo na figura do narrador”.

Mergulho no quase escuro: ingresso em campo sob a orientação da etnografia de rua

Aderir à etnografia de rua é aderir a uma linhagem de pesquisadores da chamada antropologia urbana, no Brasil, da qual poderíamos destacar o trabalho do antropólogo Gilberto Velho (1989) com e em sociedades complexas, que constitui um estudo que reconhece a forma de interação do antropólogo em campo com o Outro e com os lugares do Outro, a partir de “colagens dos seus fragmentos de interação” (Eckert e Rocha, 2002, p. 8). A ruptura epistemológica que conduz a adesão ao campo de conceitos de uma etnografia da

7. Sobre a opção epistemológica “formista” que investe na compreensão “da polissemia do dado social”, ver Michel Maffesoli, que faz uso da teoria da forma de Simmel. Ver também um desdobramento dessa discussão no trabalho da antropóloga Viviane Vedana (2008, p. 64).

duração nos permite analisar, na experiência etnográfica na rua, o jogo entre os papéis sociais que fundam as formas de sociação⁸ da pesquisadora em campo, seja com seus interlocutores, seja com os espaços por ela percorridos. Assim, busca-se uma escrita com densidade temporal, que conduza a pesquisadora, do presente da escrita ao ponto de partida do passado; isto é, da experiência passada em campo. Trabalhar nesse interstício só se torna possível através do diálogo entre as duas estruturas que entram em jogo na construção de conhecimento, as “lógicas e as dramáticas” (Eckert e Rocha, 2005, p. 40).

A técnica da etnografia de rua, como provocadora da tensão entre as estruturas lógicas e dramáticas, permite pensar a situação de campo através da “lógica da criação dos papéis” na qual os personagens do antropólogo e do nativo encontram-se entrelaçados. Ou seja, papéis sociais vividos desde as formas de sociação se transformam em personagens na escrita dos diários e notas de campo. Concebendo tais interações como “um convite à aproximação mais duradoura” (Eckert e Rocha, 2002, p. 8) é que busco, ao longo deste ensaio, construir uma ambiência de conceitos e orientações teóricas para pensar o que permanece de uma experiência etnográfica que se inicia no percurso por determinado território de uma metrópole contemporânea, e termina nessa experiência como base para a construção de um objeto de pesquisa sobre memória coletiva e itinerários urbanos em antropologia.

A orientação fenomenológica, conforme nos apontam os estudos de Alfred Schutz (Schutz *apud* Wagner, 1979, p. 9), guia o olhar e o escutar daquela que, percorrendo os labirintos da rua como aprendiz de etnógrafo, se confronta com a sua condição de habitante da cidade. Identificar o lugar do “senso comum”, ligado à experiência que todos nós temos como moradores e habitantes de uma grande cidade, no processo de produção de imagens etnográficas de um fenômeno urbano, faz parte, portanto, nestes termos, do processo de construção de um olhar e de uma escuta que estranha o familiar (Velho, 1981, p. 127). Nesse caso, estranhar o familiar se torna importante, pois profundos laços afetivos ligavam a etnógrafa a algumas ruas do bairro por ela etnografado.

Em especial, refiro-me aqui às interações fruto das quais nascem os diálogos passageiros com moradores, transeuntes, habitantes, comerciantes que vivem nos lugares e nas ruas etnografadas, assim como as cumplicidades concretas entre essas pessoas e o etnógrafo em situações efêmeras, dadas pela perspectiva da temporalidade do instante (Bachelard, 2007), que orientarão as análises em questão.

8. Segundo os trabalhos de Michel Maffesoli na linha dos estudos da fenomenologia de A. Schutz e da “Tragédia da Cultura” de G. Simmel, a sociação funda o social por seu caráter de repetição. O compromisso da sociação fundamenta o social, pois trata-se do exercício da subjetividade de trazer a representação da vida social para essa subjetividade a fim de mantê-la, prevê-la como integrante da representação de si no mundo.

Foi, assim, no percurso de investigação sobre as ruas do bairro Floresta e suas ruínas, que o exercício de vigilância foi acionado sendo, então, adensado pela necessidade de uma ruptura epistemológica, por parte da etnógrafa, que promovesse uma compreensão da memória do lugar para além daquela habitada pelas imagens de sua infância ali vivida. Tratava-se de ultrapassar a lembrança de antigos percursos e ambiências ligadas à sua ancestralidade familiar nele.

O trecho abaixo, retirado de uma nota de campo, escrito em 11 de setembro de 2005, revela o esforço, ainda deveras incipiente, da aprendiz da prática da etnografia em atingir um grau de distanciamento das ruas de sua infância e, com isto, atingir a interpretação de suas formas na memória do lugar. Ressalta-se que a aprendiz realiza este esforço orientada pela imaginação da descida⁹ que a experiência de caminhar pela ambiência do lugar e das ruas do bairro evoca. Um deslocamento que, conforme as palavras do antropólogo Gilbert Durand (2001), é um convite à imaginação daquele que caminha, seguindo o movimento dos seus passos em direção ao “repouso” no interior das formas deste bairro.

A imaginação da descida também está orientada pelo trabalho de Eckert e Rocha (2005, p. 119) sobre a interioridade da experiência temporal como condição da produção etnográfica, já que o movimento de ingresso no campo da antropologia é tradicionalmente dado pela escrita. Nesse caso proponho que por ela, pela escrita de uma experiência etnográfica de outrora, se possa pensar como se dá essa aproximação e adesão que constrói uma etnógrafa, em pleno ato do exercício de construção de si mesmo como tal.

A imaginação, como se pode observar na representação do espaço abaixo descrito, participa durante o aprendizado da etnografia, se revela na descrição de um lugar sob a ótica de suas múltiplas camadas do tempo (Eckert e Rocha, 2005). O mais explícito deles: o tempo da infância da etnógrafa, ex-moradora do bairro, é evocado por seus deslocamentos pelo bairro quando criança. Esse tempo, mesclado ao tom melancólico de alguns trabalhos lidos para a ocasião – como foi o caso dos ensaios de Georg Simmel (1983, p. 1979), nos quais o autor descreve o movimento do indivíduo *blasé*, e de Walter Benjamin (1993) sobre o *flâneur* –, compõe o corpo da escrita do exercício da técnica da observação participante, na qual a etnógrafa encontrava-se aprendendo. Outra dimensão do tempo, menos explícita, porém não menos importante, também pode ser observada: o tempo da aprendizagem da escrita etnográfica

9. Segundo o autor, o Regime Noturno da Imagem nas *Estruturas Antropológicas do Imaginário* é caracterizado pela “representação objetivamente homogeneizante e subjetivamente heterogeneizante” onde a forma dessa objetividade e dessa subjetividade, nas imagens da descida e do repouso, evidencia uma forma do tempo que remete a intimidade, ao calor e a aceitação. Durand (2002, p. 202).

que também integra a multiplicidade de tempos que elaboram a escrita, e que a autora deste artigo tratará mais profundamente no decorrer dele.

O velho 584 inicia a corrida. Sem o tapete vermelho da escada de madeira rangida, sem a vista da rua, do alto da sacada. Árvores que tocam o céu, fazendo um vento de sombra, que ainda remexe meus cabelos. Ele, o vento, continua fazendo a curva como sempre: vem zunindo pelo túnel da Comendador Azevedo, pega carona na brisa das árvores da Praça Florida – às bordas da Rua São Carlos – e levanta toda poeira solta que houver pelo caminho. A fila de casarões começa nesse número. Ao lado, um prédio de pedra rosa, baixo, o único condomínio naquela quadra de casas irmãs. A poeira enche minha sandália de terra, e as microfolhas em forma de pingo chovem das árvores como em um dia de garoa. O sol encontra espaço entre os telhados pontudos e os galhos idosos e cheios de ervas, que abraçam a rua até o meio. Eles também invadem a vista das janelas, mesmo das mais baixas. Os mesmos galhos da Rua José Bonifácio, onde pilotando meu superjato, suspenso por um braço de ferro, eu tocava o céu das folhas altas, no parque de domingo.

A sombra úmida deixa mais escura a fachada das casas. Com portas lotadas de grades e janelas pregadas à força. O sol se espalha pelo paralelepípedo, que divide o meio da rua com uma lambida de piche cinza escuro. Sinto a chuva e o sol se misturarem no meu rosto, com o cair vagaroso das pequenas folhas. No chão, uma calçada de pedras irregulares, de um rosa vivo, me traz saudade: dos finos pneus de bicicleta que percorriam o extenso trecho dessa pequena quadra; dos losangos pretos que ornamentam o calçamento e que remete a uma época na qual acreditava que todas as ruas eram iguais a essa. Eles seguem lá e resistem em baixo das lâminas de cimento descolado. Os canteiros das árvores foram reforçados com cimento. Ele também é visível no vão das velhas portas e das breves janelas, todas tapadas pelo novo tempo. (Trecho de diário de campo de 11 de setembro de 2005).

Ao ler a descrição, e observando as sensações e impressões que compõem esta paisagem do bairro, penso na noção de conflito de Simmel (2007, p. 42), em um aspecto importante que faz parte da forma urbana que essa descrição nos exalta a imaginar. O desse conflito entre o indivíduo e a sociedade aparece representado pela tensão da etnógrafa em se chocar com prédios puídos, ruas transformadas, casas destruídas à medida que percebe que essas formas, hoje, integram aquilo que para ela estava, individualmente, no âmbito das lembranças pessoais, intocáveis e imutáveis.

Imersa no drama da passagem do tempo, vemos que a aprendiz de etnógrafa, no exercício da sua caminhada, percebe que o tempo da infância não

existe mais, porém no exercício da escrita compreende que o tempo da infância está atrelado ao tempo presente da caminhada, cheio de contraste, provocações e desencaixes. No drama de integrar tempos descontínuos ela própria traz para o seu relato da descrição do lugar essa passagem do tempo: “Os canteiros das árvores foram reforçados com cimento. Ele também é visível no vão das velhas portas e das breves janelas, todas, tapadas pelo novo tempo”.

Portanto, chocar-se com um tempo que não existe mais concretamente, pois aquilo que se vê não é mais o que se via anteriormente, é também chocar-se com a percepção de que aquele que via não é mais o que hoje vê. O tempo do passado não existe se não como condição de um tempo presente, e este é o segundo aspecto de conflito que essa descrição nos exalta. O processo de estetização da passagem do tempo, apresentado na descrição anterior – um trecho do ano de 2005 – e o dos dias de hoje, onde a aprendiz de etnógrafa de outrora se transforma na atual escritora desse ensaio; carregam a dramática do tempo transcorrido.

O exercício de pensar a passagem do tempo pela forma do conflito se traduz, assim, nos dramas subjetivos que, hoje, a leitura dessa escrita me provoca, pois diante dela reencontro, novamente, o velho esforço que fiz, como aprendiz de etnógrafa, para acomodar e evocar os diferentes tempos em questão: o tempo de formação necessário até transformar-me em pesquisadora; o tempo do bairro; o tempo da infância individual vivida nele; o tempo do bairro como um dos objetos de transformação da cidade; o tempo daqueles que moram nele hoje; o tempo daqueles que moraram nele outrora. Todos esses tempos tornaram-se fundamentais para as minhas aprendizagens de uma escrita etnográfica concretamente engajada na discussão do tempo nas suas diversas formas.

Os laços afetivos com o bairro Floresta, portanto, foram os primeiros eixos orientadores da iniciação da etnógrafa na pesquisa que pretendia problematizar as feições do tempo na fisionomia de sua paisagem. O bairro citado foi o lugar onde o avô materno, um “português de origem” que, logo após seu nascimento no Brasil, em 22 de junho de 1912, por sorte ou azar, viaja com seus pais para Portugal, onde permanece até seus dezessete anos. A obrigatoriedade do serviço militar, por sua nacionalidade brasileira, fez com que o jovem João Baptista dos Santos cruzasse pela segunda vez o Oceano Atlântico, em direção à cidade do Rio de Janeiro, depois a de Rio Grande e depois a de Porto Alegre, onde viveu até os 62 anos, quando faleceu, no bairro Floresta, na esquina da Av. Farrapos com a Av. Ramiro Barcelos.

Dessa forma, os itinerários feitos pelo avô da etnógrafa, pelo país e pelo Bairro Floresta, onde viveu quarenta anos da sua vida, se cruzam, na sua tentativa de refletir sobre os itinerários urbanos que a levaram a uma etnografia nesse território, e, conseqüentemente, a uma trajetória na antropologia. Na época da etnografia de rua, e dos escritos, essas dimensões talvez não contemplassem, de forma clara, o reconhecimento de que os itinerários que integravam a

infância descrita passavam e estavam profundamente influenciados pelos itinerários de uma família, e de uma memória coletiva das famílias do bairro.

Moradora do bairro Floresta até os cinco anos de idade e desde seu nascimento, foi no exercício pleno do “empirismo inventivo” (Bachelard, 1993), que a pesquisadora buscou como aprendiz de etnógrafa as ruas dessa primeira infância para explorar as possibilidades de pesquisa sobre o tempo na cidade de Porto Alegre. Integrando, na ocasião, o “grupo de vídeo etnográfico” no BIEV e sob a perspectiva antropológica de uma etnografia da duração e do conceito de itinerários urbanos (Eckert e Rocha, 2005) o trabalho de campo se iniciaria, assim, desde um percurso pelas ruas do bairro até, finalmente, definir-se como objeto de investigação através das ruínas de suas moradas.

Essa caminhada *proustiana*¹⁰ em busca da infância, trazida por esse trecho de diário, constitui nosso bilhete de passagem para problematizar outras infâncias, outros percursos e outras vivências, outras imagens do bairro imaginadas, agora, sob o ponto de vista de outros habitantes do lugar. À medida que a autora foi percebendo que o exercício da etnografia de rua, da forma como foi escrito, tornou-se provocador de um olhar efêmero sobre o espaço¹¹, percebeu também que o relato escrito parecia lhe devolver sempre o drama da permanência e/ou desaparecimento de famílias no bairro Floresta, ou de seus deslocamentos para outros bairros.

Essa permanência foi reveladora da importância do espaço da morada, que no trecho descrito acima só aparece na forma alusiva com que a autora menciona o número das casas, “O velho 584 inicia a corrida. Sem o tapete vermelho da escada de madeira rangida, sem a vista da rua, do alto da sacada”, mas, que no restante dos diários foi nos possibilitando perceber a recorrência desse tipo de representação ligada ao número das casas como possibilidade de investigação da memória do bairro a partir delas.

Adentrando os meandros da escrita da aprendiz sobre a atmosfera do bairro, se pode perceber que o caminhar no Floresta aos poucos se transformava em uma caminhada “poética, fabulatória e afetiva”, uma “caminhada cosmológica” Eckert e Rocha (2002, p. 3) que, pouco a pouco, iria lhe permitir experimentar a

10. As autoras e antropólogas Eckert e Rocha (2002) usam essa expressão para falar de um estado de ser e estar no mundo que reflete sobre si no mundo a partir da cidade, da vida na cidade, trabalhado por W. Benjamin com inspiração no trabalho de M. Proust e C. Baudelaire. Em M. Proust (2002, p. 43), destacamos o trecho “Era por vezes a memória, tornada mais nítida por uma excitação intelectual, como a leitura, que renovava a minha mágoa; de outras vezes ao contrário, era essa mágoa causada, por exemplo, pela angústia de um dia de tempestade, que erguia mais alto, mais para perto da luz, alguma recordação do nosso amor.”.
11. Um espaço desde o início pensado como espaço do vivido, sob a ótica de G. Bachelard (1989c, p. 19) em “A poética do espaço”: “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue a mensuração e à reflexão geométrica”.

cidade de um ponto de vista singular. Progressivamente as experiências vividas nos percursos pelas ruas eram transcritas na forma de diários de campo ou de descrições de observações participantes. Por um lado, a produção textual regular provocava um rico processo de construção de espaço de problemas para a pesquisa sobre a cidade como “objeto-temporal” (Eckert e Rocha 2005, p. 81), e por outro, estimulava a configuração de um referencial teórico e conceitual para a interpretação dessas observações descritivas da cidade.

Esse percurso, entre diferentes temporalidades de experiências de caminhada: a do etnógrafo em campo, em seu bairro de infância, e a dos moradores locais e seus relatos vividos nas ruas do bairro, ambas associadas à escrita – é o que pretendo destacar na etnografia de rua como técnica. Uma técnica que permitiu, no exercício da intersubjetividade construtora dessas duas experiências, que a autora deste artigo pudesse aprender a prática do trabalho de campo com o “tempo” a partir das narrativas e itinerários no contexto metropolitano. É sobre este percurso intelectual e conceitual, portanto, que trago aqui, principalmente, a prática sistemática da técnica de etnografia de rua, que foi sendo transformada e aprofundada na escrita de outros diários de campo e descrições de observação participante.

Conforme se pode perceber, no fragmento anteriormente apresentado, a etnografia de rua se explicita como parte de um esforço do aprendiz de antropólogo – poético e saudosista – na descrição etnográfica das ruas do Floresta como chave interpretativa de suas memórias. Trata-se de uma descrição fortemente descentrada das narrativas de outros moradores sobre um tempo de outrora, e mais focada na surpresa da permanência, no tempo presente, de vestígios de suas lembranças pessoais da paisagem do bairro quando criança, os quais se tornaram significativos para as suas representações do passado.

As formas degradadas, porém resistentes, como as calçadas e árvores que guardam os vestígios da antiga paisagem do bairro – “no chão, uma calçada de pedras irregulares, de um rosa vivo me traz saudade: dos finos pneus de bicicleta que percorriam o extenso trecho dessa pequena quadra” – surgem como pistas para a pesquisadora pensar, através da escrita, a subjetividade presente às suas lembranças do bairro. A melancolia presente ao relato está profundamente relacionada com o drama, no presente, da fuga do tempo (Durand, 2001). Ele transparece, assim, “nos losangos pretos que ornamentam o calçamento desde quando, para mim, todas as ruas eram iguais a essa. Eles seguem lá e resistem em baixo das lâminas de cimento descolado do prédio da esquina”, e com isto, na descrição elaborada pela etnógrafa da sua experiência temporal da passagem do tempo nas ruas do bairro.

Vejamos, também, que o onirismo que se apresenta na descrição etnográfica feita pela aprendiz, desde sua experiência de campo nas ruas do bairro Floresta e nas ruas vividas por ela e sua família quando criança, está fragilmente ligado à intenção investigativa dos “jogos da memória” nas grandes metrópoles contemporâneas (Eckert e Rocha, 2000, p. 2). Frágil, pois esta ainda está en-

cerrada na perspectiva de uma experiência pessoal que tende a romantizar os ritmos dos encontros da etnógrafa com sua própria subjetividade.

Entretanto, é precisamente neste momento da etnografia que se inicia um processo de escrita que vai conduzir a aprendiz de antropóloga a percorrer outras ruas e outros bairros da cidade de Porto Alegre na tentativa de, nesse percurso de espaço-tempo, relativizar o bairro e as ruas de sua infância para, logo após, pensar o percurso no interior dos casarios, de outras famílias, em outros bairros¹.

Outros caminhos e dramas para o presente

O bairro Floresta e as suas ruas e avenidas, portanto, foi o universo escolhido para o início de uma lógica de pensar as lembranças e os esquecimentos que integram o estudo da memória coletiva no contexto das grandes metrópoles, isto é, como possibilidade de articulação dessa dialética, conforme os estudos de Eckert e Rocha (2005).

Inspirada pelos seus próprios percursos urbanos, que integravam o percurso da sua família e de seus antepassados, os escritos da aprendiz de etnógrafa, já moradora de outros bairros e acostumada a deslocamentos frequentes pela cidade, lhe possibilitaram progressivamente acessar os itinerários possíveis de construção das diferentes cidades imaginadas pelos moradores de um grande centro urbano. Em incursões subsequentes no bairro, a aprendiz investiu em conversas com os moradores e antigos moradores do bairro Floresta, como exercício de pesquisa que consistia em, deslocando-se no tempo, no sentido de atingir a cidade por eles imaginada, percorrer espacialmente as profundidades múltiplas do espaço que representava o bairro nas suas memórias.

Neste sentido, os itinerários e os caminhos percorridos durante esta fase do trabalho de campo, no decorrer do ano de 2005, buscavam o descobrimento dos velhos recantos, velhos vizinhos, ritmos, árvores, cheiros: as paisagens²

-
1. Este ensaio está integrado ao processo de construção de uma dissertação de mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS, defendida em 2010, que investiga a partir das narrativas biográficas e trajetórias sociais de mulheres de camadas médias de três bairros da cidade de Porto Alegre os processos de transmissão de herança e patrimônio familiar a partir da experiência de desocupação, venda e destruição de casarios antigos pertencentes às famílias dessas interlocutoras. Trata-se de uma pesquisa implicada no estudo do tempo pela passagem de uma casa a outra, através da mudança, e das representações de casa, família e papéis sociais, que se modificam ou não nessa passagem.
 2. Segundo o trabalho de Simmel (1996, p. 15), toda a paisagem é “um lugar onde nos reconhecamos, onde alguma coisa faça sentido e esse sentido vem a partir de conexões que fazemos com o que somos e o que identificamos do que somos nesse lugar externo”.

do bairro narradas por seus moradores antigos. E por essa razão, a etnografia de rua era transformadora, pois ao mesmo tempo possibilitava que esses percursos percorridos fossem “desvendados por um leque de conceitos” (Eckert e Rocha, 2002, p. 18) ainda em fase de aprendizado; e lhe permitia, igualmente, pela imersão nas lembranças narradas pelos moradores à etnógrafa, percebê-las como pistas para o estudo da memória coletiva da cidade de Porto Alegre, a partir da trajetória social e dos itinerários urbanos daqueles que a habitavam.

Em outro trecho de descrição etnográfica das ruas do Floresta, no mesmo ano de 2005, podemos ver que os itinerários pelo bairro ganham a dimensão da acomodação de novos percursos teóricos para a aprendizagem de etnógrafa, e pode-se perceber, no exercício da construção da alteridade, todo o seu esforço de descrição dos diferentes tempos agenciados em tal deslocamento. Outra perspectiva do bairro, portanto, de suas ruas e ruínas, que não a da subjetividade da lembrança da etnógrafa, será percebida nesse segundo trecho. Nele poderemos notar, em contraponto ao fragmento anterior, um esforço de construção da identidade narrativa (Eckert e Rocha, 2005, p. 122) do antropólogo. Agora, uma identidade tecida no diálogo entre a subjetividade da lembrança, a interioridade da consciência do antropólogo e a sua identidade-ipse (Eckert e Rocha, 2005, p. 127) para a construção da dimensão interpretativa da passagem do tempo nesta região da cidade de Porto Alegre. A escrita adota novas formas de expressão, isto é, de uma descrição que busca privilegiar e construir textualmente a surpresa da possibilidade de outras vivências de habitação, pertencças ao bairro, para além daquela vivida pelo etnógrafo.

Os diferentes tempos de transformação das ruas e espaços percorridos são evocados, tanto nas lembranças construídas pelo relato de uma antiga moradora do bairro (tia da pesquisadora, primeira interlocutora de pesquisa) quanto nas suas próprias lembranças das ruas do bairro. As semelhanças e diferenças percebidas entre elas são descritas no esforço de restaurar as camadas de tempo que constituem o bairro Floresta.

Como se pode ver no fragmento do diário de campo trazido logo abaixo, a interação com a paisagem do bairro, mediada pelo diálogo com um antigo morador, vai evocar na aprendiz outras imagens desse espaço, e que estão para além da memória individual daquele que está narrando. Retirado de um diário de campo de novembro de 2005, esse trecho foi recortado em função da narrativa descritiva dos espaços que o deslocamento da etnografia de rua provocava.

O terreno começava a fazer um declive, na esquina da Hoffmann com a Rua General Neto. À medida que ia me afastando do morro, somente algumas árvores ainda podia ver entre as casas do lado esquerdo, em direção ao Bairro Moinhos de Vento. À direita, bem poucas. Segui por essa calçada da direita porque minha tia havia me chamado a atenção para o grupo de casas que havia nesse lado.

Falava, nessa entrevista, de uma senhora que ela conhecia, que cortava o cabelo de sua mãe, e que essa senhora morava em uma daquelas portas que eu passaria agora. Ensaiei alguns enquadramentos em perspectiva com a rua e as casas. E percebi como era grande o número de fios presos às paredes, um emaranhado que lembrava os “gatos” feitos nas favelas para consumo de luz elétrica. Havia na rua uma senhora e um senhor conversando na beira da calçada, em frente a uma das portas. E eles saíram na foto que fiz dessas casas, meio assim por acaso. Fui descendo lentamente, esperando alguma interjeição por parte deles, já que vi que me olhavam. Não demorou muito, enquanto ensaiava outro quadro, para que ouvisse: “vai querer comprar esse correio de casas?”. Fiquei muito feliz com aquela fala. Já havia ouvido essa expressão: correio de casas, quando andava na Voluntários com essa tia e ela comentava que ali dentro da Aveias Quaker, vejam, havia um correio também, onde moravam os funcionários da fábrica. Ela tentou me explicar como era o correio lá de dentro, mas não consegui entender muito, agora acho que tinha uma imagem do que ela estava tentando falar.

Desci sorrindo, sem esconder que estava contente por eles terem me interpelado de forma tão aberta.

Falei que estava fazendo uma pesquisa sobre o bairro e que tinha achado bonitas aquelas casas. Bom, então vi que não era somente eu que achava bonito o conjunto. “Isso aqui foi construído para os operários da viação férrea e é tombado, toda essa parte aqui”, falou um deles. Então, conversei sobre algumas coisas que tinha lido no museu, sobre a viação. Foi muito bom, porque eles começaram a lembrar, entre eles, desses marcos da cidade que eu pela idade só poderia saber através do museu. Essa senhora era mais fechada do que o senhor, que era magro e parecia bem mais jovem do que provavelmente era. Ela estava de braços cruzados, com uma chave na mão, mas a porta, a suas costas, estava entreaberta, assim como a dele, que era algumas casas à direita da porta dela. Observei, também, número das casas, bem grande ao lado do marco das portas.

Fiquei ali, fazendo o jogo que eles estavam propondo, na rua, ouvindo, observando, enquanto eles atiravam um para o outro memórias de um tempo do qual eu estava totalmente excluída. Mas eu gostava daquilo. Eles estavam quase de frente um para o outro, eu no meio, quase fechada, escutava. “Não, mas a viação férrea era ali na, na, ali no túnel da conceição, perto da rodoviária, um pouco mais para cá da rodoviária, era um prédio bonito, ficava ali. Bah, isso aqui era tudo diferente, né? É que a gente tá ficando velho, Julio!”, disse a senhora.

“A senhora nasceu aqui nessa casa?”, perguntei para ela. “Não”, ela me respondeu. “Eu nasci aqui”, disse o senhor. Então perguntei: “E ainda tem muitos que moram por aqui, assim antigos moradores?” “Não, alguns”... disse ela. “Ali na esquina, né, tinha aquele artista, depois virou essa sauna”... Cochicharam sobre essa casa algo que minha tia já havia me falado, parece que alguém tinha se matado ali. Fingi que não percebi os sussurros deles, pois queria que me contassem, depois, com mais calma sobre o tal assunto. Continuaram apontando as casas e falando o que tinha, de quem era, quem morava. “Ali funciona uma casa que é uma espécie de Daslu. A gente só vê os carros entrando de madrugada e saindo, de dia é tudo fechado. A fachada tá diferente, mas ela é antiga, também. Aqui na frente tinha uma casa enorme que estava abandonada, não dava nem para atravessar a rua. O cheiro era horrível”, disse a senhora. Perguntei quem eram esses proprietários dessas casas maiores, operários também? “Não, não, eram outras casas. De família. Tem umas que ainda moram. Mas a maioria já foi embora. Tinha uma vizinha ali, ali onde tem esse prédio ali”. Perguntei se as pessoas continuavam morando nos prédios, dei o exemplo do que acontece no bairro Petrópolis, vende casa/terreno e a família fica com apartamentos no prédio. Disseram que não. “Não, foram embora”, disse a senhora. “Mas esse bairro é bom, é bom, sim”, Julio falou. “Mas aqui nem é mais Floresta” disse a senhora, “A prefeitura para cobrar mais caro o IPTU colocou essa quadra como Moinhos de Vento. Um absurdo”, resmungou. “Mas no mapa do guia da cidade está como Floresta”, eu disse. “É, mas não é não, eles mudaram”, respondeu a senhora. Hummm, eu gostei daquela troca de limites, fiquei pensando na identidade do lugar que estava experienciando, que limites seriam esses? Território, pertença? Perguntei se poderia vir outro dia, para continuarmos a conversa, expliquei que, nessa pesquisa que eu fazia, era justamente a fala deles que era importante. E eles toparam de cara. Perguntei o nome de cada um e o número da casa. “Elgin, que nem a máquina de costura. 328”, respondeu, já mais sorridente, a senhora. “Júlio. A minha é aquela ali, quase no fim, 342”, disse Julio. Perguntei se podia bater quando viesse, assim, meio sem jeito, porque a porta dessas casas fica na beira da calçada mesmo. Sem grade, entrada, nada. É na rua. (Trecho de diário de campo de 23 de novembro de 2005).

A leitura do trecho acima é um convite para se refletir no espaço da escrita com intenções de compartilhamento e de troca de conhecimento entre pares (a comunidade linguística dos antropólogos). Situando-se a produção textual para além do registro das subjetividades da infância da aprendiz, mesmo que também esteja recheado delas, pela via do estranhamento e do deslocamento epistemológico gerado pela escrita³.

3. Aqui é importante ressaltar a existência no interior do BIEV de um grupo de estudos

Partindo das discussões possibilitadas pela técnica da etnografia de rua, o relato – acoplado à densidade da escrita etnográfica, às possibilidades de interação entre diferentes moradores, à percepção de entrar e sair de diferentes territórios – torna-se parte do processo de pesquisa antropológica sobre a duração do tempo nas grandes metrópoles contemporâneas. As tensões do tempo passado no presente vivido do bairro, descritas pela aprendiz a partir de seu trabalho de campo, mesmo distante do momento em que o primeiro diário de campo foi produzido (2005), permanecem, ainda hoje, como parte integrante de um processo interpretativo das transformações da paisagem urbana porto-alegrense. No âmbito do aprendizado de uma escrita antropológica, revela-se a importância de se compreender, na construção da identidade-ipse da etnógrafa, o exercício da descrição dos seus deslocamentos, apreendida por intermédio da técnica da etnografia de rua nos “limites” do bairro Floresta, como campo de possibilidades para a interpretação do fenômeno da passagem do tempo em outras ruas da cidade.

F1.



Rua São Carlos, Bairro Floresta – Porto Alegre

Conforme Michel De Certeau, no subcapítulo “A Fala dos Passos Perdidos” (1990, p. 176), o ato de caminhar é um espaço de enunciação que não deve ficar reduzido ao seu traçado geográfico. O ato de caminhar reatualiza uma ordem es-

sobre escrita antropológica coordenado pela antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha, onde algumas dessas questões aqui apresentadas foram discutidas e muitas das reflexões desenvolvidas são frutos de nossas trocas semanais. O grupo é integrado por Priscila Farfan, Viviane Vedana, Rafael Lopo, Stéphanie Bexiga, Ana Paula Parodi, Patrick Barcelos, Luciana Tubello e Rodrigo Ramos.

pacial que organiza um conjunto de possibilidades que estão para além do ato de caminhar, mas que são vividas por ele, ou seja, as caminhadas vão, pouco a pouco, traçando e compondo “mapas mentais” (Eckert e Rocha, 2005, p. 5) que constituem o cotidiano dos habitantes das ruas, dos bairros e da cidade. Como se revela no fragmento do último diário apresentado, a interação efêmera da aprendiz que caminha aponta para o reconhecimento dos mapas mentais de moradores de um bairro Floresta, o que, do ponto de vista da memória coletiva do bairro, estabelece laços simbólicos com as imagens recordadas dos percursos no bairro de infância rememorada pela etnógrafa, e outros tantos que futuras caminhadas revelariam.

Neste sentido, o espaço da lembrança é privilegiado, pois ele media o exercício da técnica da etnografia de rua ao acionar, pelo deslocamento espacial pelas ruas (Eckert e Rocha, 1996, p. 15; 2002, p. 23), o “desencadeamento de outras imagens que nos habitaram em momentos ou situações anteriores”, “imagens de outras cenas urbanas, em outros bairros, cidades ou países”. Em se tratando, aqui no caso, da cidade de Porto Alegre, no contexto de uma pesquisa em sociedades complexas, onde a pesquisadora e os seus interlocutores compartilham histórias e memórias que se cruzam, estamos também falando de uma cidade moderno-contemporânea que para ser pensada deve ser reatualizada pela lembrança dos seus habitantes. O espaço fantástico (Eckert e Rocha, 1996, p. 15) que encerra os jogos da memória é, portanto, análogo ao espaço do caminhante. Ao se caminhar nas ruas de uma cidade, nos deslocamos no espaço, selecionando, traçando, lembrando e esquecendo, conforme o sentido de um percurso, em que, ao final, é preciso remontar no tempo.

Conforme transparece no fragmento do segundo diário de campo, a interação com Júlio e Elgin, efêmera e lúdica, foi construída pela aprendiz como uma enunciação de outros tempos e outras paisagens, de um bairro que – assim como aquele descrito por ela no primeiro trecho de diário desse ensaio, através das lembranças das suas ruas de criança – é vivido pelas lembranças do tempo passado e pelo drama de nele perder-se no tempo presente.

Dessa forma, aponto aqui para o medo da perda das referências espaciais promotoras das relações cotidianas dos habitantes – a casa do vizinho, os armazéns, a direção e nome das ruas, a presença das árvores referenciais – que, ressaltadas pelos moradores do bairro, conformam um determinado viver na cidade de Porto Alegre. Onde, as narrativas das antigas lembranças possibilitam enquadrar no tempo presente as transformações na paisagem desse bairro: a construção de um muro no fim da rua, a transformação de uma praça em um colégio, a transformação do armazém da esquina em um comércio de peças, a destruição da árvore que subíamos na infância. Pensar que essa invenção das idas e vindas (De Certeau, 1990, p. 178) dos jogos da memória, face às ameaças de perda da continuidade física dos trajetos cotidianos de um espaço, é pensar em um lugar onde podemos investigar os desenhos dos mapas men-

tais pelos habitantes das grandes metrópoles. Já que esses habitantes situam-se no interior dos processos de destruição e reconstrução de seus territórios, construindo e reconstruindo mapas caros para pensar-se a si no tempo e se reatualizar com parte dessa mesma transformação da cidade.

Conclusão

Em face desses desdobramentos apresentados, inseridos em uma discussão temática do tempo e da cidade, reconheço a permanência de uma preocupação com as transformações da cidade do ponto de vista daqueles que a habitam, seja etnógrafo, seja interlocutor de pesquisa. A descoberta dos mapas mentais dos habitantes que vão envelhecendo junto com a cidade – se mudando, reinventando os trajetos em função da destruição e construção de ruas, casas, edifícios, transformações viárias do espaço da cidade – é uma forma de descobrir o que move a resistência e, portanto, a permanência que constitui uma representação de si no mundo.

A busca dessas representações de si mesma por parte da aprendiz de etnógrafa, durante o trabalho de campo, foi orientadora de um objeto de pesquisa que procura aprofundar essas questões do ponto de vista do espaço privilegiado da casa. Pesquisando, hoje, junto a famílias que passam por processo de mudança que culmina na destruição da sua casa, a aprendiz de etnógrafa se transformou em aprendiz de antropóloga, buscando interagir e ouvir desses moradores as narrativas dos trajetos impossíveis de serem realizados, pois a casa unificadora dessas lembranças foi destruída. Essa opção em última análise objetiva a pesquisa da passagem do tempo e como ela rebate nas construções e noções do individualismo moderno em modernas sociedades complexas a partir dessa passagem de uma casa para outra.

Se a etnografia de rua proporciona, a partir do deslocamento pela cidade, a observação do paradigma estético (Maffesoli, 1985, p. 55) que funda as experiências sensíveis entre certos moradores da cidade; ao sairmos do percurso na rua para interagirmos no interior da casa essa dialética que compõe as experiências que cada um desses indivíduos (Schutz *apud* Wagner, 1979, p. 124) traz para a relação com o outro, ganha novas dimensões. Trata-se, assim, de se pensar quais as províncias de significado que estão em jogo, no ato da lembrança e do esquecimento, para os moradores dessas casas, onde os mapas mentais não estão só relacionados à cidade que se modifica, na construção e destruição das suas ruas e trajetos geográficos, mas na sua casa como integrante dessas destruições da cidade.

A U T O R E S

Atuação no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) sob orientação de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, Laboratório de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede na sala 106 e 108 do Instituto Latino Americano de Estudos Avançados, UFRGS.

Ana Luiza Carvalho da Rocha Coordenadora do BIEV desde 1997. Doutora em Antropologia Social e antropóloga LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Pós-doutorado bolsa Cnpq, pesquisadora CNPq.

Anelise dos Santos Gutterres. Pesquisadora no BIEV. Bolsista de Iniciação Científica CNPq de 2005 a 2008. Mestrado em Antropologia Social de 2008 a 2010, bolsa CAPES. Doutoranda em Antropologia Social no PPGAS, IFCH, UFRGS, a partir de 2010, bolsa CAPES/Reuni.

Cornelia Eckert. Coordenadora do BIEV desde 1997. Doutora em Antropologia Social e professora de Dep. e PPGAS, IFCH, UFRGS. Pós-doutorado bolsa CAPES e pesquisadora CNPq.

Fernanda Rechenberg. Pesquisadora no BIEV voluntária de 2004 a 2007 e mestranda de 2006 a 2007 com bolsa CAPES. Doutoranda a partir de 2008 no PPGAS, IFCH, UFRGS com bolsa CAPES. Atualmente é professora de antropologia visual na UFAL.

Flávio Leonel Abreu da Silveira. Pesquisador no BIEV voluntário de 2003 a 2005. Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS IFCH UFRGS, bolsa CAPES. Atualmente é professor no Departamento de Ciências Sociais, PPGCS e PPGAS, UFPA.

Jeniffer Cuty. Pesquisadora no BIEV voluntária de 2008 a 2009. Arquiteta e urbanista, Mestre e Doutora no PROPUR, UFRGS. Atualmente é professora junto ao Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS.

Luciana de Mello. Bolsista de Iniciação Científica Fapergs de 2003 a 2005. Mestre no PPGAS, IFCH, UFRGS em 2008.

Olavo Marques Ramalho. Bolsista de Iniciação Científica CNPq-PIBIC

2000 a 2003. Mestre no PPGAS, IFCH, UFRGS 2007, bolsa CNPq. Doutorando ingresso 2009, no PPGAS, IFCH, UFRGS. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Caxias do Sul.

Patrícia Rodolpho. Bolsista de Aperfeiçoamento CNPq no Biev de 1997 a 1999. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Multimeios pelo Instituto de Artes/Unicamp (2004) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Artes pelo Instituto de Artes/Unicamp, iniciado em 2008 e atualmente em andamento (bolsa CAPES), ambos com orientação do Prof. Dr. Fernando Cury de Tacca.

Rafael Deróis dos Santos. Pesquisador no BIEV com bolsa de Iniciação Científica CNPq-PIBIC de 2004 a 2005. Bacharel em Ciências Sociais, IFCH, UFRGS.

Rafael Victorino Devos. Bolsista de Apoio Técnico CNPq de 1997 a 1999, bolsista de Iniciação Científica CNPq de 1999 a 2001. Mestrando de 2001 a 2002, bolsa CNPq, Doutorando em 2003 a 2007, bolsa CAPES. Bolsista Pós-Doutorado Jr CNPq de 2007 a 2008 e bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial CNPq de 2009 a 2010. Atualmente é professor de antropologia na UFSC.

Rosana Pinheiro Machado. Bolsista de Iniciação Científica Fapergs de 2000 a 2002. Mestranda e Doutoranda, com orientação do Prof. Ruben George Oliven de 2003 a 2008 no PPGAS IFCH UFRGS, bolsa CNPq. Bolsista Pós-Doutorado Junior CNPq no PPGAS UFRGS em 2009. Atualmente é professora de antropologia na ESPM, Porto Alegre.

Thaís Cunegatto. Bolsista de Iniciação Científica de 2002 a 2007. Mestre no PPGAS, IFCH, UFRGS, bolsa CAPES em 2009.

Viviane Vedana. Pesquisadora voluntária no BIEV. Mestranda de 2002 a 2004, bolsa CAPES. Doutoranda de 2004 a 2008, bolsa CNPq. Pós-Doutoranda de 2009 a 2014, no PPGAS, IFCH, UFRGS, bolsa PND/CAPES.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, A. A. N. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BACHELARD, G. **A intuição do instante**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACHELARD, G. **La poétique de l'espace**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989b.

BACHELARD, G. **La terre et les rêveries du repos**. Paris: José Corti, 1989c.

BAIERLE, S. G. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80**. Campinas, 1992. 162 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUNB, 1996.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROSO, P. F.; ROCHA, A. L. C.; VEDANA, V. O sentido do trágico na paisagem sonora do mundo urbano contemporâneo. **Revista Iluminuras**, n. 9, 2008.

BASTIDE, R. As técnicas de repouso e relaxamento. In: QUEIROZ, M. I. P. D. **Roger Bastide**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BAUDELAIRE, C. **Le spleen de Paris**. Paris: Asselineau et Banville, 1869.

BAUDELAIRE, C. **Tableaux parisiens. Les fleurs du mal**. Paris: Poulet-Malassis, 1861.

BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, F. R. **Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 44-122.

BENJAMIN, W. **Das Passagen-Werk**. Paris: [s.n.]. Escrito em 1939 em Paris e publicado em 1982.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre Literatura e His-**

toria da Cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, W. O flâneur. In: ____ **Walter Benjamin: Obras escolhidas.** São Paulo: Editora Brasiliense, v. 3, 1989.

BENJAMIN, W. **Passagens.** Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. (Organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração da edição brasileira Olgária Chain Féres Matos. Posfácio Willi Bolle e Olgária Chain Féres Matos).

BENJAMIN, W. Über einige Motive bei Baudelaire. **Zeitschrift für Sozialforschung,** Paris, v. VIII, p. 50-89, 1939.

BOSI, E. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: Edusp, 1987.

BOTT, E. **Família e rede social.** [S.l.]: Livraria Francisco Alves Editora, 1957.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. **A profissão de sociólogo - Preliminares Epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CALABRESE, O. **A idade Neobarroca.** Lisboa: Edições 70, 1987.

CALDEIRA, T. P. D. R. **A política dos outros, o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e os poderosos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, T. P. D. R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica.** São Paulo: Studio Nobel, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A questão étnica: qual a possibilidade de uma ética global? In: AZIRPE, L. **As dimensões culturais da transformação global - uma abordagem antropológica.** Brasília: UNESCO, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CLIFFORD, J. **Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CORBIN, A. **O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDELL, J. Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: NUPAUB, 2001.

CORUJA, A. Á. P. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre.** Organização e no-

tas de Sérgio da Costa Franco. 2. ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996.

CSORDAS Thomas J. **Embodiment as a paradigm for anthropology**. Ethos, n. 1, vol 18, 1990. p. 5-47.

CUNEGATTO, T. **Etnografia na Rua da Praia: um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense**. Porto Alegre, 2009. 138 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DA MATTA, R. D. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, E. D. O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DAWSEY, J. C. Nossa Senhora Aparecida e a mulher lobisomem: Benjamin, Brecht e o teatro dramático na Antropologia. **Ilha, Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, Dezembro 2000.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 2. Artes de nutrir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DE CERTEAU, M. **Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b.

DEBRAY, R. **Vie et mort de l'image**. Paris: Gallimard, 1992.

DEVOS, R. **A “questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS**. Porto Alegre, 2007. 275 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEVOS, R. **Uma ilha assombrada na cidade - estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre**. Porto Alegre, 2003. 286 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DREYS, N. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ECKERT, C. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: Mineiros do Carvão (La Grand-Combe, França). **Cadernos de Antropologia**, Porto Alegre, n. 11, 1993.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 107-135, 1998.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Os jogos da memória. **ILHA, Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, Dezembro 2000. p. 70-84.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In: KOURY, M. G. P. **Imagem e Memória, ensaios em Antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 19-39.

ECKERT, C. ; ROCHA, A. L. C. . O antropólogo na figura do narrador: Revista **Habitus**, Goiania, v. 1, n. 2, p. 395-420, 2004.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A memória como espaço fantástico. In: GUIGOU, N. **Trayetos antropológicos**. 1. ed. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2007. p. 33-42.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia na rua e câmera na mão. **Revista Studium**, Campinas, p. 1-10, 2002. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>>. Acesso em: 12 maio 2009.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

F, W. E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UnB, 1997.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FORTINI, A. **Revivendo o passado**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1953.

FRANCO, S. D. C. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FRANCO, S. D. C. **Guia histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Uni-

versidade/UFRGS, 1998.

GEERTZ, C. **El antropólogo como autor**. Barcelona: Paidós Studio, 1989.

GEERTZ, C. Suq: The Bazaar Economy in Sefrou. In: GEERTZ, C.; GEERTZ, H.; ROSEN, L. **Meaning and Order in Moroccan Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GONSALES, C. H. C. Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto146.asp>. Acesso março 2004.

GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. **Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubié, 1974.

GRAVINA, H. C. **Ser da Praça**: performance - etnografia na Praça da Alfândega. Porto Alegre, 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1986.

HALL, E. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

HANNERZ, U. Cosmopolitas e locais na cultura global. In: FEATHERSTONE, M. **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

HANNERZ, U. **Explorer la ville**. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1983.

HOLLANDA, H. B. **Poetas Hoje**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1998.

HOWARD, E., 2005. Disponível em: <<http://pimentanegra.blogspot.com/2005/12/cidade-jardim-de-ebenezer-howard.html>>.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1953.

J, C. T. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

KESSLER, R. M. P. **IAPI**: Hoje uma utopia? Monografia apresentada no 1º Seminário sobre Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil. [S.l.]: [s.n.]. 1995.

KOSSOY, B. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. Cotia: AE, 1999.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEITE, M. A. F. P. Uma história dos movimentos. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra II - a memória e os ritmos**. Lisboa: Edições 70, v. 16, 1975.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, R. K.; PEREIRA, L. **Pescadores de Itaipu - meio ambiente, conflito e ritual no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUF, 1997.

LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D.; PRADO, R. **A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e Controle Público da Poluição Industrial**. Rio de Janeiro: NuAP/Re-lume Dumará, 2004.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre os dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 12, n. 25, 2006. p. 31-64.

MACEDO, F. R. **História de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MAFFESOLI, M. Le paradigme esthétique. La sociologie comme art. **Sociologie et Société**, Montréal, v. XVII, n. 2, p. 33-39, Octobre 1985.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum. Compêndio de sociologia compreensiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MAFFESOLI, M. O poder dos espaços de representação. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 116, 1994.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos - o declínio do individualismo nas Sociedades de Massa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. D. L. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Fapesp, 1996. Introdução.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARASQUIN, M. Densidade e ocupação do solo, 2005. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/13.htm>>. Consulta março 2005.

MARQUES, O. R. **Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, 2006a. 165 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARQUES, O. R. Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. **Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas**, Brasília, 2006b.

MARQUES, O. R.; MATTOS, J. R. D. "**Morar em casa de avenida**": Quilombo do Areal – legatários do Areal da Baronesa. Relatório sócio-histórico e antropológico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Quilombo do Areal para cumprimento ao Artigo 68 / ADCT. Porto Alegre: INCRA, 2007.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo, v. II, p. 37-184, 1974.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAZERON, G. H. **Reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria Selbach, [s.d.].

METROPLAN. **Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí – reavaliação das condições sócio-econômicas da população e situação atual de ocupação e uso do solo do Parque**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

MOLES, H.; ROHMER, E. **Labyrinthes du Vécu. L'Espaço**: matière d'actions. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.

MONTEIRO, C. **Discurso ideológico e formas de sociabilidade no espaço urbano**. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Porto Alegre: [s.n.], 1992.

MONTEIRO, C. **Porto Alegre, urbanização e modernidade**: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES FILHO, E. D. **Georg Simmel**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

OLIVEN, R. De olho do Dinheiro nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 206-235, 2001.

OLIVEN, R. G. **A Antropologia dos grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEN, R. G. O nacional e o estrangeiro na construção da identidade brasileira. In: BERND, Z. **Olhares Cruzados**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

OLIVEN, R. G. Por uma Antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, G. **O Desafio da Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

P.M.P.A. **Memória dos bairros**: a Vila do IAPI. Porto Alegre: SMC, 1991.

P.M.P.A. **Parque Estadual Delta do Jacuí - plano básico**. Porto Alegre: PMPA/SPM, v. 1, 1979.

P.M.P.A. **Vila do IAPI**: patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 1994.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O Fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O Fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PEIRANO, M. Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. **Campos – Revista de Antropologia Social (UFPR)**, Paraná, v. 7, n. 2, 2006.

PERLONGHER, N. Territórios marginais. **Primeira Versão**, Campinas, n. 27, 1991.

PESAVENTO, S. J. **De escravo a liberto: um difícil caminho**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1988.

PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PESAVENTO, S. J. **O Espetáculo da Rua**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

PETONNET, C. **Espaces habités, ethnologie des banlieues**. Paris: Galilée, 1979.

PETONNET, C. L'observation flottante, l'exemple d'un cimetière parisien. **Revue L'Homme**, Paris, v. XXII, n. 4, p. 37-47, Octobre/Décembre 1982.

PINHEIRO-MACHADO, R. **La garantía soy yo: redes locais e transnacionais de comércio popular - camelôs e sacoleiros (Brasil-Paraguai)**. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POE, E. A. O Homem da Multidão. In: ____ **Os melhores contos de Edgar Allan Poe**. São Paulo: Circulo do Livro, [s.d.].

PORTO ALEGRE, A. **Noutros Tempos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, [s.d.].

POSEY, D. Interpretando e utilizando a “Realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. **“Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

PROUST, M. **Em busca do tempo perdido – a prisioneira; a fugitiva; o tempo recuperado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

PROUST, M. Le temps retrouvé. In: ____ **A la recherche du temps perdu**. Paris: Gallimard, v. VIII, 1954.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS FILHO. [S.l.]: [s.n.]. Mimeogr.

RIBEIRO, G. L. **Cosmopolíticas. Postimperialismo. Cultura y política em el mundo contemporâneo**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

RIBEIRO, G. L. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. **Série Antropologia**, Brasília, n. 410, 2007.

RICOEUR, P. **O si e a identidade narrativa. O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Ed. du Seuil, 1996.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, v. I, 1994.

ROCHA, A. L. C. A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 19, 2008.

ROCHA, A. L. C. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, C.; MONTE MOR, P. **Imagem em Foco, novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 55-83.

ROCHA, A. L. C. Bonfim: feições de uma cidade no plural ou o lugar da desordem. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 30, 2001a.

ROCHA, A. L. C. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração, um espaço de problemas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 18, 2007.

ROCHA, A. L. C. D. A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995.

ROCHA, A. L. C. **Le Sanctuaire de désordre: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques**. Paris: Sorbonne, 1994.

ROCHA, A. L. C. Tecnologias audiovisuais na construção de narrativas etnográficas, um percurso de investigação. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 35, 2001b.

ROCHA, A. L. C.; VEDANA, V. **A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora**. Anais do VII Congresso de Antropologia do Mercosul (VII-RAM). Porto Alegre: [s.n.]. 2007.

RODOLPHO, P. Encontrando imagens na e da Rua da Praia: problemas e descobertas de uma etnografia urbana. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 26, 2001.

ROUCH, J. La caméra et les hommes. In: FRANCE, C. **Pour une anthropologie visuelle**. Paris: Mouton, 1979. p. 53-71.

RUSCHEL, N. **Rua da Praia**. Porto Alegre: [s.n.], 1971. Patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, comemoração da XII semana de Porto Alegre.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cul-

tura não é um objeto em via de extinção (parte II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. D. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1974.

SALVATORI, E. **Nem tudo que reluz é ouro**: estilo de vida e sociabilidade na construção de um espaço urbano de prestígio em Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANSOT, P. **Les Formes Sensibles de la Vie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

SANSOT, P. **Poétique de la ville**. Paris: Klincksieck Méridiens, 1972.

SANTOS, C. N. F. D.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa**: a apropriação dos espaços em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, H. R. S. **Certas cariocas**: travestis e vida na rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996a.

SILVA, H. R. S. **Travesti a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SILVA, V. As esquinas sagradas do Candomblé. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, M. M. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996b.

SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. **Política e trabalho**, João Pessoa, n. 12, p. 15-24, Setembro 1996.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11-25.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. **Política e trabalho**, João Pessoa, n. 12, p. 24-36, Setembro 1996.

SIMMEL, G. **Les problèmes de la philosophie de l'Histoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SIMMEL, G. **Sociologie et épistémologie**. França: Presses Universitaires de France, 1981.

VEDANA, V. É só um real! Performatividades do comércio informal de alimentos no Largo Glênio Peres em Porto Alegre. **Revista Eletrônica Iluminuras**, <http://seer.ufrgs.br/iluminuras>, Porto Alegre, v. 17, 2006.

VEDANA, V. **No mercado tem tudo que a boca come**: estudo antropológico das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. Porto Alegre, 2008. 258 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VEDANA, V. **Sonoridades da duração**: práticas cotidianas de mercado no mundo urbano contemporâneo. Uma introdução à construção de coleções etnográficas a partir dos dados imagéticos de campo. Anais do VII Congresso de Antropologia do Mercosul (VII-RAM). Porto Alegre: [s.n.]. 2007.

VELHO, G. **A utopia urbana. Um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: Notas para uma Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VELHO, G. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e hereisia. In: ____ **O desafio da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 13 a 22.

VELHO, G. **O desafio da cidade**: novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E. D. O. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose - Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VELHO, G.; KUSHNIR, K. Mediação e metamorfose. **Mana: Estudos de Antropologia social**, v. 2, n. 1, p. 97-107, Abril 1996.

VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de sociedade em antropologia. In: ____ **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002a. p. 295-316.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002b.

WAGNER, H. R. **Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 90-113.

WOORTMANN Ellen F e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora UnB, 1997.

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Capítulo 1

Etnografia *de e na* rua: estudo de antropologia urbana

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha)

- F1 – Foto de André Viccari, Porto Alegre, 2006, Acervo Biev.
- F2 – Foto de André Viccari, Porto Alegre, 2006, Acervo Biev.
- F3 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F4 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F5 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F6 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F7 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F8 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F9 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F10 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F11 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F12 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F13 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo Biev.
- F14 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo NAVISUAL.
- F15 – Foto de Cornelia Eckert, Paris, 2001, Acervo NAVISUAL.

Capítulo 2

Encontrando imagens na e da Rua da Praia: relato de uma etnografia de rua

Patrícia Rodolpho

- F1 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F2 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F3 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F4 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F5 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F6 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F7 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F8 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.
- F9 – Foto de Patrícia Rodolpho, Porto Alegre, 1998.

Capítulo 3

Das ruas de asfalto às margens das ilhas: conflitos, éticas de segregação e de uso comum das margens da cidade

Rafael Victorino Devos

F1 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F2 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F3 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F4 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F5 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F6 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

F7 – Foto de Rafael Victorino Devos, Porto Alegre, 2001.

Capítulo 4

Anos de Pedra: etnografia de um camelódromo

Rosana Pinheiro Machado

F1 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F2 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F3 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F4 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F5 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F6 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F7 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F8 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F9 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F10 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F11 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F12 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

F13 – Foto de Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2001 a 2002.

Capítulo 5

A poética do vivido: uma etnografia do cotidiano na Cidade Baixa Porto Alegre/RS

Olavo Ramalho Marques

F1 – Foto de Olavo Ramalho Marques, Porto Alegre, 2005.

F2 – Foto de Olavo Ramalho Marques, Porto Alegre, 2005.

F3 – Foto de Olavo Ramalho Marques, Porto Alegre, 2005.

Capítulo 6

Mercados de rua e ambiência de fruição estética: estudo de etnografia de rua

Viviane Vedana

F1 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

F2 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

F3 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

F4 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

F5 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

F6 – Foto de Viviane Vedana, Porto Alegre, 2003.

Capítulo 8

Transformação e permanência do espaço, formas de ocupação e sociabilidades em um trecho da Rua 24 de Maio, Porto Alegre/RS

Luciana de Mello

F1 – Foto de Luciana de Mello, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F2 – Foto de Luciana de Mello, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F3 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

F4 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

F5 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

F6 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

F7 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

F8 – Foto de Luciana de Mello, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F9 – Foto de Fernanda Rechenberg, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F10 – Foto de Luciana de Mello, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F11 – Foto de Liane Matos, Porto Alegre, 2002.

F12 – Foto de Fernanda Rechenberg, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

F13 – Foto de Fernanda Rechenberg, Porto Alegre, 2003, Acervo Biev.

Capítulo 9

Etnografia da e na Rua da Praia: cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense

Thaís Cunegatto

F1 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F2 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F3 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F4 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F5 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F6 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

F7 – Foto de Thaís Cunegatto, Porto Alegre, 2007 a 2009.

Capítulo 10

Etnografia na rodoviária: fluxos e trajetórias sociais em um espaço cosmopolita

Fernanda Rechenberg

F1 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F2 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F3 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F4 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F5 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F6 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F7 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

F8 – Foto de Ana Luiza C. da Rocha, Porto Alegre, 2004, Acervo Biev.

Capítulo 11

Primeiros passos na “vila do IAPI”: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de porto alegre

Rafael Derois dos Santos

F1 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

F2 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

F3 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

F4 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

F5 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

F6 – Foto de Rafael Derois dos Santos, Porto Alegre, 2004.

Capítulo 12

A etnografia de rua na construção do objeto de pesquisa em antropologia: onde um percurso pela rua vira um percurso pela morada

Anelise Gutterres

F1 – Foto de Anelise Gutterres, Porto Alegre, 2005.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo 1

Etnografia *de e na* rua: estudo de antropologia urbana

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha

I1 – Fonte: Google Maps.

I2 - Fonte: ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia na rua e câmera na mão. Revista Studium, Campinas, p. 1-10, 2002.

Capítulo 5

A poética do vivido: uma etnografia do cotidiano na Cidade Baixa Porto Alegre/RS

Olavo Ramalho Marques

I1 – Fonte: “Moradores, grupos e redes de relações ocupando o espaço da rua”. Fotografias do autor (produzidas entre agosto de 2004 e dezembro de 2005) sobre mapa modificado a partir de carta disponibilizada pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB).

Capítulo 7

Beco, rua, avenida: sociabilidades e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento

Flávio Leonel da Silveira

I1 - Fotos de Flávio Leonel da Silveira, Porto Alegre, 2000.

Capítulo 8

Transformação e permanência do espaço, formas de ocupação e sociabilidades em um trecho da Rua 24 de Maio, Porto Alegre/RS

Luciana de Mello

I1 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

I2 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

I3 – Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

14 – Fonte: Luciana de Mello

15 – Fonte: Luciana de Mello

Capítulo 9

Etnografia da e na Rua da Praia: cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense

Thaís Cunegatto

11 – Fonte: Thaís Cunegatto. Etnografia na Rua da Praia: Um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Cornelia Eckert.

Tipologia utilizada no texto: Cambria/10,5
Papel off set 75g
Impresso na Gráfica da UFRGS – Porto Alegre/RS

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Edição: Luciane Delani (Coordenadora), Carla M. Luzzatto, Cristiano Tarouco, Fernanda Kautzmann, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Jaqueline Moura (bolsista) • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias, Najára Machado e Valéria da Silva Gomes • Apoio: Luciane Figueiredo de Oliveira